



ANTROPOLOGIA SOCIAL, INTELECTUALIDADE NEGRA E CAPITALISMO



TEXTOS
GRADUADOS

v. 7 | n. 2
2021



Textos Graduados

Número 2 | Volume 7

Copyright © 2020

by Revista Textos Graduados

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Amanda Carolina de Oliveira
Augusto César Botelho Spíndola
Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
Hannara Catarine Cunha Dias
Jadhe Santana Azevedo Mineiro
Louis do Val Lima Bellanti
Lucas Dias dos Santos

Capa

Hannara Catarine Cunha Dias
Louis do Val Lima Bellanti
Augusto César Botelho Spíndola

Revisão

Amanda Carolina de Oliveira
Augusto César Botelho Spíndola
Hannara Catarine Cunha Dias
Jadhe Santana Azevedo Mineiro

Diagramação

Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
Louis do Val Lima Bellanti
Lucas Dias dos Santos

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

E-mail: textosgraduados@gmail.com

facebook.com/revistatextosgraduados/

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

EQUIPE EDITORIAL

Amanda Carolina de Oliveira
Augusto César Botelho Spíndola
Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
Hannara Catarine Cunha Dias
Jadhe Santana Azevedo Mineiro
Louis do Val Lima Bellanti
Lucas Dias dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer (Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão
(Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín (Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela (Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado (Universidade Federal da Integração Latino-americana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña (Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala (Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-Gálvez (Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento (Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Cíntia Engel (Antropóloga e Socióloga pela Universidade de Brasília)

Clarisse Quintanilha Kubrusly (Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional - UFRJ)

Clark Mangabeira Macedo (Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMT)

Cíntia Liara Engel (Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília)

Cristhian Teófilo (Professor Associado do Departamento de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Brasília)

Débora Bianco Lima Garbi (Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Social pela UNITAU)

Ellen Cintra (Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília)

Fernanda Martins Sousa (Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas)

Flávia Seixas Lisboa (Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC, UFBAC)

Gabriela Borges (Mestra em Antropologia Social e Política pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e Jornalista)

Geovane Ferreira Gomes (Doutor em Sociologia)

Giovanna Bueno Cinacchi (Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense)

Guilherme Moura Fagundes (Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília)

Isadora Harvey (Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), na Universidade Federal da Bahia)

Jéssica Lôbo Sobreira (Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco)

Larisse Pontes (Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Maiko Rafael Spiees (Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas)

Marina Mesquita (Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professora adjunta na Universidade Estadual Vale do Acaraú)

Mário Saretta Pogliа (Doutor em Antropologia Social pela Univeridade Federal do Rio Grande do Sul)

Marcelo Sales Galdino (Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Joaquim Nabuco)

Natalia Almeida (Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília)

Railde Fernandes (Mestra em História pela Universidade Estadual de Montes Claros)

Romero Ximenes Ponte (Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará)

Simone Lira da Silva (Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina)

Thays Almeida Monticelli (Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC, UFABC)



Textos Graduados

Número 2 | Volume 7

**ANTROPOLOGIA SOCIAL,
INTELECTUALIDADE NEGRA E
CAPITALISMO**

Revista Textos Graduados - Número 2, Volume 7,
Julho de 2021.



Sumário

8 EDITORIAL

11 Carta à Editora

15 ARTIGOS

16 Um estranho no ninho: A presença do Antropólogo e seus efeitos no trabalho de campo

Hugo Virgílio de Oliveira

29 Cássia Eller, uma trajetória transgressora: Música e maternidade não hegemônica

Dayse Beatriz de Freitas Santos

47 Reflexões sobre o processo de socialização a partir de representações apresentadas no filme Ma Vie En Rose

Gleicielen Araújo de Souza

63 De estação ferroviária a Shopping Estação: Apontamentos sobre um caso de Requalificação urbana em Curitiba (PR)

Bruno Alves Dourado Pereira

71 Os museus etnográficos como expressão da antropologia no século XIX

Aline Gil Pereira Soares

Beatriz Bento Gargano

88 Capitalismo moderno e divisão sexual do trabalho: Reflexões sobre trabalho doméstico não-remunerado

Maria Clara Pereira de Araújo

98 Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez: Formas outras de interpretar o Brasil

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo

107 Uma etnografia da inteligência artificial no laboratório DSPCOM da Unicamp: Agentes e processos

Mateus Vicente

125 Anseio pela inovação existente: A efetividade da Psicologia e da Assistência Social no meio judiciário em Belo Horizonte

Laura Silva Falcão

138 Antropologia dos medicamentos: O estado da arte das pesquisas no Brasil

Ana Cláudia Camargo

158 “Do alimento como que planta, o que faz”: Etnografia de uma comunidade de agricultura em São Carlos/ SP

Tainá Souza Santos



Editorial

EDITORIAL

A equipe editorial da Revista Textos Graduados têm a satisfação de apresentar mais uma edição. O volume 7, número 2 de 2021, oferece temas diversos que contemplam as diferentes abordagens usadas nas análises e discussões das Ciências Sociais. Essa edição é composta pela Carta à Editora e mais onze artigos.

Na Carta à Editora, Sofia Guimarães Campos, antiga integrante da Revista e atual mestrande em Sociologia da Universidade de Brasília, nos traz um relato e, ao mesmo tempo, um sopro de esperança sobre as possibilidades do mercado de trabalho nas Ciências Sociais. Para começar a discussão, ela parte de sua experiência na graduação e das perspectivas e dúvidas de seus colegas quanto aos rumos que poderiam tomar após formados. Dúvidas essas que muitos graduandos irão se identificar.

A experiência antropológica é destaque no artigo “Um estranho no ninho: a presença do antropólogo e seus efeitos no trabalho de campo”, de Hugo Virgílio de Oliveira. O autor fala de sua experiência pessoal como morador de uma ocupação no centro do Rio de Janeiro, relatando sua trajetória como pesquisado e depois como pesquisador. Ele discute no decorrer do trabalho, sobre os efeitos da presença do antropólogo no trabalho de campo.

Em seguida, é apresentado o artigo que trata da biografia de Cássia Eller intitulado “Cássia Eller, uma trajetória transgressora: música e maternidade não hegemônica”, da graduanda Dayse Beatriz de Freitas Santos. Ela explora, por meio de uma abordagem historiográfica, a trajetória de Cássia Eller e expõe hipóteses para explicar apagamentos biográficos na vida da cantora.

O artigo “Reflexões sobre o processo de socialização a partir de representações apresentadas no filme *Ma Vie En Rose*”, de autoria de Gleicielen Araújo de Souza é uma narrativa fílmica que explora o processo de socialização por meio de uma perspectiva de gênero. Através da análise das experiências vivenciadas por um personagem no filme, ela traz a discussão em relação à matriz sexo/gênero.

“De estação ferroviária a shopping estação: apontamentos sobre um caso de requalificação urbana em Curitiba (PR)” é o nome do artigo do autor Bruno Alves Dourado Pereira. Ele aborda as influências da pós-modernidade nos espaços citadinos e a relação com a memória a partir da análise da trajetória da antiga Estação Ferroviária da capital do estado do Paraná.

Uma imersão em um museu fictício é o que promete o artigo “Os museus etnográficos como expressão da antropologia no século XIX”. As autoras Aline Gil Pereira Soares e Beatriz Bento Gargano vão explorar os impactos das teorias hegemônicas no fazer e de expor o saber etnográfico nos museus, com destaque à herança evolucionista.

A edição conta ainda com contribuições sobre capitalismo no artigo “Capitalismo moderno e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre trabalho doméstico não-remunerado” de autoria da Maria Clara Pereira de Araújo. Ela faz uma revisão bibliográfica e também usa exemplos empíricos para explicar melhor a relação do capitalismo com a divisão sexual do trabalho.

Em seguida, é apresentado o trabalho da autora

Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo, intitulado “Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez: formas outras de se interpretar o Brasil”, que traz análises das produções das intelectuais que levam o título do texto.

Posteriormente, é apresentado o artigo “Uma etnografia da inteligência artificial no Laboratório DSPCom da Unicamp: Agentes e processos”, em que Mateus Vicente traz um relato etnográfico do tempo em que passou no Laboratório de Processamento Digital de Sinais para Comunicações (DSPCom) da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Unicamp.

Em termos de análise de casos, o artigo de Laura Silva Falcão de nome “Anseio pela inovação existente: a efetividade da psicologia e da assistência social no meio judiciário em Belo Horizonte” tem por intuito analisar audiências de custódia e entrevistas com alguns profissionais, mais especificamente, como é o funcionamento das equipes que fazem parte do Projeto de Audiências de Custódia em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em “Antropologia dos medicamentos: o estado da arte das pesquisas no Brasil”, a autora Ana Claudia Knihs de Camargo faz uma revisão bibliográfica da produção antropológica brasileira sobre medicamentos nas últimas duas décadas. Ela constata um número crescente de pesquisas sobre medicamentos.

E encerrando nossa edição, o texto da autora Tainá Souza Santos, que investiga as práticas de conhecimentos na Comunidade que Sustenta a Agricultura de São Carlos, a partir das vivências de uma agricultora. O nome do artigo é “Do alimento, como que planta, o que faz”: Etnografia de uma comunidade de agricultura em São Carlos/ SP.”

Esperamos que apreciem essa edição e desejamos

uma ótima leitura às nossas leitoras e leitores. Num esforço de contribuir com a produção e divulgação de trabalhos acadêmicos, destacamos nosso comprometimento com as produções das alunas e alunos de graduação.

Cordialmente,
Equipe da Revista Textos Graduados.

CARTA À EDITORA

SERÁ QUE HÁ ESPAÇOS PARA CIÊNCIAS SOCIAIS? UMA CONVERSA OTIMISTA SOBRE MERCADO DE TRABALHO.

Recebido em: 25/05/2021

Aceito em: 27/05/2021

Prezada Editora,

Escrevo esta carta para estabelecer um diálogo com quem me lê. Espero que ao narrar fatos e acontecimentos possa escutar as respostas de vocês. Desse modo, proponho que esta carta seja uma conversa, sobretudo, com as colegas que cursam ou cursaram Ciências Sociais. O tema, do qual resolvi tratar, usualmente, pode ser considerado um tanto desconfortável para nós: mercado de trabalho.

Contudo, caras editoras e leitoras, proponho tratar de mercado de trabalho por uma ótica otimista. E aviso, de antemão, que cada trajetória é única. Não vamos nos pressionar para dar resultados semelhantes uns aos outros ou nos comparar com profissionais distintos. Se hoje conto esta história, é porque vim e estou em um lugar específico que me proporcionou certos olhares e princípios. Vocês, leitoras e editora, podem discordar da narrativa que se segue. Portanto, peço que me leiam com gentileza.

Após um ano e meio de formada, olho para trás com carinho. Felizmente, porque é muito gratificante ser compreensível com a nossa trajetória. Muitos de nós, estudantes de Ciências Sociais, por vezes, infelizmente, aprendemos ou somos levados a nos questionar sobre nossas escolhas. Gostaria que esta não fosse a realidade de alguns. Por isso, proponho uma conversa sobre profissionalização e empregabilidade para pessoas

formadas em Ciências Sociais colocando luz em um tema tão espinhoso. A intenção é fazer com que colegas reflitam carinhosamente sobre suas histórias.

As reflexões desta carta partem do meu lugar de ex-estudante do curso de Ciências Sociais, atual mestranda em Sociologia da Universidade de Brasília, socióloga e pessoa engajada em projetos de divulgação do mercado de trabalho para as Ciências Sociais.

Em março de 2015, me mudei para Brasília, pois havia entrado no curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília através do Sisu, pela prova do Enem. No ano de 2019, apresentei o trabalho de conclusão de curso e finalmente, recebi o diploma de Bacharel em Ciências Sociais, com Habilitação em Sociologia. Em dez semestres passei por diversos momentos na graduação. Primeiro, queria entender porque estava cursando Ciências Sociais. Hoje olhando para trás, acredito que este é um movimento comum para uma adolescente de 17/18 anos recém inserida na Universidade. Mas também, um ponto importante para refletir sobre nossos ciclos de convivência societária e a falta de referência de sociólogos e sociólogas atuantes no mercado de trabalho fora do campo do ensino. Nossas primeiras referências, são na maioria das vezes, nossos professores e professoras: pesquisadores acadêmicos e

funcionários de instituição de ensino pública ou privada.

Pois bem, sem outros perfis profissionais, foram as disciplinas de Ciências Sociais e o mundo intelectual acadêmico e reflexivo do qual o curso me abria as portas que me encantaram. Descobri ser apaixonada pelos conteúdos do curso. Entretanto, não sabia quais eram as possibilidades após formada. Isto me assustava, mas procurava me inserir em atividades diversas para compreender o que poderia fazer futuramente, como estágios, projetos de extensão, grupos de pesquisa e outros. Em todas as experiências universitárias, buscava sobretudo a prática. Conectar o que aprendia com a realidade era minha motivação.

Leitoras, já pensaram em como conectar suas pesquisas, leituras e escritas com a sociedade? Como transformar os seus estudos em produtos?

Apesar das experiências extracurriculares realizadas - tirando aquelas relacionadas à licenciatura -, não conseguia compreender de forma objetiva quais eram as minhas oportunidades de emprego, quais vagas deveria me candidatar e como construir competências laborais. Esta era uma confusão compartilhada entre minhas colegas. Portanto, vivi processos coletivos.

É recorrente, no círculo de convivência e formação das Ciências Sociais, participar de bate-papos sobre a baixa perspectiva de emprego ou falta de informações sobre mercado de trabalho. Muitas colegas acabam desistindo do curso por esses motivos, ou seguindo para uma dupla diplomação. Ademais, é comum encontrarmos pessoas formadas em Ciências Sociais que seguem carreiras fora da área. Acredito, leitoras, que todas que me leem, conhecem esses exemplos.

Há no campo de atuação laboral das Ciências

Sociais uma grande dificuldade em promover vínculos entre a formação e a prática profissional. Na verdade, o que todos nós sabemos, quando entramos no curso, é a possibilidade da licenciatura, do mestrado e do doutorado. Mas, além disso, existem outras possibilidades, pergunto, cara editora? Vocês sabiam, leitoras, da regulamentação em lei da profissão de sociólogo?

A profissão de Sociólogo é regulamentada pela Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Este normativo assegura à profissão de sociólogo e socióloga aos e às bacharéis, licenciados, mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior.

O instrumento normativo traz um rol de competências do Sociólogo ou da Socióloga: elaborar, coordenar, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, atinentes à realidade social; ensinar Sociologia; assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

Portanto, o profissional formado em Ciências Sociais com base no arcabouço teórico da sua formação em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, consegue atuar como profissional liberal em diversas áreas. Ademais, em nossa formação possuímos conhecimentos em metodologia, economia, história, psicologia, estatística e outros. É notável que temos uma formação moldável, a depender do nosso interesse e eixo de pesquisa, e neste sentido, entramos em contato com campos disciplinares diferentes, nos tornando profissionais interdisciplinares.

Escrever sobre “outras oportunidades”, me faz considerar importante salientar esta parte da história que venho antes do meu contato com as Ciências Sociais. A história de uma luta por reconhecimento. Ainda que não seja uma discussão comum para os e as estudantes, a inclusão dentro de um ordenamento institucional nos possibilita exigir políticas públicas e se organizar em torno da busca por espaços e direitos no mercado de trabalho. O debate sobre conselhos e associações nacionais é uma tema do qual precisamos nos apropriar.

Mas nesta carta, querida editora, gostaria de compartilhar como, atualmente, tenho notado - e talvez vários dos que me leem também - um movimento autônomo formado por estudantes e pessoas formadas em Ciências Sociais, que busca criar redes de diálogo e comunicação sobre o mercado de trabalho fora da academia e da licenciatura. São entusiastas e otimistas. Pessoas que olham para suas trajetórias com carinho e querem prosseguir na carreira das Ciências Sociais. Além disso, buscam compartilhar informações úteis, formar redes de contato e construir, cada vez mais, espaços para nós.

Me encontro neste movimento, editora.

Nesse sentido, creio que vivemos a formação de um processo distinto do anterior, de falta de perspectivas e descrença. Um novo momento, onde colegas estão reivindicando e assumindo espaços no mercado de trabalho adotando papéis de especialistas e profissionais na área. Desse modo, esse fenômeno que aqui chamo de movimento - mas sem nenhuma pretensão conceitual -, busca caracterizar as Ciências Sociais como uma área de atuação possível. Isto é, tem a intenção de englobar

sociólogas, antropólogas e cientistas políticos para unir forças em prol de uma melhor divulgação das nossas práticas laborais e das perspectivas dos profissionais da área. Sem deixar de lado, claro, o papel das Ciências Sociais em apontar as mazelas da sociedade e propor mudanças.

Nesse sentido, a comunicação é fundamental. Comunicação entre aqueles que estão ocupando postos de trabalho fora do ensino, e aqueles que buscam por oportunidades. A comunicação com os recrutadores de vagas também se faz necessário. Pois, se por vezes, nem mesmo os docentes, estudantes e egressos do curso de Ciências Sociais entendem qual carreira profissional seguir, imaginem vocês, aqueles sendo responsáveis por contratar.

Por isso, acredito em uma frente de comunicação essencial: a divulgação da profissionalização e empregabilidade da área de atuação das Ciências Sociais. Isto é, ser capaz de evidenciar como a formação e aquisição de expertises nas Ciências Sociais podem ser traduzidas em práticas laborais. O que podem fazer aqueles e aquelas formadas em Ciências Sociais? Além do que está em lei, onde atuam os sociólogos e sociólogas?

As respostas não são fixas. Devido a nossa interdisciplinaridade e habilidades generalistas - como o uso de metodologias qualitativas e quantitativas, a facilidade para leitura, interpretação e escrita, por exemplo -, nos encontramos em diversas áreas. Já conheci e compartilhei experiências, caras leitoras, com pessoas formadas em Ciências Sociais na comunicação, no marketing, no setor de recursos humanos e também no jornalismo.

Também, o nosso período de formação e aquisição

de qualificação acabam por ser decisivos para atuação em uma área específica. Vejam vocês, leitoras, colegas que fazem estágios e projetos de extensão na área de pesquisa de mercado, relações governamentais, gestão de projetos sociais, educação, entre outros.

Além disso, o tempo do qual levamos para nos inserir no mercado de trabalho pode ser diferente do usual. Nossa profissão pode não estar dada nos manuais e nos pré requisitos das vagas. Entretanto, as nossas habilidades estão sendo reivindicadas. Nesse sentido, leitoras, proponho uma reflexão sobre nossos conhecimentos práticos: escrita de relatórios, elaboração de instrumentos de coleta de dados, o uso de processo legislativo, a gestão e mapeamento de stakeholders/grupos/comunidades, o senso crítico, a comunicação e inteligência emocional, análise aguçada de informações e dados. Dentre, muitas outras.

Acredito, querida editora, na importância de mostrar para quem está dentro ou fora do mercado de trabalho, os lugares que podemos ocupar, nossas habilidades e competências. Me digam leitoras, onde vocês querem chegar e quais seus objetivos cursando Ciências Sociais?

Há muitas possibilidades e esta é a magia das Ciências Sociais!

Ao final, longe de estar realizada em uma profissão dentro dos campos acima citados, estou trilhando um caminho para tal. Contudo, ao longo dos últimos anos venho me dedicando a conhecer profissionais formados em Ciências Sociais e atuantes no mercado de trabalho. Sobretudo para me inspirar. Desse modo, a curiosidade e a vontade de seguir nas Ciências Sociais me levaram a explorar e entender melhor as perspectivas atuais de áreas

de atuação do campo.

Não será um caminho fácil, sabemos. Apesar de, desde os anos 1980 existirem sociólogos e sociólogas que lutam pela nossa profissionalização, esta continua sendo uma temática espinhosa e de incômodo para os e as estudantes das Ciências Sociais. Porém, seguiremos e ocuparemos nossos espaços!

Concluo, com um sopro de ânimo e um abraço a todas.

Atenciosamente,
Sofia Guimarães Campos



ARTIGOS

UM ESTRANHO NO NINHO: A PRESENÇA DO ANTROPÓLOGO E SEUS EFEITOS NO TRABALHO DE CAMPO

A STRANGER IN THE NEST: THE PRESENCE OF THE ANTHROPOLOGIST AND ITS EFFECTS ON FIELD WORK

***Hugo Virgílio de Oliveira**

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 19/09/2020

Resumo

Durante a pesquisa, tanto os interlocutores como os pesquisadores são afetados de diversas formas e transitam dentro de variados sistemas: segurança, cultura, opiniões, cotidiano, costumes, crenças, organizações, entre tantos outros. O presente estudo parte da minha experiência pessoal enquanto morador de uma ocupação no centro do Rio de Janeiro que serve de campo de pesquisa para um grupo de antropólogos interessados na luta pelo direito à moradia. O trabalho se desenvolve durante a minha trajetória enquanto “pesquisado”; em seguida, como estudante de antropologia e, agora, como pesquisador que tem como interlocutores aqueles mesmos antropólogos. Com isso, o objetivo deste artigo é discutir o efeito da presença de antropólogos na construção de seus campos e na relação com seus pesquisados.

Palavras-chave: conflitos; metodologia; trabalho de campo; moralidades; ética.

Abstract

During the research, both interlocutors and researchers are affected in different ways and move through varied systems: security, culture, opinions, daily life, customs, beliefs, organizations, among many others. The present study goes from my personal experience as a resident of an occupation in Rio de Janeiro downtown which serves as a research field for a group of anthropologists interested in the struggle for the right to housing. This work develops during my way, first as “researched”; then as an anthropology student, and now as a researcher myself whose interlocutors are those same anthropologists. Thus, the objective of this article is to discuss the effect of the presence of anthropologists in the construction of their fields and in the relationship with their subjects.

Key words: conflicts; methodology; field work; moralities; ethic.

1 Introdução

Há algo curioso na antropologia: ao mesmo tempo em que se vangloria de ter uma das tradições mais sólidas entre as ciências sociais [...], a disciplina abriga estilos bastante diferenciados, uma vez que fatores como contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sociohistórico e até personalidade do pesquisador e ethos dos

pesquisados influenciam o resultado obtido (PEIRANO, 1991, p. 43).

Não me lembro exatamente de quando ele chegou, mas passou a ser comum voltar para casa e encontrá-lo entrevistando a minha mãe ou o meu pai, ser convidado

para as aulas de inglês que ele se dispôs a lecionar, saímos juntos para passeios ou festas e convivemos no cotidiano do prédio. Até então, eu nem sonhava em cursar a graduação em antropologia. Eu morava com os meus pais em uma ocupação no centro do Rio de Janeiro junto com outras famílias, e, aparentemente, isso chamou a atenção de Frank[1] e de outros pesquisadores que passaram a fazer parte do nosso convívio no ano em que começaram a pesquisar nessa ocupação.

Hoje, posso afirmar que, depois da passagem do tempo, de muita convivência, laços estreitados e amizades consolidadas, o primeiro grande efeito dos pesquisadores na minha vida, enquanto interlocutor, foi a minha opção por cursar Antropologia. Não que eles tenham me persuadido, mas tiveram um papel de destaque nessa decisão. Após o início da graduação, chegar a casa era como descobrir o segredo de um mágico: a todo o momento, eu me perguntava se o que eles estavam fazendo era pesquisa ou se era “de verdade”, se eles estavam se relacionando conosco apenas “por interesse” ou sendo “sinceros”.

Além de Frank, norte-americano, 56 anos, branco e professor de antropologia, outros membros da equipe com quem tínhamos mais contato e que também pesquisavam ali eram a Meryl, canadense, 35 anos, também branca, que tinha ênfase e experiência com antropologia e audiovisual, e Rodolfo, 48 anos, brasileiro, negro, antropólogo e professor de uma universidade pública federal. Era comum que eu e outros moradores eventualmente comentássemos sobre o que levaria estrangeiros a se condicionarem a situações delicadas de segurança[2] e infraestrutura para “pesquisar” quando tinham condições de vida relativamente mais confortáveis em seus países.

O que exatamente eles queriam pesquisar? Seriam esses cientistas sociais espécies de espões do governo que queriam explorar e prejudicar movimentos de moradia? Era seguro para nós tê-los ali?

A pesquisa coordenada por Frank busca analisar o fortalecimento dos movimentos sociais de moradia popular a partir da influência dos megaeventos que foram sediados no Rio desde 2013 — Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Olimpíadas e outros. A partir desses acontecimentos, uma série de movimentos políticos se mobilizou contra a especulação imobiliária e a gentrificação das quais a região portuária do Rio foi alvo. Apesar das inúmeras supostas melhorias, — alargamento de avenidas, revitalização de espaços, criação de novos espaços culturais — o problema de moradia foi quase que completamente descartado pelo plano de reforma da região. Com isso, esse grupo de pesquisadores se reuniu para estudar três diferentes modalidades de moradia que ganharam força: condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); ocupações de moradia com apoio de movimentos sociais e ocupações de moradia sem o apoio de movimentos sociais. É a partir desse cenário geral que inicio a minha pesquisa.

Diversas questões surgiram envolvendo a dicotomia pesquisado-pesquisador — neutralidade, expectativas, pessoalidade, conflitos etc. — tanto para mim quanto para os demais ocupantes e para os outros pesquisadores do grupo. Não que uma ocupação seja um contexto considerado comum, porém mais incomum ainda é ter estrangeiros querendo conviver conosco para “nos estudar” — pode soar até como uma ofensa. Além disso, depois que passei a cursar a mesma disciplina que aqueles

pesquisadores, pedi para fazer parte da equipe a fim de contribuir e também de aperfeiçoar meus estudos, ou seja, a partir da minha experiência pessoal, esses “estranhos no ninho” passaram a me fascinar. Ao mesmo tempo em que se apresentavam como pesquisadores interessados naquela afirmação política que estávamos realizando em torno do direito à moradia, também tentavam se misturar de forma que não fossem mais “estranhos” entre nós.

A mudança do meu ponto de vista e das minhas perspectivas acerca das relações que estavam se dando ali por conta da minha inserção no curso de Antropologia me assombravam igualmente a cada momento em que os encontrava e conversava com eles. Até hoje, quando nos reunimos para discutir pesquisas ou até mesmo enquanto dialogamos sobre questões relacionadas ao campo, eu me pergunto: como pensar meu lugar nesse campo? Como ser um pesquisador também pesquisado? Como construir e, ao mesmo tempo, analisar essa relação de interlocução? Evidentemente, essas questões me colocam como nativo, interlocutor, pesquisador e/ou estudante em uma relação de mútua afetação com o meu campo de pesquisa, pois vivencio esses papéis de forma concomitante sem necessariamente conseguir isolá-los nem prática nem analiticamente (SIQUEIRA, 2005). Portanto, parecem gritantes as diversas faces que um simples — ou, talvez, não tão simples assim — estudo pode tomar para o pesquisador e para os interlocutores. Tudo isso confirma que esses não são papéis fixos nem estáticos no decorrer de uma pesquisa, em especial daquelas de tempo prolongado, como a disciplina antropológica prescreve (EVANS-PRITCHARD, 2005; MALINOWSKI, 1978).

No caso das ocupações de moradia, considerando

o atual contexto de insegurança e crítica ferrenha a movimentos sociais, é previsível que não só pesquisadores sejam vistos sob suspeita, mas também qualquer pessoa que seja, de alguma forma, desconhecida. No caso de Frank e sua equipe, ainda que tivessem articuladores dentro da ocupação, eles ainda enfrentaram certa resistência entre os moradores. Eu presenciava comentários e teorias a respeito deles que eram absolutamente desconhecidos entre os tais e isso me intrigava: como a pesquisa deles poderia dar certo nessa conjuntura? Da igual modo, mas por outro lado, também existiam coisas que os moradores não gostariam que fossem expostas. Isso não influenciaria o estudo? Em certa medida, eu me sentia vivendo os bastidores que resultavam na pesquisa.

Em vista disso, o objetivo deste trabalho é apresentar de maneira introdutória três tópicos que norteiam a pesquisa. O primeiro é um estudo bibliográfico que analisa textos clássicos e contemporâneos a partir do que Oliveira (2009) chama de “um certo mal-estar” na Antropologia. Segundo o autor, há uma espécie de atraso entre o que se tem como auto representação da Antropologia — uma imagem a partir dos estudos clássicos, ainda carregada com aspectos colonialistas e imperialistas — e a forma como ela é produzida atualmente. Em seguida, buscaremos observar como se dão as relações de poder, articulações políticas, sociabilidades e socializações, moralidades e controle de impressões em campo a partir do acompanhamento do trabalho desses pesquisadores (agora, meus interlocutores) em seus respectivos campos de atuação. Por fim, abordaremos como aspectos relacionados à pessoa do pesquisador — classe social, cor, gênero, nacionalidade — e seus valores — como religião,

hábitos, princípios e sentimentos — são acionados ao longo da realização da pesquisa antropológica e como isso influencia na produção de conhecimento.

2 Um estranho no ninho

Desde que ingressei na graduação em Antropologia no ano de 2018, tive contato com diversas bibliografias clássicas: a observação participante de Malinowski (1978), as técnicas de escrita etnográfica e diários de campo de Geertz (1989) e Roberto Cardoso de Oliveira (1998) e as diversas orientações e observações metodológicas de Evans-Pritchard (2005). A partir disso, passei a observar Frank e sua equipe com outros olhos e a nutrir meu interesse em pesquisar conflitos no fazer antropológico.

Após aprofundar o tema em outras bibliografias em diferentes perspectivas, notei que, apesar de se buscar uma antropologia “sem marcações” (MORENO, 2018), não é possível negar que, fora da academia, quando está em campo ou até mesmo na sua “vida pessoal”, o pesquisador assume um diferente ethos e/ou é rotulado de variadas formas — desde “professor” ou “pesquisador” (BARRETO, 2017; MEDEIROS, 2018; CHAGAS, 2014; MACIEL, 2018) até “espião” (ZENOBI, 2010) ou “colonizador” (ROCHA, 1984), como é possível perceber em obras como as de Leiris (2008), Malinowski (1978) e Levi-Strauss (1996). Tudo isso faz parte do processo de construção e/ou legitimação do papel do antropólogo com seus interlocutores.

Entre etnografias clássicas e contemporâneas, é inevitável a socialização com os “nativos” e a criação de laços como parte da metodologia. O “estar lá” se faz importante de diversas formas, no entanto é fato que,

dentre os efeitos que podem surgir, é preciso demasiado preparo psicológico, intelectual e emocional para lidar com eventuais desencadeamentos.

“Quais são as marcações — como as de raça, de classe, de gênero, de sexualidade, de geração, de deficiência — que são percebidas em campo, e de que forma se articulam e conformam caminhos diversos nas relações travadas em campo?” (RIBEIRO; COELHO; PATRIARCA; BESSA, 2018: 231). No livro *Vamos fazer uma sacanagem gostosa?*, Victor Hugo Barreto (2018) apresenta sua pesquisa sobre prostituição masculina em saunas gays. No texto, ele aponta diversas questões relacionadas ao estar em campo. Entre outras coisas, o autor descreve como o fato de estar de aliança, uma tentativa de se manter invisível aos seus nativos, sem chamar a atenção, mostrou ter efeito contrário, já que “na prostituição, uma aliança no dedo de um possível cliente seria como a certeza de um programa efetivo” (BARRETO, 2017: 123).

Além disso, ele também destaca sua preocupação com os métodos de socialização utilizados com os garotos de programa, como o dilema entre “pagar ou não pagar” (BARRETO, 2017: 124), e com o fato de seu trabalho sugerir uma espécie de investigação ou espionagem (ZENOBI, 2010) que ameaça a atmosfera de discrição e sigilo que envolve o mercado da prostituição. Por fim, Barreto atenta-se também a sua própria segurança enquanto pesquisador e suposto espião e descreve os constantes questionamentos que recebeu dentro e fora do meio acadêmico relacionados à sua sexualidade e aos “reais motivos” que o levaram a pesquisar temáticas relacionadas ao sexo (BARRETO, 2017).

Enquanto Barreto tem seu trabalho mais diretamente ligado ao corpo devido ao contexto do seu campo, Fabiane Albuquerque (2018) elucida como o corpo do pesquisador pode ter efeitos também em contextos em que esse tema não tenha tanta relação com o objetivo da pesquisa. No artigo *Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália*, a autora conta sobre sua dificuldade enquanto mulher latino-americana e negra ao estabelecer contato com interlocutores locais.

Segundo Albuquerque (2018), ficou muito claro durante o seu período em campo que o seu corpo, marcado por tais aspectos identitários, a impediam de frequentar determinados locais na cidade devido ao risco de assédio, e que o fato de ser negra poderia ser motivo de menosprezo se não viesse atribuído de alguma qualidade. Por outro lado, ela também relata que, durante a pesquisa diretamente com os imigrantes, seu corpo não era tão marcado “devido, justamente, às minhas características físicas e fenotípicas: meu corpo era um corpo ‘igual’, que tinha o ‘direito’ legitimado de estar ali” (ALBUQUERQUE, 2018: 314).

Na mesma esteira, Flávia Medeiros (2018), no artigo *Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis*, narra as diversas questões que envolviam a subestimação da sua capacidade enquanto pesquisadora mulher, negra e jovem. No texto, ela conta que, desde 2014, quando decidiu pesquisar no Instituto Médico Legal (IML), a sua professora estranhou o fato de que ela, “[...] tão bonitinha, tão novinha, tão limpinha”, pudesse fazer um trabalho desses em um lugar tido como sujo, impuro.

Em outra ocasião, ela também narrou um caso de *whitemansplanning*[3] que sofreu quando estava

apresentando um trabalho numa universidade. Durante o momento de perguntas, um homem branco, 40 anos, que vestia roupa social, recomendou-lhe especificamente a leitura do texto de um “autor”, quando, na verdade, ela mesma era quem havia escrito. Nesse sentido, é notável como as marcações identitárias de pesquisadores se apresentam até mesmo quando não são evocadas. Se não principalmente, o fato de ser mulher é extremamente marcante, pois pode aparecer (e aparece!) em diversos contextos em se tratando de pesquisa de campo (MEDEIROS, 2018; MORENO, 2018; ALBUQUERQUE, 2018).

Em *Estupro em campo: reflexões de uma sobrevivente*, Eva Moreno (2018) questiona, após relatar o estupro que sofreu em campo, como as pesquisadoras mulheres[4] têm que lidar com conflitos que pesquisadores homens não têm. Além disso, Moreno (2018) também ressalta como dentro do meio acadêmico as mulheres são constantemente reprimidas ou têm seus relatos completamente menosprezados, deslegitimados e/ou naturalizados pelos seus amigos, professores e colegas de trabalho homens. Por outro lado, ela também afirma que a rede de apoio se apresenta mais empática quando os conflitos são relatados a mulheres. “Afim de contas, quem quer ser uma antropóloga mulher quando é possível ser um antropólogo ‘de verdade’? [...] Antropólogos não são assediados ou estuprados. Mulheres são.” (MORENO, 2018: 262)

Considerando esses e tantos outros estudos, é preciso assumir que, apesar de se buscar uma espécie de distanciamento a fim de melhor compreender nossos interlocutores, o corpo do antropólogo é marcado de

diversas formas e é preciso estar atento a isso quando se pensa a imersão em campo. Apesar do preparo pré-campo e de todos os planos para a imersão na pesquisa, nossos corpos carregam diversos tipos de marcas e comunicam tanto aquilo que deve ser comunicado, como também o que os outros acham que comunica. Como não temos controle sobre todas as informações (BERREMAN, 1975 apud GUIMARÃES, 1990), é preciso ter cuidado e estar sempre atento a pequenos sinais que possam aparecer, ainda que nós mesmos pensemos que sejam distantes da nossa realidade, fruto da nossa imaginação (MORENO, 2018).

3 Dos barcos à terra firme

Ao chegar em campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas. (BERREMAN, 1975 apud GUIMARÃES, 1990, p. 125)

Seja vendo-o se distanciar (MALINOWSKI, 1978), em instalações peculiares (LEVI-STRAUSS, 1996) ou de onde se observavam as “putas” dando adeus aos marujos com quem dormiram na noite anterior (LEIRIS, 2008), o barco sempre foi o plano de fundo inicial para a jornada dos pesquisadores clássicos. Era nesse cenário que se dava o primeiro distanciamento dos antropólogos de suas realidades cotidianas para a aproximação com seus futuros novos interlocutores. No caso dos três autores citados, do barco emergem os contrastes, as primeiras marcações e diferentes impressões do corpo dos pesquisadores — que vão acompanhá-los durante a

jornada. Nesse sentido, ao refletir sobre a presença dos clássicos em seus respectivos campos de pesquisa em oposição às etnografias contemporâneas, diversos pontos emergem para a discussão. O primeiro deles é: de que corpos estamos falando?

Os debates sobre pautas identitárias como conhecemos hoje, dentro da Antropologia, são muito mais presentes agora do que no século passado — cor, gênero ou sexualidade, por exemplo. Não que o corpo do pesquisador passasse despercebido, porém a maior parte desses debates não era tematizado nem problematizado naquela época. Evans-Pritchard (2005: 249), inclusive, apresenta isso quando diz que “os pesquisadores não se encaixam nas categorias de gênero nativas, é como se não tivessem gênero”. Não havia discussão sobre as diferenças e as influências de pesquisadores que eram negros, LGBTQs, mulheres, deficientes e outros, ou porque não pesquisavam ou porque, mesmo quando pesquisavam, não representavam uma preocupação, não eram considerados relevantes cientificamente e/ou sequer problematizados.

O que consideramos marcações hoje, naquele contexto, nem eram marcações, mas características naturalizadas que estes clássicos e tantos outros autores carregavam — homens, brancos, europeus, ricos, acadêmicos. Estas características atravessavam questões relacionadas à colonização, espionagem, furtos e outras problemáticas envolvendo processos conflituosos (PEIRANO, 1992; CALVINO, 1993; ROCHA, 1984) que estavam em voga durante as grandes guerras e conflitos territoriais (ZENOBI, 2010).

Em seguida, precisamos levar em conta os diferentes contextos em que se davam as pesquisas antropológicas

nos séculos passados. A maioria dos autores clássicos saía de seus cotidianos urbanos para pesquisar em outros continentes, o que envolvia realidades, costumes, hábitos e outros fatores extremamente diferentes dos seus. Enquanto isso, na contemporaneidade, os estudos entre os próprios pesquisados (VELHO, 1980) e também no meio de onde se originam os pesquisadores são muito comuns. Ainda assim, o estranhamento e o distanciamento são marcas de qualquer imersão em campo e com interlocutores. Conforme Leiris (2008) desabafa em seu diário, o pesquisador pode muitas vezes ser julgado como “lúgubre, difícil, parcial — até injusto”, mas são pautas que fazem parte da prática etnográfica.

Por fim, também é preciso pensar os pesquisadores enquanto pessoas comuns, dotadas de sentimentos e frustrações. A partir, principalmente, das publicações dos diários de Malinowski (1997 [1967]), outras diversas “literaturas de confissões” (SILVA, 1997) começaram a ser publicadas e a expor esse lado “humano” do antropólogo. Com isso, a academia se dividiu. Esquemáticamente, podemos dizer que um lado defendia que os diários não deveriam ter sido publicados, pois não tinham sido escritos com esse intuito, e o outro defendia que expor os comentários tidos como arrogantes, sexuais e pejorativos que Malinowski fazia sobre seus interlocutores podia ser enriquecedor para a evolução da metodologia de pesquisa antropológica da qual ele mesmo tinha sido o principal difusor. No prefácio de Malinowski, Valetta Malinowska (apud MALINOWSKI, 1997: 12–13) registra:

[...] depois de ponderar seriamente sobre o assunto, cheguei à conclusão de que é muito mais importante dar aos atuais e futuros estudiosos e leitores das obras antropológicas de Malinowski essa visão direta de sua

personalidade íntima, e de sua forma de viver e pensar durante o período de seu mais importante trabalho de campo, do que trancafiar esses sucintos diários em um arquivo. Declaro-me, portanto, a única responsável pela decisão de publicar este livro.

Sem dúvida, um dos pontos mais enriquecedores da Antropologia é a sua incrível capacidade de reaproveitar dados. Apesar da existência de declarações tidas como problemáticas e preconceituosas, não podemos ignorar as contribuições dessas descrições no que diz respeito à conjuntura, contexto e outros temas em foco na época em que foram realizados os trabalhos, principalmente para os métodos em pesquisa antropológica. Não que isso diminua as problemáticas, mas estas são para os dias de hoje, em que é possível questionar, entender e contribuir para diversos estudos sobre a origem de determinados conflitos a fim de melhor lidar com eles.

4 Pesquisado(r)

A partir da análise desses estudos sobre as diferentes marcas que os pesquisadores carregam — antes, durante e depois da pesquisa —, no contexto do meu campo, percebo como o fato de haver estrangeiros entre os membros da equipe tem um grande peso. A primeira vez que ouvi falar deles foi pelo comentário da minha mãe: “Tem um pessoal de fora querendo fazer pesquisa aí com a gente, estamos chiques”. A priori, concordei com ela, no entanto, posteriormente, percebi o quanto essa fala carrega diversas questões implícitas.

Em uma das minhas visitas com Frank a um dos condomínios do PMCMV, fomos visitar duas senhoras; Frank morou lá esporadicamente por alguns meses para

fazer trabalho de campo. A primeira, que aqui chamaremos de Cláudia, se tornou interlocutora do Frank e, quando ele morou lá, fazia as unhas dele[5]. Durante a visita, dona Cláudia, a todo o momento, perguntava para Frank sobre como era o processo caso “algum amigo quisesse se mudar lá pros Estados Unidos”. Ele explicou sobre a série de documentos necessária e que alguém deveria recebê-la e dar seu endereço como uma espécie de guardião. Ela, então, perguntou se ele já tinha feito isso para alguém, ao passo que ele respondeu negativamente. Toda a conversa correu com um tom incisivo, do qual, discretamente, Frank conseguiu se esquivar. Em nenhum momento, Cláudia pareceu notar minha presença ou se preocupar com ela; seu foco parecia estar em conseguir o apoio de Frank para se mudar para os EUA caso assim decidisse em algum momento.

Já a segunda visita, na qual estivemos com uma mulher que aqui chamaremos de Ivete, correu de forma menos inconveniente. Dona Ivete nos recebeu de forma muito serena e, diferentemente de Cláudia, pareceu mais interessada na minha presença e muito mais aberta ao diálogo. Ela era bem idosa, mas muito ativa: preparou um pequeno lanche, perguntou sobre a família de Frank e conversou muito comigo sobre a sua trajetória de vida e sobre como valorizava o avanço do Brasil na economia, na educação e no combate à desigualdade social.

Ao final da visita, Frank deixou bem claro que gostaria muito de recebê-la em sua casa nos Estados Unidos e que a ajudaria no que fosse necessário caso ela aceitasse o convite. Ele me disse que, quando se mudou para aquele campo de pesquisa, Dona Ivete foi uma das pessoas mais acolhedoras que ele conheceu, pois o ajudou

e o apoiou imensamente, afinal estava sozinho em um primeiro momento.

A partir das situações aqui descritas, foi possível refletir sobre outras questões a respeito das relações e dos efeitos do corpo do pesquisador. É interessante observar como tanto na fala da minha mãe quanto nas relações entre dona Cláudia e Ivete a presença do pesquisador estrangeiro é um atrativo para os interlocutores, seja pelo suposto ideal de que “o que vem de fora é melhor”; pelo interesse em conhecer o meio do qual o outro provém, de modo a enxergar nele uma chance de ir além dos limites físicos e sociais nos quais se está inserido; ou pela possibilidade de aprofundar os laços da relação construída. É notável que o interesse de pessoas de fora daquele movimento político gerou uma sensação de legitimidade e autoconfiança: era prestigioso ter pessoas estrangeiras dentro da nossa casa e interessadas em nós. De alguma forma, isso também parecia legitimar a luta pela causa da moradia. “[...] tão obsequioso por que é o mais fraco — e de resto, habituoso aos turistas —, não será a bebida fermentada repartida que nos tornará mais próximos. O único vínculo que há entre nós é uma falsidade comum” (LEIRIS, 2008: 170).

Também é interessante perceber as diferenças de abordagem entre dona Cláudia e dona Ivete. Em uma entrevista que fiz com Frank posteriormente, ele me disse que, como em qualquer relação, existem pessoas que você deseja manter mais próximas e outras não. Enquanto cria laços, o pesquisador julga, estabelece limites e conhece seus interlocutores. Nesse sentido, o antropólogo deve se desvencilhar de situações que possam ser deselegantes ou criar desconforto entre ele e os indivíduos a quem pesquisa, de modo a não comprometer o andamento da pesquisa.

Todavia, o interlocutor também pode acabar percebendo o “desinteresse” do antropólogo em não entrar no seu “jogo de interesses” e acabar por se afastar dele.

É pertinente chamar a atenção para o fato de que muitas vezes o “jogo de interesses” pode ser mal interpretado. Ao longo do andamento da pesquisa, um dos pesquisadores teve um problema pessoal que o afastou do campo por diversos meses. Durante esse tempo, ele mantinha muito contato com o meu pai por meio do WhatsApp a fim de saber sobre o andamento do processo da ocupação, os eventos, conflitos ou questões que ele acompanhava enquanto estava fora por meio dos grupos dos movimentos sociais.

No decorrer desses meses, esse pesquisador também marcou visitas diversas, no entanto sempre tinha um imprevisto e não podia aparecer. Essas frequentes visitas adiadas passaram a incomodar o meu pai, que sentia a amizade entre eles ser abalada. Era frequente que papai se questionasse se a sua relação era de amizade ou se ele servia apenas como um instrumento do antropólogo para obter informações. Diante disso, um questionamento é trazido à lume: é possível separar as duas coisas? Até que ponto, numa relação entre pesquisador e interlocutor, perguntar é obter informações ou manter contato com um amigo? Estas são questões pertinentes, e não necessariamente ruins, que circundam o trabalho de campo. Eu mesmo me fiz essas perguntas em diversos momentos ao longo da construção da minha relação com toda a equipe.

Posteriormente, fiquei sabendo que esse problema era um assunto parcialmente pessoal deste pesquisador e nem todos sabiam; eu mesmo ficava chateado antes de ter conhecimento. Passou a ser uma brincadeira entre mim e

meus pais adivinhar, quando ele marcava uma visita, qual seria o motivo para ele não ir daquela vez. Apesar do tom crítico, é importante ressaltar que são apenas reflexões saudáveis acerca da presença dos pesquisadores em nosso cotidiano enquanto interlocutores. De modo geral, o ponto é ilustrar os efeitos que o pesquisador tem a partir de determinadas escolhas, das formas como lida com as suas questões pessoais e o modo como elas influenciam na imersão em campo e no direcionamento da pesquisa. Se o meu pai não mais desenvolvesse contato com o pesquisador por mensagens, isso poderia influenciá-lo de diversas formas, fosse na dificuldade de acesso às informações fosse no abalo que a relação de amizade e parceria entre eles poderia sofrer.

A todo o momento, existe a presença de mecanismos de sociabilidade e socialização entre os antropólogos e seus interlocutores, tanto enquanto facilitadores quanto como obstáculos na atuação: desde visitas formais e entrevistas, passando por festas e passeios nos finais de semana, até o simples ato de se afastar do campo. Ao longo do percurso da pesquisa, relações se criam e se desfazem e os mais variados desfechos podem ocorrer em diferentes questões. Os rumos que essas situações vão levar dependem muito de como o pesquisador e o interlocutor vão lidar com elas. De todo modo, é importante ressaltar que as formas de administrar possíveis impasses evidenciam o carácter inteiramente intersubjetivo e emotivo da relação de interlocução etnográfica.

5 Conclusão

Conviver com antropólogos estrangeiros que vêm de diferentes organizações sociais é, no mínimo,

curioso. Eles estão quase sempre interessados em coisas que, para nós, são comuns: ficam extremamente felizes quando puxamos qualquer assunto, são disponíveis para ajudar em mutirões de limpeza e até para fazer eventuais almoços especiais aos domingos para todos os moradores. Enquanto, para uns, isso se apresenta como boas ações, amizade e retribuição por recebê-los conosco, para outros, isso gera dúvida e desconfiança. Os questionamentos estarão imensamente presentes no início, mas, mesmo após um longo período em campo, apesar de diminuírem, não cessam.

Eventualmente, a figura do pesquisador é pressionada a revelar seus “reais interesses”, como se os verdadeiros fossem mentirosos, como apresenta Zenobi (2010), ao expor os constantes questionamentos de sua presença enquanto pesquisava um grupo de pais de vítimas de um incêndio em Buenos Aires:

Normalmente, as suspeitas e as acusações sobre nosso trabalho costumam estar relacionadas ao uso que poderíamos fazer do conhecimento construído a partir do trabalho de campo desenvolvido nessas comunidades. Desse modo, elas expressam a preocupação com a relação que este saber irá ter com as pessoas que o tornaram possível ao receberem o pesquisador e ao participarem de sua pesquisa. (ZENOBÍ, 2010, p. 471)

Da mesma forma, o pesquisador também é afetado, cria expectativas e tem que lidar com diversas situações da sua vida pessoal e em campo. Ao longo dos dois anos em que a pesquisa se desenvolveu, diversos moradores da ocupação se mudaram, outros chegaram, pesquisadores se tornaram pais e tiveram que se afastar do campo, outros foram ameaçados de morte enquanto pesquisavam... Será que, por mais que os pesquisadores se preparem, leiam,

estudem, visitem o campo e entendam sobre as inúmeras possibilidades de acontecimentos que podem ocorrer, eles, em algum momento, estarão preparados para lidar com esse tipo de coisa? Talvez.

No xadrez, a situação em que um jogador realiza uma série de xeques que não são fatais é chamada de xeque perpétuo. Ou seja, o rei está encurralado e só consegue “fugir” entre as mesmas casas, mas sempre enquadrado. Da mesma forma — gostaria de sugerir —, ocorre na pesquisa etnográfica: por mais que o pesquisador se prepare e trabalhe da melhor forma possível com os efeitos que sua presença pode causar em campo, esses efeitos sempre existirão de alguma forma. Diferentemente do xadrez, na pesquisa, as peças mudam de forma através da pessoa de diferentes interlocutores.

Felizmente, quem pode nos ajudar com isso é Simmel (1983). Ao tratar sobre os conflitos, ele fala como estes são vistos frequentemente como problemas impossíveis de serem solucionados e como originários de derrotas e de piores situações que estavam, antes, estabilizadas. No entanto, é também por meio deles que diversas situações são solucionadas e “melhoradas”. Quem trabalha com uma perspectiva semelhante é Alcida Ramos (2019), enquanto discute metodologia de pesquisa ao apresentar o conceito de Serendipity, ou Serendíпия:

Serendipity, que podemos adaptar para serendíпия, passou a significar o dado inesperado que não se harmoniza com a expectativa do pesquisador e pode levá-lo a mudar o curso da pesquisa, descobrir horizontes não imaginados e fazer avançar a ciência. É algo fora do lugar, anômalo e estratégico, cuja inconsistência provoca curiosidade e estranheza. (RAMOS, 2019, p. 23).

Ou seja, os conflitos com que os cientistas sociais

lidam podem ser interpretados como uma forma de avançar, de abrir horizontes desconhecidos no campo, de contribuir para novas maneiras de lidar com “obstáculos” em circunstâncias similares e até podem ser úteis para que o pesquisador desenvolva seus próprios mecanismos de gerenciamento de conflitos dentro da sua situação e a melhor forma de administrá-lo:

O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é o modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. Isso é aproximadamente paralelo ao fato do mais violento sintoma de uma doença ser o que representa o esforço do organismo para se livrar dos distúrbios e dos estragos causados por eles. (SIMMEL apud MORAES FILHO, 1983, p. 122—123).

Ressalto, entretanto, que nem sempre situações conflituosas são premeditadas ou passíveis de solução. Também não defendo que ocasiões de violência física sejam “boas” de alguma forma. O fato é que é impossível prever o que vai acontecer em campo; podemos apenas nos preparar, de modo a nos proteger, e ficar atentos aos sinais para tentarmos nos precaver quanto a incidentes. De igual forma, nós, enquanto pesquisadores, precisamos proteger os nossos interlocutores, evitar equívocos, constrangimentos ou provocar conflitos para eles dentro do próprio campo, principalmente em se tratando de locais que envolvam grupos em que uma parcela não está disponível a contribuir com o estudo etnográfico.

Nesse sentido, penso que é de extrema importância que as mais diversas áreas de pesquisa passem a externalizar e registrar, de forma mais direcionada, os seus conflitos, as formas como lidaram com eles e uma reflexão sobre essas experiências. Não de um dia para o outro, mas respeitando

o tempo e a forma como a equipe ou o pesquisador foi afetado. A produção dessa reflexão poderá contribuir não só para gerações futuras, como desejava Malinowski, mas também para a produção de uma Antropologia mais humana, que destaca a dimensão experiencial e sensível da produção do conhecimento etnográfico.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Email: hugovirgilio@id.uff.br

NOTAS

[1] - Optei pelo uso de pseudônimos para os meus interlocutores devido à pesquisa deles ainda estar em andamento e também para preservar os interlocutores de eventuais comentários desconfortáveis acerca de suas metodologias de trabalho ou de comentários de amenidades do campo durante a realização da minha pesquisa.

[2] - Traficantes de favelas próximas; ataques de criminosos ou até de vizinhos que não os considerassem bem-vindos; insalubridade; riscos relacionados à saúde e à alimentação. Além disso, pensando os pesquisadores enquanto estrangeiros, complicações legais que poderiam ter com o consulado de seus países caso se envolvessem em algum processo judicial.

[3] - “O ‘whitemansplanning’ é um neologismo que pensei a partir da noção de ‘mansplanning’ (man = homem; splanning = explicação) cunhada pelo movimento feminista contemporâneo para definir situações nas quais homens falam com autoridade a mulheres sobre os conteúdos que nós sabemos tanto ou mais do que eles. Incluo a categorização de white (branco) para enfatizar essa característica do meu interlocutor na situação descrita, e também para negritar que, além de um dos efeitos da masculinidade e do sexismo, esse também se intersecciona aos efeitos da racialização e da subjugação de mulheres negras, sobretudo quando estão em jogo os papéis de

produtores de conhecimento.” (MEDEIROS, 2018)

[4] - O artigo de Eva Moreno (1995), publicado na revista *Cadernos de Campo*, em 2018, traz uma importante nota de rodapé a respeito da tradução da palavra “antropóloga” (o asterisco presente no título do trabalho se refere a isto): “a tradução da língua inglesa para a língua portuguesa nos coloca questões sobre marcações de gênero das palavras e nosso entendimento é de que estas marcações são fundantes da discussão proposta neste texto, acerca do fazer antropológico diversamente marcado para antropólogas e (não) para antropólogos.”

[5] - Nessa ocasião, ele me disse em um momento a sós que fazia as unhas também como uma forma de entrosamento e socialização com Cláudia enquanto interlocutora.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 309–326, 19 jun. 2018.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niterói: EdUFF, 2017.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Quando a pesquisa é o problema: o tabu no estudo das práticas sexuais. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 270–293, 19 jun. 2018.

BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990 [1975].

CALVINO, Italo. Por que ler os clássicos? In: *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9–16.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CHAGAS, Gisele Fonseca. A(s) estrada(s) para Damasco: reflexões sobre as experiências de trabalho de campo em uma sociedade do Oriente Médio. In: *Revista Antropolítica*, n. 37, p. 403–423, Niterói, 2. sem. 2014.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005 [1937].

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1989.

GOLDMAN, Marcio. A tristeza nos trópicos ou o diário do etnógrafo. *São Paulo: Jornal de Resenhas* 35, 1998.

LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1934].

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].

MACIEL, L. Da C. Corpo kuilot. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 27, n. 1, p. 310–334, 26 dez. 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objeto desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental* (2ª ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um Diário no Sentido Estrito do Termo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

MEDEIROS, Flavia. Visão e o cheiro dos mortos: uma experiência etnográfica no Instituto Médico-Legal. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 23, n. 23, p. 77–89, 31 dez. 2014.

MEDEIROS, Flavia. Adversidades e lugares de fala na produção do conhecimento etnográfico com policiais civis. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p.

327–347, 19 jun. 2018.

MORENO, Eva. Estupro em campo: reflexões de uma* sobrevivente. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 26, n. 1, p. 235–265, 19 jun. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando Tradições Etnográficas: sobre um certo mal-estar na antropologia. In: *Cadernos do LEME*. Vol. 1. nº 1, p. 2-27. 2009.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), n. 16, ano 6, p. 43–50, julho de 1991.

PEIRANO, Mariza. A procura de dragões: ensino e pesquisa em antropologia. In: *Humanidades*, vol. 8, nº 5, p. 368–371, 1992.

RAMOS, Alcida. Metodologías. Ni en encontra ni a favor, todo lo contrario. *Cuadernos de antropología social*, n. 50, p. 21–31, 2019.

RIBEIRO, Florbela; COELHO, Karina; PATRIARCA, Letizia; BESSA, Paula. Adversidades no fazer antropológico. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 1, n. 26, p. 230–234, 2018.

ROCHA, Everardo. O que é Etnocentrismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Nos bastidores da pesquisa de campo. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 7, n. 7, p. 239–242, 30 mar. 1998.

SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2000.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-

Saada. *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 13, n. 13, p. 155–161, 30 mar. 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e Cultura: notas por uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p. 121–132.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 471–499, out. 2010.

CÁSSIA ELLER, UMA TRAJETÓRIA TRANSGRESSORA: MÚSICA E MATERNIDADE NÃO HEGEMÔNICA

CÁSSIA ELLER, UNA TRAYECTORIA TRANSGRESORA: MÚSICA Y MATERNIDAD NO HEGEMÓNICA

* Dayse Beatriz de Freitas Santos

Recebido em: 14/04/2020

Aceito em: 22/09/2020

Resumo

Este artigo busca analisar como, secularmente, as mulheres transgressoras das convenções sociais vigentes não somente tiveram suas histórias silenciadas bem como deturpadas. A partir de uma abordagem inspirada na nova historiografia, trazemos Manuela Sáenz de apoio analítico à análise sobre alguns silenciamentos na biografia de Cássia Eller e sobre sua maternidade não hegemônica. Apoiados nas contribuições femininas do pensamento político e social latino-americano, argumentamos que esses apagamentos biográficos remetem a enquadramentos morais herdados do regime colonial.

Palavras-chave: gênero, maternidade, transgressão, historiografia.

Resumen

Este artículo plantea analizar como, siglo tras siglo, las mujeres transgresoras de las convecciones sociales vigentes no sólo han tenido sus historias silenciadas, sino también distorsionadas. A partir de un enfoque inspirado en la nueva historiografía, traemos a Manuela Sáenz de apoyo analítico al análisis sobre algunos silenciamientos en la biografía de Cássia Eller y sobre su maternidad no hegemónica. Apoyadas por las contribuciones femeninas del pensamiento político y social latinoamericano, argumentamos que esas supresiones biográficas se refieren a los marcos morales heredados del régimen colonial.

Palabras-chave: género, maternidad, transgresión, historiografía.

1 Introdução

Do ventre nasce um novo coração
Eu vejo que aprendi
O quanto te ensinei
E nos teus braços que ele vai saber
[...] Do ventre nasce um novo coração [...]
O que fazes por sonhar
É o mundo que virá, pra ti e para mim
Vamos descobrir o mundo juntos, baby
Quero aprender com o teu pequeno grande coração
Meu amor, meu amor. (RUSSO, 1996) [2]

A escolha de analisar a biografia da intérprete e musicista Cássia Eller como sujeito de pesquisa deu-se no plano da disciplina Pensamento Social e Político Latino-americano (PSPAL) [3], que, ao ter sido direcionada por uma ótica dos estudos de gênero, permitiu-nos não apenas conhecer a biografia de Manuela Sáenz [possibilitando-nos conhecer Eller, a qual só se tornou sujeito em decorrência da leitura sobre Sáenz] como ainda ter condição de compreender os apagamentos na trajetória de nosso sujeito

em questão.

Desta forma, sustentada na revisão bibliográfica e documental, buscamos neste artigo apresentar analiticamente as condições de silenciamento e materiais da vida de Eller, a fim de apontar as cadeias de subordinação (CUMES, 2012) às quais estão submetidas sua trajetória tanto na dimensão artística quanto no âmbito pessoal; e, em particular, seu anseio concretizado de tornar-se mãe [4] no contexto homoafetivo de um relacionamento homoparental.

Demandamo-nos, portanto, a escrever este artigo a partir dos conceitos de decolonialidade de gênero (LUGONES, 2014) e as permanências de condições de subordinação das mulheres nos processos independentistas da coroa espanhola neste continente. Destaco, por sua vez, algumas contribuições de Inés Quintero (2001), historiadora venezuelana, responsável por reconstruir a trajetória de Manuela Sáenz; além disso, Maria Lugones, socióloga argentina – na perspectiva de relações intrincadas que atravessam os corpos subalternizados, não humanizados – pelo poder do corpo colonizador em sua condição legitimadora do que é ou não humano.

A América Latina, como uma territorialidade dominada, herdou do processo de colonização o discurso e a prática patriarcal (SEGATO, 2016); pautada e ancorada pela perspectiva do sujeito dominador, a lógica do silenciamento se instaura já às primeiras historiografias, as quais legitimam os seus atores de faces masculinas, de pele clara e de condição socioeconômica respeitável. Os estudos posteriores que “descobrem” (RODRIGUES, 2007) os sujeitos femininos lutantes pela independência latino-americana, buscaram, em essência, por biografias

de mulheres cujos atos lhes conferissem a imagem da típica heroína perfeita (QUINTERO, 2001).

A busca por biografias exemplares construiu o arquétipo a ser respeitado, e ocultou aquilo que lhe mostrasse ser antônimo. Ao sujeito feminino, à margem, foi-lhe condicionado a construção de transgressão; e à heroína, um breve respeito. Essas mesmas mulheres independentistas, perfeitas heroínas, embora lembradas pela velha historiografia (após todo o período que marcou o processo de luta), voltaram a seus antigos papéis sociais pautados pela cultura do gênero: o de esposa e/ou de mãe (MACÊDO, 2017; SILVA, 2016; QUINTERO, 2001; RODRIGUES, 2007).

Quintero (2001) apontou a transgressão como uma adjetivação questionadora da ideia de heroína e de outros rótulos da história oficial, utilizada para romantizar ou fragilizar as intencionalidades subversivas das mulheres. Se tomarmos ainda os poucos relatos históricos sobre Maria de Déa, constataremos que lhe foi instaurada a caricatura fantasiosa de uma “Joana D’arc da Caatinga” (NEGREIROS, 2019). Nesta conformidade, a categoria heroína relativiza ou subverte nuances ou situações não convencionais nas trajetórias historicizadas por compreender a mulher transgressora como a contraversão ao sentido de virtude.

Os movimentos de transgressão das mulheres nas culturas latino-americanas podem ser entendidos porquanto resultado da audácia de sujeitos silenciados em busca da subversão da ordem. De igual maneira que, quando são construídas as narrativas da historicidade sobre essas trajetórias heróicas, a historiografia clássica não somente sedimentou senão também selecionou as

biografias exemplares a serem lembradas; e ao restante, a negação e o silenciamento (QUINTERO, 2001). O prejuízo que se desdobra dessas narrativas históricas é circunscrito pelo deslocamento das mulheres a posições e lugares quaisquer (GONZÁLES, 2010; RODRIGUES, 2010; SILVA, 2016), bem como veremos em Cássia Eller.

Tal qual Quintero (2012) – como inicialmente dito – que reconta a biografia de Manuela Sáenz, enunciando seu lugar na história enquanto mulher transgressora da moral do século XIX, neste continente; buscamos chamar a atenção para algumas dimensões apagadas na biografia de Eller, e, sempre que necessário traremos – para uma melhor compreensão – Manuela à nossa discussão. Argumentamos ainda que este exercício é importante para tensionar a lógica sedimentada (BERGER; LUCKMANN, 2014) dessa moral coletiva do social que condiciona a narrativa histórica oficial na complexidade da cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2016) e ao poder da escrita operante dos feminismos hegemônicos (GONZÁLEZ, 2010), os quais reconhecem apenas as trajetórias de mulheres transgressoras já em posições sociopolíticas destacadas. Mas esta mesma perspectiva científica, em contexto brasileiro, antes havia sido também pensada pela intelectual, tradutora e filósofa Lélia Gonzalez: “Tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho, sem articular com seu correspondente racial é recriar em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (GONZALEZ, L. 1988a, apud RATTS; RIOS, 2010, p. 111) [5]

Em Lélia Gonzalez, sujeito racializado – biografada por Alex Ratts e Flavia Rios (2010) - tem-se uma correlação de raças com classes. Ela ainda, em seus

discursos, trouxe a necessidade de se falar sobre e para [como na ordem do discurso, tem-se a primeira pessoa, isto é, quem fala; e a segunda, com quem se fala; a terceiro se resume ao quê] quem. Assim, a filósofa brasileira declarava falar para uma “maioria silenciada” (RATTS; RIOS, 2010, grifos dos autores). Lélia contemplava os homossexuais à essa mesma maioria: “De modo geral, obtive apoio do movimento negro, do movimento de mulheres e do movimento homossexual, segmentos com os quais ela buscava dialogar” [6].

Toda esta contextualização permite-nos compreender a importância de se fazer análises a partir de teorias que problematizam a alienação nos feminismos referidos:

“Nesse sentido, sua proposta era a de que o movimento de mulheres discutisse as relações raciais para que a luta das feministas não se tornasse alienada nem reproduzisse a ideologia eurocêntrica da realidade. [...] Gonzalez acreditava no potencial transformador do movimento feminista, assim como sabia identificar suas falhas e lacunas, também reconhecia seus méritos e avanços”

(RATTS; RIOS, 2010, p. 111).

Quais dimensões fazem possível a ligação analítica entre as narrativas históricas sobre as trajetórias de Manuela Sáenz, no século XIX, nos Andes; e Cássia Eller, no século XX, no Brasil? A historiografia tradicional acarretou prejuízos à biografia de ambas, à medida que legitimou a construção de imagens caricatas que catalogaram a primeira como “amante” do libertador (QUINTERO, 2001); e a segunda, como “drogada” e “sapatão” [7]. Os termos “amante”, “drogada” e “sapatão” referem-se a enquadramentos morais que defendem ideais de antivirtude. Apesar da distância temporal e geográfica entre as trajetórias de Manuela Sáenz e Cássia Eller, elas

provocaram tensionamentos a tais enquadramentos, ainda que cada uma apresente suas especificidades biográficas e sócio-históricas.

Sáenz, ao ser biografada pela história oficial, foi catapultada como a “Libertadora do Libertador” [8], em atenção à sua relação afetiva com Simón Bolívar (GONZÁLEZ, 2010; MACÊDO, 2017; QUINTERO, 2001; RODRIGUES, 2007; SILVA, 2016). Nesse sentido, essas narrativas a colocaram à sombra sexual da figura masculina do herói (LONDOÑO, 2008).

Inés Quintero (2001) afirma ser um fenômeno recente este de pesquisar a participação das mulheres no processo de independência da América Espanhola. E Judith González (2010), ao sofisticar a discussão da ausência de uma sociologia do sujeito silenciado - na ótica de gênero - evidencia ainda mais a percepção de Quintero, quando constrói uma crítica ao formato clássico historiográfico de ter se reduzido ao estudo do objeto Estado, guerra e ordem. Com base na decolonialidade do gênero, a nova historiografia tem buscado o lugar das mulheres na construção histórica desse processo sociopolítico a partir da própria reconstrução metodológica da disciplina: “en particular, me referiré a la posibilidad de revisar los discursos historiográficos oficiales, en lo que respecta a las mujeres, de reescribir y reinterpretar su participación como sujeto político, y no como la de simple solidaria sin ninguna conciencia de su accionar.” (GONZÁLEZ, 2010, p.7).

1.1 Manuela Sáenz: vida transgressora

A saber, Manuela Sáenz, nascida em 27 de

dezembro de 1797, em Quito, Equador, foi castigada pela historiografia à proporção que suas ações se sobrepuseram às expectativas para uma mulher no século XIX. De branquitude subalternizada, Sáenz era filha ilegítima de uma relação ilícita de sua mãe de origem mestiça [9] com um senhor espanhol, o qual não lhe foi esposo. Tal fenômeno étnico-afetivo é bastante comum na América Latina, que, por sua vez, foi alcunhado e interpretado por Lélia por “Concubinação” (PEREIRA; HOLANDA, apud RATTIS; RIOS, p. 52) [10].

A fim de frear a potencialidade intelectual e as ideias subversivas de Sáenz, seu pai a confina num convento. E por lá, de tudo que lhe foi obrigatório e oportuno, Manuela aprende a rezar mas também a ler. Na linearidade - ao se ter relacionado com um jovem oficial - ela foge, de imediato, do convento e se “[...] despojada del atributo principal que debe poseer una doncella.” (QUINTERO, 2001, p. 67) [11].

Com essa quebra precoce dos valores de sua época; e, para se evitar a desmoralização familiar (haja vista ser a moral o conjunto integrante a essa cultura patriarcal), Manuela Sáenz ou optaria pelo retorno imediato e definitivo ao convento, ou se submeteria a um matrimônio conveniente capaz de contribuir e ressarcir “en parte lo que de por si es irrecuperable” [12]. Tempos à frente, Manuela, portanto, casa-se com um senhor comerciante, vinte anos mais velho e de origem inglesa.

Sob a condição de casada; Manuela, na clandestinidade, decide lutar lado a lado aos insurgentes independentistas; James Thorne, contudo, opõe-se à sua subversão [13]. À época, mulheres necessitavam da autorização de seus companheiros/esposos para aderirem

à luta (RODRIGUES, 2007; QUINTERO, 2001). E, como parte estrutural dessa cultura de gênero [o que não causa necessariamente um olhar de estranheza às pesquisadoras desses corpos silenciados], elas tinham mais esse direito negado; de forma que foram muitas as que se “travestiram” [14] (SILVA, 2016), adotando para si maneiras culturalmente lidas como práticas equivalentes ao sujeito masculino, com o básico objetivo de conseguir o direito à sublevação.

Após o triunfo de Pichincha, Manuela conhece Simon Bolívar com quem inicia veemente relações afetivas; estas responsáveis, por sua vez, por condicioná-la à categoria de “adúltera” e “amante”. Ainda nesse contexto, Sáenz manifesta interesse por uma separação legal, o divórcio; mas tão logo se frustra, porque James recusa-se a assiná-lo. Até o ano que sucede a morte de Simón; ao seu lado, ela permanecer-lhe-á. Será também sua companheira e confidente. Numa trajetória exposta à moral, Manuela tem se tornado o antiarquétipo da construção do corpo feminino heroico: a desquitada [15], a adúltera e a subversiva.

As transgressões de Manuela custaram-lhe ainda dois desterramentos (MACÊDO, 2017) de cujas pátrias esta teria ajudado a libertar:

Es notable la incommensurable dignidad que la hizo renunciar a la herencia dejada por su esposo cuando la miseria rondaba sus puertas. Se negó a volver a Ecuador cuando el Congreso ecuatoriano revocó la prohibición de su entrada al país por considerar que ya no tenía importancia su presencia, reducida como estaba a un sillón, envejecida y desengañada de las vanas adulaciones de la gloria que un día le había abierto sus doradas puertas. (LONDOÑO, 2008, p. 68).

2 A trajetória de Cássia Eller: público e privado em perspectiva

Cássia, em uma prática contínua, buscou sempre por sua única reafirmação: a da identidade de intérprete musical.

Nascida no estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1962, Cássia Rejane Eller - cujo nome simboliza uma homenagem à Santa Rita de Cássia -; interativamente, proferia discursos sequenciados por uma ordem moralmente lidos como hereges (ELLER, 2015); filha de um sargento reformado do exército e de uma dona de casa (Nanci Ribeiro), Eller morou em diversos lugares no Brasil. Malgrado tenha tido acesso a certo capital cultural, não chegou nem sequer a concluir o antigo segundo grau (BELO; LANDI, 2005), a tal ponto de a oralidade musical (ACEVES-LOZANO, 1994) ter-lhe operado como estratégia comunicativa.

A fim de conquistar a independência financeira, começa a trabalhar por um tempo como servente de pedreiro [16]; e em outro, a cantar em bares brasilienses. E é em Brasília, que o momento fundador da sua trajetória artística se expande.

É constatado que não apenas o timbre de Cássia Eller, senão também sua voz, grave e rouca, respectivamente - por preferência ou por gosto da intérprete - foram as marcas mais firmadas e responsáveis por terem conquistado a comunidade técnica musical e os interlocutores dela (ELLER, 2015). O músico e compositor, Oswaldo Montenegro, em participação ao documentário sobre o privado e o público da vida de Cássia Eller, de 2015, garante ter tido a musicista uma genialidade ímpar e

sofisticada. Mas ainda declara que ela ousou em misturar distintos gêneros musicais, sem hierarquizá-los, mesmo mantendo sua essência desde sempre roqueira. Oswaldo ainda potencializa em seu discurso essa capacidade intelectual de Eller (ELLER, 2015) ao afirmar que ela se fez como única e insubstituível por ter conseguido conciliar e misturar não somente os diversos, mas também os opostos gêneros musicais e de assim ter conseguido aproximar os distintos públicos, promovendo recepções e interações musicais entre eles. Desta forma, para o músico, além de a intérprete ter ‘despolarizado’, teria ainda dado uma outra roupagem estética à música no Brasil.

No palco, parecia distanciar-se do jeito pacato e de sua timidez, quando sempre que expunha, à plateia, os próprios seios; e de imediato, os lambia. Em fontes históricas, é comum vê-la como alguém não praticante do uso de sutiã. Por um tempo, foi adepta ao uso de piercing. E chegou a se tatuar. Eller ainda cultuou a prática de ter os cabelos e sobrancelhas raspadas. Como aspecto iterativo de sua personalidade, a intérprete mostrava ser aversa ao estático; aparecia, quando não raspados, com os cabelos em cortes diferenciados e comprometidos por distintas tonalidades. Também reiterativo, em performances, era vê-la se apresentar com pelos em suas axilas.

Cássia Eller, assim, não somente se reafirmou ser um corpo tensionador, como também feitor capaz de posicionar sua imagem enquanto “sapatão” e/ou “mulher-macho” transgressora dos atributos de feminilidade (SEGATO, 2016) – os quais se impõem como marcas culturais da imposição ao sujeito feminino.

Desde que nos propomos a pensar a trajetória de Cássia Eller, concordamos em propiciar uma análise que

contemple uma perspectiva não alienante, ou seja:

“O descolamento do projeto decolonial [...], seria uma traição à própria decolonialidade. Esse é um risco que visualizamos quando diversos acadêmicos brasileiros começam a utilizar o título decolonialidade nos seus trabalhos acadêmicos e, no entanto, não citam qualquer autor negro ou indígena [...]. Em outras palavras, a decolonialidade se torna mais uma moda acadêmica e menos um projeto de intervenção sobre a realidade. Nem tudo que brilha é ouro, por isso há necessidade de se ter clareza sobre o que está em jogo para ir além dos rótulos.” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020, p. 10; grifos dos autores).

Ancoramo-nos em referências que fossem capazes de materializar tal pensamento [embora em Cássia haja uma excepcionalidade, isto é – nela não é possível que seja abarcada a discussão racial, uma vez que não o seja – somente – tocamos em silenciamento na cadeia de subordinação sexualidade (gênero) e maternidade], a fim de pormos em prática tais diversidades de ideias propostas.

2.1 Cássia Eller e Manuela Sáenz na perspectiva decolonial

Tal trajetória se parece encontrar em dupla cadeia de subordinação: seja por se ser mulher, seja por se ser mulher lésbica. A partir de Lugones (2014), pesquisadora argentina, compreende-se que a desumanização do outro parte da prática da política de biopoder, a qual condiciona a existência humana dada pela ótica da invisibilidade (GONZÁLEZ, 2010; RODRIGUES, 2007).

O debate conceitual da decolonialidade do gênero traz relevantes contribuições que não apenas auxiliam pesquisadoras e pesquisadores na compreensão quanto aos tensionamentos provocados por essa sexualidade de lésbica – a qual exerce sobre esses corpos – como ainda

ao passo de que ajuda a iluminar as dimensões dessa subordinação na contemporaneidade.

A compreensão, neste contexto, refere-se ao compromisso por que tem a comunidade pesquisadora quando se dedica aos estudos de gênero e seleciona seus sujeitos que, historicamente, foram apresentados de formas caricatas ou por completo silenciados; um contraponto, por sua vez, ao pensamento de Pierre Bourdieu (1986.a) [17], que concluiu a incapacidade de se compreender trajetórias, id est, o investigador – o selecionador das falas narradas por seu sujeito de pesquisa – ao selecionar a biografia como método feitor de conteúdo não a compreenderia. E seu argumento acerca dessa ausência da compreensão baseia-se na lógica de que o observado é apenas mais um nome compondo a instituição da nominação, a qual [institucionalmente] nega essa individualização, mas que sofre determinada sedimentação por um discurso igualmente equivalente que a romantiza.

Ao negar essa compreensão, o sociólogo remete à interpretação estruturalista de indivíduo, o qual sendo apenas parte de uma cultura não seria capaz de romper e descontinuar a história (Brandão, 2015). E a partir dessa perspectiva decolonial, corrente pós-estrutural, que nos é possibilitada a conclusão de que, como sujeitos: Cássia Eller e Manuela Sáenz, individualizadas, por inteiro, descontinuaram a história, permitindo que lhes sejam realizadas compreensões.

2.2 A trajetória afetiva de Cássia Eller

A trajetória afetiva de Eller marca-se pela liberdade de que defendeu e se impôs como um sujeito adepto a relacionamentos afetivo-abertos, assim contestando

o mandado binário dos relacionamentos afetuosos heteronormativos. As tantas transgressões da intérprete foram dimensionais ao ponto de até mesmo terem sido poetizadas pelo compositor brasileiro Renato Russo, em sua canção 1º de julho [18], a mesma de que fez Eller inúmeras interpretações: “[...] sou fera, sou bicho, sou anjo e sou mulher; minha mãe e minha filha. Minha irmã, minha menina, mas sou minha, só minha e não de quem quiser [...]” (RUSSO, 1996).

A trajetória transgressora de Eller significou rompimento com as expectativas sociais normativas daquele momento histórico. Embora o discurso questionador da sexualidade heteronormativa esteja mais aguçado nesta sociologia contemporânea (GONZÁLEZ, 2014), Cássia não apenas contribui acirrado para debate senão ainda tensionou os limites entre as esferas pública e privada. Tal tensão foi alcançada pelas polêmicas suscitadas nos tabloides que lucram mediante a espetacularização de decisões da vida íntima de famosos.

À época, a intérprete morava já há um tempo com sua companheira Maria Eugênia Vieira Martins - e sempre disse que seria mãe aos seus 30 anos de idade (BELO; LANDI, 2005). Como deu na veneta (BELO; LANDI, 2005) de Eller, ela envolveu-se com seu baixista, Tavinho Fialho - casado e pai de dois filhos -, o que ela disse ter sido apenas algo imediato de uma noite, apenas.

No início do ano de 1993, Cássia comunica ao baixista estar grávida, o qual não reagindo bem à notícia, deseja-lhe que a interrompa (BELO; LANDI, 2005). Como doador de esperma, a participação de Tavinho foi de estrito sentido de reprodução biológica (ELLER, 2015). Pela consolidação de seu projeto de maternidade,

Cássia prossegue com sua gravidez e dispensa-o, por sua vez, de seus direitos e deveres associados ao estatuto da paternidade.

3 O Simbólico

As extensões das violências simbólicas [19] no espaço da cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2016) [20] comportam-se como construções constantes, mas sem a presença necessária da marca física; elas, assim, apresentam-se como: “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física” [21]. Ao recorrer-se ao sentido de simbólico, é permitido ao leitor a percepção de que há um conjunto de violências que, ao se construírem por meio de mecanismos psicológicos, veem-se mais difíceis de serem percebidas.

A maternidade, outrora construída como inerente ao feminino, isto é, um determinismo biológico – no período de pós-guerra e com efeito da publicação de *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1949) (SCAVONE, 2001, p.138) [22] – a qual “obra contundente que provoca escândalo e adesões” [23]-, ao provocar a problematização e de, assim, ter refutado tal determinismo, constrói a máxima de que “Não se nasce mulher, mas torna-se mulher” [24], haja vista ser a maternidade uma marca desse nascer mulher e – em refutação pela autora – deixaria de significar ser uma verdade absoluta ou, pelo menos, única. De qualquer forma, com tal fala, ter-se-ia uma confrontação ao estabelecido de regras ao feminino.

Consoante González (2010), o que faz os sujeitos femininos interligarem-se uns aos outros, é a condição de se ser mulher; mas, a contribuição do pensamento

da autora, indígena, guatemalteca, Aura Cumes (2010), sofisticada e ampla, em certa confrontação, essa perspectiva com a construção da ideia de cadeias de subordinação [25] – cuja teoria é uma alternativa do pensamento latino-americano ao conceito de interseccionalidade –, as quais, reconhecendo tal socialização dessa condição, esta ainda não seria capaz de compreensão por completo, por exemplo, do sujeito em cadeia de maternidade. Ou seja, o feminino não mãe [não portador dessa subjetividade] está distante do sujeito mulher-mãe, em condições de experiências compartilhadas.

Ao iluminar-se a construção de simbólico em maternidade, é preciso mostrar que não há uma ótica apenas em debate [26]; são extensas e complexas as definições sob os olhares a partir dos estudos científicos sociais mas também biológicos. Reiterando o argumento do parágrafo anterior, ao pensar-se em condição do sujeito feminino, como ação interligante, pode-se notar que o feminino-mãe interliga-se a outro feminino também experienciador dessa subjetividade, quando em contexto de maternidade. Pensar-se-á ainda na experiência compartilhada do momento amamentação/aleitamento.

Conforme Brecailo e Tamanini (2016, p. 833) - nutricionista e socióloga, respectivamente:

O aleitamento [o amamentar é intrínseco ao todo-maternidade, por isso essencial ao debate] é veiculado institucionalmente a partir da visão da mulher-mãe, da qual se esperam sacrifícios pelo bem de seu filho, para poder também realizar-se [sic]. A decisão de não amamentar não é tolerada por profissionais de saúde, que falam com a mãe a partir do pressuposto da essência feminina e da naturalização da maternidade. (sem grifos das autoras).

Há, portanto, uma violência residente nesse todo-

maternidade e aleitamento, uma vez que, o aleitamento, a partir da metodologia da ciência médica, ao ser unilateralmente pensado, não leva tanto em consideração os complexos simbólicos existentes que tangem o espaço socioeconômico e cultural, em que se encontram esses sujeitos:

No que tange especificamente à história do aleitamento materno, este não foi importante sempre. Hoje, frente a tantas campanhas e aos discursos e recomendações médicas nesta questão, a mãe, quando não amamenta conforme o ideal preconizado, pode ser alvo de críticas ou de culpabilizações. A relação da amamentação com a questão da natureza e da cultura abre um leque diversificado de posicionamentos teóricos, filosóficos e antropológicos, por vezes, em confronto com a perspectiva biomédica. Na confrontação institucional e normativa, vincula-se com processos de coerção produzidos por costumes compartilhados, mas, sobretudo, é uma relação complexa com a medicina, que tem construído uma percepção linear, com proposição de prática única sobre a alimentação e o cuidado das crianças. (BRECAILO; TAMINI, p. 830) [27].

Na ausência desses simbólicos – não resumidos apenas ao sociocultural –, a maternidade e o aleitamento resumem-se à construção da maternidade como uma experiência generalizada e, em especial, ao ideal de “‘amor eterno’ como natural” [28]. Conveniente, o mesmo ideal traz à tona a narrativa - de denúncia velada, para umas; reforço de estigmas, para outras - da escritora e idealizadora da Academia Brasileira de Letras (ABL), Júlia Lopes de Almeida, a qual por meios ambíguos ou sutis apresentou a condição e o quadro social de seu tempo (1862-1934) no qual estavam inseridas as mulheres. Partindo do anonimato social delas, Lopes trouxe a maternidade numa perspectiva que se faz atemporal. Em seu conto A caolha, a personagem, cujo nome lhe é inexistente, é marcada

por uma maternidade em menção à construção de amor incondicional. Mãe solo, a “infeliz” [29] caolha cria o filho – malgrado haja toda uma dificuldade encontrada é atrelada à sua aparência física de grotesca [30] -, o qual lhe será ingrato em diversas cenas. Mas caolha o vê sempre com um olhar de que o entende; em certo momento, não suportando a ingratidão de seu filho, ser-lhe-á hostil, não obstante não demorará para que se arrependa e o perdoe. Síntese de uma narrativa baseada numa realidade na qual empurra o feminino a condições violentas na busca pela materialização do amor incondicional.

Esse intrínseco ao todo-maternidade, o amamentar, portanto, não exclui a conclusão de que [como atividade] ele esteja ligado a construções, como bem pontuam as autoras: “[...] amamentar e cuidar são atividades vinculadas a diversas construções sociais, que perpassam não só a experiência de vida cotidiana, mas envolvem suas políticas e diversos atores.” (p. 829-830) [31].

3.1 Eller e as evidências de uma personalidade não ajustada aos princípios moralizantes sociais

A intérprete Cássia Eller, certa vez, quando questionada sobre o uso de drogas no período de sua maternidade, respondeu

Eu cheirava muita cocaína. Parei total, graças a Deus. Fiquei um tempo sem beber também, e isso me fez bem. Não foi nem exatamente por causa de Chicão que eu parei, meu corpo não estava mais agüentando. Durante a gravidez, parei porque, milagrosamente, enjoei de cigarro, café, maconha, de tudo. Aí o Chicão nasceu, amamentei [até os três anos de idade de Chicão, Eller ainda o amamentava [32]] e depois caí na farra de novo. (Drogas..., 2002, p. 80, apud, MARCELLO, 2005,

p. 29, sem grifos no original).

Apartir de tal afirmativa, percebe-se que a musicista – em desconformidade, não apenas com todo um discurso sedimentado quanto à questão do ser feminino; mas também, à perspectiva biomédica – provoca tensões ao que é o estrutural; no sentido de o corpo feminino, sob a tutela de toda a cultura de dominação, é observado pelo conjunto de regras moralizantes. Depois, no sentido do biológico [base legitimadora de um discurso], o qual apregoa a fala de readequação do feminino para o momento gravidez mas amamentação. E o que para ela, é tudo muito normal; para a cultura da dominação, não. Tampouco o é à comunidade médica.

Desde isso, torna-se mais emergente a conclusão de que a musicista não parou por um composto de expectativas referentes à medicina ou a construções sociais mas sim por uma condição própria de seu corpo, em reação aos sintomas provocados pelas drogas. Isto é, a partir do que nos é permitido pensar – senão o enjoo para fazê-la parar de usar substâncias –, por conclusão, não as teria deixado de consumir.

Apermanência do pensamento de que a maternidade é inerente ao feminino e - sob as condições generalizantes da biomedicina e ainda sob a tutela do costume moral socializado – a proposta de tornar-se mãe não se esvai do contexto apontado por violência simbólica. Tal colocação de Brecailo e Tamini nos ajuda a potencializar tal argumento (2016, p. 829-830):

Esta posição desconsidera a maternidade na qualidade de uma experiência repleta de significados e de atribuições sociais, com muitos fatores – pessoais, simbólicos, históricos, culturais – imbricados desde o momento da fecundação e/ou do projeto imaginado por mulheres,

antes mesmo de uma gravidez.

Quando Cássia Eller decide tornar-se mãe, ela o faz por uma decisão aparentemente íntima, mesmo que, de alguma forma, tenha reproduzido o discurso de que “toda menina pensa no dia que vai ter filho” (ELLER, 2015). A forma de reprodução à que Cássia submeteu-se não se ajusta a “princípios” moralizantes da reprodução à convencional. Não bastasse estar numa união com uma outra mulher, também quis tornar-se mãe, envolvendo-se numa relação - de imediato – e extraconjugal da qual sai grávida.

3.2 A amamentação

O aleitamento, como uma atividade ligada a diversas construções sociais (BRECAILO; TAMANINI, 2016), alterna a ideia biológica de que o corpo feminino é um dado natural para o projeto maternidade e para seu instinto, bem como a interpretação sedimentada de que o aleitamento deva ser hegemônico:

Este pressuposto da ciência médica sobre o corpo da mulher como dado natural e a respeito da maternidade como instinto e missão, portanto, como parte constitutiva do ser mulher, bem como do cuidado da criança, incluindo-se o aleitamento materno, na qualidade de função da mãe, quase nunca considera as dimensões das possibilidades de escolha e as condições para exercê-la. [...] Esta posição desconsidera a maternidade na qualidade de uma experiência repleta de significados e de atribuições sociais, com muitos fatores – pessoais, simbólicos, históricos, culturais – imbricados desde o momento da fecundação e/ou do projeto imaginado por mulheres, antes mesmo de uma gravidez. [33].

A amamentação, sendo, portanto, a experiência de sentidos e simbologias, torna-se mais sensível,

quando não mais se preocupa em categorizar em mais ou menos potencialmente mulher-mãe, mas em intermediar experiências desses corpos, evidenciando as dificuldades existentes desse momento. Assim, são vários os sujeitos femininos que não conseguem amamentar um período mínimo, tal qual os que conseguem o mínimo e os que ultrapassam a expectativa recomendável. De qualquer maneira, o que interliga esses sujeitos uns aos outros, em suas cadeias de subordinação, é a experiência em ter vivenciado a complexidade da maternidade e de suas dimensões de categorias. Os estigmas do aleitamento também os interligam.

4 Judicialização

Eu sou poeta e não aprendi a amar [34]

Em 11 anos [BELO; LANDI, 2005], com dez discos produzidos e no auge de sua carreira, Cássia – aos 39 anos de idade – morre em 31 de dezembro de 2001, após um ataque cardíaco. Sob a especulação de mídias, a divulgação de sua morte foi exposta de imediato, sendo atrelada a uma consequência por overdose. O laudo oficial do IML, não obstante, não apenas apontou a ausência por tóxicos, senão ainda atestou que a causa da morte da intérprete havia sido provocada por infarto do miocárdio, contestando, portanto, a antiética e o assédio jornalístico [35]. Fenômeno parecido (espetacularização da morte) ocorreu com a pensadora Lélia Gonzalez, que [em debilitado estado clínico em decorrência de diabetes ao ter se definhado por demais o próprio peso] sofreu constrangimento ao ter tido a condição de sua doença

atrelada à doença causada pelo vírus da Sida – HIV: “Lélia passou por situações constrangedoras. Alguns, supondo que ela estava com aids, evitando ter contato direto com ela” (RATTS; RIOS, 2010, p. 152).

O ano posterior à sua morte foi marcado pela disputa da guarda de Chicão (Francisco Eller). Altair Eller, pai dela, entrou na justiça pela guarda de seu neto. E o advogado a cargo de Altair, sob a prerrogativa de que havia “fato estarrecedor” que ocorria dentro da residência da intérprete, alegou a necessidade, por isso, de disputar a guarda de Chico Chico.

As breves entrevistas concedidas por Eller às mídias foram sempre contundentes em afirmar que, em sua ausência por morte, o filho devesse, pois, ficar sob a guarda de sua companheira (ELLER, 2015): “‘O pai dele já morreu. Olha aí, olha a confusão. Mas aí ele vai então ficar numa instituição até isso se resolver? Não pode.’ Cássia Eller em entrevista à revista Marie Claire” (ELLER, 2015).

A intérprete planejava ainda se casar legalmente: “‘Eu penso em me casar com a Eugenia sim. De ter um documento, um contrato de casamento com ela mais para facilitar a coisa assim... de direito, sabe? Pra ela e pro Chico’. Cássia Eller em entrevista à revista Marie Claire” (ELLER, 2015). Mesmo que – à época, a relação e modelo parental homoafetivos não tivessem sido produtos políticos de uma proibição explícita - os direitos eram inexistentes a essa constituição familiar. Naquele mesmo contexto político, a deputada Marta Suplicy, em 1995, elaborara um Projeto de Lei, cuja proposta seria de reconhecimento legal de direito ao casamento civil por homoafetivos (GROSSI, 2003) até então não reconhecido. E no mesmo

ano, após intensa batalha judicial liderada por Maria Eugênia, Cássia, postumamente, consegue materializar um efeito transgressor e reconhecido como inédito no Brasil: a outorga da primeira guarda materna homoafetiva legal. Eugênia, em resposta à mídia, respondeu que independente da questão “homossexualismo” (ELLER, 2015), não faria sentido Chicão ficar com outra pessoa, senão com ela mesma, que lhe vinha desempenhando desde sempre o papel de mãe.

“Um caso especial e particular” lido assim por Maria Eugênia. Naquele período, foi-se uma prática comum casais homoafetivos, na tentativa de realização de um projeto da homoparentalidade, terem recorrido à chamada “adoção à brasileira” (GROSSI, 2003; TARNOVSKI, 2002).

Por fim, o tipo particular de adoção privilegiado nesta dissertação aponta para a existência de um modelo especificamente brasileiro de realização da homoparentalidade. A chamada “adoção à brasileira”, que consiste em registrar uma criança como se sua fosse, permite que homossexuais desejosos de se tornarem pais possam realizar seus projetos de família sem precisar de autorização explícita do Estado. (TARNOVSKI, Flávio L. 2002, p. 106).

5 Considerações finais

Adequando-se às normas sociais hegemônicas, a historiografia clássica priorizou por adequação ao status quo sujeitos masculinos como alvo da sua narrativa. Em decorrência, a omissão biográfica de corpos subalternizados gerou e continua gerando vazios sobre outros modos de ser e estar no mundo. A partir da ideia de transgressão moral, buscamos questionar a trajetória de Cássia Eller enquanto contrária à virtude hétero-normativa. Conduzimos nosso

pensamento como descontentamento diante da história oficial e das análises feministas hegemônicas, que, ao priorizarem sujeitos em detrimentos de outros, determinam o sujeito feminino que será lembrado e o que será ocultado.

Trouxemos a trajetória de Cássia Eller por considerá-la silenciada nas análises que se têm contribuído com a legitimidade da pauta feminista e homoparental no Brasil. Como repertório de protesto muito antes dessa prática alcançar popularidade, Cássia Eller realizava a exibição de seios há muito tempo. Propusemos pensá-la como transgressora em suas ações, porque potenciaram debates importantes; sem a subtração, ainda, do que representou postumamente, quando sua vontade de que a guarda do filho ficasse sob a responsabilidade de sua companheira. Essa disputa judicial pautou a legalidade do direito de maternidade ou paternidade entre casais homoafetivos ou à margem da convenção tradicional parental e binária: homem e mulher.

Essa trajetória específica é central para questionar a vitalidade da moralidade social, em que os corpos das mulheres já não mais aceitam a construção de um pensamento que condiciona o feminino à pré-condição biológica da reprodução. O tensionamento ou negação de expectativas sociais constitui assumir “riscos”; e transgredir, implica arriscar. No imaginário social construído, a transgressão é contida não apenas com práticas legitimadas mas também com a censura, preconceitos, estigmas e, conseqüentemente, com movimentos contínuos de silêncio e apagamento.

Manuela e Cássia Eller, embora sujeitos de épocas distintas, têm em comum suas biografias construídas a partir de estratégias pautadas pela velha historiografia.

Enquanto uma esteve em luta num processo independentista predominantemente marcado pela presença da figura masculina; a outra, rebela-se já desde muito nova contra as expectativas de uma imposta sexualidade heteronormativa; sendo-lhe o palco o local de subversão. Assim, Manuela Sáenz e Cássia Eller, em suas transgressoras existências, põem-se ora afins, ora distintas, e sempre interligadas neste artigo para demarcar as potencialidades das transgressões agenciadas pelas mulheres neste continente.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda pela Universidade de Brasília. Email: daysebeatrizdias@gmail.com

NOTAS

[2] 2º verso da 7ª estrofe da canção 1º de julho composta pelo compositor Renato Russo para Cássia Eller, quando soube da gravidez dela. Cássia cantava-a em suas apresentações agendadas, mas somente em 1994 a gravou para o seu terceiro disco. (BELO; LANDI, 2005).

[3] <https://elizabethruano.com/ensino/psal/psal-2019-2/<>. Acesso em: 17 de nov. de 2019, 11:32.

[4] Apesar de ser de domínio público sua identidade assumida como sujeito não hétero: “de vez em quando, dava na veneta da cantora se relacionar com homens.” (ELLER, 2015; BELO; LANDI, 2005), não enfocaremos necessariamente essa dimensão; buscamos, entretanto, refletir sobre as transgressões notórias de seu discurso e de sua existência; depois, demarcar o significado político desses posicionamentos em sua condição póstuma no contexto atual de retrocesso das políticas governamentais para o público LGBTI+.

[5] RATTIS, A; RIOS, F. Lélia Gonzalez. In: BENEDITO, Vera Luz (coord.). Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Selo Negro, 2010, p. 111.

[6] Ibid., p. 117.

[7] “Sapatonas”, no plural; ou “sapa”, de forma abreviada, tal e qual “tortilla”, “tortillera”, “torta” e “arepera” são palavras correlatas em espanhol, usadas em países latino-americanos, como sinônimas de lésbica. Esses termos refletem, de um lado, a estigmatização; e de outro, resistência ativa mediante a repertórios e a agenciamentos no contexto dos movimentos sociais ou coletivos feministas e/ou lésbicas que ressignificam e politizam o estigma mediante ao que Segato (2016) chamou de vocabulário estratégico descolonial.

[8] Manuela Sáenz, como “Libertadora do Libertador”, assim se deu porque em um momento de risco de morte por que passara Simon Bolívar, Manuela o salvou. O Libertador a teria adjetivado dessa forma em decorrência à sua valentia. (LONDOÑO, 2008).

[9] A palavra foi mantida conforme se encontra no texto original, que está em espanhol, não refletindo, portanto a nossa opinião.

[10] “A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de “concubinagem”, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim; claro que eu me transformei numa ‘prostituta’, numa ‘negra suja’ e coisas desse nível... [...] sacou todo o processo de discriminação da família dele [...]” (PEREIRA; HOLANDA, apud RATTIS; RIOS, 2010, p. 52)

[11] QUINTERO, Inés. Las mujeres de la independencia: ¿Heroínas o Transgresoras? El Caso de Manuelita Sáenz. In: POTTHAST, Barbara; SCARZANELLA, Eugenia. Mujeres y Naciones en América Latina. Problemas de inclusión o Exclusión. Barcelona: Vervuert Iberoamericana. 2001, p. 67.

[12] Id., 2001, loc. cit.

[13] Consoante a pesquisadora, equatoriana, Londoño (2008, p. 9): “Manuela, podemos abordá-la como a combatente que rompeu com as estritas normas vigentes naquela época, vestiu uniforme militar, aprendeu a usar armas, desenvolveu táticas de espionagem para ajudar os planos independentistas; forneceu às campanhas a maior parte do dinheiro herdado de sua família materna. Participou de ações militares e de batalhas para deter as sublevações contra Bolívar; ainda tomou parte nas batalhas independentistas de diferentes maneiras, inclusive como combatente. (tradução nossa).

[14] A autora Claudia Silva escreveu o artigo em 2016 e utilizou a palavra para marcar uma atitude tomada pelos sujeitos femininos, como forma de reivindicação ao direito à sublevação. Era necessário que essas mulheres usassem roupas e tomar para si modos construídos como naturais da figura masculina. A nossa necessidade, pois, em usar entre aspas é mais por uma responsabilidade de que temos em não usar “travestiam” com o sentido de estigmatizar os corpos das travestis. Há algum tempo já que a linha linguística e as habilitações dentro das Ciências Sociais vêm promovendo debates acerca de palavras que estigmatizam corpos, grupos e comunidades. Ademais, há também uma incessante busca pela reformulação e reeducação de nossos vocabulários que reproduzem diariamente estruturas discursivas racistas, fóbicos, machistas etc.

[15] Não havendo a completa extinção do vínculo matrimonial, o desquite funcionava como um divórcio. Eram comuns as práticas de preconceito aos sujeitos desquitados; mas, em especial, aos sujeitos femininos. A ausência de políticas que conferissem a estes iguais direitos como aos dos demais sujeitos, os colocavam à margem, sempre vistos como imorais. As relações afetivas no momento desquite eram ilegítimas e moralmente lidas como extraconjugais. Os novos filhos dessas constituições familiares, que – socialmente - compreendidas por ilegítimas, eram considerados bastardos. Disponível em:> <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>. Acesso em 04 de

abr. de 2020, 15: 06.

[16] ELLER, Cássia, Cássia Eller no Programa do Jô 2001 - Entrevista completa! Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=IpJTcqlt-dk>. > Acesso: 19 de set. de 2020, 09:07.

[17] BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. 1986. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf : > Acesso em: 16 de set. de 2020, 00: 15.

[18] Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=ywMJEu8dddA>.

[19] Violência Simbólica, como prática de dominação sobre o corpo socialmente construído por feminino, assim é definida pelo sociólogo, francês, Bourdieu, como (2016, p. 63): “Ao se entender ‘simbólico’ como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’ e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação.” (grifos no original). O autor ainda, a fim de desfazer possíveis análises que compreendam a violência simbólica como menos intensa ao corpo feminino, afirma: “Ao tomar ‘simbólico’ em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência.” (ibidem; grifos do autor).

[20] BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 15 ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 61-62.

A dominação masculina em Pierre Bourdieu

(2019) é definida, assim: “A dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (p. 61-62, grifos do autor).

O sociólogo ainda completa (2016, p. 63-64): “[...]é suspeita de ser um meio de restaurar, sob uma capa científica, o mito do ‘eterno feminino’ (ou masculino) ou, o que é mais grave, de eternizar a estrutura de dominação masculina descrevendo-a como invariável e eterna. Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de produção, para qual o contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (grifos do autor).

Desta forma, o uso de “violências simbólicas” e “dominações masculinas” no subtítulo em que falamos do momento maternidade e o encontro entre esses sujeitos, que são mães, deu-se mais por necessidade de evidenciar que, ausentadas dessas duas experiências, concluímos, ao ler o texto das autoras Breailo e Tamanini, que o projeto maternidade e o aleitamento se contemplam como exemplares dessas duas ordens em Bourdieu. No ponto científico biológico, a mulher tem uma estrutura natural para o momento; a discussão colocada pelas autoras do texto contempla mais a percepção de que esses corpos sujeitos-mãe são também produto social e por o serem, estes carregam pesos morais e sociais desde o momento “quero ser mãe” ao nascimento e ao aleitamento. Assim, nossa percepção compreendeu sendo extensões esses

dois momentos intrincados do ser mãe e o aleitamento, porque a noção biológica desconsidera os símbolos sociais sobre esses sujeitos e suas consequências. Insistir, pelos mecanismos sociais e biológicos, o processo amamentação quando os sujeitos femininos não têm condições emocionais nem físicas para tal, é permanecer em movimentos contínuos essas violências.

[21] Ibid., p. 50.

[22] SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Disponível em: > <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf> 2001. p. 138.> Acesso em: 16 de set. de 2020, 00: 16.

[23] Ibid.

[24] Ibid.

[25] CUMES, Aura. Plaza Pública: algunas líneas de mi vida. Disponível em: < <https://www.plazapublica.com.gt/content/algunas-lineas-de-mi-vida>. > Acesso em: 19 de set. de 2020, 12:54.

[26] Ao ancorar essa construção de pensamento, buscamos não somente por leituras de Ciências Sociais, mas também por leituras da área de saúde: AMARAL, L. J. X. et al. Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n4/pt_0034-8910-rsp-48-4-0697.pdf. Acesso: 18 de set. de 2020, 16: 31. A busca por uma melhor construção de ideias, fez-me ir a campo à procura de entrevistas com sujeitos-mãe. Conquistada a confiança de meus sujeitos, expuseram-me, tal qual o subtítulo chama-se o simbólico, os simbólicos de suas gravidezes e os momentos de seus aleitamentos. 5 mulheres-mãe de uma mesma célula familiar: Alane Pereira de Figueredo – idade não revelada -, Liliane Maria da Silva – idade não revelada -, Norma Batista de Figueredo (39 anos), Silvana Alves Veras – idade não revelada -, Tatiane Pereira de Figueredo (36 anos), Silvana Batista de Figueredo – idade

não revelada.

Alane P. F. diz ter sido uma experiência um tanto quanto difícil no começo, haja vista não ter sabido mesmo lidar com a pega do bebê. Alguns ferimentos, por isso, aconteceram. A situação durou 20 dias. Passando isto, conseguiu amamentar por um ano e oito meses.

Liliane M.^a. S. diz que sua primeira experiência do amamentar não foi muito boa, pois não conseguiu amamentar a filha por muito tempo: foram três meses. O que a provocou um mal-estar por não ter conseguido lidar com a situação. Na segunda, amamentou por um ano o seu filho. Neste mesmo período, disse ter tido uma fase “um pouco ruim” porque seu leite empedrou: os efeitos causados lhe foram de dor nos seios - inchados – e febre. Fecha: “Foi um tanto quanto tranquilo.”

Norma B. F.: mãe de três filhos. A primeira gravidez ocorreu aos seus 17 anos de idade; a experiência foi marcada pela complicação ‘da ausência de bico’. Os peitos doíam e encheram-se por demais. Ressecaram. Com a ajuda de alguns cremes (suponhamos que sejam hidratantes) melhoraram. Na segunda e terceira gravidezes, não teve problemas. Foram, para ela, “tranquilas”. Chegaram até os dois anos de idade sendo amamentados. E fecha: “Experiência maravilhosa. Ótima demais.”

Tatiane P. F., a qual, responsável por intermediar as conversas, disse que sobre O simbólico tem dois exemplos com os quais se identificou: o primeiro, na passagem em que é falado sobre mulheres antes mesmo de se tornarem mães, já ouvirem o discurso da condição biológica da produção necessária para o amamentar nutritivo dos filhos. O segundo, sentimentos provocados por discursos que as fazem se sentirem potencialmente inferiores como mães. E discorre que, ao ter tido alta após o nascimento de sua primeira filha, à noite, quando foi amamentá-la, o seu leite – simplesmente – não saía, provocando, assim, nela a invocação de sentimentos “de menos mãe”. Por não ter conseguido amamentar a filha, nos três primeiros dias, ficou um “pouco traumatizada”. Amamentou-a até 1 ano e três meses de vida. Em sua segunda experiência, ouviu comentários desagradáveis por manter a filha em amamentação próxima aos seus 2 anos de idade: “onde vai, a menina está agarrada, que coisa feia [...]”. fecha:

“amamentar [...] momentos mágicos de ser mãe. [...] cabe a cada uma decidir até quando, onde e como amamentar. [...] hoje, tenho uma visão diferente, lógico que não tirando a importância do leite materno. Entendo que há várias situações [...]”.

Silvana A. V. diz ter amamentado até dois anos. Não amamentou mais porque achou estar boa a quantidade já experienciada. “Experiência ótima”; nas primeiras semanas pela falta de experiência diz ter tido algumas dificuldades. Depois “tirou de letra”.

[27] BRECAILO, Marcela Komechen; TAMANINI, Marlene. Amamentar, cuidar, maternar: regulações, necessidades e subjetividades. ARTIGOS DE TEMA LIVRE / FREE THEMED ARTICLES, 2016, p. 830.

[28] Ibid.

[29] “Infeliz” e “desgraçada”, assim, são ditas pela escritora.

[30] Caolha, como era conhecida, sofria de todo o preconceito por consequência à sua fisionomia: “O seu aspecto infundia terror às crianças e repulsão aos adultos; não tanto pela sua altura e extraordinária magreza, mas porque a desgraçada tinha um defeito horrível: haviam-lhe extraído o olho esquerdo; a pálpebra descera mirrada, deixando, contudo, junto ao lacrimal, uma fístula continuamente porejante.” (2019, p. 81).

[31] Ibid., p. 829-830.

[32] Entrevista concedida, em 2004, por amigas da intérprete Cássia Eller à Revista Fórum. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/colunistas/julinho-bittencourt/cassia-eller-15-anos-depois-forum-resgata-texto-que-reconstrói-últimos-dias-da-cantora/>> Acesso em: 04 de abr. de 2020, 19: 02.

[33] BRECAILO, Marcela Komechen; TAMANINI, Marlene, op. cit., p. 830-831.

[34] A canção Malandragem composta pelos compositores

Frejat e Cazuza; a propósito, era para ser interpretada por Angela Ro Ro, mas ela fez recusa. Frejat, em busca de alguém para então interpretá-la, investe em Cássia Eller, a qual, sem hesitar, toma para si como parte de sua identidade, rebelde e transgressora. Gravada, a canção foi lançada em 1994. A canção é compreendida como chave na carreira da intérprete, conforme técnicos, intérpretes, compositores e musicistas, como a que impulsionou a fama dela.

A canção, em diferentes gravações – 1994, 1996 e 2001-emplacou-se como a mais tocada nas rádios. Disponível em: > <https://www.youtube.com/watch?v=iVSUGdySh1s>. Acesso em: 11 de abri. de 2020, 16:18.

[35] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/02/01/ult27u18927.shl>. Acesso em: 12 de abr. de 2020, 13:38.

Referências Bibliográficas

ACEVES LOZANO, Jorgè Eduardo. *Práctica y estilos de investigación en la historia oral contemporánea*, Historia y Fuente Oral, No. 12, Fronteras (1994), pp. 143-150.

ALMEIDA, Júlia L de. A caolha. In: FREITAS, M. H. A.; LEMOS, C. O.; SOARES, M. A. R.; (Orgs.). *Escritoras do Brasil: ânsia eterna*. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: > <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/559746/AnsiaEterna.pdf>. Acesso em: 18 de set. de 2020, 17:18.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 3 ed. Tradução Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELO, Ed.; LANDI, A. C. *A história de Cássia Eller: apenas uma garotinha*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: tratado da sociologia do conhecimento*. 36 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 2014.

BRECAILO, Marcela Komechen; TAMANINI, Marlene.

Amamentar, cuidar, maternar: regulações, necessidades e subjetividades. ARTIGOS DE TEMA LIVRE / FREE THEMED ARTICLES, 2016, pp, 825-846.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 15 ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1185/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20A%20Ilus%C3%A3o%20Bibliogr%C3%A1fica.pdf.

BRANDÃO, Ramon Taniguchi Piretti. *Estruturalismo e pós-estruturalismo: uma arqueologia dos conceitos e o lugar ocupado por Foucault*. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 5, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2015.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. In: COSTA-BERNARDINO, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). *Coleção: Coleção Negra e Identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CUMES, Aura Estela. *Mujeres indígenas patriarcado y colonialismo: un desafío a la segregación comprensiva de las formas de dominio*. Hojas de Warmi, n. 17, 2012.

DE AMORIN MARCELLO, Fabiana. *Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

ELLER, Cássia: Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/radio/programas/550330-dezessete-anos-sem-cassia-eller?pagina=767>. <Acesso em: 18 de nov. de 2019, 12:55.

ELLER, Cássia: Direção de Paulo Henrique Fontenelle. Rio de Janeiro: Migdal films, 2015. 1 vídeo (210 min).

GROSSI, Miriam Pillar. *Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil*. Cadernos pagu, 2003, no 21, p. 261-280.

GONZÁLEZ, Judith. *Re-imaginando y re-interpretando a*

las mujeres en la independencia: historiografía colombiana y género. *Procesos Históricos*, 2010, n. 17, 2010. 2-17

LONDOÑO, Jenny. Manuela Sáenz: “mi patria es el continente de la América”. *Cuadernos Americanos*, 2008, no 125, p. 67-85.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*. v. 22, n. 3, 2014, pp. 935-952.

MACÊDO, Lília Maria. O grito de independência das mulheres latino-americanas. *Dossiê Especial Cadernos de Estudos Sociais e Políticos: Clássicas*, v.6, n.11, 2017, pp. 80-8.

MARCELLO, Fabian de Amorim. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação.

NEGREIROS, Adriana. Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/actualidad/1537379793_101741.html.>Acesso em: 12 de 2019, 13:40.

QUINTERO, Inés. Las mujeres de la independencia: ¿Heroínas o Transgresoras? El Caso de Manuelita Sáenz. In: POTTHAST, Barbara; SCARZANELLA, Eugenia. *Mujeres y Naciones en América Latina. Problemas de inclusión o Exclusión*. Barcelona: Vervuert Iberoamericana. 2001.

RUSSO, Renato. 1º de julho.1996. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cassia-eller/primeiro-de-julho/renatorusso>. >Acesso em: 18 de nov. de 2019, 13: 25. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ywMJEu8dddA>.>Acesso em: 18 de nov. de 2019, 13:11.

RODRIGUES, Amanda Maria Lima. As mulheres e as guerras de independência na América Latina no século XIX: invisíveis ou inexistentes? *Ameríndia-História*,

cultura e outros combates., 2007, vol. 2, no 2, p. 10

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade”: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: *Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*. Brasília, 2016, pp. 106-131.

SILVA, Cláudia. La pluma y el laberinto: autobiografía y representación de Manuela Sáenz. *Revista historia de las mujeres*, v. 164, pp. 1-16, 2016

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais, 2001, pp. 137-150.

TARNOVSKI, Flávio Luiz, et al. Pais assumidos: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO A PARTIR DE REPRESENTAÇÕES APRESENTADAS NO FILME MA VIE EN ROSE

REFLECTIONS ABOUT THE SOCIALIZATION PROCESS INSPIRED BY SITUATIONS PRESENTED IN THE FILM MA VIE EN ROSE

* Gleicielen Araújo de Souza

Recebido em: 14/04/2020

Aceito em: 01/09/2020

Resumo

Este artigo busca refletir sobre algumas questões referentes ao processo de socialização por meio da perspectiva de gênero. O recorte foi realizado a partir das experiências vivenciadas por Ludovic, que atua como protagonista do filme *Ma vie en rose*. Através deste recorte, foi possível refletir sobre a influência da linguagem enquanto elemento que ajuda a traçar fronteiras em relação à matriz sexo/gênero. Por meio da narrativa fílmica, foi realizada uma breve análise de determinados processos referentes à socialização, uma vez que a socialização é fundamental para o entendimento da categoria homem/mulher, masculino/feminino e implica no processo de tornar-se inteligível.

Palavras-chave: socialização, linguagem, gênero, performatividade e patriarcado.

Abstract

This work aims to provide some reflections on the process of socialization through the lens of gender perspective. The reflections presented here were based on the movie *Ma Vie en Rose* (1997) and the situations experienced by the protagonist Ludovic. Through analysis of the movie's scenes, it's attempted to cast a new light on the influence of language on the sex/gender system. A brief analysis of some processes inherent to socialization has also been done since these are fundamental to the understanding of the male and female categories and to the intelligibility of an individual.

Key words: socialization, language, gender, performativity and patriarchy.

1 Introdução

Ma vie en rose trata-se de um longa-metragem europeu com produção e colaboração de países como Bélgica, França e o Reino Unido. Lançado em 1997, o filme recebeu a direção do belga Alain Berliner. O longa chegou ao Brasil com o título *Minha vida em cor de rosa*, no ano de 1998. Em entrevista à *Folha de São Paulo* (1998) [1], Berliner afirmou que a produção é sobre identidade e não sobre homossexualidade. Embora o tema central seja a identidade, é necessário frisar que a sexualidade

possui papel fundamental na construção de identidades. A heterossexualidade é hegemônica e condiciona várias maneiras de ser e estar no mundo.

A década de 1990 foi um marco em termos de pesquisas e estudos sobre gênero e sexualidade aplicados a narrativas fílmicas, em especial, voltadas para a perspectiva queer. A produção de conteúdo utilizando a óptica queer significa problematizar, politizar e desestabilizar algumas certezas em relação à natureza/cultura, sexo/gênero. “O

ponto central é explorar, nas pesquisas, a performatividade como um *modus operandi* da constituição do gênero que se utiliza dos repertórios corporais, imagéticos, discursivos, com os quais se efetiva, institucional e individualmente, o exercício da sexualidade.” (BESSA, 2015, p. 71).

Outra importante característica dos filmes queer da década de 90, diz respeito ao cuidado em documentar a realidade, há tentativa de não romantizar. As narrativas fílmicas possuem o potencial de colocar em evidência diferentes formas de pensar, sentir e agir. O recorte realizado em *Ma vie en rose* está direcionado a apresentar a forma como os personagens (embebidos de valores hegemônicos) lidam com uma criança que possui pênis e afirma ser uma menina.

Apesar de tratar-se de uma produção da década de 90, as questões abordadas ainda são atuais. De forma que podemos pensar acerca das marcas culturais que recaem sobre os corpos, assim como a naturalização dos comportamentos femininos e masculinos. Por exemplo, é incentivado e lido como normal que meninos comportem-se de uma determinada maneira, diferente das meninas. Desta forma, por meio dos processos culturais é eleito o que é natural. Fabricamos e reconfiguramos a natureza e a biologia, de modo que as tornamos históricas (LOURO, 2000).

O objetivo do presente artigo é analisar alguns aspectos do processo de socialização, tais como a linguagem, sexualidade e gênero. A partir desses temas, serão apresentadas algumas reflexões sobre situações que circulam nossa vida cotidiana. Parte do processo reflexivo sobre o tema aqui proposto foi desenvolvido a partir do filme *Ma Vie En Rose*. A trama é protagonizada

por Ludovic (possui sete anos), não entende-se enquanto menino e expressa seu desejo de tornar-se uma menina. A história ganha contornos trágicos quando a criança expressa sua vontade de casar-se com Jérôme (um amigo da escola).

À medida que Ludovic expressa suas vontades e porta-se como menina, os vizinhos sentem-se incomodados e exteriorizam tal desconforto que, por sua vez, estende-se aos demais membros da família. O fato do pai de Jérôme ser chefe de Pierre (progenitor de Ludovic) agrava ainda mais a situação. No decorrer do filme, são apresentadas diversas situações explícitas que diz respeito a elementos socializadores e algumas contradições no cerne de tais questões.

Os pais de Ludovic (Hanna e Pierre), acreditam que seu comportamento é normal, até os sete anos. Dessa forma, pode-se concluir que não houve punições ao comportamento de Ludovic antes. A justificativa de Hanna consiste em afirmar que as crianças procuram por sua identidade até os sete anos. Portanto, para ambos (Pierre e Hanna), Ludovic já deveria ter encontrado sua identidade masculina. Hanna dizia gostar do cabelo longo da criança e do fato de ele[2] saber o que deseja. Porém, em diversos momentos, os pais agem de forma impositiva com Ludovic, afirmando que ele é um menino e deve comportar-se como tal. De acordo com Renaut (2002), citado por Plaisance (2004), uma das principais contradições contemporânea está em incentivar a autonomia da criança e, ao mesmo tempo, a necessidade de atuar de forma dominadora. Essa é a contradição que a família de Ludovic precisou lidar.

A ausência do processo de socialização significa a inexistência do masculino e feminino, ou seja, a

socialização é fundamental para o entendimento de homem/mulher masculino/feminino. Por diversas vezes, o sistema simbólico-cultural é materializado nas vivências de Ludovic. Diante disto, existem limitações para a criança, a principal diz respeito a como seu corpo é lido socialmente, o classificando como masculino, por tanto, um menino. É interessante notar, ao mesmo tempo que ele tenta ultrapassar a fronteira (simbólica, cultural e linguística) lançar-se em um outro conjunto de símbolos, enquadrados como femininos.

A linguagem possui papel fundamental no processo de socialização, pois, produz uma série de representações simbólicas e os constitui como elemento autêntico na vida cotidiana, LUCKMANN e BERGER (1974). A linguagem pode ser entendida como uma estrutura complexa cuja principal função é nos inserir no interior de determinado sistema simbólico, funcionando também como garantia de inteligibilidade.

2 Uma breve contextualização do processo de socialização

O propósito central deste artigo consiste em analisar os processos de socialização aos quais Ludovic está condicionade [3]. Dentro da discussão aqui proposta, será possível notar que o processo de socialização engloba algumas questões relacionadas à linguagem, sexualidade, heterossexualidade, performatividade e sentimento de pertencimento. Estas questões serão abordadas no decorrer do texto, voltadas para a análise do longa-metragem.

De acordo com Neyrand (2000), citado por Plaisance (2004), o processo de socialização é compreendido como o espaço onde ocorre o embate entre a sociologia e a

psicologia. Diz respeito à constituição do indivíduo, a uma série de normas sociais e coletivas e o quanto essas normas estão ligadas à estruturação psíquica do indivíduo.

Para que ocorra incorporação à vida social, faz-se necessário um certo afastamento da família. O propósito do distanciamento é proporcionar à criança vivências e experimentações de diferentes arranjos sociais (PLAISANCE. 2004, p.224). A socialização primária desenrola-se no ambiente familiar e a secundária ocorre em instituições como a escola, por exemplo. Dessa forma, socialização é antes de mais nada um processo que integra o indivíduo à sociedade. No decorrer do filme foi possível notar esse processo. Ludovic aprende novas palavras fora do âmbito familiar, por exemplo, a cena em que ele pergunta para o pai qual o significado da palavra ‘marica’.

A escola é um ambiente onde a coerção e imposição apresentam-se de forma constante, mediante a relação professor-aluno e a relação horizontal aluno-aluno. A professora pede para que seus alunos levem algum brinquedo especial para apresentar aos demais colegas de classe. No momento em que Ludovic mostra seu casal de bonecos (formado pela boneca Pam e o boneco Bem) vários olhares repressores são direcionados para ele. Na tentativa de contornar a situação, a professora logo indaga que Ludovic deseja ser como o Bem.

Abrantes (2011), aponta para diferentes processos de interiorização relacionados a posturas corporais e morais entre meninas e meninos, a partir do que é valorizado e autorizado a cada gênero. Essa questão perpassa pela perspectiva da naturalização dos comportamentos femininos e masculinos. Portanto, é incentivado e lido como normal que meninos se comportem de uma

determinada maneira, diferente das meninas. Por meio dos processos culturais é eleito o que é natural, de forma que fabricamos e reconfiguramos a natureza e a biologia, de modo que as tornamos históricas (LOURO, 2000).

Ma vie en rose é uma produção muito rica em relação ao processo de socialização e sentimento de pertencimento. Por meio da narrativa fílmica é possível realizar uma ampla análise de determinados processos referentes à socialização. Uma vez que a socialização é fundamental para o entendimento de homem/mulher masculino/feminino. Tal processo implica a inteligibilidade do humano. “A humanidade em geral, na medida em que problematizam sua própria definição como ‘universal’, ao trazer para o primeiro plano as diferenças de gênero e o quanto a noção de ‘humano’ sofre os efeitos desta marca” (BESSA, Karla. 2007, p.270). Essa observação proposta por Bessa conversa muito com as experiências vivenciadas por Ludovic. Em diversos momentos, é silenciado e, por consequência, ele e sua família são isolados da vida social por não se adaptarem aos padrões exigidos pelo grupo de pessoas com o qual convivem. Esse ponto é central na narrativa do longa, pois a forma como a família responderá às expectativas do grupo é marcada pela tentativa de inserir-se, o que implica podar a identidade que Ludovic deseja exteriorizar.

3 A linguagem e seu potencial de limitar e transcender

De acordo com LUCKMANN e BERGER (1974),

A linguagem, que pode ser aqui definida como sistema de sinais vocais, é o importante sistema de sinais da sociedade humana. Seu fundamento, naturalmente, encontra-se na capacidade intrínseca do organismo

humano de expressividade vocal, mas só podemos começar a falar de linguagem quando as expressões vocais tornam-se capazes de se destacarem dos estados subjetivos imediatos aqui e agora. [4]

A partir da afirmação dos autores citados, é fundamental que as expressões vocais estejam incorporadas em um sistema de objetivações. Por conseguinte, a linguagem conserva as objetivações comuns da vida cotidiana. Para os autores, a característica fundamental da linguagem é sua capacidade de exteriorizar questões relacionadas à subjetividade de forma compreensível para quem a escuta. A linguagem possui o potencial de “vasta acumulações de significados e experiências, que pode então preservar no tempo e transmitir às gerações seguintes” (LUCKMANN, BERGER, 1974:57).

A linguagem permite a objetivação do ser a medida que as subjetividades são concebidas de forma mais palpável e real, segundo os autores. Por meio da verbalização é possível compreender-se e tornar-se acessível ao outro. Este ponto remete ao processo de terapia, à medida que a comunicação é realizada, a possibilidade de compreensão de si é construída. Ludovic, empenha-se por meio de diferentes formas objetiva-se e tornar sua existência material. A criança verbaliza sua vontade de tornar-se menina, (quanto mais suas vontades são verbalizadas, mais claro tornam-se seus desejos) e em determinados momentos, veste-se com roupas femininas, usa a maquiagem e acessórios da mãe e irmã mais velha (Zoe). Durante a cena em que Ludovic e Jérôme encenam um casamento, são resgatados os elementos normativos da cerimônia. Em suma, Ludovic apropria-se desse universo simbólico que dita como uma mulher deve portar-se.

Por intermédio da linguagem, é possível alcançar

determinadas definições, e, ao mesmo tempo, exercer seu potencial limitador. Pensando a linguagem em relação ao gênero, é possível notar que existe uma intersecção entre ambas. A linguagem está presente nas dualidades construídas para delimitar o que faz parte do âmbito masculino e feminino. Ao passo que Ludovic expressa seu desejo de ser uma menina, a potência da linguagem expressa-se.

A ausência do processo de socialização significa a inexistência do masculino e feminino, ou seja, a socialização é fundamental para o entendimento de homem/mulher masculino/feminino. A linguagem produz uma série de representações simbólicas e os constitui como elemento autêntico na vida cotidiana. Em relação ao aspecto coercitivo da linguagem, Berger e Luckmann (1974), afirmam: “encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim exercendo efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me a entrar em seus padrões” (LUCKMANN e BERGER, 1974:58). No que se refere ao filme, existe a tentativa constante dos pais de Ludovic de colocá-lo no interior do sistema simbólico-cultural. Existem limitações para Ludovic, seu corpo no mundo simbólico é lido como masculino. É interessante notar, enquanto a criança tenta ultrapassar a fronteira (simbólica, cultural e linguística) lançar-se em outro conjunto de símbolos, enquadrados como feminino.

As pedagogias de gênero possuem papel fundamental para a construção do modelo binário [5], por conseguinte, circunscreve a forma ideal de experienciar o feminino ou o masculino. Determinados objetos e tipos de brincadeiras constituem elementos da pedagogia de gênero, agindo de forma a categorizar corpos e comportamentos

que são direcionados a meninas e a meninos. “Os jogos e brincadeiras desempenham um papel central, pelo modo como as crianças vão elaborando visões (hierárquicas) do mundo, criando fronteiras entre si e desenvolvendo identidades de gênero” (ABRANTES, 2011:125).

O filme apresenta algumas pedagogias de gênero, entre elas destacam-se, as bonecas, o vestido cor de rosa e o futebol. O fato de Ludovic gostar de brincar com bonecas é algo que causa risos em seus colegas de classe, o que leva a criança a sentir-se constrangida. Ao ser questionado pelos pais e pela avó sobre os motivos que a(o) levou a usar o vestido da irmã (durante o almoço em que todos os novos vizinhos estavam presentes), a criança argumenta que apenas queria sentir-se bonita. O uso de vestidos aparece restrito às mulheres. Ainda sobre esta cena, quando Pierre percebe que a(o) filhe aparece diante de todos os convidados como uma menina, imediatamente o apresenta afirmando “Esse é Ludovic, nossa melhor piada”.

Os lugares destinados a ser preenchidos por determinados corpos é marcado com tanta intensidade a ponto de “uma estrutura de parentesco não é legitimada simplesmente pela ética de seus particulares tabus de incesto. É preciso primeiro existir conhecimento dos papéis que definem tanto as ações ‘certas’ quanto as ‘erradas’, no interior da estrutura” (LUCKMANN e BERGER, 1974:128). No fim do filme, a mãe de Ludovic (Hanna) afirma que independente de qualquer coisa, ele não deixaria de ser filho dela, apesar de durante alguns momentos ter-se esquecido. Durante a conversa de Albert (pai de Jérôme) e Pierre (pai de Ludovic) sobre Ludovic expressar sua vontade de casar-se com Jérôme, Albert

relembrar que perdeu uma filha e afirma que não deseja perder outro. Para Albert, a possibilidade de o filho ser homossexual, significa uma morte simbólica.

Como foi dito anteriormente, a linguagem possui o caráter de definir, delimitar e enquadrar determinados corpos em lugares sociais fixos. A palavra ‘maternidade’ enquadra simbólica e socialmente o processo de gravidez à mulher. Porém, homens trans possui capacidade reprodutiva. O termo ‘no seio da família’, a palavra ‘seio’ é ligada a mulher e o bom andamento da família (dentro de padrões normativos) é direcionado a mulher. No decorrer do filme, Hanna, muda seu comportamento em relação a Ludovic, à medida que seus vizinhos se sentem incomodados com as atitudes da criança. Hanna, torna-se cada vez mais áspera. Élisabeth (avó de Ludovic) em alguns momentos, incentiva a(o) nete a realizar seus desejos. Porém, é interessante notar que os olhares de desaprovação em relação à conduta de Ludovic são voltados para Hanna e não para Élisabeth, a responsabilidade pela manutenção da família é colocado sobre a mãe, em seu seio.

Outro exemplo de enquadramento auxiliado pela linguagem diz respeito a regra de concordância nominal. Está regra afirma que em um grupo de pessoas, a existência de apenas um homem é o suficiente para passar de ‘as’ para ‘os’. A partir desta observação, é possível ressaltar a frequência que o termo ‘mulher de João’ [6] é usado como sinônimo de esposa. O contrário não ocorre com tanta frequência, não é comum escutar o termo ‘homem de Maria’ como sinônimo de esposo. O termo ‘mulher de João’, pode ser interpretado como uma reiteração diária e sutil da lógica de pertencimento do corpo da mulher ao homem, no interior de uma sociedade patriarcal.

A linguagem é uma estrutura complexa cuja principal função é nos inserir no interior de determinado sistema simbólico, funcionando também como garantia de inteligibilidade. A linguagem possui inúmeras facetas, pode agir de forma limitadora, por outro lado, ao mesmo tempo, é capaz de libertar, expandir e desconstruir. Viviane Mosé (2008), ao tentar explicar o que é a palavra, chama atenção para o papel fundamental que a angústia possui para a criação de novos elementos, cuja finalidade é tornar a vida um pouco mais leve e inteligível. A palavra e a linguagem possuem o potencial de constituir significados para a existência e nos transformar em sujeitos enquanto identidade. Butler (2002), afirma que o sujeito está em construção, em Devir (vir a ser algo). Uma vez que o sujeito se constitui no interior da linguagem, por consequência, a linguagem também é caracterizada pela incompletude. A linguagem cria os sujeitos, porém, estes não possuem comportamento passivo no interior desta categoria.

Suárez (1999), destaca o caráter político da palavra gênero, afirmando que atua como categoria que tenta desconstruir a condição essencial conferida pela natureza. A categoria gênero movimenta-se em direção a desessencializar o papel social feminino e masculino. Esse modelo essencializante enquadra os sujeitos em determinados ambientes, de forma que as fronteiras do masculino e feminino são marcadas socialmente. Esta disposição tem historicamente gerado angústia e sofrimento para aqueles e aquelas que não se enquadram. Por esse (e tantos outros motivos aqui não citados) a palavra gênero possui um forte caráter político e marca uma das inúmeras facetas da linguagem. De acordo com (BESSA, 2007),

A produção de um filme implica uma forma de abordar

temas clássicos dos relacionamentos humanos – tristeza, lidar com perdas e frustrações, disputas e rivalidades, lutas amorosas, p

humilhação de corpos efeminados (sejam de homens ou de mulheres)? Qual masculinidade é colocada como “desejante” e desejada? [7]

É possível realizar uma breve análise da territorialidade apresentada no filme *Ma vie en rose* usando como norte as observações propostas por Bessa (2007). A linguagem e a matriz sexo/gênero marcam parte da territorialidade representada no filme. A paixão que Ludovic sente por Jérôme torna-se, nitidamente, uma questão política, pois, aos olhos dos demais personagens, trata-se de um desejo homossexual, uma vez que Ludovic é lido como menino, embora diga o contrário. Dessa forma, Ludovic subverte a matriz sexo/gênero. A masculinidade desejada, é que ele seja um menino e atenda as expectativas que tal categoria coloca, entre elas, ser heterossexual.

O momento em que a criança reafirma seu desejo de casar-se com Jérôme, Hanna reitera “meninos não se casam com outros meninos. Bom, às vezes.” Após essa resposta, Ludovic reafirma que será uma menina, em seguida Hanna pede para que ele não fale mais tolices e reafirma que Ludovic é um menino e será por toda a vida. Está cena (assim como várias outras) deixa nítido o quanto os lugares sociais são marcados pela matriz sexo/gênero.

O termo ‘menino-menina’ usado como auto representação por Ludovic, constitui um exemplo, dentro da narrativa do longa, da criação de um termo por uma criança que se sente angustiada e presa dentro de uma categoria engessada socialmente. O termo foi criado pela personagem como uma forma de atender às expectativas sociais sem deixar de lado os próprios desejos. A palavra

criado por ele é uma tentativa de transcender a interpretação social destinada aos cromossomos XX (destinados às pessoas que possuem vagina e são lidas como mulheres) e XY (destinado às pessoas que possuem pênis e são lidos como homens), caracterizando-se como um ato político. A metáfora construída pela criança é embasada na lógica cristã, ele afirma que Deus jogou pela chaminé de sua casa os cromossomos XXY, porém, um ‘X’ caiu na lata de lixo. Ludovic acredita possuir um ‘X’ em algum lugar e justifica afirmando ter sido vítima de um engano científico.

O processo de reflexão sobre a função da linguagem enquanto elemento fundante da construção do gênero e da sexualidade (uma vez que nos insere em um sistema simbólico-cultural) implica pensar sobre hierarquias e dualismos que foram historicamente arquitetados, colocando a mulher em oposição ao homem. Existem algumas contradições entre o homem e a mulher ideal, que são socialmente construídos. O tópico seguinte será dedicado a uma breve reflexão acerca de alguns antagonismos no interior desta categoria.

4 O homem está de fato para a cultura? [8]

Para avançar com a análise do longa-metragem, faz-se necessário explorar, brevemente, o sistema simbólico-cultural ao qual Ludovic está submetido. Pensando-os em termos da construção de identidades em relação à matriz sexo/gênero. A reflexão proposta por Ortner (1979), ligando a mulher a natureza e o homem a cultura, é reiterado pelo filme em diversas cenas. Todos os casais da trama são representados por um homem que possui a figura de provedor da família (voltado para a esfera pública) e

à mulher é destinado os serviços domésticos e cuidado dos(as) filhos(as). Assim como é representado no filme, a personalidade que se espera que homens e mulheres assumam será tema deste tópico.

De acordo com Louro (2000), o homem deveria apresentar personalidade ponderada e reprimir suas expressões voltadas aos sentimentos. Por conseguinte, a mulher deveria apresentar performances voltadas para a exteriorização de suas emoções. Esta observação apontada pela autora, desenvolve-se em um determinado contexto circunscrito pela cultura. Dessa forma, “as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais.” (LOURO, 2000:6). Somos ensinados a categorizar os sujeitos por meio do comportamento, apresentação corporal e maneiras de expressão.

A partir desta reflexão, torna-se possível problematizar a forma como os homens expressam e lidam com suas emoções. Em geral, aprendem a demonstrar suas emoções com base na agressividade. Esta discussão faz alusão à concepção proposta por Ortner (1979) ao perguntar se está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? Essa análise proposta pela autora, coloca luz no complexo enquadramento construído socialmente onde a atividade reprodutiva localiza a mulher próximo a natureza e sem potencial de a transcender.

A Identidade feminina é fundamentada sob a perspectiva eterna e essencialista SUÁREZ (1999). Já as características destinadas aos homens, estão pautadas em possibilidades de mudanças. Dessa forma, a construção da identidade feminina e masculina apoia-se a partir de uma

compreensão binária e voltada para a dualidade. Ortner (1979), afirma que o fato do corpo feminino estar mais ligado à atividade reprodutiva é um importante elemento para a construção social da mulher distante da cultura.

5 Algumas reflexões acerca do papel da sexualidade e gênero no processo de socialização

De acordo com LOURO (2000), o grupo social que preenche a categoria denominada ‘normais’ (aqueles que ocupam posição central em relação aos marcadores de sexualidade, gênero, classe, raça e religião) representam a si e aos outros, ou seja, constituem o outro à medida que constitui a si. Ao passo que, se existe uma posição dita ‘central’ fica subentendido que também há um grupo que está em uma posição periférica/ a margem. Dessa forma, o grupo que está no centro se constitui enquanto ‘um’ e o grupo a margem é constituído enquanto ‘outro’. O discurso redigido pela normatividade é hegemônico.

Para que esse discurso seja bem amarrado, é necessário que acreditemos que a sexualidade é algo dado, algo natural. Para tal concepção, pressupõe que experienciamos o nosso corpo de forma universal. Esse tipo de discurso retira qualquer tentativa de conversa ou problematização, não é aberto para outras formas de entendimento dos processos ligados à sexualidade. A heterossexualidade é engendrada como natural, normal e universal. “Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto” (LOURO, 2000:10). Porém, é interessante notar que existe uma dissonância

no interior da naturalização que cerca a sexualidade. Ao mesmo tempo que é afirmado o seu caráter natural, essa mesma afirmação constitui-se ao lado de um minucioso e alto grau de vigilância.

Os corpos representam um ponto fundamental, pois, ganham uma leitura social. O corpo que possui o pênis é lido como masculino e a ele é atribuído uma série de comportamentos. O corpo que possui a vagina é lido como feminino e a ele é conferido determinados comportamentos que, por sua vez, são dispostos em oposição aos corpos masculinos. Foucault (2003), afirma que o poder se estabelece por meio da desigualdade e do desequilíbrio, em uma oposição binária entre dominadores e dominados. A historiografia da sexualidade, de fato, aponta para essa assimetria de poder e liberdade que são conferidos aos homens em detrimento das mulheres. Em parte, é no interior dessa conjuntura que se estabelece as performances de gênero. “Aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e pelas várias formas com que se expressam” (LOURO, 2000:7).

O tratamento desenvolvido por Stoller (1982) apud Bento (2013) nomeado “complexo de Édipo terapeuticamente induzido” possui o objetivo de realçar os componentes estruturantes da identidade masculina hegemônica. “Pode-se observar que, nesse processo, a construção da masculinidade desenvolve-se simultaneamente à misoginia e a homofobia” (BENTO, 2013:142). Stoller afirma,

Os meninos começam a valorizar seu pênis (por exemplo, ele passa a ficar em pé para urinar, enquanto antes se sentava); desenvolvem fobias; atacam fisicamente mulheres - bonecas e menina, sendo o prazer, mais do que

a raiva, o afeto dominante; aparecem brincadeiras muito mais intrusivas, tais como atirar e acertar bolas em suas mães e em outras mulheres. [9]

A agressividade é estimulada e conforma-se como um traço da personalidade masculina, e é entendida como sinal de saúde e da boa adequação aos padrões normativos. Existem múltiplas estratégias para a fixação da identidade sexual e de gênero, preferivelmente normal e inalterável. Dessa forma, as identidades de gênero que são entendidas como ‘normais’ devem responder ao padrão de identidade heterossexual. De modo que a possibilidade de outra identidade de sexo e gênero é lida como uma perturbação da essência do sujeito. (LOURO, 2000)

Esse aspecto é reiterado na narrativa fílmica em diversos momentos, entre eles, a cena em que Ludovic é agredido no vestiário. Os meninos que participam da agressão dizem: “Olha lá a bichinha de novo!”, “É como uma menina, não tem pinto.”, “vamos arrancar, assim será uma mulher”. Essas falas expressam a falta de espaço destinado a Ludovic. Esse tipo de comportamento é reiterado também pelos pais dos alunos da escola onde Ludovic estuda. Após várias tentativas da criança para criar espaços e poder viver da forma como deseja, e por consequência, o incômodo desses pais, eles resolvem fazer um abaixo-assinado para que ele seja retirado da escola, alegando mau comportamento.

A heterossexualidade é um forte marcador social capaz de definir o que é um homem e uma mulher de verdade, de acordo com Bento (2013). Portanto, as cirurgias de mudança de sexo estão a serviço da heterossexualidade. Retomando a questão das fronteiras construídas por padrões normativos, estas são muito borradas quando uma

mulher trans declara -se lésbica ou quando um homem trans apresenta-se gay. Conforme, (BENTO, 2013)

Eu respeito aqueles que não querem fazer a cirurgia, porém eu sempre quis minha vagina. Agora que a tenho, me sinto uma mulher completa. Desejo que a minha primeira noite seja muito especial. Você sabe... toda mulher quer seu príncipe encantado, quer chegar à primeira noite virgem. [10]

A partir da fala de uma mulher trans, citada acima, é explícita a figura da mulher idealizada. Há incorporação das expectativas estabelecidas socialmente, relacionadas a como uma mulher deve comportar-se e o que deve desejar. A cirurgia possui o papel fundamental de inserir o indivíduo dentro do arcabouço simbólico que possibilita ser reconhecido enquanto mulher ou homem. A performatividade conduz a pessoa à existência e a permite ascender à condição humana.

A performatividade pode ser analisada pela ótica do poder que constrange. “O entendimento da performatividade não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange” (BUTLER, 2000:111). Em relação a este aspecto, podemos refletir sobre a performance de gênero masculina desempenhada por mulheres que ocupam cargos de liderança. Em geral, as mulheres que ocupam tais cargos precisam negar características que são socialmente ligadas à feminilidade, tais como: timidez, afetividade e compreensão.

O significado da expressão ‘ser uma mulher de verdade’ é reiterado no filme por meio da menstruação, ou seja, de forma biologizante. Ludovic escuta parte de

uma conversa entre a mãe e a irmã mais velha (Zoe), observa a mãe dizendo para zoe “agora você é uma dama!” Instigade para saber o que faltava acontecer para tornar-se uma dama, vai até Zoe para perguntar, a menina responde que “é a regra, dor de estômago”, Ludovic não entende, depois de insistir, a irmã diz que é a menstruação que a tornou uma dama. Após a declaração, Ludovic pergunta se também terá, a irmã afirma “não, você nunca será uma mulher.”

A desnaturalização dos hábitos sexuais e do sistema de gênero, bem como “a equivalência (e não a igualdade) dos corpos-sujeitos falantes” (PRECIADO, 2014:22) surgem como uma alternativa para o contexto vivenciado por Ludovic. O autor defende que é necessário entender a ‘história da humanidade’ como a ‘história das tecnologias’ e pensar o sexo e gênero como um aparato no interior de uma rede complexa e tecnológica.

Refletir sobre a equivalência dos corpos-falantes e a desnaturalização das práticas sexuais, a grosso modo, significa experienciar atitudes voltadas para a contradisciplina, mais especificamente falando, práticas denominadas por Preciado como Contrassexuais. A contrassexualidade não possui o objetivo de embate contra as proibições sexuais modernas, mas sim criar saídas que sejam contraprodutivas e mecanismos de resistência.

A contrassexualidade tem por objetivo de estudo as transformações tecnológicas dos corpos sexuais e generizados. Ela não rejeita a hipótese das construções sociais ou psicológicas de gênero, mas as ressitua como mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo.[11]

Em junho de 2013, a ativista transexual Indianara Siqueira, foi presa acusada de ultraje público ao pudor,

pois estava participando de uma manifestação com os seios desnudos. A ativista utilizou a justificativa da sua prisão para criar estratégias alternativas de reconhecimento. Argumentou que em caso de condenação, o Estado estará a reconhecendo como mulher e respeitando sua identidade de gênero em detrimento do sexo apresentado em seus documentos. Em caso de não condenação, o Estado estará levando em consideração o sexo declarado em seus documentos e a concedendo liberdade de transitar com os seios à mostra em qualquer lugar. A não condenação significa o reconhecimento legal de que homens e mulheres não possuem os mesmos direitos.

O exemplo acima ilustra o quanto o sexo é utilizado como “tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino)” (PRECIADO, 2014:25). A heterossexualidade fraciona os corpos, recorta os órgãos e produz as zonas erógenas.

Preciado (2019), defende que as crianças funcionam como álibi e peça biopolítica para a tentativa da efetivação e naturalização das normas heterossexuais. O que se pretende defender não é o direito ou proteção das crianças, o que se deseja proteger é a hetero e a cisnormatividade. Faz-se necessário encarar os ‘anormais’ como potência biopolítica (Preciado, 2011). O que resta a Ludovic enquanto criança que reivindica questões ligadas à transexualidade?

6 A construção da identidade de Ludovic a partir da abjeção

As reflexões deste tópico serão realizadas em

diálogo com alguns conceitos da teoria de Butler. A autora traz uma contribuição muito significativa para a sociologia ao pensar o sujeito em construção, bem como seus processos. Isso ocorre porque, em geral, a sociologia está preocupada com o sujeito ‘já constituído’, isto é, já mergulhado em uma esfera simbólica. Em termos da teoria de Butler, a construção do sujeito ocorre por meio da instabilidade e da dialética. Ludovic faz uso da dialética na tentativa de buscar e afirmar uma determinada identidade.

O movimento dialético é composto por um ciclo infinito formado pela negação, antítese e síntese (SALIH, 2015). Dialogando com as tentativas de busca por identidade de Ludovic, é possível notar que, à medida que a criança nega a parecer-se com o pai e os irmãos, há produção de uma afirmação. Essa questão está presente no episódio em que Hanna está retocando o corte de cabelo de Ludovic e indaga sobre o desejo de ele não querer ser semelhante ao pai e aos irmãos. A criança é o único personagem da narrativa fílmica lido como menino que possui o cabelo longo, o que funciona como elemento de negação da masculinidade. Ao passo que ocorre essa negação, a criança afirma-se como não pertencente ao espaço destinado aos homens.

Conforme destaca Salih (2015), a partir das leituras de Butler, a lógica da negação faz parte da construção da identidade, esta, por sua vez, é constituída pela diferença e negação do outro. Diante desta questão, separar o Eu do Tu está no cerne da alteridade e da constituição enquanto sujeito. Tanto a formação do sujeito quanto a alteridade constituem-se no interior de uma estrutura de poder. Essa questão implica que os instrumentos que possuímos para fazer uma negação (e a partir da negação realizar uma

afirmação) está dentro da mesma estrutura de poder que nos sujeita. Ludovic nega-se enquanto menino ao mesmo tempo que reitera padrões normativos relativos ao que é socialmente esperado de uma menina.

A cena mais violenta, simbolicamente, refere-se a tentativa de Hanna de adequar Ludovic aos padrões normativos. Para isto, a mãe resolveu cortar o cabelo da criança, tornando sua imagem masculinizada. Hanna, toma esta decisão logo após ver uma pichação em seu portão escrito “fora viado”. Neste momento, a criança aparece na cena gritando que está sentindo dor na barriga, afirmando tratar-se de cólicas menstruais. O ato de cortar o cabelo não é resumido apenas a tentativa de inserir Ludovic no sistema-cultural, foi também uma forma de punição. A criança passa a ser culpabilizada por não corresponder às expectativas que são atribuídas a uma pessoa que nasce com um pênis.

O desejo por reconhecimento é uma questão que atravessa toda a narrativa filmica. Ludovic deseja ser reconhecido como uma menina não apenas pelos pais, mas também pelos demais integrantes de seu convívio social. Desse modo, as subjetividades externalizadas por ele depende do reconhecimento dos demais para que de fato seja legitimado. O reconhecimento ocorre por meio dos corpos e a forma como estamos presentes no mundo, o olhar de reconhecimento do Outro nos afirma, isso pressupõe que a construção das subjetividades ocorre em sociedade. Butler, defende que a construção da sexualidade ocorre no interior da linguagem e do discurso. Por consequência, o Outro é preciso existir, necessariamente. Conforme defende (BUTLER, 2011):

A estrutura do discurso é importante para compreensão

de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordamos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer. Mais enfaticamente, no entanto, aquilo que nos vincula moralmente tem a ver com como o discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar.[12]

A partir da citação acima, torna-se possível refletir acerca da situação precária a que Ludovic está submetido. Para Butler, a precariedade ocorre desde o nascimento, porém, algumas pessoas são colocadas em situação precária, de modo que a ontologia do corpo torna-se também uma ontologia social (Butler, 2015). Dessa forma, o Ser da ontologia está sempre entregue a normas sociais e políticas que, por sua vez, atende às demandas normativas e hegemônicas. De forma que “o corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade - incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo-, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possível.” (BUTLER, 2015:16)

A produção do ‘sujeito’ está fundamentado em um sistema excludente, e em oposição. Ou seja, ao mesmo tempo que ocorre a formação daqueles(as) que serão nomeados(as) como sujeitos, há produção de seres que serão lidos como não pertencentes a esta esfera, são os seres abjetos. A abjeção está na ordem daquilo que é inóspito e inabitável.

De acordo (BUTLER, 2002),

Lo abyecto’ designa aquí precisamente aquellas zonas “invivibles”, “inhabitables” de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo “invivable” es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. [13]

A manifestação do desejo de Ludovic de casar-se com Jerome, bem como sua vontade de tornar-se menina, é algo lido pelos demais personagens como algo estranho, incompreensível e perigoso. Isto é, algo que está muito longe, não existe identificação com as demandas de reconhecimento colocadas pela criança. Dessa forma, Ludovic é um ser desprovido de inteligibilidade e não reconhecido como sujeito de direito. Por consequência, é um ser abjeto. Essa questão é retratada no longa quando a mãe de Jerome (Lisette) começa a insinuar que Ludovic é louco, por estar fazendo um acompanhamento com uma psicóloga. Lisette prossegue: “Pergunto porque Albert não gosta dessa gente. Diz que se a sociedade não fosse tão doente não precisaríamos de loucos para curar mais loucos.” Imediatamente, Hanna contesta, afirmando que Ludovic não está louco.

Durante o almoço entre vizinhos, uma convidada falou brevemente sobre ter assistido a um programa de TV onde o tema abordado foi a transexualidade (esse foi o único momento que os vizinhos da família de Ludovic utilizou o termo ‘transexualidade’). Logo em seguida, a convidada completou: “Me fez chorar. Porque se minha filha vem e me diz que é um menino, não sei o que faria.” Esta cena é muito pertinente para refletir o quanto as pessoas que fazem parte do convívio social de Ludovic são (ou não são) interpeladas pelo tema. A partir da exclusão social sofrida pela criança, torna-se mais coerente partir do pressuposto que estas pessoas não são interpeladas pelas demandas de Ludovic e, por consequência, por temas relacionados à transexualidade/ transgêneralidade.

A performatividade de gênero desempenhada por Ludovic merece destaque, pois, a tentativa de

materializar-se como uma menina, ocorre por meio da performatividade. Ao usar o banheiro, por exemplo, seus pés são posicionados para frente, como as meninas fazem. Essa ação é interpretada pela criança como uma prova de que é uma menina. Por conseguinte, a performatividade não deve ser entendida como uma ação singular, visto que atua de forma a retomar uma série de normas, de modo que a diferença sexual transcende às diferenças materiais e age de forma a reiterar algumas práticas discursivas (BUTLER, 2002). Durante a primeira sessão de terapia, por meio do diálogo estabelecido entre a psicóloga e seus pais, Ludovic pergunta “Então sou um menino?”, a partir da resposta afirmativa dos pais e do silêncio da psicóloga, a criança começa a tentar reiterar o que significa ser um menino, em termos de comportamento e performatividade.

Na tentativa de performar como um menino, a criança começa a observar a forma como seus irmãos comportam-se, bem como, o tipo de brincadeiras que os atraí. Após tomar esse posicionamento, a primeira medida de Ludovic é colocar todas as suas bonecas dentro de um cesto e empurrá-las para debaixo da cama. A primeira cena de interação observada entre seus irmãos, foi o momento em que eles estavam correndo segurando uma arma de brinquedo e usando um chapéu (como cowboys). Após acompanhar a cena através da janela de seu quarto, Ludovic olha-se no espelho e tenta imitar os gestos de seus irmãos. Outra forma utilizada como tentativa de tornar-se homem, ocorreu por meio do empenho de efetivação da heterossexualidade. Apesar de ter apenas sete anos de idade, Ludovic entende que uma boa efetivação de sua tentativa de performatividade masculina depende, principalmente, da confirmação de sua heterossexualidade. Dessa forma,

ile tenta beijar uma de suas colegas de escola. Neste momento, a menina empurra Ludo e afirma não beijar meninas. A frase dita pela menina, coloca a criança mais uma vez em um limbo sobre ser menina ou menino.

7 Considerações Finais

Após a discussão aqui proposta a partir de algumas situações da realidade cotidiana, foi possível notar que a construção da mulher relacionada à natureza, a aprisionou em um espaço onde sua capacidade de mutabilidade é negado. A palavra gênero possui grande influência para transformar essa realidade determinada pelo patriarcado, uma vez que possui caráter político. Dentro desta temática, a linguagem apresenta papel fundamental na incorporação de determinado sistema simbólico em termos dos processos de socialização. Desta forma, é preciso refletir sobre todo o poder e potencial que a linguagem, bem como as palavras possuem, e utilizar de forma a desessencializar e deixar de biologizar o que é lido com feminino e masculino.

Ludovic afirma ser uma menina (ou transformar-se em uma) durante o decorrer da narrativa fílmica, a negação do lugar desejado produz frustração na criança. De forma que para conseguir sentir-se uma menina faz-se necessário que seja tratada com tal. Porém, para ser lido como uma ‘menina de verdade’ seria necessário possuir uma vagina desde o nascimento. Torna-se fundamental refletir sobre a relação existente entre ser reconhecido para de fato sentir-se como tal. Ludovic sente-se uma menina, mas não pode experienciar esse desejo porque precisa ser legitimado socialmente. Por essa e várias outras questões, torna-se importante desconstruir essa estrutura binária homem/mulher, masculino/feminino moldado pelo patriarcado. É

necessário aceitar a existência de mulheres que possuem pênis, homens que possuem vaginas e pessoas que não se enquadram dentro desta binariedade.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda pela Universidade de Brasília. Email: gleicielen1996@gmail.com

NOTAS

[1] “Minha Vida em Cor-de-Rosa Folha.”<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq04059828.htm>. Acessado em 15 nov. 2019.

[2] Visando maior coerência entre as questões abordadas durante a narrativa fílmica e a posterior análise de algumas experiências vivenciadas por Ludovic, optou-se por usar a linguagem neutra. ‘Ile’ usado como substituto de ‘ele’ e ‘ela’.

[3] Visando maior coerência, as palavras que demarcam o gênero serão substituídos por termos neutros. ‘Considerado (a)’ é equivalente a ‘considerade’. Será usado a letra ‘e’ como substituta neutra de ‘a’ e ‘o’.

[4] LUCKMANN e BERGER, 1974, p. 56

[5] Binaridade de gênero pode ser compreendido como o sistema de visão social entre pessoas que são lidas como ‘homem’ e outras que são lidas como ‘mulheres’. O corpo social atribui a estes diferentes grupos papéis sociais que funcionam de forma dual.

[6] Os nomes ‘Maria’ e ‘João’ foram utilizados de modo simples para melhor demonstrar como falas cotidianas age de forma a reiterar sutilmente a posição de posse que o homem possui em relação a mulher no interior de uma sociedade patriarcal.

[7] BESSA, 2007. p. 262

[8] A pergunta mobilizadora deste subtítulo faz alusão ao texto da antropóloga Sherry Ortner. ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? IN: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974], p. 95-120.

[9] Stoller, 1982, p.29

[10] BENTO, 2013, p. 160

[11] PRECIADO, 2014, p. 24

[12] BUTLER, 2011, p. 15

[13] BUTLER, 2002, p. 19

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, 2011. pág. 121-139

BENTO, Berenice. “Corpo e história”. In: A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: EdUFRN.2013.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas A Construção Social da Realidade. Rio de Janeiro, Vozes, 1974.

BESSA, Karla. Os festivais GLBT de cinema e as mudanças estético-políticas na constituição da subjetividade. Cadernos pagu, Campinas, v. 28, p. 257-83, jan./jun. 2007.

BESSA, Karla. Um teto por si mesma: multidimensões da imagem-som sob uma perspectiva feminista-queer. Art Cultura. Uberlândia, v. 17, n. 30, p. 67-85, jan.-jun. 2015.

BUTLER, Judith. Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. - P ed. - Buenos Aires - Paidós 2002.

FOUCAULT, Michel. “I - Nós vitorianos”; “IV - O dispositivo da sexualidade” in: História da sexualidade I - A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade in Louro, Guacira Lopes(org) O CORPO EDUCADO Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

MA Vie en rose. Direção de Alain Berliner. Produção: Carole Scotta. França, 1997. DVD (90 min).

MOSÉ, Viviane. O que é a palavra? Café filosófico CPFL. 2008. (45m50s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YuQ8sXoTCbQ>>. Acesso em 30 nov 2019.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? IN: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PLAISANCE, Eric. “Para uma sociologia da pequena infância”. In Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 86, p. 221-241, abril 2004.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Multidões Multidões queer: notas para uma : notas para uma política dos “anormais”. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual. tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. -- São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. Un apartamento en Urano. EDITORIAL ANAGRAMA, S. A., 2019 Pedró de la Creu, 58 08034 Barcelona

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer/ Sara Salih; tradução e notas Guacira Lopes Louro, - 1. ed;2. reimp - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SUÀREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para desconstruir

ideias e um conceito empírico e analítico. Trabalho apresentado ao I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Projeto Fundo para a Equidade de Gênero. Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Campinas 26-27 de agosto de 1999.

DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA A SHOPPING ESTAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE UM CASO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM CURITIBA (PR).

DE ESTACIÓN DE TREN A ESTACIÓN DE COMPRAS: NOTAS SOBRE UN CASO DE RECALIFICACIÓN URBANA EN CURITIBA (PR).

***Bruno Alves Dourado Pereira**

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 21/09/2020

Resumo

O presente artigo pretende abordar a influência da pós-modernidade nos espaços citadinos e a sua relação com a memória e sociedade de consumo a partir da análise da trajetória da antiga estação ferroviária de Curitiba, desde o seu surgimento até a sua transformação em um shopping. Para tal, buscamos apoio nas teorias de Harvey (1992) e Baudrillard (2007), além de observar a situação do transporte ferroviário no Brasil e no Paraná, essencial para a compreensão das transformações que se operaram na estação e seu entorno. A partir disso, é possível perceber e relacionar os elementos de requalificação do espaço citadino às mudanças no perfil social do bairro Rebouças.

Palavras-chave: pós-modernidade, sociedade de consumo, memória, ferrovia, shopping.

Résumen

Este artículo pretende um abordaje de la influencia de la posmodernidad em los espacios de la ciudad y su relación com la memoria y la sociedad de consumo a partir del análisis de la trayectoria de la antigua estación de tren de Curitiba, desde su aparición hasta su transformación em centro de compras. Para esto, el análisis se basa em las teorías de Harvey (1992) y Baudrillard (2007), además de observar la situación del transporte ferrocarril em Brasil y em Paraná, esencial para comprender las transformaciones al rededor de la estación. A partir de esto, es posible percibir y relacionar los elementos de recalificación del espacio de la ciudad a los cambios en el perfil social del barrio Rebouças.

Palabras-clave: posmodernidad, sociedad de consumo, memoria, ferrocarril, centro de compras.

1 Introdução

Embora seja um conceito de definições e delimitações dotado de considerável complexidade, é possível encarar o pós-modernismo a partir de uma leitura dos tecidos urbanos ao longo da segunda metade do século XX. Assim como demonstrou Sarmiento (2003), se encararmos as transformações ocorridas ao longo da década de 1960, tais como a Guerra do Vietnã, a chegada do homem à lua, as manifestações por ampliações de direitos

civis, também podemos perceber que a composição urbana também começa a sofrer alterações significativas que levam a uma espécie de passagem para uma nova forma de organização espacial, social e econômica.

O desgaste do modelo capitalista, principalmente durante a década de 1970, levou a um novo arranjo produtivo com a pulverização das indústrias ao redor do globo; não mais se concentram em um mesmo ponto, mas

sim dividem-se em varias partes da periferia dos grandes centros produtores (de preferência em países do então terceiro mundo) como forma de diminuir custos, driblar determinadas dificuldades relativas as relações de trabalho e refazer os ganhos de capital, no que Harvey (1992) aponta como a formação de um capitalismo flexível.

O impacto nos centros urbanos pode ser medido também na forma como a requalificação urbana agiu diante de tais mudanças. No caso de Curitiba (PR), o bairro Rebouças, que abrigava o coração industrial da cidade devido a sua facilidade de escoamento da produção devido à existência da ferrovia e da estação ferroviária da cidade no local, viu sua função, composição social e visual sofrer um giro a partir da década de 1970, quando as indústrias locais passaram a se localizar longe do centro. A partir disso, o quadro de depreciação do bairro ao longo da década de 1980 e meados da década de 1990 teve uma nova conjuntura a partir da transformação da antiga estação ferroviária da cidade – que seguia subaproveitada desde sua desativação – em um shopping.

Essa requalificação atraiu também outras configurações para as adjacências, não somente no âmbito funcional do próprio edifício, mas no perfil socioeconômico do bairro Rebouças, que viu sua população crescer e se transformar junto a coposição urbana, trazendo consigo as nuances da sociedade de consumo e reprodução e criação de estruturas tal qual aponta Baudrillard (2007). Nesse caso, o que foi, no que se transformou e o que segue sendo o arranjo pós-moderno no tocante ao Shopping Estação em Curitiba pode ser lido também como uma relação entre a requalificação urbana, seus impactos na demografia e perfil social da população e na caracterização do que é

a (re)estruturação de um espaço citadino em um centro urbano brasileiro.

2 Estação Ferroviária de Curitiba: um histórico

Ao passar pela Avenida 7 de setembro hoje, mesmo o pedestre mais atento pode não reconhecer na estrutura do Shopping Estação uma antiga estação ferroviária que anteriormente foi a principal porta de entrada da cidade de Curitiba através dos trilhos. Embora tenha sido conservada parte do edifício original, o que mais chama a atenção é a fachada de vidros espelhados com uma torre de relógio no topo, que faz alusão justamente ao que representava o espaço na época do auge do transporte ferroviário no Brasil.

A antiga estação ferroviária de Curitiba tem sua trajetória marcada pela iniciativa do engenheiro Antônio Pereira Rebouças Filho que, durante as décadas de 1860 e 1870 realizou os principais estudos e idealizou um caminho de ferro entre Curitiba e Paranaguá, no litoral paranaense. Ressalta-se aqui que Rebouças, o mesmo que anos depois emprestou seu nome ao bairro onde se localiza a estação, era um engenheiro negro que a partir de sua capacidade técnica conseguiu romper barreiras dentro de uma sociedade escravista e racista (CAMPOS, 2014) para empreender uma obra que facilitaria a circulação de mercadorias que até então era feita exclusivamente por via terrestre e por tração animal, evitando transtornos como ele próprio passou quando sua “companhia florestal paranaense” sucumbiu aos elevados custos para escoar a madeira que extraía das florestas interioranas no Paraná do século XIX.

Entre vários percalços, a obra iniciada em 1880 só teve sua inauguração oficial em 1885 com a chegada à Curitiba de uma locomotiva proveniente de Paranaguá, uma viagem de aproximadamente 9 horas de duração e 110 km de distância em função das paradas oficiais em comemoração pela inauguração do caminho de ferro entre essas duas cidades. No mesmo ano também foi inaugurada a Estação Ferroviária, projeto de apenas um pavimento que comportava os serviços básicos como bilheteria e os escritórios da antiga Companhia Geral de Estradas de Ferro, em estilo europeu realizado pelo engenheiro de origem italiana Michelangelo Cuniberti. Após a ampliação da estação em 1894, com a adição de mais um pavimento, os escritórios da Companhia de Estradas de Ferro são transferidos dali em 1918, o que faz com que a estação se concentre somente na atividade ferroviária (LYRA, 2006).

Do início do século XX até a desativação da estação em 1972, o bairro Rebouças experimentou a consolidação como região fabril da capital paranaense e o desenvolvimento de serviços relativos a essas atividades, como instalação de galpões, hospedarias, bares, restaurantes e moradias para os trabalhadores da ferrovia. As principais indústrias de Curitiba, como a Matte-Leão e a Fundação Mueller, estavam naquele bairro devido à proximidade da ferrovia, principal forma de escoamento dos produtos para outras regiões.

De acordo com Lang (2014), no mesmo período o Brasil experimentou o auge e o declínio do sistema ferroviário nacional. Houve um salto na quantidade de linhas de ferro no país, que até a década de 1950 totalizavam aproximadamente 37.000 km de malha ferroviária. Já Miguel e Reis (2015) apontam que o sucateamento das

operações ferroviárias no país se deu principalmente através da priorização do transporte rodoviário que passou a ser praticada a partir da década de 1950, quando Juscelino Kubitschek tanto pela instalação da indústria automobilística nacional como pela desproporção entre os custos e tempo de construção de ferrovias serem maiores do que a construção, pavimentação e custos de construção de rodovias.

Gradativamente, a malha ferroviária brasileira diminuiu de aproximadamente 40 mil km para pouco mais de 29 mil km, grande parte desses em péssimo estado de conservação. Nem mesmo a criação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) em 1957, para unificar a administração das vias férreas conteve o constante sucateamento desse modal, tendo reflexos também na Estação Ferroviária de Curitiba.

3 Requalificando o espaço: estação, museu e shopping

No documentário Curytiba... (2013) um dos objetivos é resgatar parte da memória envolvendo a transformação de três edifícios históricos da cidade em shoppings centers. São eles a antiga fundição Mueller, atual Shopping Mueller e inaugurado em 1983; o antigo quartel do 5º Batalhão Logístico do Exército, atual Shopping Curitiba e inaugurado em 1996 e a antiga estação ferroviária de Curitiba, atual Shopping Estação e inaugurado em 1997, sendo este último objeto do presente artigo.

Compreender como uma estação ferroviária se transformou em um shopping center é também perceber a influência de arranjos pós-modernos no sentido da

disposição espacial do bairro Rebouças a partir da década de 1970 e a relação que esse processo guarda com a memória relativa ao espaço urbano em questão. Nesse sentido, é possível relacionar as transformações ocorridas com a estação ferroviária e o bairro Rebouças a partir da contribuição de Harvey (1992).

Na abertura do documentário, a arquiteta e urbanista Yumi Yamamaki afirma que Curitiba é a capital onde há uma grande concentração de shoppings na área central se comparada com outras cidades brasileiras e o mais sintomático é que dos quatro shoppings presentes na região central da cidade, três deles se instalaram em edifícios históricos, que anteriormente tinham outras funções. Esse fato suscita uma questão muito importante: o que seriam desses edifícios sem essa requalificação? No caso da antiga estação ferroviária de Curitiba, qual seria seu destino caso não fosse inaugurado em sua antiga estrutura um shopping center? Não nos deteremos aqui a um exercício de imaginação nem de levantamento de hipóteses, mas nos elementos que levaram à efetiva transformação do espaço a partir da década de 1970.

Em 1972, com o objetivo de racionalizar o transporte de passageiros na capital paranaense, foi inaugurada a Rodoferroviária de Curitiba, uma estação que unia os modais ferroviário e rodoviário em um único local. A partir desse momento, conforme Gusso (2004) a antiga estação ferroviária da cidade perdeu sua principal função de transporte de passageiros e de cargas, vital para a indústria que ainda cercava a estação e povoava o bairro Rebouças. Aliado a isso, a criação na mesma época da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em uma região mais distante do centro da cidade, contribuiu para o declínio

do bairro fabril. Diversas indústrias se transferiram para lá, a exemplo da fundição Mueller (a mesma que teve seu edifício ocupado por um shopping a partir de 1983). Em um primeiro momento, a migração das fábricas para outra região e a preferência pelo transporte rodoviário em detrimento do ferroviário levou o Rebouças a apresentar um declínio populacional entre as décadas de 1970 e 1980, em um fenômeno onde o bairro tinha vida somente na parte do dia, ficando deserto e abandonado durante a parte da noite (GUSSO, 2004).

O edifício da antiga estação ferroviária foi abandonado entre a data de sua desativação (1972) até que uma equipe de museólogos da RFFSA decidiu instalar ali o Museu Ferroviário de Curitiba a partir de 1982, composto por um acervo permanente de peças pertencentes ao acervo da já desativada RFFSA. Esse fenômeno pode ser explicado de várias formas. Uma delas é o surgimento do que Harvey (1992) denomina de “acumulação flexível”, desencadeada a partir do início dos anos 1970 pelo excessivo desgaste do modelo fordista em voga até então, marcado pelo excesso de fundos, forte inflação e poucas possibilidades de investimentos em produção, além da crise do petróleo iniciada pela OPEP. Diante disso, a acumulação flexível se apresentou como uma alternativa a esse quadro, onde ocorreu uma reestruturação gradual da ociosidade produtiva e, principalmente, uma dispersão geográfica da indústria antes concentrada em parques industriais bem definidos (HARVEY, 1992). Com isso, a nível mundial houve um deslocamento da produção para regiões subdesenvolvidas onde as relações de trabalho e a dinâmica de produção poderiam ser mais facilmente controladas, criando novos mercados e padrões de

consumo (HARVEY, 1992). No caso do bairro Rebouças, um reflexo dessa acumulação flexível pode ser medida, até certo ponto, com a pulverização das indústrias que antes ficavam concentradas no entorno da antiga estação ferroviária.

Levando em consideração a linha de raciocínio de Sarmiento (2003), outra marca dos arranjos pós-modernos no âmbito urbanístico seria uma espécie de multiculturalismo impulsionado pela “globalização do capital, do trabalho e da cultura” (2003, p.257), produzindo uma heterogeneidade que caracteriza o tecido urbano das grandes metrópoles. No caso do bairro Rebouças, embora inserida no contexto urbano de Curitiba e, por isso, uma região metropolitana de porte mais reduzido se comparado a outras regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, a própria revitalização da estação e de seus arredores colocam em contraste as características dessa heterogeneidade: uma fachada espelhada, tecnológica, aliada à estrutura de um antigo edifício; o desenho das ruas adjacentes, embora os mesmos tornaram-se mais “limpos” e sintonizados com a função do novo shopping. Nesse sentido, ainda conforme Sarmiento (2003, p.259), pode-se considerar a revitalização como uma junção de “revitalização física” e um processo de “animação cultural”.

A inauguração do Shopping Estação em 1997 reflete também uma característica marcante dos arranjos pós-modernos relacionados a requalificações de espaços citadinos. Em paralelo ao conceito moderno adotado pela cidade de Curitiba nos seus diversos planos diretores, aqui temos uma expressão pós-moderna no sentido em que a própria forma como o edifício da antiga estação ferroviária foi aproveitada para a instalação do shopping

contrasta com o ordenamento moderno do seu entorno, em encontro com a oposição entre moderno x pós-moderno, ainda de acordo com o expressado por Harvey (1992), onde se opta por abandonar o abstrato, o teórico e o doutrinário para privilegiar as paisagens populares, ou seja, deixa de se pensar no “homem” para se pensar nas “pessoas” no âmbito arquitetônico e urbanístico. A própria fachada do shopping denuncia a sua pretensão “pluralista” levando em si uma colagem de diversos elementos de várias épocas, como a preservação do antigo edifício da estação aliado ao espelhado e mais recente pavimento com vidros espelhados que constitui a fachada do shopping. De certa forma, essas oposições estilísticas entre a totalidade e o caos representa uma ruptura da ordem temporal (HARVEY, 1992) característica do estilo pós-moderno presente na concepção do Shopping Estação. Cabe ressaltar ainda que uma marca presente do estilo pós-moderno no sentido arquitetônico é o cultivo de um tecido urbano baseado na fragmentação, onde a colagem ou sobreposição de elementos pertencentes a “universos” distintos gera uma condição de espaços especializados e uma “beleza desinteressada” (1992, p. 69).

De volta ao documentário, em determinado momento algumas pessoas são questionadas sobre as origens dos edifícios históricos transformados em shoppings. No caso da antiga estação ferroviária, a maioria das respostas girou em torno do “não sei”, “é um shopping”, e apenas um entrevistado cravou que aquele já tinha sido uma estação ferroviária com fluxo de passageiros constante. Isso diz muito sobre políticas de memória e como as pessoas se apropriam dessas lembranças. Em primeiro lugar, a existência de um museu dentro do shopping por

si só já configura uma tentativa de preservação de uma memória daquilo que o local já tinha sido. Entretanto, o uso dessa memória por parte dos indivíduos se torna uma peça central nesse momento. Isso porque, segundo Fentress e Wickham (1994), é possível considerar a memória como objetiva e subjetiva, sendo a primeira um “depósito” de fatos e a segunda um “depósito” que se relaciona com os sentimentos próprios de cada indivíduo (1994, p. 17). Com isso, seria interessante pensar que aqueles entrevistados que respondem “é um shopping” possivelmente tiveram uma experiência mais sensorial e empírica no local atual e não no passado da estação, mas não seria tão seguro afirmar que aqueles que respondem “é uma estação ferroviária” tiveram a mesma experiência sensorial no passado, mas sim uma acumulação de uma informação útil sobre o passado do espaço adquirida através de outros meios, como uma visita ao Museu Ferroviário, por exemplo.

4 Shopping Estação e a sociedade de consumo

Jean Baudrillard (2007), ao refletir sobre a teoria do consumo, questionou até que ponto a sociedade “[...] simplesmente reproduz as desigualdades e as estruturas anteriores?” (2007, p. 41, tradução nossa). Partindo do pressuposto de que shopping centers são também fruto de uma sociedade de consumo, até que ponto a requalificação da antiga estação ferroviária de Curitiba colaborou para a manutenção e aprofundamento de desigualdades naquela região?

No âmbito espacial é possível perceber visualmente algumas mudanças. Se analisarmos a estrutura externa do edifício do shopping, para além da sobreposição de estilos

e funções que a arquitetura desse centro de compras já fornece, poderemos perceber que também está presente uma espécie de “bolha protetora” composta por vidros espelhados e escuros, numa clara menção à interiorização do espaço. Em uma outra direção, de acordo com Gusso (2004), a própria prefeitura da cidade também já havia proposto um projeto de revitalização da praça em frente a antiga estação, uma tentativa de tornar o local mais agradável ao trânsito de pessoas.

Mais uma vez Sarmiento (2003), em consonância com Harvey (1992), para além de apontarem a nova configuração do espaço urbano pós-moderno como um ambiente fragmentado, também indica a tendência dos indivíduos que compõem esse espaço em promoverem duas funcionalidades distintas dentro desse contexto, os “espaços públicos mortos” e os “espaços festivos” (2003, p. 261). Tudo isso aliado ao temor, por parte desse conjunto de indivíduos com maiores possibilidades econômicas, em enfrentar os problemas comuns das cidades contemporâneas como a violência e o crime. Por conseguinte, produz também a uma maior vigilância dos espaços públicos e reforça o fenômeno das “superfícies comerciais (e não somente elas) panópticas”, e reforça a ideia de antecipação dos “perigos reais e imaginados da vida urbana quotidiana” (2003, p. 261).

A abertura do shopping causou também uma mudança no perfil do bairro Rebouças, principalmente por ser um espaço destinado às camadas mais abastadas da cidade: além de um centro de compras com comércio mais “requintado”, contava também com salas de cinema de última geração para a época, amplo estacionamento e, por um período, cobrou ingresso pela entrada no espaço

(GUSSO, 2004). Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC, 2015), o bairro contava com uma população de aproximadamente 15 mil pessoas e uma densidade demográfica de 50,09 habitantes por m². Desses, 84,49% eram brancos com média de idade de 34 anos e residentes de apartamentos, que representam 75,6% das habitações do bairro e onde mais de 50% da população ganha a partir de 5 salários mínimos.

Embora não disponhamos, seja por limitação técnica ou por falta de acesso, de dados para traçar um quadro comparativo com a realidade anterior do bairro, pelas características constantes no período de desativação da antiga estação ferroviária é possível constatar que o bairro Rebouças era um bairro fabril em decadência, com fluxo de circulação de mercadorias considerável pela presença de diversas fábricas no local, com um espaço urbano composto também por um pequeno setor de serviços e moradias dos trabalhadores que se dedicavam a essas atividades.

O contraste surge ao compararmos com os dados anteriormente citados. O levantamento do IPPUC demonstra que houve uma verticalização do bairro, onde $\frac{3}{4}$ das habitações são apartamentos. E o perfil dos moradores do bairro também é alto, onde a cor da pele, a média de idade e a renda média representam também requalificação social dos componentes daquela realidade.

Por outro lado, uma possível explicação para essa verticalização no sentido urbanístico seria a área relativamente pequena do bairro, apenas 2,79 km². Todo esse arranjo contemporâneo no perfil do bairro pode ser interpretado na linha do que Baudrillard (2007) chama de revolução do bem estar, uma lógica de busca da felicidade

baseada no mito da igualdade e encarada como uma espécie de salvação dentro das concepções burguesas em voga nos últimos dois séculos, que preza pela acumulação de bens e reforço da posição social através do consumo.

5 Conclusões

Cabe aqui uma complementação à pergunta inicial: memória, pós-modernidade e consumo se articulam? Em linhas gerais, é possível dizer que sim. Se os arranjos pós-modernos observados no tecido urbano, observados a partir da ideia de acumulação flexível proposta por Harvey, ditaram uma nova dinâmica dentro da realidade citadina, o sucateamento das ferrovias em detrimento do transporte rodoviário no Brasil, a pulverização das indústrias do centro para uma outra região da cidade e o abandono do edifício da antiga estação ferroviária de Curitiba abriram o vácuo perfeito para que os mecanismos de requalificação e consumo os ocupassem.

Vale ainda ressaltar que essas requalificações promovidas a partir de shoppings ou “centro de compras” não são casos raros. Conforme o documentário “Curitiba – sinais do tempo”, já mencionado anteriormente, as transformações urbanas decorridas da reutilização de edifícios históricos são uma espécie de “marca” na cidade, onde existem, no mínimo, três exemplos visíveis. Mas esse é um fenômeno perceptível também em outras regiões do Brasil, como o Shopping Nova América e Shopping Bangu no Rio de Janeiro (ambos instalados em estruturas anteriormente utilizadas como fábricas de tecidos erguidas em fins do século XIX) e o Supermercado Extra da Mooca, em São Paulo, também instalado no edifício de uma antiga sede do Contonificio Rodolfo Crespi (fábrica de tecidos).

Com isso, a requalificação e o consumo podem também alterar a percepção dos indivíduos em relação aqueles espaços, além de uma reconfiguração socioeconômica no perfil da população daquela localidade: também é um mecanismo que facilita a transformação de parte do tecido social que vive, consome e transita por aqueles espaços. Por fim, onde ficam o lembrar e o esquecer nesses casos? As pessoas que frequentam esses espaços de consumo são como aqueles que responderiam “não sei” ou teriam alguma noção das origens, usos e funções de tais espaços ao longo do tempo, tal qual os entrevistados no documentário Curytiba...(2013)?

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Email: balvesdourado@gmail.com

Referências Bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. La sociedad de consumo: Sus mitos, sus estructuras. Madrid: Siglo XXI Editores, 2007.

CAMPOS, Cristina de. Engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho e a transferência da tecnologia ferroviária na Província de São Paulo. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14, 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CURYTIBA Sinais do Tempo. Direção de June Meireles. Curitiba, 2013 (35min).

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. Memória Social (Parte I). Lisboa: Teorema, 1994.

GUSSO, Ramon José. O novo rebouças: revitalização urbana, cultura e gentrificação (1997-2003). 2004. Monografia (Ciências Sociais). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná,

Curitiba.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992. INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. Nosso Bairro: Rebouças. Curitiba: IPPUC, 2015.

LANG, Aline Eloyse. As ferrovias no Brasil e avaliação de econômica de projetos: Uma aplicação em projetos ferroviários. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília.

LYRA, Cyro I. C. de Oliveira et al. Espirais do Tempo: Bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MIGUEL, Priscila L. S.; Reis, Manoel de A. e S. Panorama do transporte ferroviário no Brasil. Revista mundo logística. Maringá, ano 7, n. 47, julho e agosto de 2015, Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16439/panoramaferroviario_mlog47.pdf

SARMENTO, João. Variações sobre o urbanismo pós-moderno. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I série, vol. XIX, Porto, 2003, pp. 255-265.

OS MUSEUS ETNOGRÁFICOS COMO EXPRESSÃO DA ANTROPOLOGIA NO SÉCULO XIX

ETHNOGRAPHIC MUSEUMS AS AN EXPRESSION OF ANTHROPOLOGY IN THE XIX CENTURY

*Aline Gil Pereira Soares

**Beatriz Bento Gargano

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 07/11/2020

Resumo

Este artigo visa contextualizar as problemáticas relacionadas ao surgimento da antropologia no século XIX, bem como os impactos das teorias hegemônicas sob o modo de fazer e de expor o saber etnográfico nos museus. A partir das reflexões apresentadas, almeja-se proporcionar uma imersão num museu fictício, que narrará a história da antropologia, bem como suas principais contribuições de maneira lúdica e interativa. O objetivo dessa proposta é destacar a herança evolucionista na configuração museográfica e se contrapor a ela a partir de um cenário imaginário, que objetiva contribuir para o desenvolvimento de uma atitude respeitosa perante as diferenças étnicas, raciais e sociais.

Palavras-chave: museus, antropologia, evolucionismo, exposição.

Abstract

This article aims to contextualize the problems related to the emergence of anthropology in the 19th century, as well as the impacts of hegemonic theories on producing and exhibiting ethnographic knowledge in museums. From the reflections presented, the objective is to provide an immersion in a fictional museum, which will narrate the history of anthropology, as well as its main contributions in a playful and interactive way. The purpose behind this is to highlight the evolutionary heritage in the museographic configuration and compare it to an imaginary scenario, which aims to contribute to the development of a respectful attitude towards ethnic, racial and social differences.

Key words: museum, anthropology, evolutionism, exhibition..

1 Introdução

O presente artigo busca inicialmente estabelecer as devidas conexões históricas com o surgimento da antropologia no século XIX, o contexto imperialista e neocolonial da época, bem como as exposições etnográficas realizadas neste período, fruto, em sua maior parte, do contato dos colonizadores com povos não-europeus. Em um exercício de artesanato intelectual, somando o

pensar acadêmico ao olhar criativo, será retratado neste trabalho uma possibilidade imaginária de exposição etnográfica, que tem como temática a história da própria antropologia, consolidada no século XIX. A ideia surgiu a partir do trabalho final da disciplina de Teoria Antropológica I, ministrada pela Professora Giovana Acácia Tempesta [1], no ano de 2018. Vale destacar

que a proposta do trabalho final foi apresentada sob o contexto devastador do incêndio do Museu Nacional, cujo episódio causou muitas inquietações e reflexões acerca desses espaços. Nesse sentido, o trabalho consistiu em elaborar um texto explicativo que seria exibido no início da exposição, enfatizando a importância da visita ao museu para a conformação de uma atitude de respeito às diferentes culturas e grupos sociais a partir de uma situação hipotética apresentada como texto norteador [2].

Em resumo, o presente artigo relaciona o paradigma do evolucionismo cultural, consoante às ideias darwinistas, e a consequências que essa teoria hegemônica trouxe para os museus, subjugando e inferiorizando culturas afora do referencial eurocêntrico. Tal fenômeno ainda pode ser observado e analisado através das coleções etnológicas apresentadas desde os museus do século XIX até os dias atuais.

Destarte, a partir do reconhecimento das problemáticas sinalizadas na gênese da antropologia, é necessário repensar o modo de como as culturas são retratadas nesses locais, como ainda são representadas por ideais desenvolvimentistas que passam a mensagem de inferioridade, exotismo e inércia ao tempo. O museu imaginário a ser apresentado visa narrar a consolidação da antropologia como ciência e almeja, em sua metodologia de organização e composição dos espaços, desconstruir tais equívocos tão cometidos pelas exposições etnográficas do século XIX, bem como propor reflexões sobre os papéis de sujeito e objeto nos ambientes museográficos. Para que esse efeito seja realizado, a seção referente ao museu idealizado, escrita na forma de apresentação de um guia a ser inserido no início da exposição, explicará a ideia de

cada sala e suas atividades interativas com o intuito que o leitor adentre ao máximo nessa experiência sensitiva.

2 Considerações acerca da configuração dos museus etnográficos

A relação entre museus, antropologia e etnografia não foi criada recentemente. De acordo com Nélia Dias (2007), desde o período das neocolonial e as conquistas européias até o presente momento, há uma ligação entre esses elementos que proporcionou o surgimento dos museus etnográficos. Nesse contexto, os museus criados em uma onda massiva no leste europeu durante o século XIX, usufruíram de três pilares em sua constituição: o modelo de conhecimento universalista, permeado por uma ótica evolucionista, o vínculo com a história nacional e a abertura de suas portas a um grande público (BENNET, 1995). Apesar das várias alterações em seu conceito e em seu papel ao longo do tempo, o propósito inicial dos museus etnográficos se encontra infiltrado nas exposições da atualidade e se repercute na antropologia, tendo em vista que a gênese da disciplina se deu em um contexto imperialista.

Os espaços reservados para as exposições surgiram com o intuito de expor os saberes e as “descobertas” dos viajantes e pesquisadores da época. A partir de objetos, instalações e textos, o museu funcionava como uma ferramenta legitimadora e como testemunha do conhecimento que era trazido e exposto dos continentes não-europeus (DIAS, 2007). O interesse no uso dos museus para a antropologia cresceu ainda mais com as explorações europeias que raptaram artefatos, objetos e pessoas de outros continentes para causarem uma curiosidade no

público (DIAS, 2007). As evidências de que outros povos existiam, suas relações e formas de conviver eram trazidas para a Europa e expostas para todos, entretanto, de modo a apresentar coleções rotuladas “primitivas” em detrimento de objetos característicos da “civilização” (DIAS, 2007). Um exemplo trágico dessas exposições foi o caso da Vênus Negra (Saartjie), pertencente a etnia Khoisan, cujo o corpo se tornou um objeto em circos e feiras com o rótulo de “selvageria” por apresentar lábios vaginais hipertrofiados e acúmulo de gordura nas nádegas (BRAGA, 2015). Apresentada em jaulas como uma espécie de zoo humano, era tratada com crueldade e sem o reconhecimento de sua humanidade. Mesmo depois de sua morte, seu corpo continuou como objeto feito para uma vitrine, suas partes foram expostas em frascos de formol nos museus europeus e só retornaram ao continente africano em 2002 (BRAGA, 2015).

Essa perspectiva evolucionista e classificatória tinha por objetivo reafirmar e evidenciar empiricamente a “supremacia” europeia sobre as demais comunidades do mundo a fim de estabelecer um projeto educativo que destacasse os aspectos nacionais de superioridade (DOS SANTOS, 2009). Estas novas coleções tornavam-se expressão e símbolo do triunfo dos Estados Nacionais sobre as demais nações consideradas inferiores, e obtinham amplo reconhecimento por parte dos cidadãos dos países expositores (PRÖSLER, 1996).

Com isso, a relação estreita entre o pensamento colonial e a composição dos museus etnográficos estabeleceu uma importância central no modo de organização dos objetos expostos (DIAS, 2007). Por servirem como comprovantes da existência de outras

culturas, os museus do século XIX não se preocuparam em retratar o significado daqueles objetos de acordo com a sociedade de origem nem em inserir uma conscientização da importância de cada um e seus respectivos contextos (GRUPIONI, 2008). Os objetos sem descrição eram expostos aleatoriamente e classificados de acordo com a matéria prima que o compunha, sendo enfileirados com os demais em uma perspectiva evolutiva, do mais “simples” e “arcaico”, ao mais complexo (GRUPIONI, 2008). Os critérios que criaram essa linha evolucionista são oriundos do método comparativo entre os povos europeus com os não-europeus, o que colocava a Europa Ocidental em posição privilegiada, no auge da industrialização, do progresso e da “civilização”.

Exemplo dos moldes evolucionistas em exposições etnográficas é a “Grande Exposição dos Produtos da Indústria de Todas as Nações”, no Palácio de Cristal, ocorrida em 1851, na Inglaterra. Esse majestoso evento foi organizado com diversos simbolismos que faziam referência ao deus do progresso, a divindade expoente da Revolução Industrial (STOCKING JR., 1987). Nesse contexto, a exposição foi organizada de acordo com o sistema classificatório desenvolvido pelo químico Lyon Playfair (1935-2018), o qual as grandes categorias exibidas eram ordenadas da seguinte maneira: matérias-primas, manufaturas e belas artes e maquinários. Estes por último citados representavam o ápice do espírito europeu e da indústria civilizada (STOCKING JR., 1987).

Em suma, o objetivo da exposição era demonstrar a “unidade do gênero humano” e a “divisão do trabalho” de modo a aproximar a humanidade do cumprimento de uma sagrada missão: a de “conquistar a Natureza para

seu uso” (STOCKING JR., 1987). Dessa forma, quanto mais distante do estado natural, o ser humano estaria mais próximo da civilização, da Cultura (TYLOR, 1871), como é ressaltado no filme “Homo Sapiens 1900”, de Peter Cohen, lançado em 1998. Para alcançá-la, a humanidade teria a obrigação de conquistar e civilizar todas as coisas de origem natural, “primitiva”, pois fora atestado que embora todos os seres humanos compartilhassem de uma origem comum, curiosamente, nem todos haviam alcançado o mesmo estágio de progresso (STOCKING JR., 1987). A proposta era “fornecer uma prova verdadeira e um quadro vivo do ponto no qual toda a humanidade chegou nesta grande tarefa, e um novo ponto de partida de onde todas as nações estarão aptas a direcionar seus esforços futuros” (apud Oficial Catalogue, 1851, v.I, p 3-4).

De acordo com a análise de Stocking Jr. (1987) sobre a Grande Exposição, é possível observar explicitamente a premissa que funda os primórdios da antropologia na Era Vitoriana (1837-1901): “nem todos os homens haviam avançado no mesmo passo, ou chegado ao mesmo ponto” (STOCKING JR., 1987, p. 293). Nesse sentido, o trabalho de investigar os motivos desses desequilíbrios e desproporções transformava-se em uma tarefa urgente a ser cumprida (SCHWARCZ; ARAÚJO, 2010). Ainda conforme as autoras, é a partir desse contexto que surge o investimento na montagem de coleções etnológicas e a utilização do método comparativo (SCHWARCZ; ARAÚJO, 2010).

Com o surgimento de críticas pós-coloniais, tais como o olhar decolonial e anti-eurocêntrico, têm-se desafiado a estrutura desse tipo de museu. O questionamento do paradigma anterior, que era

sustentado pelo evolucionismo, se deu com o advento de uma pluridisciplinaridade e uma extensão do objeto de estudo do museus etnográficos, o que proporcionou uma diminuição do foco materialista das exposições (DIAS, 2007). Alguns pesquisadores perceberam que nesses museus havia uma relação de criação de estereótipos, discriminação e apropriação indevida dos objetos, bem como a retratação deles em uma perspectiva imperialista colonial (DIAS, 2007). Essa problemática é ressaltada por Grupioni (2008), ao destacar o fato de que a exposição dos objetos etnológicos era feita de modo a descrever apenas parcialmente o universo material dos povos representados, utilizando-se do alicerce evolucionista (GRUPIONI, 2008).

Exemplo disso, no Brasil, foi a coleção formada por Raymundo Lopes, que logo após a pacificação dos indígenas Urubu-Kaapor, em 1930, depositou no Museu Nacional do Rio de Janeiro uma coleção constituída basicamente por flechas com pontas de metal (GRUPIONI, 2008). Tamanha é a coleção de flechas, que consoante às epidemias e eventualidades que mais tarde surgiram, deixaram-os desarmados e quase os levaram à extinção (GRUPIONI, 2008). Além disso, Claude Lévi-Strauss resalta que essa forma de se fazer exposição etnográfica tende a repercutir a ideia de estagnação acerca de outras culturas e da museologia etnográfica ao afirmar que a missão conservatória de objetos dos museus etnográficos é susceptível de se prolongar, de não se desenvolver e ainda menos de se renovar (LÉVI-STRAUSS, 1954). Nesse sentido, é importante reconhecer os museus como agências classificatórias, que reordenam os objetos selecionados segundo critérios próprios e paradigmas dominantes (DOS

SANTOS, 2009).

Os objetos, ao serem deslocados para os museus, perdem o contato com os contextos que os originaram e, com isso, também a convivência cotidiana com aqueles que poderiam associá-los a uma experiência anterior. Ao perderem os vínculos com seus contextos de origem, os objetos tornam-se elementos de uma nova escrita. (DOS SANTOS, 2009 p. 117).

Em contraposição a forma de expor apresentada consoante às críticas pós coloniais, vale destacar o Museu Afro Brasil, que visa “preservar e argumentar a partir do olhar e da experiência do negro a formação da identidade brasileira” (ARAÚJO, 2010). Esse museu localizado em São Paulo se propõe, assim, a desconstruir estereótipos e imagens deturpadas, bem como expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro (ARAÚJO, 2010). Além disso, trata-se de um museu histórico que fala das origens, mas bastante atento a “identificar na ancestralidade a dinâmica de uma cultura que se renova mesmo na exclusão” (ARAÚJO, 2010). No que diz respeito a sua localização geográfica inserida na maior cidade brasileira, que tem por característica o multiculturalismo e a multirracialidade, é o palco ideal para concretizar tal proposta, visto que assume-se uma “tarefa pioneira na criação de uma instituição que pode servir como instrumento para se repensar novos conceitos de inclusão social, e espelho para refletir uma sociedade enfim disposta a incorporar o outro nas suas diferenças” (ARAÚJO, 2010).

Interessante pontuar que o grandioso Museu Afro Brasil foi formado inicialmente pela coleção que Emanuel reuniu ao longo de sua trajetória pessoal (SANTOS; BARBOSA, 2019). No período de inauguração do museu,

a exposição contava com 1100 peças e atualmente são cerca de 5000 distribuídas entre exposições e reserva técnica (SANTOS; BARBOSA, 2019). Ademais, as obras pertencentes ao museu contemplam desde o século XVIII até a contemporaneidade e são expostas sob uma concepção de arte afro-brasileira para classificar as diferentes produções artísticas existente no museu evitando subdivisões como popular, erudito ou contemporâneo (SANTOS; BARBOSA, 2019).

Contudo, mesmo com o surgimento de uma preocupação acerca de como o conhecimento etnográfico é exposto e ensinado, ainda se vê muitos resquícios do descuidado com as culturas expostas nos museus atuais, como destaca José Reginaldo Gonçalves sobre as visitas a esses espaços:

Ao visitarmos um museu, mal percebemos a complexidade do sistema de relações sociais e simbólicas que tornaram possível sua formação e asseguraram o seu funcionando. Percorrendo as exposições somos levados a esquecer todo o processo de produção de cada um dos objetos materiais expostos, a história de cada um deles, como chegaram ao museu, assim como todo o trabalho necessário à sua aquisição, classificação, preservação e exibição naquele espaço. Os agentes e as relações que tornam possíveis esses processos ficam na penumbra, em favor do enquadramento institucional dos objetos numa determinada exposição (GONÇALVES, 2006, p.254).

Em adição, de acordo com Grupioni (2008), os museus etnográficos brasileiros ainda possuem características expositivas semelhantes às dos museus europeus do século XIX, pois parte das coleções existentes no Brasil não possui identificação, nem uma documentação básica e tampouco uma forma expositiva singular para cada povo. As obras, objetos, artefatos e histórias são expostos muitas vezes sem o aprofundamento necessário para

representar totalmente a cultura apresentada (GRUPIONI, 2008).

O fato desse tipo de museu ter surgido para saciar a curiosidade e causar estranheza em quem via essas vitrines expostas marcou profundamente a forma como eles são organizados. As evidências materiais da atividade humana trazidas para a Europa a fim de causar esse tipo de sentimento, quando impostas em uma ordem classificatória evolutiva de desenvolvimento transmitem a ideia de que a vida humana fora dos parâmetros eurocêntricos são estáticas e imutáveis (GRUPIONI, 2008). Essa imagem é ilustrada no livro “Alguns Humanos” de Gustavo Pacheco, quando um de seus personagens descreve a sensação que lhe é transmitida ao observar um diorama, uma maquete em tamanho real com figuras e ambientes realistas tridimensionais, em um museu:

A gente podia ir lá cem mil vezes, e aquele esquimó ia estar sempre acabando de pescar os dois peixes, os pássaros iam estar a caminho do sul, os veados matando a sede no laguinho, com suas galhadas e suas pernas finas tão bonitinhas, e a índia do peito de fora ainda ia estar tecendo o mesmo cobertor. Ninguém seria diferente, a única coisa diferente seríamos nós (PACHECO, 2018, p.46).

A análise de Grupioni (2008) sobre os museus etnográficos brasileiros é convidativa à uma reflexão acerca da estrutura epistêmica do conhecimento fora da Europa. Consoante à ele, Ramón Grosfoguel (2012) argumenta a relação das universidades ocidentalizadas e os genocídios, acompanhados por epistemicídios contra muçulmanos, judeus e povos nativos das Américas. Nesse sentido, Grosfoguel (2012) questiona como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades se baseie no conhecimento

produzido por poucos homens de cinco países da Europa Ocidental: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos. Essa reflexão é de suma importância para questionar as definições secularmente reproduzidas acerca da “primitividade”, da “barbaridade” e da “selvageria” humana, bem como outros conceitos evolucionistas que assolam as disciplinas das ciências humanas e as primeiras escolas antropológicas do século XIX.

Assim, nota-se na atualidade a necessidade de buscar formas de construir museus etnográficos sem a herança da forma colonial de expor. Muitos museus já desenvolvem novos tipos de organizações em suas coleções, soluções criativas e sensatas que objetivam retratar as culturas expostas com maior veracidade e respeito. Para isso, muitas vezes contam com a ajuda dos respectivos povos apresentados na montagem da exposição. Um exemplo recente nos museus acerca dessas mudanças deu-se com a divulgação de um relatório oficial do atual presidente da França Emmanuel Macron, em 2018, o qual defendia devolver ao continente africano todas as obras e objetos que chegaram irregularmente nos museus franceses (VICENTE, 2018). Outro fascinante ocorrido foi a notícia sobre Oxford’s Pitt Rivers Museum, sobre como esse museu ainda classificava os objetos expostos de acordo com as características que eles apresentavam e não sobre o país de origem (KOSHY, 2018). Nesse caso, integrantes da comunidade Masai, a qual os objetos expostos pertenciam, questionaram o arranjo e apontaram irresponsabilidade por parte do museu de possuí-los sem a autorização do povo, pois tratava-se de objetos sagrados para essa comunidade (KOSHY, 2018). Essa ação desencadeou reflexões sobre esse equívoco histórico recorrente, de modo a pensar

formas que previnam a repetição desse erro. A retratação mais lógica é a providenciação de uma contextualização verídica e aprofundada para os objetos expostos, bem como a busca pela autorização de cada grupo étnico para a exibição, além de contar com o auxílio desses na montagem das coleções e das informações.

Ademais, vale refletir também sobre a abertura das portas dos museus etnográficos a um grande público, visto que essa não se deu de forma acessível e democrática, uma vez que os museus implicaram uma implementação de novos hábitos e costumes, em que práticas “não-civilizadas”, como risos, gargalhadas, gestos descomedidos, tons de vozes altos e correrias fossem postos de lado (DOS SANTOS, 2009). A curadoria dos museus detém o caminho, o tempo e a intencionalidade do que há de ser visto e por meio de um culto à arte erudita e às práticas elitistas nos espaços de museus, a auto-disciplina do corpo, a restrição interativa com os objetos e a rejeição generalizada a aglomerações e manifestações populares foram institucionalizadas (DOS SANTOS, 2009).

A gente podia ir lá cem mil vezes, e aquele esquimó ia estar sempre acabando de pescar os dois peixes, os pássaros iam estar a caminho do sul, os veados matando a sede no laguinho, com suas galhadas e suas pernas finas tão bonitinhas, e a índia do peito de fora ainda ia estar tecendo o mesmo cobertor. Ninguém seria diferente, a única coisa diferente seríamos nós (PACHECO, 2018, p.46).

Portanto, em contrapartida às formas de exposição do museu etnográfico apresentadas, os quais não realizavam os cuidados necessários para respeitar a cultura ali representada e repercutiam uma visão do “outro” exótico por ser diferente do padrão europeu, a próxima seção tratará de um museu imaginário. Esse buscará expor

a história da própria antropologia, consolidada a partir do século XIX, tecendo críticas e reflexões sobre suas principais contribuições. Além de incorporar elementos decoloniais, essa seção contém o intuito de retratar essa antropologia dentro do espaço que ela tanto interferiu e contribuiu nas formas de expor, um museu que coloca em cheque os antropólogos responsáveis pelo assentamento da antropologia cujo legado é perpetuado até os dias atuais.

A partir disso, a origem de inspiração dessa proposta vem de um trabalho final desenvolvido para a disciplina de “Teoria Antropológica I”, ministrada pela professora Giovana Acácia Tempesta, na Universidade de Brasília (UnB), no segundo semestre de 2018. A ideia proposta foi de estabelecer linhas de intersecção entre o conteúdo aprendido sobre os principais conceitos, escolas e expoentes da antropologia entre os séculos XIX e XX, com a reflexão crítica sobre a exposição do “outro” em um ambiente como os museus. O objetivo desse trabalho era usar da criatividade e do senso crítico para elaborar um texto inicial de uma exposição hipotética, enfatizando a importância da visita ao museu para a conformação de uma atitude de respeito às diferentes culturas e grupos sociais. Nesse sentido, o texto deveria ser organizado em torno dos seguintes conceitos à luz da bibliografia pertinente: Cultura, culturas/área cultural, pesquisa de campo/etnografia, consciência coletiva, fenômeno social total, função social de costumes, emoções e crenças. Assim, o texto a ser apresentado corresponde a uma introdução que, ao mesmo tempo que descreve brevemente a exposição de um museu imaginário, traz uma narrativa que visa aproximar os visitantes do conteúdo exposto de maneira imersiva e interativa, além de provocar uma

crítica a forma evolucionista de entender as culturas usada ainda hoje em vários espaços.

3 A consolidação da antropologia em uma perspectiva imaginada de museu etnográfico

É com imensa alegria que damos boas vindas aos visitantes do museu “Uma Experiência Sensível da História da Antropologia”. Convidamos a todos a terem uma experiência sensível da formação da Antropologia. Ao longo da exposição retrataremos a trajetória da disciplina, conhecendo seus fundadores e seus principais expoentes do período que vai desde seu nascimento, no final do século XIX até meados do século XX. Conheceremos diversas correntes de pensamento que transitaram e contribuíram para a formação desta ciência e alguns elementos ilustrativos como lanças, máquinas de tear, cerâmicas, tapetes, espadas, crisântemos, barcos, fotografias, vídeos, entrevistas, obras importantes e conceitos primordiais para o pensamento antropológico. Essa representação visual da Antropologia tem por objetivo contar sua história de maneira interativa e provocar estranhamento, empatia e relativismo.

Além disso, promoveremos uma roda de conversa sobre o tema “culturas” com comunidades indígenas e povos tradicionais a fim de quebrar os paradigmas entre sujeito e objeto, uma vez que o objeto de estudo de alguns antropólogos também é sujeito produtor de conhecimento. Esperamos assim, que haja troca de saberes. Além disso, espera-se por meio dessa interação inicial, que o erro histórico dos museus ao retratarem diversas vezes os povos sob uma força de inércia inescapável seja minimamente

evitado (STOCKING, 1985). Nesse sentido, contamos com a participação direta dos povos apresentados na curadoria da exposição e nas visitas guiadas a fim de evitar apropriações culturais indevidas e uma retratação mais respeitosa possível de suas respectivas culturas.

A primeira parte da exposição é destinada ao solo da antropologia com seus três principais expoentes clássicos: Tylor (1832-1917), Morgan (1818-1881) e Frazer (1854-1941). Esses autores são classificados pela antropologia como pensadores evolucionistas, cuja nomenclatura ficará evidente durante esta sessão do museu, que consiste em dois andares de muito conteúdo e intencionalidade.

Inseridos no contexto da Era Vitoriana (1837 a 1901), da Revolução Industrial ardente, de constantes explorações e de corridas expansionistas oriundas do Imperialismo, os europeus viviam um momento de euforia desenvolvimentista. Em adição a esse contexto, Darwin (1887) lança o seu principal livro sobre a origem das espécies e a seleção natural, o qual além de valorizar as ciências naturais da época, criou o embasamento teórico-científico para o pensamento hegemônico de superioridade europeia sobre o restante do mundo e uma ideia de evolução única do ser humano. Assim, diante desses acontecimentos, iremos analisar o pensamento dos antropólogos evolucionistas influenciados por esse contexto, destinando uma área do museu para cada autor e explicando o arranjo construído para cada um.

Para inaugurar a sessão clássica do museu, constituída pelos expoentes Tylor, Morgan e Frazer, os trabalhos e instalações iniciais começarão por Edward Burnett Tylor (1832-1917). Esse autor elaborou o conceito de Cultura equiparando-o ao de Civilização como “um

complexo, que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” (TYLOR, 1871, p.69). Diante dessa afirmação, ele atribui em sua obra “A ciência da cultura” um olhar para o estudo da vida humana como uma ciência natural, a qual deveria investigar e almejar conclusões por meio do método comparativo, isto é, dissecar a civilização em detalhes para classificar (TYLOR, 1871).

Obtém-se aí o núcleo duro dos evolucionistas: o método comparativo consoante aos sistemas classificatórios, que juntos, tem por objetivo entender os estágios da humanidade até a suposta civilização, o estopim de um progresso irreversível. É importante ressaltar que a ideia de civilização parte de um referencial europeu, o que condiciona os povos expostos como objetos de estudo desses antropólogos a uma hierarquia classificatória de acordo com o grau de apropriação das práticas culturais europeias. Outro ponto fundamental sobre Tylor e sobre os evolucionistas, em geral, são suas tentativas de elaborar pressupostos de cunho universal para a humanidade.

Diante da breve contextualização geral da sessão, vamos à explicação de seu espaço geográfico. A exposição da Cultura foi pensada em um espaço de dois andares em referência às terminologias de parentesco estudadas por Lewis Henry Morgan (1818-1881). Esse autor demonstrou particular interesse em estudar tais terminologias, com o objetivo de se aprofundar na origem do primeiro estágio humano - a selvageria - e, com o auxílio do método comparativo, buscou juntar as organizações de parentesco dos povos “primitivos” para criar uma linha única de evolução da história humana.

Em adição ao estudo citado anteriormente, uma ressalva importante feita por Mauro Almeida (2011), também estará presente na exposição. Almeida (2011), em artigo de revisão no qual se propõe a repensar a temática de parentesco, traz uma análise dos estudos de Morgan e interpreta uma ambiguidade na ideia de progresso do autor evolucionista. Ao comparar a forma de administração dos iroqueses com a organização européia, Morgan interpretou a primeira como sendo mais complexa que a segunda. Essa observação fez com que o caminho progressivo proposto por Morgan da “Barbárie” à “Civilização” pudesse ser entendido, para Almeida, como um caminho do complexo para o simples, pois o sistema organizacional europeu ao contrário dos iroqueses, buscava sempre a simplificação de seus sistemas e relações (ALMEIDA, 2011). Assim, essa dualidade trouxe o questionamento sobre a noção de progresso, se era realmente um avanço ascendente de superação do estágio anterior ou se sua trajetória levaria o humano em direção à uma simplificação que poderia gerar a dissolução da sociedade, ou seja, uma autodestruição (ALMEIDA, 2011).

Nesse sentido, o primeiro andar é composto por elementos centrais da “selvageria”, como totens e elementos mágicos, elementos de subsistência, arco e flecha e cerâmicas. Ao terminar de observar esse estágio inicial, o visitante poderá subir as escadas, onde estarão agrupados nas paredes das escadarias vários objetos como coleção de fusos, lançadeiras, teares, objetos religiosos e representações visuais de animais sendo domesticados fixados em uma parede de pedra e tijolos.

Todos os objetos estão organizados em fileiras de ordem do mais simples ao mais complexo - com base

na visão evolucionista dos clássicos apresentados - os quais estes por último, correspondem ao degrau final da escadaria, fazendo com que o visitante se depare com o último andar: a biblioteca. Ao final, também é possível transformar as escadarias em uma rampa por meio de um botão disponível na sala, para além de facilitar a mobilidade do público diverso, representar a ambigüidade do progresso em relação ao seus possíveis finais relatada por Almeida (2011).

Nesse sentido, o espaço final em forma de acervo literário faz uma síntese da gênese da antropologia evolucionista, que defende um progresso de ordem natural e obrigatória, tendo todas as suas produções – com exceção da ida a campo de Morgan – feitas em escritórios a partir de relatos pouco confiáveis e com base empírica precária, quase nula. O título da biblioteca é constituído pela frase célebre de James Frazer: “nunca vi nenhum selvagem, graças a Deus!” (FRAZER, 1890, p.7) e abriga as obras de todos os autores da antropologia da época, bem como livros científicos diversos, uma vez que pressupõe-se que os senhores, ao adentrarem o espaço final reservado aos clássicos, superaram os estágios de magia e de religião (FRAZER, 1890) e possuem domínio da escrita e da linguagem fonética (MORGAN, 1971).

A simbologia por trás desse arranjo faz referência, principalmente, ao sistema evolutivo criado por Frazer (1890), que baseou-se nas crenças humanas para estabelecer uma escala evolutiva que caminha progressivamente da magia para a religião até, por fim, alcançar o status de ciência. Uma observação final que deve ser feita nesta seção é que os objetos não possuem nenhuma identificação específica que delimite seu povo de origem ou área

cultural, pois nesse contexto, a antropologia trabalha com pressupostos universais, e não com particularidades das culturas. Assim, os estudos produzidos pelos clássicos demonstram preocupação em compreender o fenômeno da simultaneidade de existência de povos “primitivos” enquanto a civilização europeia ascende. Esse choque traz a urgência de entender o caminho percorrido pelo homem desde a sua origem até o seu mais profundo afastamento da natureza, cujo grau de distanciamento representa o nível de civilização dele, corresponde à Cultura, como discorre o filme “HOMO SAPIENS 1900”, de Peter Cohen (1998).

Ao passo que na sessão anterior a Cultura era singular e direcionada a um progresso, o novo ambiente que o visitante entrará será de notório estranhamento. A próxima sala é destinada a Boas, que diferente dos autores evolucionistas conhecidos nas seções anteriores do museu, esteve imerso em um contexto totalmente diferenciado. Franz Boas (1858-1942) testemunhou as duas Grandes Guerras, a Grande Depressão de 1929 e o contexto do holocausto, o que pesou em seu modo de pensar. O autor inaugurou uma nova tradição na antropologia, deslocando o foco de estudo de uma Cultura única e singular assentada no método comparativo de análise para o estudo das culturas, no sentido mais pluralista possível. Para introduzir esse pensamento no museu, será feita uma dinâmica com cada visitante de modo que todos os interessados receberão objetos diversos antes de entrar no vasto salão que os aguarda. Nele, haverá espaços reservados para os itens dos povos Inuits, Japoneses e dos povos Mundugumor, Arapesh e Tchambuli. Para realizar esta parte da exposição, a curadoria contou com doações de objetos dos próprios povos, além de uma vasta literatura

de Franz Boas e suas discípulas: Margaret Mead (1901-1978) e Ruth Benedict (1887-1948).

A dinâmica prossegue de forma que es senhores devem se ajudar para colocar os objetos entregues nas respectivas áreas culturais demarcadas no salão, onde ao caminhar pelo espaço, o visitante além de receber várias informações sobre aquela cultura, como sua língua, forma de organização, costumes e vestes, também receberá orientações da importância daquele objeto nas relações daquela comunidade. Quando devidamente encontradas as áreas culturais com seus respectivos objetos inseridos, es senhores terão acesso às salas de teatro em que os povos participantes poderão exibir filmes sobre suas culturas, danças ou até mesmo um ciclo de diálogos.

Para fixar os conceitos de culturas e de área cultural, es senhores serão encaminhados, após a dinâmica, para uma sala de cinema que exibirá o documentário “Estranhos no Exterior - As correntes da Tradição” sobre a obra de Franz Boas (1986) para que compreendam as principais contribuições boasianas à nova antropologia: a criação de um método mais seguro e preciso - histórico comparativo ou particularismo histórico - que consiste em estudar os processos de desenvolvimento em áreas culturais muito bem delimitadas, contrariando a pretensão universalizante do método comparativo evolucionista. A base do pensamento de Boas (1896) era buscar a essência de cada cultura para mostrar que cada ação só pode ser explicada se relacionada ao seu contexto cultural.

Além disso, Boas (1896) também ressalta o papel da geografia e da psicologia como elementos externos e internos, respectivamente, que resultam na grande variedade cultural existente, pois cada cultura uma possui

um jeito próprio de se envolver e de funcionar dentro desses dois campos. Afastando-se ainda mais da forma de pensar e de pesquisar dos evolucionistas clássicos, Boas (1896) também evidencia a importância da pesquisa de campo como garantia de segurança e de validade da antropologia e dedica-se a reelaborar os conceitos de raça, cultura e língua para mostrar como eles se entrelaçam na formação do pensamento humano em cada cultura.

Ao sair da sala sobre as áreas culturais, o visitante verá em primeira mão as transformações surgidas depois do pensamento de Boas (1896). Uma nova perspectiva é aberta para os próximos pensadores que surgiram, pois o método comparativo e classificatório deixa de ser a única metodologia existente na antropologia. A fim de representar esse acontecimento no pensamento antropológico e as suas consequências para o surgimento de novas formas de estudar esse campo do conhecimento, para que es senhores entrem na próxima instalação, haverá várias portas de acesso ao local, demonstrando todas as possibilidades que Boas abriu para a antropologia.

Inovado o método, nos deparamos com uma nova sala referente a nova metodologia introduzida na antropologia: a pesquisa de campo, a etnografia, cuja importância fora brevemente introduzida por Franz Boas (1896). Na entrada do novo anexo, serão observados diversos manuscritos, fotografias, iluminação ambiente e sons típicos do ecossistema da nova Guiné, com o intuito de contextualizar o assunto ao trabalho de Malinowski (1884-1942). Esse antropólogo recebe destaque nesta seção por conferir um manual de pesquisa de campo e reafirmar a importância do método como uma forma de validar as afirmações do pesquisador. Para Malinowski (1922),

o pesquisador de campo deveria abdicar de tradutores e de outros mediadores, pois informações se perdem ao acrescentar intermediadores entre o sujeito pesquisador e o objeto de estudo.

Segundo o autor, a imersão na comunidade estudada por meio da observação participante é imprescindível para compreender sua totalidade e o método adequado para atingir esse resultado, segundo o Malinowski (1922), é a etnografia, por meio da documentação estatística por evidências concretas, bem como o registro em diários de campo as ações observadas durante a pesquisa. Diante desses dois passos chaves na elaboração de uma etnografia, Malinowski (1922) também realça a importância de ter o domínio da língua para que haja uma absorção maior da mentalidade nativa e para que ela seja corretamente documentada. Portanto, o observador deve registrar absolutamente todos os fatos observados, por mais ilógica que pareça a ação no momento, para obter uma dimensão total do entendimento de uma cultura.

Para representar as ideias de Malinowski (1922), os senhores receberão blocos de anotações e canetas para registrar minuciosamente os contatos culturais que tiveram durante a exposição. O objetivo dessa interação é promover uma espécie de exercício preliminar da produção etnográfica e do artesanato intelectual, que estimula uma reflexão sistemática acerca das vivências experienciadas, bem como hábitos de auto-reflexão e a captura de pensamentos marginais no decorrer da visita (MILLS, 2009). É interessante e altamente recomendado que esses manuscritos sejam apresentados aos povos participantes da curadoria da exposição para que haja uma reflexão mútua a ser transmitida na saída do museu,

por meio de uma roda de debate. Além disso, o registro fotográfico é extremamente bem-vindo nesta seção.

No próximo ambiente, dedicado aos principais expoentes da escola francesa, a ênfase será dada a Durkheim (1858-1917), que em meio ao aglomerado de pensamentos da escola que objetivavam entender o funcionamento da sociedade, destacou-se pela conceitualização da “consciência coletiva”. A consciência coletiva corresponde a um sistema de leis e valores morais que regem a vida social (DURKHEIM, 1995). Esse complexo que transcende a sociedade é anterior a sua formação, coercitivo e comum a todos (DURKHEIM, 1995).

Para o pesquisador francês, essa relação coletiva possui duas formas diferentes de se manifestar a solidariedade orgânica e a solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1995). Na primeira situação, a sociedade é vista com aspectos complexos de organização e com uma heterogeneidade nas crenças, nos valores e nas funções presentes ali (DURKHEIM, 1995). Nesse caso, Durkheim (1995) argumenta que a coesão social consegue ligar todos os indivíduos a partir da interdependência gerada dentro dela por meio do mercado e das relações de trabalho e das instituições, o que possibilita entender a solidariedade orgânica como um corpo, onde cada parte depende da outra para que o todo funcione (DURKHEIM, 1995).

Já a solidariedade mecânica, a realidade das relações sociais é diferente (DURKHEIM, 1995). Classificada como sociedade simples ou primitiva, Durkheim (1995) observa uma homogeneidade no pensamento dos indivíduos, desde o jeito de se manifestarem até no de pensarem, o que traz a ideia de um grande compartilhamento de valores, uma

consciência coletiva oriunda dessa coesão social.

Para que os dois casos de solidariedade sejam mantidos, é necessário fortalecer o desejo de pertencimento de cada um na sociedade e compor isso, Durkheim (1912) apresenta a importância da religião ao realizar esse papel social. Com o intuito de entender essas relações que a crença produz nas sociedades, o pensador francês enxerga uma reafirmação do coletivo gerado por essa interação (DURKHEIM, 1912). A religião não existe sem a prática conjuntural da sociedade, e a sociedade está mergulhada nos valores e morais trazidos pela religião, o que interfere na forma de pensar, de agir e de conhecer do indivíduo (DURKHEIM, 1912). Assim, a religião não apenas fornece ideias ao espírito humano, ela também contribui na sua formação e na elaboração das estruturas de conhecimento, o que a classifica como uma das principais instituições mantenedoras da conectividade entre os indivíduos pela sua abrangência e influência (DURKHEIM, 1912). Por isso, realizam-se periodicamente e repetidamente ritos e crenças para que os laços com a sociedade permaneçam, bem como a consciência compartilhada pelos integrantes dela (DURKHEIM, 1912).

Para demonstrar o conceito apresentado por Durkheim (1912) de maneira prática e lúdica, o ambiente dedicado à escola francesa é fechado, pouco iluminado e repleto de totens, máscaras e vestimentas que os senhores poderão experimentar. Será realizado uma espécie de rito, cuja finalidade não será pedir ou receber algo propriamente, mas entender que o rito é carregado de moral e constitui a reafirmação ou a perpetuação dos laços entre o indivíduo e a sociedade a qual ele pertence. Trata-se de uma forma de unir a sociedade por meio de uma entidade maior. Para

Durkheim (1912), esses ritos agem sobre a consciência individual de modo a integrar uma consciência coletiva. O essencial é que os indivíduos estejam reunindo sentimentos e crenças expressas por atos em comum, isto é, os ritos são capazes de ligar o indivíduo ao seu grupo e gerar sensação de pertencimento a ele (DURKHEIM, 1912). Após o estranhamento causado pelo rito, uma sala decorada com objetos natalinos é aberta para demonstrar a força e a consciência coletiva gerada pela religião. Na mesma sala natalina, será feita uma dinâmica de “amigo secreto” com peças do museu embrulhadas a fim de recriar o “Ensaio sobre a Dádiva” de Marcel Mauss (1925). A finalidade substancial dessa atividade será demonstrar como o sistema de trocas constitui um fenômeno social total ao mobilizar as esferas econômicas, sociais, políticas, religiosas e jurídicas da sociedade (MAUSS, 1925). Para esse autor, a relação contínua apresentada entre indivíduo e sociedade é reafirmada por meio dádiva, que corresponde a um fenômeno interativo entre as partes com o todo (MAUSS, 1925). Esse sistema de trocas é obrigatório e anterior às leis que organizam a sociedade, o que faz consolidar os laços nas esferas sociais (MAUSS, 1925).

Por fim, para encerrarmos nossa expedição os caminhos da antropologia, reservamos um espaço composto por lousa e giz, com o objetivo de compreender o pensamento de Radcliffe-Brown (1922) acerca da função e da estrutura social. Ele pontuará o conceito de função social como correspondências existentes entre crenças, costumes e sentimentos atuais em uma determinada sociedade para que sua estrutura permaneça. Radcliffe-Brown (1922) procurou atribuir significados para essa interdependência entre sentimentos individuais,

consciência, sociedade, tradição e costumes. Por meio do quadro e do giz disponibilizados na entrada da sala, @s senhor@s poderão estabelecer relações entre as imagens de choro que serão mostradas, bem como sua função social em cada figura. Por exemplo, a função social do choro em um casamento se difere da função social do choro em um rito fúnebre de uma determinada cultura (RADCLIFFE-BROWN, 1922).

Assim, para nos despedirmos, gostaríamos de resgatar a fala de Malinowski (1922) sobre seu entendimento acerca da sociedade. Para ele, a sociedade se comporta como um organismo vivo, de modo a seguir a estrutura de um esqueleto em que as partes possuem interconexões para atender sua função dentro do todo (MALINOWSKI, 1922). Por este motivo, convidamos es senhores registrarem seus sentimentos acerca da exposição e a expressarem como foi vivenciar um pedaço da história da antropologia a fim de deixar um pedaço da individualidade de cada um no todo que foi a exposição.

4 Considerações finais

O presente artigo visou relacionar a temática museológica com a antropologia a fim de estabelecer uma comparação sobre como essa construção é estabelecida e recriada nos espaços de exposição. Em suma, foi possível analisar os contextos que deram origem à formação da antropologia como ciência e a herança que os eventos históricos deixaram no fazer etnográfico atual. Ao analisar a consolidação da disciplina a partir do século XIX, é importante resgatar o papel que o neocolonialismo e o imperialismo em ascensão trouxeram no que diz respeito ao contato com povos não-europeus-ocidentais, que

gerou, por conseguinte, estranhamento. Dessa forma, o espanto com as formas diversas de convivência humana e organogramas sociais espantaram a comunidade europeia, de modo a iniciar uma corrente de questionamentos acerca da possibilidade de seres humanos que compartilhavam da mesma origem adquirirem destinos tão distintos na escala evolutiva de progresso.

Com isso, os estigmas que caracterizam povos fora do continente europeu com exotismo surgiram a partir dessas explorações. A antropologia, assim, se vincula ao neocolonialismo, com a ascensão da Revolução Industrial, o crescente Imperialismo europeu e com as influências do evolucionismo de Darwin (1887) que reforçaram a ideia nessa ciência de uma escala única e linear a todos os povos, bem como constitui um alicerce científico importante para a repercussão de ideais eugenistas e etnocêntricos. Consoante a isso, o modo de exposição dos objetos apropriados eram organizados em ordens do mais simples ao mais complexo, reiterando a noção de progresso, bem como eram desprovidos de identificações e contextualizações acerca da área cultural e da comunidade a qual eles pertenciam. Em suma, esse modelo classificatório baseado em noções darwinistas e métodos comparativos, consolidou paradigmas de progresso obrigatório e contínuo e, por consequência, paradigmas de raça superior e inferior.

Por fim, nosso objetivo substancial foi reconhecer e compreender as heranças evolucionistas na composição do expor etnográfico dos dias atuais e assim, por meio da consciência histórica, do senso crítico e da criatividade, estabelecer um cenário utópico e imaginário de museu que visasse retratar as principais contribuições da antropologia

no modo de expor etnográfico, incorporando nessa proposta elementos decoloniais na sua configuração. Nesse sentido, o reconhecimento do protagonismo dos atores sociais na organização dos museus e na curadoria das exposições etnográficas se revela uma medida extremamente importante para ampliar os sentidos e significados culturais no período pós-colonial (TEMPESTA; ARAÚJO; LOIOLA, 2019).

Assim, para além da preservação de objetos, histórias e símbolos descontextualizados, a parceria entre museus alinhados ao projeto decolonial, pesquisadores e povos nativos permitiria disseminar ferramentas conceituais e uma postura ética que venham contribuir para criar ambientes favoráveis à reflexão crítica a respeito das condições de possibilidade de um futuro comum, a partir da percepção das injustiças históricas, em um mundo onde a diferença seja efetivamente resguardada e valorizada. (TEMPESTA; ARAÚJO; LOIOLA, 2019, p. 63).

Desse modo, as soluções pensadas, embora triviais, envolvem muitas reflexões epistêmicas, desde a iniciativa de elaboração conjunta do espaço com as etnias representadas, às permissões formais para a utilização dos objetos, bem como contextualizações que só poderão ser verídicas se elaboradas de dentro para fora.

A proposta do Museu “Uma Experiência Sensível da História da Antropologia” é trazer de forma ilustrativa a tentativa de incorporação dessas retratações nos museus etnográficos e inverter a lógica muito utilizada nos museus de retratar o “Outro” para “outros”, para terceiros, sob o referencial de sua própria cultura, desrespeitando a dinamicidade das culturas e seus respectivos contextos. Ao retratar a história da antropologia dentro desses espaços esperamos ter contribuído para uma reflexão sobre as concepções e papéis de sujeito e objeto, sobre

as problemáticas que assolam o surgimento da disciplina, bem como as atitudes que podem ser empregadas a partir da argumentação anteriormente apresentada.

INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. E-mail: alinegilps@gmail.com

**Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. E-mail: bbgargano@gmail.com

NOTAS

[1] CNPQ. Currículo do sistema de Currículos Lattes. Informações sobre Giovana Acácia Tempesta. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4733309D3>>. Acesso em: 18 out. 2020.

[2] A proposta de trabalho final da disciplina consistia no seguinte texto norteador: “Você foi convidad@ para ser assistente na curadoria de uma exposição etnográfica, que abrange objetos cerimoniais e objetos de uso cotidiano, além de fotos e filmagens de povos de diversas partes do mundo. Podemos ver totens, máscaras rituais, utensílios de caça, pesca e agricultura, utensílios de cozinha, peças de vestuário, trenós para gelo, canoas, instrumentos musicais, placas de cobre, brinquedos, braceletes, tinturas naturais, bem como diagramas genealógicos, textos sagrados, mapas feitos a mão e esquemas nos quais são mostradas categorias de pensamento nativas. Cada peça está devidamente identificada com uma ficha que esclarece seu significado local e o modo como foi fabricada e obtida. Cada conjunto de peças recebe o nome do povo ou da área cultural correspondente. O objetivo é provocar reações de surpresa e empatia n@s visitantes. Outrossim, um anexo do museu abriga uma coleção de fusos, lançadeiras e teares, os quais estão ordenados em uma fileira, sendo que as peças aparentemente mais simples são alocadas no início da fileira, e as aparentemente mais complexas, ao final; cada peça está identificada por uma etiqueta que traz apenas informações sumárias; não se sabe exatamente como cada

uma delas foi obtida, mas a sala onde se encontram foi batizada com o nome do colecionador que as doou para o museu. Na parte da frente do prédio, serão realizadas algumas apresentações culturais e serão oferecidos alguns pratos tradicionais para @s visitantes. Estão previstas ainda rodas de conversa com indígenas sobre o valor da diversidade cultural”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana (1871-2011). Cadernos de Campo, nº19: 309-322, 2010.

ARAÚJO, Emanuel. Museu Afro Brasil - Um Conceito em Perspectiva. São Paulo: Banco Safra, 2010.

BENNET, Tony. The Birth of The Museum: History, Theory, Politics. London, New York, Routledge, 1995.

BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo da antropologia”. In: Antropologia cultural, Celso Castro (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.

BRAGA, Amanda. As Vênus negras. [Entrevista concedida a] Carta Capital. Carta Capital: 10 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/as-venus-negras-5562/>>. Acesso em 14 out. 2020.

DIAS, Nélia. Antropologia e museus: que tipo de diálogo?. In: Regina Abreu, Mário Chagas e Myriam Sepúlveda. (Org.). Museus, Coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007, v. 1, p. 126-137.

DOS SANTOS, Myrian Sepúlveda. POLÍTICAS DA MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, jun, 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <[http://](http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369)

revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DARWIN, C. A Origem das Espécies. Hemus – Livraria Editora Ltda, São Paulo, 1887.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa, 1912. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Emile. Da Divisão Social do Trabalho. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

FRAZER, James. O Ramo de Ouro. São Paulo: Círculo do Livro, (1890) 1982.

FRAZER, James George. 1982 (1890). “O escopo da antropologia social”. In: Evolucionismo cultural - Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Castro Celso (org.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os Museus e a Representação do Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 31, p. 254-273. 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. The dilemmas of ethnic studies in the United States: between liberal multiculturalism, identity politics, disciplinary colonization, and decolonial epistemologies. Human Architecture: journal of the Sociology of Self-Knowledge, v.X, n.1, p. 81-90. 2012.

GRUPIONI, L. D. B. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Supl. 7, pp. 21-33, 2008.

HOMO Sapiens. Direção: Peter Cohen. Suécia: 1998. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N2qt9YSsfY>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

KOSHY, Yohann. Hey, that’s our stuff: Maasai tribespeople tackle Oxford’s Pitt Rivers Museum. The Guardian, 4 dez.

2018. Disponível em: < https://www.theguardian.com/culture/2018/dec/04/pitt-rivers-museum-oxford-maasai-colonial-artefacts?CMP=tw_t_gu&fbclid=IwAR3PQg_Y5cFtONCdJQ-30yp72LqkiDp3m4nIf06Sif0zezZJ9HuDlXtzBhI>. Acesso em: 26 mai. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1955. *Tristes tropiques*. Paris: Plon. Edição brasileira em LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Tema, método e objetivo desta pesquisa”, “Os nativos das Ilhas Trobriand”, “Características essenciais do kula”. In: *Argonautas do pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1976 (1922).

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, (1925) 2003.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MORGAN, Lewis Henry. “Sociedade antiga”. In: *Evolucionismo cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. CASTRO, Celso (org.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (1877) 2005.

PACHECO, Gustavo. *Alguns humanos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china, 2018, p.45-46.

PRÖSLER, Martin. “Museums and globalization”. In: Sharon Macdonald (org), *Theorizing Museums*. Oxford, Blackwell Publishers, 1996.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. A interpretação dos costumes e crenças andamaneses. In: CASTRO, Celso. *Cem Anos de Tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*. Rio de Janeiro: Zahar, PP. 62 – 81. (1922) 2016.

SANTOS, Daniela; BARBOSA, Priscilla. *Emanoel Araújo e o Museu Afro Brasil: entre conceitos sobre arte popular e sobre a construção da identidade brasileira*. In: XIII

Reunião de Antropologia do MERCOSUL. - XIIRAM, 2019, Porto Alegre, RS. Anais (on-line). Disponível em: <<https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/simposio/anais>>. Acesso em: 17 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR. e GLICK, T. (orgs.) *A recepção do darwinismo no Brasil*. [online] Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. pp. 164-180. 2003.

SCHWARCZ, L. M.& ARAÚJO, I. M.. Notícias de um precipício ou George Stocking Jr. e a antropologia vitoriana. *Cadernos de Campo*, n.º 19, pp. 289-290, 2010. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44991>> Acesso em 26 mai.2020.

STOCKING Jr., George W. Prologue: A Precipice in Time. In: *Victorian Anthropology*. New York: Free Press, 1987, p.1-6.

TEMPESTA, Giovana Acacia; ARAUJO, J. P. S. ; LOIOLA, D. R. . Revisitando conceitos antropológicos clássicos em um museu imaginado. *Cadernos de Campo (USP)*, v. 28, p. 47-66, 2019.

TYLOR, Edward. B. “A ciência da cultura”. In: *Evolucionismo Cultural – Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. CASTRO, Celso (org.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Págs. 67-99, (1871) 2005.

VICENTE, Álex. *Devolução dos tesouros africanos coloca em alerta os museus etnográficos*. EL PAÍS, Paris, 14 dez. 2018. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/14/cultura/1544801008_489541.html?id_externo_rsoc=FB_CC>. Acesso em 26 mai. 2019.

CAPITALISMO MODERNO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO NÃO-REMUNERADO

MODERN CAPITALISM AND THE SEXUAL DIVISION OF LABOR: REFLEXIONS ON UNPAID DOMESTIC WORK

***Maria Clara Pereira de Araújo**

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 10/09/2020

Resumo

A investigação aqui posta procura pautar a relação entre trabalho doméstico não-remunerado, com a devida atenção à relevância da opressão racial e de gênero, à manutenção do capitalismo moderno e à divisão sexual do trabalho. O problema de pesquisa reside no fato de que o trabalho doméstico (ou trabalho de cuidado) dificilmente é enxergado como trabalho que movimenta a economia capitalista. Por meio da revisão bibliográfica procurou-se articular a teoria já existente sobre o problema com o conhecimento empírico pessoalmente adquirido relacionado à temática e, por fim, aferiu-se a necessária dissociação do trabalho doméstico em relação às múltiplas figuras femininas, sendo oportuna também a problematização do trabalho doméstico e sua invisibilidade, a partir da desnaturalização dessas atividades laborais.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho doméstico; Gênero.

Abstract

The investigation presented here seeks to guide the relationship between unpaid domestic work, with due attention to the relevance of racial and gender oppression, to the maintenance of modern capitalism and sexual division of labor. The research problem lies in the fact that domestic work (or care work) is hardly seen as work that moves the capitalist economy. Through the bibliographic review, the existing theory about the problem was articulated with the empirical knowledge personally acquired related to the theme and, finally, it was verified that it is necessary to dissociate domestic work in relation to the multiple female figures, and it is also opportune to problematize domestic work and its invisibility, from the denaturalization of these work activities.

Key words: Capitalism; Domestic work; Gender.

1 Introdução

O objetivo deste artigo consiste em pautar o papel do trabalho doméstico não-remunerado e das duplas ou triplas jornadas femininas de trabalho no capitalismo moderno, como forma de exploração da mão-de-obra feminina e de mais-valia. A questão se torna relevante tendo em vista que, com o passar do tempo, existe uma maior demanda de inserção de mulheres no mundo do trabalho e

essa demanda carrega uma série de consequências sociais como a apontada por Siqueira e Samparo (2017, p. 289), onde, nos dias atuais, considerando uma média mundial, as mulheres recebem o equivalente a 77% dos salários dos homens. Em adição (idem, p. 299),

influenciada pelo sistema patriarcal, a divisão sexual

do trabalho consiste em atribuições de atividades aos homens e mulheres devido ao seu sexo biológico, bem como aos culturalismos. Desse modo, nota-se que até nos tempos modernos ainda existe a nomeação de funções tidas como exclusivamente femininas, qual seja, em sua grande maioria, a atividade doméstica.

Segundo Guglielmo e Cartoni (2006, p. 112):

No que diz respeito à inserção ocupacional das mulheres, essa é mais marcada por continuidades do que por mudanças. As ocupações menos valorizadas e tradicionalmente femininas no mercado de trabalho continuavam se reproduzindo, implicando a persistência de nichos ocupacionais, como, por exemplo, o do emprego doméstico. O aumento do emprego doméstico aliado ao aumento do trabalho autônomo refletiu maior proporção de mulheres na informalidade, desprotegidas de qualquer regulamentação que lhes garanta importantes direitos sociais, como carteira de trabalho assinada, licença-maternidade e acesso à creche, entre outros.

O problema de pesquisa reside no fato de que o trabalho doméstico, exercido em geral por mulheres, dificilmente é enxergado como trabalho que movimenta a economia e é de suma importância para a manutenção do capitalismo. Mais que isso, enxerga-se um trabalho doméstico quase que “natural” direcionado às mulheres brancas (o trabalho de cuidado não-remunerado) e outro trabalho doméstico como profissão também “naturalmente” direcionada às mulheres negras (trabalho esse somado ao trabalho doméstico não-remunerado). Sueli Carneiro (2003, p. 119), aborda a importância de se ter em perspectiva as múltiplas figuras femininas ao tratar de desigualdades de gênero:

[...] ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo

transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular.

Procura-se, então, o aprofundamento teórico sobre as questões supracitadas, longe de procurar extinguir a problemática, mas sim visando elucidações oportunas acerca da dinâmica capitalista no que diz respeito às mulheres.

2 Metodologia

Por meio da revisão bibliográfica procurou-se articular a teoria já existente sobre o problema apresentado com o conhecimento empírico fruto de experiência própria e pessoal, relativa à temática citada, de grande relevância. Essa posição foi tomada a partir do que aponta Maria Isaura de Queiroz (1999, p. 13): “a concentração do interesse do pesquisador em determinados problemas, a perspectiva em que se coloca para formulá-los, a escolha dos instrumentos de coleta e análise do material não são nunca fortuitos”.

A escolha da revisão bibliográfica não foi, então, dada ao acaso. Sendo este um trabalho empírico, afirma-se o apontado por Hill e Hill (1998, p. 2):

É óbvio que, numa investigação pura, o tema e as hipóteses de investigação são retirados de uma revisão da literatura. [...] Neste caso, o tema talvez não seja retirado da literatura, mas as hipóteses são deduzidas das teorias aí apresentadas e, muitas vezes, os métodos de investigação vêm da literatura. Em relação à investigação aplicável, o tema não depende na literatura – foi fornecido na forma de um problema prático que precisa de ser resolvido. Acontece porém que raramente é possível resolver

problemas práticos através de uma investigação empírica sem ajuda de uma revisão da literatura relevante.

A experiência da hipótese apresentada é ponto fundamental na constituição teórica do trabalho. A pesquisa empírica reserva ao pesquisador a possibilidade de transformar, de forma científica, suas experimentações de mundo em apontamentos propriamente científicos. Seguindo por esta linha de raciocínio, importa o que diz Queiroz (1999, p. 15):

Todo cientista, ao determinar o tema de sua pesquisa se encontra inserido num universo físico, social e intelectual que a delimita; é também por meio da percepção do que neste universo existe que formula o que pretende investigar. Nesta fase primordial domina o diferenciável, isto é, aquilo que é plenamente qualitativo, e não a uniformidade quantificável. Para poder operar neste nível mais alto, necessita o pesquisador de uma formação específica que lhe permita a tomada consciente de uma posição determinada no conjunto de conhecimentos que são os seus, oriundos de sua experiência, mas ampliada pelo saber já acumulado pelas ciências em geral e por sua ciência em particular.

A tomada consciente desta posição determinada, resulta na escolha da revisão bibliográfica aliada à experiência empírica para formular a investigação sobre o trabalho doméstico não-remunerado e suas consequências nas sociedades. Essa perspectiva também tem um objetivo implícito: a de não perpetuar a crença de que o conhecimento científico é autônomo da pessoa que o produz, sob o jugo da abordagem positivista que estimula a suposta neutralidade e isenção dos pesquisadores face a todo o processo de pesquisa e de interpretação dos resultados (NEVES e NOGUEIRA, 2005).

A investigação científica não é, somente, um processo de aplicação de conhecimentos, mas também um processo de criatividade (HILL e HILL, 1998) e de interpretação. Essa interpretação é situada, não é deslocada do contexto histórico e social na qual está inserida. Segundo Lucila Scavone (2008) as urgências sociais orientam, em grande medida, os objetos das pesquisas sociológicas e os estudos de gênero brasileiros não fogem à regra. Assim sendo, “o que de melhor podemos esperar considerando a epistemologia em que nos localizamos é a oportunidade de nos tornarmos mais conscientemente reflexivos” (NEVES e NOGUEIRA, 2005, p. 410), intenção máxima desse trabalho.

3 Discussão teórica e apontamentos

O trabalho doméstico é uma das realidades que está no background social de todas as mulheres, pois “as atividades consideradas femininas estão sempre associadas com a função de reprodução, em geral, são as atividades que estão relacionadas ao espaço privado da família e à produção de valores de uso para o consumo familiar”. (FRANÇA e SCHIMANSKI, 2009, p. 71). A outorga do trabalho doméstico às mulheres e o não reconhecimento da domesticidade como trabalho de fato, mostra que a atividade feminina realizada em âmbito privado não é considerada uma atividade política e definidora para manutenção da economia.

Natalia Díaz afirma: “El trabajo del cuidado es realizado generalmente en condiciones de gratuidad, dado que se ha naturalizado este tipo de tareas como una obligación de las mujeres y, por tanto, no cuenta con el prestigio y poder que corresponde al trabajo remunerado”

(2014, p. 102). Ou seja, existe uma categoria de trabalho que pouco se enxerga como trabalho de fato, que é o “trabalho de cuidado”.

Antes, torna-se aqui necessário contextualizar a noção de trabalho adotada para este artigo, que é a perspectiva marxista de trabalho. Afirmar Marx (2011, p. 188) que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”, e “os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito” (idem). Sendo a atividade doméstica não-remunerada uma atividade orientada a um fim e também sendo a mesma a utilização de uma força de trabalho, o trabalho doméstico não-remunerado configura-se como trabalho seguindo de forma similar a lógica do trabalho remunerado, mas sem remuneração.

No Brasil, a organização da sociedade e do trabalho deu-se, por longo período, seguindo uma lógica latifundiária que transpassava as divisões de terras dos chamados “senhores de escravos”. Assim, “exercia-se nesses domínios um tipo de dominação tradicional em que o chefe da família ou o senhor de terras era o elemento que detinha a autoridade incontestável em torno da qual gravitavam sua esposa, filhos, agregados e escravos” (REZENDE, 2015, p. 18).

A partir desta organização familiar direcionava-se o sujeito feminino ao âmbito privado, responsável pelas atividades domésticas e de cuidado, e o sujeito masculino ao âmbito público da sociedade. Em adição, “[...] Tal poder não se limitava à esfera doméstica, estendendo-se para a vida pública que, descentralizada e fragmentada, se encontrava dominada por facções ou grupos familiares” (idem). Diane Lamoureux (2009, p. 210) reporta:

[...] as teorias modernas do contrato social [...] conduzem a uma definição da esfera pública centrada num indivíduo e a razão. Quanto à esfera privada, ela se reduz cada vez mais à intimidade e à família, uma vez que a economia moderna sai da esfera doméstica para se tornar social mediante o duplo mecanismo do mercado e da divisão social do trabalho.

Afirma a autora que o governo é sempre da competência do público, enquanto o doméstico faz inevitavelmente parte do privado, e mesmo que variem-se as épocas, essas características permanecem constantes (LAMOUREUX, 2009). Significa dizer, então, que as mulheres são direcionadas para o âmbito privado cuja dinâmica não diz respeito à vida coletiva e à participação política e, em contraponto, os homens são afastados do trabalho reprodutivo e de cuidado – que consiste das atividades que produzem a força de trabalho por meio da nutrição, da vestimenta, do cuidado, da educação e da socialização das crianças, de forma não-remunerada (BORIS, 2014).

A ideia de que o âmbito público é âmbito masculino e o âmbito privado é âmbito feminino foi também discutida por Flávia Biroli (2016, p. 746): “[...] um modo de organização familiar nuclear privada que pressupõe a liberação dos homens do trabalho doméstico cotidiano, reforçando a autoridade masculina pelo trânsito potencialmente maior na vida pública, enquanto as mulheres são julgadas, tendo como referência seu papel como mães”. O trabalho doméstico não-remunerado não só cerceia as oportunidades de participação na esfera pública, mas também compromete a autonomia individual e coletiva das mulheres (BIROLI, 2016).

Para as sociedades brasileiras, o fator trabalho

não-remunerado já vem de longa data como constituinte das relações sociais e do próprio Estado brasileiro. Percebe-se aqui o patriarcado não somente como uma forma de dominação tradicional, mas como um sistema de opressão que se atualiza constantemente, mesmo com o chamado “avanço” do capitalismo e da democracia liberal, constituindo-se como característica fundamental e fundante das sociedades modernas e se traduzindo como “liberalismo patriarcal”, “capitalismo patriarcal” ou como um “patriarcalismo do Estado de bem-estar” (REZENDE, 2015).

Ainda de acordo com Marx (2011, p. 220), “A soma do trabalho necessário e do mais-trabalho [...] constitui a grandeza absoluta de seu tempo de trabalho – a jornada de trabalho”. As jornadas de trabalho doméstico não-remunerado, também conhecido como “trabalho de cuidado”, são atividades gerais necessárias à manutenção da vida e da organização da sociedade, mas que são coletivamente outorgadas a indivíduos específicos como responsabilidades inatas, indivisíveis e irrevogáveis, beirando a noção weberiana de vocação. Segundo Picchio (apud DÍAZ, 2014, p. 106) “la conceptualización del cuidado muestra que, al ser este realizado en condiciones de gratuidad las mujeres con su trabajo subsidian al Estado y al sector empresarial que externaliza los costos de la reproducción de la población a las familias”.

Claudia Mazzei Nogueira, referência na discussão acerca da condição do trabalho feminino no Brasil com base em preceitos marxistas, afirma em sua obra “Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino, na agroindústria” (NOGUEIRA, 2011, p. 187):

As metamorfoses no mundo do trabalho, dentre as quais se destaca a sua feminização, deveriam contribuir no avanço do difícil processo de “emancipação” feminina, minimizando as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas o que vem ocorrendo é justamente o contrário, essas transformações estão agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Esse agravamento é consequência da maneira como o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, tais como a polivalência e a multiatividade, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as tornam mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo.

Os apontamentos realizados pela autora reforçam o abordado até então: existe a prática de se desconsiderar a atividade de cuidado como trabalho daquelas que o exercem e que, a partir dele, se extrai mais-valia à medida que se precariza a atividade laboral, baseando-se assim em relações de exploração da força de trabalho feminina.

O trabalho de cuidado se estabelece tanto como trabalho físico/material quanto trabalho emocional/subjetivo, e ambas dimensões proporcionam desgaste à trabalhadora, a partir de atividades como o gerenciamento do lar, a monitoração familiar, a “criação” de um outro ser humano, responsabilização individual pela limpeza e higiene familiar (higienização de banheiros, roupas, chão, limpeza de móveis, retirada de lixo da casa, cuidados com plantas e animais etc.), organização de atividades familiares (exercidas de forma individual ou não, como consultas, passeios, compras, entre outros), além da carga mental de organização de horários de refeições da família e de preparo para escola (em caso de famílias com crianças) e afins, de forma gratuita. A responsabilização das atividades de cuidado é transferida para as mulheres.

O capitalismo encontra no patriarcado um aliado forte para sua manutenção e reprodução.

Propõe-se a ênfase no trabalho mental/subjetivo/emocional como um tipo de trabalho doméstico não-remunerado também de grande importância. A partir da carga mental para organização familiar, gasta-se enorme força de trabalho para a articulação de horários, datas e compromissos coletivos, além de obrigações gerais que costumeiramente são ordenadas (por exemplo, no “hábito” da figura feminina de ordenar que os demais habitantes da casa limpem seus respectivos quartos) ou lembradas (por exemplo, a figura feminina que torna-se responsável por lembrar os interessados de suas reuniões, festas de amigos/familiares, compromissos religiosos, entre outros) pela trabalhadora doméstica não-remunerada.

Importa, também, fazer a distinção do peso do trabalho doméstico não-remunerado sobre as mulheres negras e brancas. Historicamente, Lélia Gonzalez retrata a situação da mulher negra no Brasil, em específico com o trabalho doméstico: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (1984, p. 230). Para a mulher negra o trabalho doméstico tem peso diferenciado do peso para a mulher branca, em suma pela historicidade do trabalho doméstico no Brasil, que surge de práticas escravocratas (“a mucama permitida”). A mucama, atualmente, se traveste na majoritária porcentagem de mulheres negras que exercem o trabalho doméstico como profissão, numa extensão moderna da servidão de outrora. Além da profissão, o trabalho doméstico não-remunerado não lhe escapa como responsabilidade intrínseca ao ser

mulher negra no Brasil.

Em complemento, Lélia afirma (1984, p. 231): “Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços [...]”. Ou seja, o capitalismo, em associação ao racismo – estruturante das relações sociais brasileiras – e o patriarcado, têm um efeito perverso sobre as mulheres negras e a exploração de sua mão de obra.

Joaze Bernardino-Costa endossa o apresentado ao afirmar que o trabalho doméstico continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, especialmente mulheres negras (2015, p. 147) e complementa, sobre a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil: “atualmente, apenas 26,3% das trabalhadoras domésticas possuem carteira de trabalho assinada, pré-requisito para o usufruto de direitos sociais [...]”. Significa dizer que cerca de 5 milhões de trabalhadoras domésticas estão destituídas de qualquer direito” (2015, p. 148). Heleieth Saffioti, em concordância (2004, p. 125), apresenta uma importante observação em relação ao que conceitua como “entroncamento racismo-sexismo-capitalismo”, fundamentação importante relativa ao fato de que as condições citadas não atuam isoladamente, mas de forma conjunta: “e esta mobilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída” (2004, p. 125).

O entroncamento racismo-sexismo-capitalismo

direciona, então, o local de cada sujeito na sociedade e atua de forma distinta entre mulheres brancas e negras, onde

[...] O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. (GONZALEZ, 1984, p. 232).

Dos apontamentos de Lélia Gonzalez estima-se os artifícios do capital em fazer a manutenção de uma lógica racista de ocupação do espaço e usufruto do trabalho doméstico, em conluio com práticas racistas onde o sentido maior é o do extermínio de determinados grupos socialmente minoritários (por meio do cerceio à alimentação de qualidade, serviços de saúde, lazer, educação, moradia e segurança e lucro com determinadas práticas – caso da população negra brasileira) e o lucro sob qualquer circunstância, incluindo-se a exploração da força de trabalho das trabalhadoras.

A sociedade brasileira também industrializou-se e experimentou a consequente requisição de mão de obra disponível para o mercado de trabalho. Em nível nacional, o Brasil passou pela revolução das grandes indústrias que também ocorreu a nível mundial, onde “Já no século XVIII, entre as grandes transformações vivenciadas pela sociedade [europeia], verifica-se o surgimento do proletariado feminino que se caracteriza pelo ingresso

das mulheres no trabalho em domicílio, visto que eram rejeitadas pelos homens para trabalhar nas fábricas” (OLIVEIRA apud FRANÇA e SCHIMANSKI, p. 71).

Com a modernização das relações de produção e precarização do trabalho, as mulheres são um ponto fortemente fragilizado nas dinâmicas capitalistas. As mulheres brancas são direcionadas para o trabalho em âmbito público (tendo em vista que as mulheres negras já estavam inseridas nesse âmbito, com a exploração da força de trabalho feminina pelo trabalho doméstico) e passam a ser responsáveis por uma dupla jornada de trabalho – a de trabalho de cuidado e trabalho remunerado, externo.

As mudanças sociais relacionadas ao uso de máquinas e tecnologias nas produções industriais, aumento da pobreza e necessidade de mão de obra para geração de renda familiar, entre outros, geram situações onde as mulheres são “empurradas” para o mercado de trabalho, mas sem a adequação de suas jornadas para o mundo do trabalho e as atividades domésticas não-remuneradas, com uma dupla carga física e mental de trabalho relegada às mulheres.

Como demonstrado por Angela Davis, “a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente” (DAVIS, 2016, p. 215). O exercício da chamada “dupla jornada de trabalho” revela que a dinâmica capitalista se beneficia fortemente da não-remuneração das atividades domésticas e reconhece-se aqui, também, pela filósofa, a intensidade das mudanças sociais – essencial para

compreensão do elaborado por este trabalho: a clivagem entre a nova esfera econômica capitalista industrial e a velha economia familiar se torna progressivamente mais rigorosa (DAVIS, 2016).

As mulheres são fundamentais para que um trabalho invisível, mental, físico, emocional e doméstico seja realizado sem que este seja remunerado de acordo com sua importância para as sociedades. Assim, as atividades básicas de alimentação, vestuário, saúde e afins são realizadas e pensadas por mulheres, em sua maioria, já que estas dinâmicas são reconhecidas socialmente como de responsabilidade feminina e é de interesse do capital que essas atividades permaneçam na invisibilidade:

Os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como “tarefas domésticas” – cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc. –, ao que tudo indica, consomem, em média, de 3 mil a 4 mil horas do ano de uma dona de casa. [...] Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: ninguém as percebe, exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e lustrado (DAVIS, 2016, p. 214).

O desfrute ininterrupto e brutal da mão de obra feminina, fortalecendo o lucro sobre as remunerações que deveriam ser feitas às trabalhadoras e que não ocorrem, mesmo que diariamente haja um trabalho físico e mental para que demandas indispensáveis à vida sejam realizadas (como alimentação e higiene, por exemplo), mostra que o capitalismo não se desvincula do racismo e do patriarcado para atualizar (constantemente) com eficácia seus meios

de exploração.

4 Considerações Finais

Como observado por Simões e Hashimoto (2012, p. 7), a configuração familiar tradicional é pautada por uma divisão do trabalho com papéis sociais e culturalmente estabelecidos. Adiciona-se:

[...] o pai como o único provedor e o responsável por desbravar o mundo e a mãe como a única responsável pelas tarefas domésticas e pelas necessidades da prole. O homem se voltava para o externo, para o mundo dos negócios, das realizações profissionais, se envolvia com o trabalho remunerado; enquanto à mulher era reservado o espaço de dentro, do âmbito doméstico, onde se dedicava aos afazeres domésticos, incluindo a administração da casa e os cuidados com os filhos, – os quais previam o envolvimento emocional e a vigilância (SIMÕES, HASHIMOTO, p. 7).

Para fazer qualquer tipo de análise sobre a estruturação do capitalismo e as diversas formas de trabalho presentes nas sociedades, esta não pode ser feita dissociada da análise do trabalho doméstico, do trabalho doméstico não-remunerado e da relevância da exploração da força de trabalho feminina para manutenção do sistema vigente. Dado que inúmeras funções são desempenhadas na família, quase sempre cabe à mulher, esposa e/ou mãe e dona de casa a condução e organização dos processos familiares (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994), dentre eles o trabalho doméstico não-remunerado.

O trabalho doméstico não-remunerado é uma poderosa ferramenta, não somente para a submissão dos gêneros, onde “o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa [...] diminui o

prestígio social das mulheres em geral. No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda” (DAVIS, 2016, p. 216), mas também para a subordinação racial e de classe. O capitalismo não mais se manteria com facilidade, caso os trabalhos domésticos fossem realizados de forma justamente remunerada, industrializada e profissional. As diferenças entre os sexos compreendidas como construções sociais e não como “destinos biológicos” indicam que as sociedades capitalistas instauram patamares de poder e dominação e estabelecem segregações e valorações que acabam por determinar um valor para o trabalho masculino diferente do das mulheres, além da “naturalização” da responsabilidade pelo trabalho reprodutivo (NOGUEIRA apud VENCO, 2006).

Tendo em vista o supracitado, a dissociação do trabalho doméstico em relação às múltiplas figuras femininas faz-se necessária, em busca de uma emancipação política e econômica desses sujeitos. Entende-se como necessária a problematização do trabalho doméstico e sua invisibilidade: trabalho doméstico como trabalho “natural” de certos indivíduos; como um trabalho não-remunerado; como um trabalho que gera lucro a quem não trabalha, justamente pela sua não-remuneração. Deve-se desnaturalizar todas essas concepções.

Estetrabalho buscou apontar a relação entre a questão da não-remuneração dessas mulheres e o mascaramento de relações sociais profundamente interligadas com a normatização e naturalização de desigualdades sociais, processos que favorecem a manutenção do capitalismo moderno sobre corpos específicos e com trajetórias específicas, assombrados pelos trabalhos de cuidado.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Sociologia pela Universidade Brasília. Email: mariaclara.p.a@hotmail.com

Referências Bibliográficas

BERNARINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: A organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 147–163, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 59, p. 719–754, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201690>.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 101–121, 2014. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.48.287-325>.

BRUSCHINI, Cristina.; RIDENTI, Sandra. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, [S. l.], v. 88, n. 1, p. 30–36, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

DÍAZ, Natalia. Quiroga. Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial. *Rev. Casa de la Mujer*, v. 20, n. 2, p. 97–116, 2014.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. . [S.l: s.n.], 2009.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223–244,

1984.

GUGLIELMO, Guacira Serapilha; CARTONI, Daniela Maria. A mulher no mercado de trabalho: desigualdades salariais. Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente, [S. l.], p. 111–117, 2006.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: Um Guia Introdutório. Dinâmica. [S. l.: s. n.].

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: EDITORA UNESP (org.). DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO. 1a edição ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 2009. p. 1–338. E-book.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. Psicologia: Reflexão e Crítica, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 408–412, 2005.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Integrar desintegrando: as metamorfoses no mundo do trabalho feminino, na agroindústria. Lutas Sociais, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 186–199, 2011.

QUEIROZ, Maria Izaura de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. Textos, [S. l.], p. 13–24, 1999.

REZENDE, Daniela Leandro. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. Pensamento Plural, v. 17, p. 7–27, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? Estudos Feministas, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 173–

186, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000400032>

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações do século XX. Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1–25, 2012.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SAMPARO, Ana Julia Fernandes. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da Discriminação de Gênero à Luta Pela Igualdade. [S. l.: s. n.]. v. 26. E-book.

VENCO, Selma. O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 31, n. 114, p. 173-175, Dec. 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572006000200015>.

BEATRIZ NASCIMENTO E LÉLIA GONZALEZ: FORMAS OUTRAS DE SE INTERPRETAR O BRASIL

BEATRIZ NASCIMENTO AND LÉLIA GONZALEZ: OTHER WAYS TO INTERPRET BRAZIL

***Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo**

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 12/07/2020

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns dos materiais produzidos pelas autoras Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, levando em conta sua afinidade temática, bem como suas respectivas pesquisas, estas, em muitos momentos, relativas ao combate ao racismo e violência de gênero. O artigo busca discutir a emergência de conceber as autoras como figuras intérpretes do Brasil, dedicando-se especialmente às categorias gênero, raça, mulher negra e relações raciais no país, atreladas ainda à possibilidade de interpretação da categoria Quilombo de Beatriz Nascimento (2007) enquanto uma agência amefricana, esta acionada por Lélia Gonzalez.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Mulher Negra. Amefricanidade. Quilombo.

Abstract

This essay develops an analysis of some of the materials written by the authors Beatriz Nascimento and Lélia Gonzalez, taking into account the similarities of themes in their work, which often raises questions about racism and gender violence. The paper discusses the urgency to conceive Nascimento and Gonzalez as Brazilian preeminent spokespeople on gender, race, Black women and racial relations in Brazil, as well as the prospect of interpreting Nascimento's Quilombo (2007) as a Gonzalez's AMEFRICANA institution.

Key words: Race. Gender. Black Women. Amefricanidade. Quilombo.

1 Introdução

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez são figuras ímpares para se começar a discutir o pensamento crítico negro e o movimento negro brasileiro. As autoras são referência para a mobilização de intelectuais e tomada de consciência no que diz respeito ao ser negro e negra no Brasil. Suas trajetórias foram marcadas por um esforço sistemático de se repensar a sociedade brasileira, esta cheia de contradições e abafamentos ao longo de sua história.

No Brasil, teorias como a da democracia racial, em que “O efeito maior desse mito é a crença de que o

racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (GONZALEZ, 2018b, p. 35), tornaram-se por invisibilizar segmentos negros da sociedade, assim como manipular a narrativa histórica de formação do país.

Contudo, alguns desses segmentos conseguem, por vezes, ser motivo de orgulho e aclamação de uma nacionalidade brasileira, apesar do caráter específico do racismo sofrido no Brasil, “[...] para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica

mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2018a, p. 326).

No Brasil e em outros países da América Latina, o racismo seria de maneira disfarçada, forma esta que daria aos latino-americanos a particularidade de possuir as mais diversas teorias de miscigenação. Diferentemente dos Estados Unidos ou da África do Sul, estes de colonização inglesa, em que não seria cabível a ideia de mestiçagem, acatando assim um racismo condicionado por um regime de apartheid, uma vez pensado que o sangue de sua raça estaria em jogo (GONZALEZ, 2018a).

A justificativa elencada pela autora para qualificar tal distinção seria proveniente também do modelo de hierarquia luso-hispânico que, historicamente, caracteriza-se por uma formação de estratificação política e social (racial e sexual) de grupos étnicos distintos (GONZALEZ, 2018a). Arelada a essa característica, no que tange à experiência ibérica de organização estratégica de domínio dos povos, os árabes e os mouros são exemplificações trazidas pela autora que, em linhas gerais, “[...] tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas” (GONZALEZ, 2018a, p. 325). Evidentemente, essas classificações, que visavam também garantir a hegemonia branca, desencadearam uma série de violências, estas procedentes das medidas de controle tomadas com as populações dominadas.

Assim sendo, a ideologia do branqueamento configura-se em um tipo de alienação do povo negro, haja vista seu caráter compulsivo, bem como inventivo, que cria uma história, um mito de origem, e faz-se acreditar nela. Essa dinâmica entre o que de fato ocorreu e o que

não aconteceu é trabalhada por Lélia Gonzalez a partir das noções de consciência e memória (GONZÁLEZ, 2018c, p. 194).

Lélia acentua a distinção entre ambas:

Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (GONZÁLEZ, L. 2018c, p. 194).

Nesse sentido, há uma lógica de apagamento de culturas inteiras que, embranquecidas e categorizadas como inferiores àquelas que as colonizaram, se viram em uma situação de descontinuidade com os seus, sucumbidas ainda à um esquecimento, como pontuado por Lélia (2018a), de um legado histórico e contribuições epistêmicas e científicas para a humanidade, expressivamente nas áreas filosóficas, artísticas e religiosas (GONZALEZ, 2018a).

Em busca de suas ancestralidades e numa tentativa de emancipar seu povo da escrita feita por mãos brancas, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez denunciam o racismo presente na organização da sociedade brasileira, resgatando historicamente a maneira que as relações raciais foram dadas no país, assim como a exploração sexual sofrida pela mulher negra e seu papel enquanto força de trabalho.

Isto posto, reconhecer essas intelectuais enquanto figuras intérpretes da sociedade brasileira, bem como ativistas e militantes, é também ressignificar o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade, uma vez que, fazendo-

se presentes na produção acadêmica do país, estariam participando ativamente na construção de uma nova história para a população negra, agora tendo esta como protagonista.

2 Beatriz Nascimento

Beatriz Nascimento (2007) apresenta o argumento de que, para compreender a formação histórico-social do Brasil, seria preciso ter um enfoque próprio no seguinte elemento: o negro brasileiro, este que “só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional” (NASCIMENTO, 2007, p. 99).

Para a autora, não haveria um entendimento social e racial explicitamente brasileiro, visto que os intelectuais brancos da elite do país, utilizando-se de ideologias outras e adaptando-as à sua realidade, analisam a população negra brasileira a partir de uma ótica exterior à qual essa está inserida.

Salientando que essa narrativa é contada por terceiros, a dita população acaba por não ter uma história em primeira pessoa e, na tentativa desses intérpretes de estruturar e interpretar linearmente esse segmento da sociedade, acabam por ser vítimas de adaptações e essencialismos.

Sendo assim, a população negra brasileira carrega vários não-ditos de uma história que notoriamente não é sua; ditos esses que só teriam sido expressados se tivessem sido escritos por suas próprias mãos, o que a autora entende como o “pensamento livre do negro sobre si” (NASCIMENTO, 2007, p. 99).

Evocando categorias como a de Quilombo, Beatriz Nascimento dá continuidade e amplia os debates sobre

como o negro vê-se preso a uma série de estereótipos que lhe foram atribuídos.

Decerto, a categoria quilombo acionada pela historiadora tem como proposta um deslocamento do entendimento dessas comunidades enquanto debate que as reduz a mais uma questão do negro (RATTS, 2007, p. 56).

A noção de quilombo evocada aqui está longe de referir-se estritamente ao espaço geográfico ocupado por negros ao longo do período da escravidão. A exemplo do quilombo de Palmares, um espaço de resistência; no entanto, haveria ainda um sentido de aquilombamento, fenômeno este que diverge de linhas metodológicas antes compreendidas como quilombo pela historiografia. Quilombo ainda enquanto este evento limitado apenas ao período referente à Pré-abolição de 1888.

Todavia, para Beatriz, a ideia de Palmares poderia ainda, segundo Ratts (2007),

[...] ser considerado um projeto de Nação, protagonizado por negros, mas includente de outros setores subalternos. Quando assume a vertente ideológica do termo, ela o estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz. (RATTS, 2007, p. 59).

O trabalho da autora, que convém também chamar de sonho, Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas, ou ainda em Ori (1989), quando sua fala é singular: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou”, seriam então expressões desse entendimento, também ideológico, de quilombo enquanto continuidade histórica e território de liberdade do povo negro brasileiro no pós-abolição (NASCIMENTO, 1982,

p. 165 apud RATTIS, 2007, p. 57).

Pontualmente, o racismo epistêmico ao qual as populações negras estão sujeitas marginaliza também suas produções acadêmicas, estas categorizadas como subalternas, desqualificadas e até mesmo incompletas. Ao passo que “uma das facetas da dominação racial é a colonização do pensamento e o apagamento da história negra no Brasil” (BARRETO, 2018, p. 14), escrever a História do Negro no Brasil é um esforço para “[...] retirar os sujeitos negros das margens e posicioná-los no centro da nação. Elaborando assim uma visão alternativa de país, que é negro, ainda que se pense e projete branco” (BARRETO, 2018, p. 16).

3 Lélia Gonzalez

Em uma tentativa de iniciar nas Américas o resgate de uma ascendência e dinâmica cultural africana, Lélia reconheceu que as “[...] marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro [...]” (GONZALEZ, 2018a, p. 323).

Em meio às experiências transnacionais latino-americanas, enfatizando ainda as relações eminentes quanto às sociopolíticas e culturais, a categoria de Amefricanidade, segundo Lélia (2018a),

[...] está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etno-geográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por

consequente, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (GONZALEZ, 2018a, p. 330).

Cabe ressaltar a decisão da autora de não atribuir aos Estados Unidos o papel central quanto à elaboração de categorias de estudo sobre a população negra do continente, inclusive na construção linguística do termo Amefricano, não fazendo referência às conhecidas nomenclaturas afro-american (afro-americano) e african-american (africano-americano) (GONZALEZ, 2018a, p. 329), em um esforço para que assim fossem construídas narrativas originais por esses povos, agora como protagonistas e falantes de si mesmos, que escapassem ainda de hierarquias contraterrâneas.

A autora apropria-se das produções de autores brancos renomados no cânone ocidental – como Freud, Lacan e Hegel – e as utiliza para produzir academicamente contra os próprios brancos, entretanto, comunicando-se por meio do Pretuguês, a língua falada pela cultura brasileira, ensinada pela mãe-preta.

Lélia também trabalha a categoria de feminismo Afrolatinoamericano, em uma tentativa de que as mulheres amefricanas e ameríndias, discriminadas racial e sexualmente, fossem melhor contempladas. Assim como o movimento negro, o movimento feminista é um espaço de disputa das mulheres negras, estas silenciadas e que, apesar de lutarem pelas mesmas causas de seus companheiros de movimento, têm suas pautas negligenciadas.

No propósito de ressignificar a experiência colonial, Lélia foge de conceitos estrangeiros, recorrendo

aos neologismos e deixando de lado o acadêmiquês. Empregando-se de uma forma outra de escrita, esta que Espinosa-Minõso (2009) entende como imprescindível, uma vez que as gramáticas epistêmicas ainda buscam ser as mesmas utilizadas pela hegemonia e “Enquanto não for desarticulada a colonialidade epistêmica, dificilmente será possível a superação do ‘estatuto de mudez e sub-representação da subalterna latinoamericana’.” (ESPINOSA-MINÕSO, 2009, p. 41 apud ALCÂNTARA, 2017. p. 11).

Sendo assim, Lélia adota um engajamento linguístico que traz certa vitalidade para seus escritos, debochando, quando preciso, do cânone, mas também expressando o que há de ser dito. Todavia, não caberia aqui adjetivar a escrita da autora meramente enquanto coloquial ou acessível, dado que pensar o Pretuguês é também pensar em categorias amefricanas.

Haveria então um esforço de Lélia para tornar o conhecimento acadêmico mais acessível para os seus, entretanto, por via de uma escrita pretuguêzista, não colonizada. Não é coloquial, muito menos colonial.

Lélia Gonzalez propõe uma literatura de escrita e se dispõe linguisticamente para seus leitores, demonstrando assim uma preocupação de ser compreendida pelos seus, a começar de sua capacidade de dialogar com massas e de fato propor um diálogo para espaços além da academia. Entendo essa forma inovadora de escrita acadêmica como tentativa de descolonizar a linguagem, assim como a forma embranquecida de se pensar a academia e o mundo.

Lélia também assumiu o “esforço sistemático de pensar o Brasil dentro de uma tradição epistemológica negra brasileira” (BARRETO, 2018. p. 16), dando visibilidade

às questões que dizem respeito às perspectivas negras de fatos históricos, tendo em vista também possibilidades outras de concepção de identidade nacional.

Dialogando com um dos pensadores do Brasil, Caio Prado Júnior, “um branco muito importante” (GONZALEZ, 2018c, p. 199), Lélia (2018c) atrela seus argumentos à situação do autor que, em uma de suas obras, abordaria a temática da escravidão. Todavia, para a autora, essa abordagem seria justamente uma exemplificação do que ela chama de neurose cultural brasileira (p. 200).

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos, e seus filhos [...]. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. [...] (GONZÁLEZ, L. 2018c, p. 200).

Dito isso, assumir Lélia como uma das intérpretes do Brasil é abarcar suas subjetividades enquanto mulher negra à narrativa brasileira e subverter as interpelações feitas por outros pensadores, tendo em vista que grande parte desses – Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Roberto da Matta, dentre outros – foram e ainda são homens brancos.

4 Quilombo enquanto agência amefricana

Evocando as categorias de Amefricanidade, Quilombo e territórios de liberdade, construídas pelas

autoras amefricanas aqui analisadas, Débora Menezes Alcântara (2017) propõe, por meio da iniciativa de “[...] rever, reinterpretar e sugerir o reposicionamento das lutas por liberdade de sujeitos racializados num processo histórico [...]” (ALCÂNTARA, 2017, p. 2), um investimento no descortinar da produção do saber acadêmico-científico.

A autora tem como proposta evidenciar a importância de se conseguir enxergar para além da eurocentricidade da academia, uma vez que esta relataria exclusivamente essa perspectiva única de compreensão de mundo e narrativa histórica.

Em situação de colonialidade, a categorização racial dos sujeitos levaria estes a terem suas práticas e saberes desmerecidos, aquilo que, segundo o autor, Boaventura de Souza Santos e, posteriormente, outra autora amefricana, Sueli Carneiro, entenderam por epistemicídio das culturas (ALCÂNTARA, 2007. p. 1).

Ao trilhar esse raciocínio e chamando atenção para os trabalhos desenvolvidos por Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, Alcântara (2017) reconhece que ambas as categorias de Amefricanidade e Quilombo seriam tentativas dos sujeitos amefricanos de encarar a realidade imposta pela colonialidade.

Débora Menezes Alcântara (2017) potencializa essas categorias enquanto coadjuvantes de uma narrativa histórica estritamente brasileira. Ao explicitar a hegemonia e linearidade dos cânones, essas estariam também contribuindo, uma vez optando por apresentar sujeitos negros e negras do Brasil enquanto protagonistas, auxiliando-os no traçar de suas autobiografias.

Posto isso, para além de compreender a pertinência

de demandas outras no se pensar e fazer acadêmico, seria preciso ambientar essas categorias – Amefricanidade, Quilombo, e territórios de liberdade – no que a autora entende enquanto encruzilhada epistemológica, alternativa esta já utilizada por outros autores amefricanos (ALCÂNTARA, 2007, p. 4). Tal feito trilharia-se a partir de um crivo que, para Alcântara (2017), possibilitaria um rompimento com as epistemologias da colonialidade.

A Amefricanidade compreende a especificidade da dinâmica cultural existente no Brasil e em outras partes do continente americano. Essa, em Lélia, potencializadora de ideias e linhas de pensamento que buscam conjuntamente um deslocamento da centralidade e discussão dos saberes, uma vez que “[...] na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum [...], sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo” (GONZALEZ, 2018a. p. 330). Além disso, alega-se ser imprescindível “[...] deslocar as experiências históricas amefricanas do folclore [...] para o lugar do político, porque assim, as agências amefricanas são ” (ALCÂNTARA, 2017, p. 2).

O Quilombo enquanto agência amefricana seria, assim, um espaço para além do âmbito geográfico e de fuga, em que os sujeitos negros e negras teriam seu protagonismo evidenciado, bem como suas narrativas, epistemes e cosmologias. Beatriz, então, traz para a academia “uma noção de território distinta da noção moderna engessada pelo Estado-Nação” (ALCÂNTARA, 2017. p. 10). É isso o que acontece quando uma mulher negra adentra a academia.

É inegável aqui a menção à noção de quilombismo desenvolvida por Abdias Nascimento (2002), que

apresenta justamente essa qualidade do quilombo enquanto experiência negra de negação aos padrões culturais, históricos e políticos que a colonialidade busca sujeitar essa população.

Dessa forma, os quilombos ditos legalizados, encontrados por aí com o nome de terreiros, centros, escolas de samba, irmandades, afoxés, dentre outras nomenclaturas (NASCIMENTO, 2002, p. 337), teriam um caráter quilombista. Esses territórios permanecem resistindo e exercendo o papel de libertar, promover a união e sobrevivência dos afro-brasileiros, evocando suas ancestralidades e práticas inerentemente suas (NASCIMENTO, 2002, p. 338).

Para mais, essas práticas proporcionam formas outras de estar no mundo, a partir de cosmologias de dinâmica circular, de prática conjunta e construção coletiva, como também “[...] uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias do conhecimento” (NASCIMENTO, 2002, p. 350), ampliando assim os cenários possíveis para produção de conhecimento, validação de percepções distintas e maneiras outras de ser.

Entende-se, assim, a relevância de realizarmos produções e narrativas historiográficas próprias, nos colocando como autores e protagonistas. Utilizando-nos de categorias nossas e de cânones não hegemônicos, acionando a existência de uma ótica de dominação colonial enquanto meio visceral de análise de nossa história, ao passo que “Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos”

(GONZALEZ, 2018a. p. 333).

5 Conclusão

A partir das reflexões expostas e diante das leituras feitas de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, reforço a relevância de reconhecermos Beatriz e Lélia como intérpretes do Brasil.

Apesar dos limites das instituições e espaços políticos brasileiros, são de se destacar as ponderações e serviços prestados pelas autoras à população, que é aquilombada e amefricana.

Concordar com a identificação das autoras enquanto intérpretes desse país, mesmo essas não chegando a assumir cargos docentes em universidades públicas, tido teses celebrenemente recebidas, ocupado cadeiras – para além daquelas de suas pautas respectivas – ou qualquer outro parâmetro burocrático branco de verificação de intelectualidade.

Essas autoras escrevem a história do Brasil tanto quanto Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e seu Caio Prado Júnior, autores estes que não conseguiram, ou não quiseram, identificar em suas obras o racismo como problema de tamanha magnitude para a formação da sociedade brasileira, esta tida por esses homens como desigual, entretanto, sempre numa perspectiva socioeconômica e nunca numa ótica racial.

As subjetividades expostas por autoras como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez expressam reflexões que possibilitam leituras originais e subversivas, dando o devido reconhecimento àquelas, à exemplo da mãe preta, mulata e doméstica, que possibilitaram a difusão da verdadeira cultura amefricana brasileira e suas vertentes,

quebrando raciocínios estagnados a respeito de estereótipos raciais e colonizadores, permitidos por tantos para suas interpretações individuais dessa tão familiar pergunta: o que faz o Brasil, Brasil?

Tendo em vista que tamanhas são as conquistas alcançadas pelas autoras, é insuficiente pensá-las somente enquanto feministas ou tentar encaixá-las em categorias pós ou decoloniais. Beatriz e Lélia acionaram as violências sofridas pelas mulheres e homens negros e a falta de visibilidade e voz que tinham dentro dos movimentos e produziram sobre isso, dando-lhes reconhecimento e valor às subjetividades e complexidades da mulher negra.

Ainda, a partir do trabalho de Débora Menezes Alcântara (2017), o trilhar de um descortinamento da produção do saber acadêmico-científico torna-se emergente, haja vista a urgência de se premeditar formas outras de participação dentro da academia. Essas formas, que dizem respeito ao chamado lado B, estão também encontrando maneiras outras de se manifestar enquanto produtoras de conhecimento, seja no quilombo, em Améfrica, na encruzilhada ou simplesmente na publicação de mais um artigo científico.

Isto posto, – e com intuito de dar conhecimento e reconhecimento ao trabalho de intelectuais negras e negros – é preciso entender Beatriz e Lélia como referencial não apenas brasileiro, mas mundial na luta antirracista e pelos direitos das mulheres. É preciso também levar em consideração suas teorizações e a situação destas enquanto possível referencial teórico como meio para liberdade.

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez dão ao Rol dos Clássicos uma perspectiva negra e feminina, local de fala esse quase inexistente no meio acadêmico, tão

carente de obras que digam respeito às visões de mundo e cosmologias outras que não a deles próprios, os brancos.

Devemos em muito à Beatriz e à Lélia.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Email: marcelina.azevedo@gmail.com.

NOTAS

[1] O presente artigo nasce como produto de um semestre de grande aprendizado que tive o privilégio de experienciar na Universidade de Brasília. Este trabalho busca materializar as discussões presenciadas ao longo desse período, tanto na disciplina de Estudos Afro-Brasileiros – ministrada pelo professor José Jorge de Carvalho e doutoranda Noshua Amoras – quanto no grupo de estudos Lélia Gonzalez, realizado pela Maré UnB - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro. Aproveito a oportunidade para agradecer aos envolvidos pelos espaços proporcionados, de tamanha troca e aprendizado.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Débora Menezes. A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FÓRUM UNIVERSITÁRIO MERCOSUL, 16, 2017. Salvador. Anais eletrônicos... [S.l.: s.n] ISSN 2359-6872.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 12-27.

GERBER, Raquel. (Dir.) (1989). Ori. São Paulo, Angra Filmes. 90 min.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018a. p. 321-334.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018b. p. 34-53.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018c. p. 190-214.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. In: Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007. [1974].

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

UMA ETNOGRAFIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO LABORATÓRIO DSPCOM DA UNICAMP: AGENTES E PROCESSOS

A ETHNOGRAPHY OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN DSPCOM LABORATORY OF UNICAMP: AGENTS AND PROCESSES

***Mateus Vicente**

Recebido em: 13/07/2020

Aceito em: 14/10/2020

Resumo

Este artigo busca a partir do relato etnográfico - do acompanhamento cotidiano com conversas gravadas no Laboratório de Processamento Digital de Sinais para Comunicações (DSPCom) da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Unicamp, compreender os processos, agenciamentos e a lógica de produção tecnocientífica e de IA (inteligência artificial) no local, a partir das influências nos processos de decisão dos projetos. Durante a etnografia constatamos que o campo de IA se divide entre uma produção que busca compreender e aplicar para os “anseios do mercado” e outra dos estudos da “cognição”. Observamos, também, que na área usa-se como protótipo virtual o cérebro humano.

Palavras-chave: Etnografia; Interdisciplinaridade; Inteligência Artificial; Tecnociência; Cibernética.

Abstract

This article aims from the ethnographic report - of daily accompaniment with conversations recorded in the Laboratory of Signal Processing for Communication (DSPCom) of the School of Electrical and Computer Engineering (FEEC) at Unicamp - understand the processes, assemblages and the logic of technoscientific production and AI (artificial intelligence) in the place, from the influences in processes of decisions about the projects. During the ethnography, we found that the field of AI is divided between a production that seeks to understand and apply to the “desires of the market” and another of the studies of “cognition”. We also observed that in the area the human brain is used as a virtual prototype.

Key words: Ethnography; Interdisciplinarity; Artificial Intelligence; Technoscience; Cybernetics.

1 Introdução

A partir da metade do século XX, o mundo passou por diversas transformações no campo do conhecimento, as quais fizeram com que diversas concepções de vida, humano, cultura, natureza, realidade e artificialidade se transformassem. O surgimento da cibernética abriu espaço para mudanças epistemológicas na ciência, que, a partir disso, se ateve à interdisciplinaridade. Podemos notar que essas concepções e conceitos não encontraram

forma sólida. Com o desenvolvimento do capitalismo em curso, a relação entre ciência, tecnologia, comunicação, capital e a própria vida em sentido lato sofrem mutações constantes. Donna Haraway aponta que o surgimento das máquinas do fim do século XX “tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado”. Com isso, aponta que “a ciência e

a tecnologia fornecem fontes renovadas de poder”, e, por essa razão, “precisamos de fontes renovadas de análise e de ação política”. (HARAWAY, 2009, p. 42).

Com base nas reflexões suscitadas acima, o presente artigo busca discutir, por meio dos relatos etnográficos do Laboratório DSPCom – Laboratório de Processamento Digital de Sinais para Comunicações, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o contexto e o conteúdo das práticas que ali emergem e apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema, uma fração da lógica tecnocientífica que baseia os projetos e os processos de produção de IA[2] no local.

Para tal, abordarei a formação e o desenvolvimento da tecnociência e da IA durante a história. Após isso, serão relatadas as características do trabalho etnográfico e do laboratório que acompanhei, os aspectos metodológicos aplicados para o estudo, e as atividades que me envolvi durante a etnografia. Discutirei também, a partir dos saldos da etnografia, os processos e agenciamentos que constroem a IA no DSPCom. Por fim, trarei algumas considerações finais que podem ser absorvidas das discussões que a precedem.

2 O histórico da tecnociência e da inteligência artificial

Ao começar a articular o processo etnográfico, observei que a história da IA começou antes da criação do termo que a nomeia e caracteriza. O avanço dos estudos da computação nos anos 1940 contribuiu para o desenvolvimento da ideia de IA. Oficialmente, o termo surge somente no ano 1956 em uma conferência de verão

no Dartmouth College, nos EUA. Foi no chamado dela que a área de estudos foi batizada, e nela foram apresentadas as primeiras ideias que a basearam. No convite, encontramos conceitos que são usados corriqueiramente no desenvolvimento e propagandas até hoje, e que os orientam, como: resolução de problemas, o potencial de aprendizagem maquínico comparado com o humano e o avanço.

We propose that a 2 month, 10 man study of artificial intelligence be carried out during the summer of 1956 at Dartmouth College in Hanover, New Hampshire. The study is to proceed on the basis of the conjecture that every aspect of learning or any other feature of intelligence can in principle be so precisely described that a machine can be made to simulate it. An attempt will be made to find how to make machines use language, form abstractions and concepts, solve kinds of problems now reserved for humans, and improve themselves. We think that a significant advance can be made in one or more of these problems if a carefully selected group of scientists work on it together for a summer. (MCCARTHY, 1956).

Outro marco importante que contribuiu para o que conhecemos hoje por IA e seus métodos é a chamada “virada cibernética”. Os estudos cibernéticos, e a virada que refletiu, começaram e foram concretizados pelas Conferências Macy, iniciadas em 1946, as quais reuniram pesquisadores de diversas áreas, caracterizando a cibernética por sua interdisciplinaridade. Os estudos foram influenciados pela Segunda Guerra Mundial – até mesmo no quesito investimentos –, tendo uma clara modelagem política. Essa área foi fortemente influenciada por Norbert Wiener, John Von Neumann e Alan Turing.

Nesse cenário, inauguram-se as reflexões a

respeito do modo “artificial” de se “fazer inteligência” (ainda enquanto uma possibilidade a ser explorada). Com a ciência navegando rumo a grandes transformações, a virada cibernética inaugurou a era da informação e comunicação. A partir disso, a relação entre ciência, tecnologia, comunicação e o capital é impactada por diversas reflexões que instauram a tecnociência enquanto uma nova lógica de se fazer ciência e tecnologia. Nesse caminho marcado pelo desenvolvimento da tecnociência é, também, marco importante de uma nova forma que o capitalismo agrega.

Santos (2003) contextualiza a transformação no sistema capitalista a partir da “virada cibernética”, acompanhando o desenvolvimento da tecnociência e a entrada na era da informação. O autor argumenta que a lógica do capitalismo – se apropriando do desenvolvimento do conhecimento tecnocientífico – se alastra, produzindo e modificando domínios da natureza e da vida. O capital, portanto, se une ao conhecimento gerando a tecnociência. Assim, a lógica econômica e de desenvolvimento tecnocientífico caracteriza uma corrida incessante contra a obsolescência, que se dá através das ondas tecnológicas e da produção acelerada que o sistema impulsiona.

Jameson (1996) apud Santos (2003, p. 83) diz que esse capitalismo, então, “estava penetrando no inconsciente e na natureza e colonizando-os”, apossando-se, também, da dimensão virtual da realidade com o foco não só mais no atual, mas no que pode estar por vir. Ao deslocar a atenção da tecnociência e da economia para o futuro – e na medida do possível a antecipação dele – a informação também ganha lugar de destaque. O autor propõe um aprofundamento analítico e politicamente

crítico das ciências, teorias, práticas e da cultura as quais se vinculam, a partir do projeto cibernético. Isso “significa compreender as tecnologias não como determinantes de mudanças, sejam elas sociais, políticas e econômicas, mas partícipes de processos sociais e culturais amplos, que informam conceitos, planos, ideias também pela sua história de inserção no mundo” (EVANGELISTA; KANASHIRO, 2013, p. 57). Dessa forma, o poder se expressa também de forma subjetiva, como elucida Luz:

Em outras palavras, não é um poder que se exerce apenas sobre o que existe concretamente, mas também sobre o que se pensa socialmente, isto é, o imaginário: aquilo que se supõe ser verdade, que se deseja, que se julga bom ou mau: o que se faz, e como se faz, o que não se faz, e porque não se faz. (LUZ, 2014. p. 5).

Tendo essas transformações em vista, é possível observar a influência mútua que existe na relação mercado, desenvolvimento tecnológico, informação, produção científica e sociedade. As engrenagens capitalistas e a dinâmica social passam a ter relações intrínsecas com a tecnociência e os reflexos da virada cibernética.

Todas essas questões, fruto das transformações e relações entre: tecnociência, virada na lógica de produção científica, mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias; – que transformam e são transformadas pelas concepções de vida, humano, máquina, inteligência, técnica, ferramenta, lógica – suscitaram-me questionar como ocorre o processo de construção tecnocientífica no contexto universitário (de produção in loco acadêmico), qual sua lógica e as influências presentes nos processos de decisão e desenvolvimento de projetos. Adotei como hipótese, também, o virtual e o futuro enquanto possíveis

agentes na área.

O capitalismo e a tecnociência, por si só, carregam uma dinâmica processual em seu modo de existência. Desta forma, a etnografia pode ser vista como método e abordagem vantajosa para a análise das construções da tecnociência em seu caráter processual e em ação (MONTEIRO, 2014). Com isso, decido ir à campo para um processo etnográfico em um laboratório de IA no contexto acadêmico.

3 Delineando a etnografia no laboratório

Para o processo etnográfico, meu principal interesse era observar as relações estabelecidas dentro do laboratório entre agentes humanos, não humanos, a agência da lógica e dos saberes refletidos para a produção tecnocientífica. Através de uma indicação fiz contato com um cientista, que veio a ser interlocutor no processo etnográfico, como um “informante privilegiado”, assim como em Vida de Laboratório (LATOURET; WOOLGAR, 1979).

No primeiro encontro com Romis Attux[3], o interlocutor da etnografia, me deparei com um laboratório de informática comum. Dei uma breve explicação sobre meu projeto e após saber que eu era estudante das Ciências Humanas, o professor e pesquisador já explicitou seus posicionamentos críticos em relação à sociedade. Ele também esclareceu que ali “não era o melhor laboratório para se fazer uma etnografia” – no sentido de não ser um laboratório que seguia o modelo hegemônico –, pois fugia de padrões como o de produção voltada para o mercado e patentes. O cientista disse que seu intuito é puramente acadêmico, de produção e contribuição para a ciência.

Nesse primeiro encontro, Romis também me apresentou um pouco de sua perspectiva sobre o futuro da sociedade e de como a tecnologia agenciaria e poderia ser agenciada nesse contexto. Fez a projeção de um futuro calamitoso, imaginando que “se não houver mudanças na estrutura da sociedade, a alta tecnologia acabará servindo apenas a um grupo seleto”. Nessas falas, não demonstra ver tanta positividade da relação entre a tecnologia – como contribuinte para resolução de problemas da sociedade – e o futuro da humanidade. Em contrapartida, mostra-se claramente interessado em produzir ciência para contribuição e benefício da sociedade, fazendo-nos refletir se sua perspectiva não está voltada mais ao âmbito individualizado de retorno. Disse, ainda, que sua pesquisa é ligada ao processamento de sinais neurais, por exemplo, para tecnologias de BCI[4]. O exemplo dado por Romis, do que essa tecnologia resulta na prática, é do controle de cadeiras de rodas apenas com sinais emitidos pelo cérebro. Além disso, a fim de auxiliar, inicialmente, na base de entendimento técnico e histórico da IA, indicou o documentário AlphaGo (2017) [5].

No dia em que oficialmente iniciei o trabalho de campo, encontrei um orientando do pesquisador, cuja pesquisa de iniciação científica, que ele me explicou de forma simplificada, iria estudar “os sinais do cérebro que a máquina entendia”, a “leitura de pensamento”. Logo após, chegou Romis para o início do atendimento de seus orientandos.

O período de início da etnografia coincidiu com o pedido de orientação e submissão de projetos, o que privilegiou a observação de orientação e tomada de decisão de linha e abordagem. Percebo que a orientação ali é muito

mais direcionada pelo professor a partir de projetos já iniciados ou de sua linha de pesquisa. O orientando propõe o interesse metodológico, no entanto, o tema, de uma maneira geral, é pensado pelo professor, embora, Romis sugira que o orientando realize a pesquisa que faça parte de seu “sonho”, pois crê que “o projeto tenha que refletir isso”. Outra instrução dada foi que buscassem artigos de abordagens que lhes interessassem, fizessem uma prospecção e observassem “temas da moda”, escolhendo um que fosse mais “seguro”. Após isso, é proposto um problema, uma solução que se possa chegar e são feitas as experimentações.

Grande parte do processo etnográfico se tornou, a partir da dinâmica do campo, um acompanhamento às orientações que o interlocutor Romis Attux dava aos alunos. Foram sete meses – entre abril de 2019 e março de 2020, às segundas e quartas-feiras – acompanhando e etnografando o cotidiano de orientações, pesquisas, produções e divulgações científicas no laboratório.

Pude, então, observar a malha que se encontrava no fundo dos projetos e produções do interlocutor e seus orientandos – com os agenciamentos, processos e concepções da lógica que baseia os projetos tecnocientíficos e de IA nesse laboratório. Para aprimorar a análise, fiz o registro escrito e de áudio de algumas orientações e conversas com o interlocutor.

4 Uma etnografia colaborativa: Perspectivas metodológicas

Percorri apenas uma fração da rede do DSPCom. O foco da observação foi na fração da lógica e das perspectivas que constroem a tecnociência e a IA no

contexto universitário, deixando em um plano mais distante (mas não menos importante), a fração da malha mais burocrática, das bolsas de fomento, o modo como o laboratório adquire os materiais, o comitê de ética das pesquisas e as teorias que engendram as técnicas desenvolvidas no laboratório. O DSPCom é composto por diversos professores da FEEC, fazendo com que tenha diferentes trabalhos e abordagens. Eu acompanho Romis, por mais que surjam relações de diversos outros profissionais e estudantes.

A abordagem adotada no processo etnográfico se baseia na observação do “contexto” e do “conteúdo” da ciência, assim como suscitado em *Vida de Laboratório* quanto ao método desenvolvido por Latour e Woolgar.

Como podemos observar inicialmente - por meio do relato do local, das práticas e dinâmicas que ali emergem -, este trabalho etnográfico se diferencia das vidas e dinâmicas estabelecidas no laboratório do Instituto Salk na Califórnia, relatadas por Latour e Woolgar (1979). Por todas as diferenças em relação ao DSPCom, vejo a necessidade de localizar algumas delas para que exista maior correspondência ao usar algumas abordagens e métodos desenvolvidos naquele processo etnográfico.

A primeira diferença está na relação dos laboratórios com o mercado de consumo. O DSPCom tem uma abordagem acadêmica, mais distante das relações vistas como de mercado, diferenciando-se do Instituto Salk (que, com investimentos privados, assuntos de negócios, publicações com o objetivo de retorno diretamente financeiro, etc.) está muito mais próximo do mercado. Latour e Woolgar, narrando a respeito da inscrição literária, me fazem pensar que ao invés de uma disputa em torno de

uma divulgação científica do Salk com retorno financeiro (além do prestígio científico), as produções no DSPCom giram apenas em torno de um prestígio acadêmico e científico – de construção de currículo para os que estão se formando em graduação e pós-graduação, ou seja, uma busca por agregar no capital intelectual – ou através da lógica produtivista que é exigida dos professores e pesquisadores nas universidades.

Outro ponto importante de diferenciação é o limite evidenciado na relação método e objeto. Os autores observam que seu campo de pesquisa se ocupa de “fatos e não teorias”. Observo que o DSPCom não se ocupa de fatos, nem somente de teorias, mas, sim, de desenvolvimentos, com base em teorias e métodos. Isso, inclusive, justifica estar na FEEC, com algoritmos, processamento de sinais, trabalho esse desenvolvido, majoritariamente, por engenheiros. Essa perspectiva nos faz observar o processo, a dinâmica de construção, desenvolvimento, mobilização de métodos a partir do uso de teorias para a construção de uma ferramenta tecnocientífica como a IA.

Além disso, os autores também apontam o desafio de fazer uma etnografia para o centro, ou seja, para além das margens. Essa questão me instiga a observar a construção de uma ferramenta, que, além de também ser desenvolvida na Unicamp (já eleita a melhor Universidade da América Latina pela Times Higher Education[6]) também habita e mobiliza hoje o centro do capitalismo informacional. “Em lugar de estudar as ciências ‘sancionadas’, cabe estudar as ciências abertas e incertas” (LATOUR; WOOLGAR, 1979. p. 21).

Para essa etnografia, tinha como intuito, também, desenvolver uma relação colaborativa, participante e

simétrica. Para além de uma observação participante, construir junto com o interlocutor de pesquisa uma colaboração, com o objetivo de reverberar a etnografia[7], a partir de discussões mobilizadas em campo. Estabelecemos a melhor relação entre informante e etnógrafo. Construímos uma relação de confiança, porém, com uma lente antropológica de total desconfiança.

Durante o processo, um assunto que se discutia muito no laboratório, sem dúvidas, era a respeito das problemáticas conjunturais brasileiras que se intensificam no momento. Com a ciência e a educação universitária se tornando alvo de críticas e projetos de desmonte, o interlocutor e eu refletíamos como era necessário estimular, de alguma forma, discussões de temas que fossem “socialmente relevantes”. Como disse o pesquisador, temas que atingissem os estudantes com a tentativa de construir reflexões críticas a respeito dos projetos, práticas e produtos das ciências duras. A necessidade foi sentida, principalmente, a partir do impacto gerado nos cortes de bolsas de fomento à pesquisa científica nacional, intensificadas após o início do atual governo[8], que angustiam muito os pesquisadores.

Apesar do crítico cenário destrutivo das universidades, Romis também comenta que enxerga falhas na produção científica e universitária, principalmente, em retornar esses resultados à sociedade. Parte do meu estímulo para essas discussões surge, também, com base nas conversas tidas no laboratório, onde os pesquisadores pensam e comentam sobre problemáticas sociais, em sua maioria, como se essas só existissem fora do laboratório. Pensam em alternativas, mas quase nunca colocando-se junto com os produtos da tecnologia em agência para

transformações estruturais.

Decidimos elaborar, então, a construção de um evento que promovesse e discutisse temas de IA e abordagens políticas, sociais, éticas e filosóficas para as novas tecnologias. O que fez com que durante a etnografia eu me envolvesse em outras atividades com o laboratório.

5 Construção do VI Encontro de Grupos de Pesquisa em CTS da Unicamp

Quando decidimos construir um evento, gostaríamos de centralizar as discussões sobre tecnologia e sociedade, com foco na IA. Após uma conversa com a minha orientadora, tivemos a oportunidade de entrar na organização do VI Encontro de Grupos de Pesquisa em CTS. Então, demos início à organização do evento em conjunto com outros grupos de pesquisa da Unicamp – do Departamento de Política Científica e Tecnológica (IG), do Departamento de Sociologia (IFCH) e do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e Divulgação Científica (Labjor).

A comissão do evento decidiu que contaríamos com dois dias temáticos[9]. Ficamos responsáveis – Romis e eu - junto com outros pesquisadores, pelo segundo dia, cujo tema foi Ética e Novas Tecnologias. Construímos três mesas, sendo a primeira com o tema “Inteligências, Natureza e Cultura”, com César Baio (IA/Unicamp), Ricardo Gudwin (FEEC/Unicamp) e Ellen Aquino (IT&E[10]). A segunda, “Ensino e Ética nas Engenharias”, com Romis Attux (FEEC/Unicamp), Pedro Ferreira (IFCH/Unicamp) e Lais Fraga (FCA/Unicamp). E, por último, a conferência de encerramento com Laymert Garcia dos Santos (IFCH/Unicamp), com o título “Dias Sombrios”.

Contamos com o espaço do Auditório da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação da Unicamp, o que enxergo como uma grande contribuição para pensar a prática científica, a divulgação e a interdisciplinaridade em convergência nas discussões ali construídas.

Em outubro de 2019, aconteceu o evento. Relatarei aqui três exposições que contribuirão para este artigo. A primeira mesa do segundo dia, em que Baio apresentou pesquisa científica e artística voltada à criação de obras “biohíbridas” (biológico e computacional) construídas a partir da interação de microrganismos vivos (fungos) e inteligência computacional. Sua exposição auxiliou-nos a questionar a respeito das bases, principalmente, que estão presentes na pesquisa de inovação tecnológica, as quais majoritariamente se baseiam em sistemas biológicos humanos, e, ainda, outras possibilidades de inteligência e organização que fogem do clássico modelo cognitivo humano. Gudwin expôs uma perspectiva de um pesquisador clássico da área de Engenharia Elétrica, estudando métodos da IA. Seu nicho de pesquisa está voltado ao desenvolvimento de “sistemas inteligentes, semiótica computacional, cognição e vida artificial”.

Em alguns momentos no laboratório, os pesquisadores sentiram a necessidade de diferenciar duas abordagens que poderíamos encontrar no meio acadêmico, de aplicação e pesquisa dos métodos de IA. Romis e outros pesquisadores contaram-me sobre uma IA “mais voltado a atender os anseios do mercado” e outro que pensa mais a “inteligência artificial de modo cognitivo”, que explora “questões filosóficas desses métodos e da inteligência e cognição”, conforme estudado por Gudwin, pesquisador indicado por Romis para participação no evento.

Gudwin demonstrou que realmente se dedica mais a rebuscar aspectos da inteligência para aprimoramento maquínico e de desenvolvimentos metodológicos. A apresentação abordou pontos de emoções que imaginamos ser tipicamente humanos, os quais, de acordo com ele, deveriam ser aplicados às máquinas a fim de aprimorar a IA. Percebi também sua visão antropocêntrica das potências da IA e da tecnologia, enquanto Baio expõe outras perspectivas que escapam do modo antropocêntrico de se pensar inteligência, métodos de classificação e organização de padrões, a partir de sua obra e da organização fúngica de sua pesquisa.

Na conferência de encerramento, Laymert abordou diversos cenários em torno da aceleração da produção tecnocientífica. A exposição nos ajudou a compreender os impactos tecnopolíticos que se desenvolvem a partir da produção no capitalismo e dos impactos da virada cibernética no mundo. Um exemplo dado pelo sociólogo foi o de um Engenheiro em formação na Unicamp, o qual começou a trabalhar em um banco na área de algoritmos, e que, após ter vendido ações que lhe foram oferecidas, foi para Miami e continuou a trabalhar de maneira independente. Laymert diz:

[...] ele foi tão eficaz, justamente, lidando com algoritmos - que é aquilo que está atrás do que a gente vê na tela, porque o que é importante não é o que a gente vê na tela, nem palavra, é o que está atrás da imagem, é o que faz a imagem, é o que faz a palavra que vai chegar. [...] Ele foi para Miami continuar trabalhando na questão dos algoritmos agora com a fortuna própria [...] Esse sujeito que faz isso hoje por conta própria, ele faz a mesma coisa que [...] o financiador da Cambridge Analytica, que ganhou dinheiro fazendo exatamente isso, e que agora, montou uma estrutura internacional para poder fazer as

operações, agora de intervenção no plano político, com essas tecnologias de manipulação e customização de informação e de influenciar as pessoas.

A narrativa me fez refletir sobre a dinâmica algorítmica usada para o sucesso do profissional e da empresa. O algoritmo é exposto por Laymert, e usado pelo engenheiro, como ferramenta de fazer dinheiro para a empresa e para si. O usuário entra em contato somente com o produto confeccionado pelo engenheiro. Portanto, o consumidor, vê somente “o que aparece na tela” e não todas as movimentações algorítmicas que acontecem por trás dela. A título de analogia, essas movimentações algorítmicas se materializam e reverberam resultados como magia, que retorna em respostas necessárias para o aumento do consumo e do lucro, principalmente da empresa.

6 Mobilizando discussões

Através do acompanhamento no evento e das orientações no laboratório relatadas até aqui, tive um melhor esclarecimento de como era delineada a IA na realidade material – as reflexões, o processo de desenvolvimento e seus produtos. Em dado momento, senti a necessidade de ir em busca de dados mais aprofundados, sobre o processo de construção, a prática e a aplicação de seus métodos. Percebi, neste momento, que em um “campo acadêmico”, a melhor forma seria estudar junto com Romis.

Conversamos e reservamos as terças-feiras para o estudo conjunto de um livro que pudesse me esclarecer melhor sobre a aplicação dos métodos de IA e, também, me fizesse entender as especificidades do DSPCom. O livro sugerido por mim foi: Como construir uma mente

(KURZWEIL, 2015). Romis e eu sabíamos que não era o melhor livro, porém tinha uma leitura mais acessível para um leigo na área, por ter um perfil de divulgação e ser um best seller.

7 Entre o natural e o artificial: Pontos de partida e centralidades metodológicas

Através das leituras, pesquisas e conversas em campo, observo que desde o início dos estudos da computação, a promessa foi a criação de uma máquina que tivesse a capacidade de raciocínio do cérebro – visto como uma potente máquina biológica. Pela capacidade de aprendizado e pelo status de “inteligente”, a IA é pensada corriqueiramente tendo como modelo o cérebro humano. Até a atualidade, ora a máquina ganha atributos naturais – em paralelo com o cérebro, como inteligência e capacidade de aprendizado –, ora o cérebro ganha atributos maquínicos – como eficiência em tomadas de decisão e capacidade adaptativa e de aprendizado.

Palavras-chave – como rede neural, aprendizado, inteligência, previsão – aumentam a facilidade em aproximar a técnica com os processos naturais do cérebro. Mídias de divulgação de IA, sejam de empresas ou meios de estudos científicos, adotam tais metáforas e promessas para florear seus métodos. Assim como toda divulgação, Kurzweil (2015) também utiliza tais metáforas e promessas para conceitualizar a IA de forma mais palpável ao público leigo. Passo a observar, nas explicações de Romis, a comparação entre o cérebro e a máquina e a promessa de a capacidade cerebral ser construída de forma maquínica.

Assim como Kurzweil, Romis usa os processos

biológicos do cérebro, durante nossos encontros, como exemplo, para explicar os processos maquínicos. Até que, em um momento, explicando sobre a memória e seu armazenamento, Romis explicita sua concepção a respeito dessa comparação:

Na verdade, não há nenhum motivo para que o cérebro, a priori, seja parecido com um computador digital. Por exemplo, você vai fazer uma conta de vezes, de três dígitos cada número você vai, multiplica, marca o primeiro, pula uma casa, marca o outro... Você vê o que você tem e vai vendo passo a passo o que você precisa fazer. Você deixa a informação anotada, é sua memória que você anota ali, pra não perder informação, a menos que você seja um craque em fazer conta de cabeça (risos). Mas quando a gente analisa um procedimento aritmético, uma conta, a memória seria a informação que a pessoa vai marcando, e ela usa isso para saber o que ela tem que fazer, e ela vai seguindo um algoritmo - um conjunto de passos que ela aprendeu na escola - e vai fazendo multiplicação. A máquina digital é uma implementação extremamente rápida desse tipo de procedimento [...] então, o computador é isso, só que amplifica a capacidade dessa memória de trabalho e a velocidade das operações e disso surgem coisas impressionantes. [...] O que o computador faz? Ele pega informação num registrador, joga para o outro, desloca para cá, soma aqui, soma ali, compara duas informações. Todas essas operações são muito simples para o ser humano realizar também. A questão é a escala de tempo que o computador realiza. Isso abre possibilidades que o ser humano num papel não ia perceber nunca. Então, por um lado a computação digital é impressionante, por outro lado é uma banalidade nesse sentido.

No decorrer desses encontros observo que, alguns conceitos são corriqueiramente revisitados, como: reconhecimento de padrões, dados, previsão, redes neurais, aprendizado de máquina (Machine Learning), detecção de

problemas, busca de resoluções, parâmetros, algoritmos, estatística e classificação. Durante as orientações, escuto muito também, sobre sinais cerebrais, aquisição de sinal neural, interface cérebro-máquina (BCI), ruído, e redes profundas (deep learning). Muitas dessas expressões caracterizam processos que ocorrem tanto nas máquinas quanto no cérebro.

Entusiasmado com os estudos, ainda buscava compreender em qual chave lógica a IA e a tecnociência funcionavam no DSPCom. Percebi que a lógica tecnocientífica de funcionamento, aparecia ali como um sujeito oculto e que não se refletia muito a partir de qual lógica se trabalha e se constroem os objetos pensados no laboratório. Portanto, o que restava era focar na prática dos estudos da inteligência artificial e seus métodos, aplicações e qual poderia ser o ponto de partida da construção de uma IA.

Durante a busca dessa centralidade ou ponto de partida da IA (enquanto método), em um dos dias de nossos encontros, Romis me indica uma entrevista dada por ele ao Podcast Pão de Queijo. Ouvindo a entrevista encontro de forma resumida e simplificada sua definição de IA[11]:

Existe uma possibilidade que vem sendo explorada desde meados de 1940 de que uma máquina possa se auto programar, vamos dizer assim, se auto configurar ou se adaptar, a partir da interação direta com os dados ligados ao problema que ela vai resolver. Então, a inteligência artificial seria uma área de pesquisa que trabalha com modelos computacionais que permitem a máquina aprender, representar conhecimento, eventualmente tomar decisões também, e isso, em geral, a partir da interação com os dados. [...] Portanto, depois que você apresentar vários exemplos, e a máquina se auto modificar por meio

de algoritmos, de programas feito pra isso, ela passa a conseguir classificar adequadamente essas imagens, sem que o ser humano precise dizer explicitamente pra ela que o cachorro tem duas orelhas, dois olhos, etc, nada disso. Ela mesmo vai fazer a análise estatística do que está nessa imagem. Então, IA eu diria que é mais ou menos isso. Essa ideia de fazer com que a máquina se adapte, aprenda, que seria mudar sua forma de responder com o tempo, melhorar sua resposta com o tempo, a partir da apresentação de vários exemplos. É bem simples o que eu to falando, não representa exatamente todos os temas, mas fica por aí. Uma máquina que se auto programa e se adapta, vamos dizer assim.

Essa é a IA a qual Romis se baseia, constrói e educa pessoas a construir. Outro conceito importante, que costuma ser citado junto com IA, e que deve ser bem definido para a compreensão do objeto, é algoritmo, definido pelo professor no mesmo Podcast:

A máquina, o computador digital, com todo seu glamour da sociedade moderna, o interesse que causa e as coisas que faz, no fundo é uma máquina que faz operações muito simples. Se você olhar lá no fundo do hardware, dos circuitos da máquina, as operações fundamentais que ela faz são às vezes pegar o conteúdo de uma parte da memória, passar pra outra, mexer um bit pra lá outro pra cá, fazer pequenas operações lógicas. A questão é como ela consegue fazer isso numa escala muito grande e em um tempo muito pequeno. Então, ela consegue compor tarefas muito complexas, a partir dessas operações simples, e realiza essas tarefas num tempo muito curto. Então, o algoritmo é basicamente isso. Uma sequência de passos que a máquina tem que cumprir pra realizar uma tarefa. Por exemplo, se eu for fazer um bolo em casa, eu tenho lá uma receita do bolo e o que eu tenho que fazer. E você vai seguindo esses passos e quando você termina idealmente você vai ter o bolo pronto ali, se der tudo certo. A máquina também, o tempo todo faz isso [...] então, o algoritmo seria isso, uma sequência de operações

e de tarefas que são concebidas para que se realize uma certa função.

Para melhor entendimento dos leigos, e “desmistificação” desse “glamour da sociedade moderna”, Romis procura simplificar ao explicar os processos e bases que constroem essa tecnologia. Aos poucos, montando uma espécie de quebra-cabeça com todos os conceitos, consegui adentrar em parte do universo codificado da IA. Cinco conceitos me chamam atenção por sua centralidade: dados, padrão, parâmetro, algoritmo e previsão. Toda IA – além do desenvolvimento de sua auto regulação, que a transforma em uma ferramenta diferente de softwares comuns – opera a partir de um algoritmo, construído com um conjunto de parâmetros, e é alimentada com dados. Reconhecendo padrões nesses dados, ela obtém alguma resposta e previsão, dentre diversas outras possíveis. O grande projeto é que, a partir da interação com esses dados, se aprimore. A auto regulação e o aprimoramento da máquina fazem com que ganhe o status de inteligente, ou que tenha a capacidade de aprender.

A especificidade do trabalho no DSPCom, na maioria dos projetos desenvolvidos e orientados por Romis, tem como objetivo principal o desenvolvimento e a construção de interfaces cérebro-máquina. Para a construção da BCI – e aprimoramento dos processos de coleta e tratamento de dados, rumando à construção de uma cadeira de rodas controlada somente pelos sinais emitidos pelo cérebro do usuário, por exemplo – o desenvolvedor terá como parte do processo: coletar dados (sinais neurais com o mínimo de ruídos possíveis), o atrelamento a um algoritmo que entenda os sinais e dê uma resposta e uma

etapa mecânica que façam com que a cadeira de rodas se movimente a partir dos comandos. Destacarei aqui a fase de coleta e tratamento dos dados. Os dados coletados na aquisição passam por um tratamento, como Romis exemplifica em uma de nossas conversas:

A primeira coisa que você precisa fazer, seja para usar uma rede neural ou qualquer outro método, é fazer o que a gente chama de amostragem. O computador digital [...] consegue armazenar tantos mega, tantos gigas de memória. Ele não tem condição de gravar um sinal verdadeiro. Como você quer uma coisa contínua, que tem infinitos valores ali, gravada no computador? Então, o que um computador faz é pegar alguns pontos aqui, os valores em alguns instantes, forma uma coleção de valores e grava essa coleção [...] na hora que acaba o sinal, você tem mil, dez mil ou vinte mil amostras. Existe toda uma teoria para saber o quanto você precisa amostrar.

Convidado por um orientando de Romis, que faria a captação para uma pesquisa de iniciação científica, compareci a uma aquisição para voluntariado no experimento. Foi ressaltado por ele que não é feita uma aquisição para cada pesquisa, às vezes usam dados já armazenados nos bancos.

8 A Aquisição de Sinal Neural: Leitura, codificação e grafia do pensamento

Embora não se trate de um evento que mobilize grandes movimentações, a “aquisição” é comentada pelos pesquisadores com entusiasmo. Na aquisição de sinais neurais, uma pessoa ao imaginar movimentos, ou orientar o olhar, o sinal elétrico gerado pelo cérebro é registrado através da eletroencefalografia (EEG). O objetivo no

laboratório é aprimorar a captação e o tratamento desses dados para a construção de interfaces cérebro-máquina.

O pesquisador chegou e preparou os equipamentos de acordo com a luminosidade da sala, pois o experimento seria feito com leds que piscam em determinadas frequências. Os eletrodos são configurados na touca da EEG, a partir do tipo de sinal que quer se captar, de acordo com cada área do cérebro e suas “funções”.

A touca de EEG, como comentado pelo pesquisador, “já está suja, e tem umas que até já passam os sinais por wi-fi, e a gente precisa sofrer desembolando esses fios”. Após desenroscar os pequenos fios que ligam a touca à máquina de EEG, o pesquisador passa para a montagem da “tela”. Essa tela pode ser digital, como um monitor ou televisão, para a exibição da oscilação do led.

Naquele dia, ainda não havia um suporte para segurar os leds. O pesquisador, pensando em alguma forma de apoiá-las, pegou uma caixa de papelão de um dos equipamentos e fez furos para encaixar as lâmpadas. Neste momento, a caixa passa a ser chamada de tela, nela são marcadas as frequências de cada lâmpada para auxiliar na indicação de para onde o “sujeito da pesquisa” deve olhar. Enquanto prepara a tela, o pesquisador diz: “Você diz que a ciência é tudo artesanal, as pessoas não acreditam”.

Após a montagem dos equipamentos, o início da aquisição é anunciado. Nesse momento, há uma concentração, o voluntário e o pesquisador, o qual direciona, se atentam. O pesquisador indica para onde o garoto deve olhar, enquanto ele atende seus comandos olhando em cada momento para um led em uma determinada frequência, com voz baixa e concentrada. O código programado é quem dá o comando ao pesquisador. O que se capta é a

frequência do sinal que aquele led piscante estimula no cérebro.

O sinal captado por meio do eletrodo passa por uma pequena máquina e vai para o notebook, onde é processado – e reduzido a um espectro do que é o sinal constante da corrente iônica dos neurônios – por um programa em MATLAB. Após o encerramento de duas aquisições, o primeiro voluntário fala da dificuldade e do cansaço em ficar parado olhando fixamente para os leds. O pesquisador, em tom de brincadeira e incentivo, diz ao voluntário: “Você acertou todos? Você é uma máquina!” (por não ter errado nenhum comando).

Entre os voluntários, algumas conversas são suscitadas. O pesquisador e sua auxiliar discutem o valor do bandeirão[12]. Expressam como não podem “se preocupar”, nem agir quanto a isso, pois precisam encerrar logo suas pesquisas de doutorado[13]. Demonstram, assim, a demanda exigida pela pós-graduação, a produtividade e a impossibilidade da reflexão e ação em outras atividades.

Após os dois primeiros, fui chamado a ser voluntário. O pesquisador diz: “Você vai ser voluntário, né? Vou pegar um termo de consentimento, pois você é o único que ainda não conhece os riscos do experimento”. Vi, durante a aquisição dos outros, uma enorme concentração e estado de “paralisia”, o que me fez questionar se tudo isso era determinante para o resultado, já que se tratava de uma reprodução das ondas do meu pensamento/imaginação. O pesquisador diz que o teste dura em torno de 15 minutos e para eu “procurar ficar tranquilo, [pois] se você fala ou se mexe faz muito ruído”.

O pesquisador arruma a touca, mede minha cabeça e posiciona os eletrodos para o ajuste, coloca dois fios em

meus pulsos – creio que sejam para o cancelamento de outros sinais elétricos do corpo – e liga as máquinas de captação. Recebo o termo de consentimento, esclarecendo que minhas ondas cerebrais serão “medidas” e que “os dados coletados estarão sob o resguardo científico e o sigilo profissional, e contribuirão para o alcance dos objetivos desse trabalho e para posteriores publicações dos dados”.

O pesquisador diz que alguns riscos não estão expostos ali. Diz que “quem tem intensa fotossensibilidade, epilepsia ou histórico na família não pode ser voluntário”, pois o experimento pode despertar crises. Eu não sabia dizer se havia algum histórico familiar de epilepsia, mas afirmei ao pesquisador que não havia pois gostaria de ser voluntário. Após a afirmação, com um pouco de tensão, e afetado pelo incômodo causado pela luminosidade oscilante, participei do experimento. No fim do processo, o pesquisador disse que poderia me fazer uma demonstração a partir dos meus sinais cerebrais captados. A demonstração pedia que eu olhasse para qualquer uma das lâmpadas e o programa iria “adivinhar” qual delas eu havia direcionado o olhar. De cerca de seis tentativas, a máquina foi capaz de acertar aproximadamente quatro.

A partir desses relatos e explicações, podemos concluir que o processo de coleta de dados, no caso das aquisições e em diversos outros de aplicação para IA, passam por um processo de redução e simplificação. Na aquisição de sinais neurais – onde alguns pesquisadores traduzem como uma “leitura do pensamento” –, o “sujeito da pesquisa” imagina um movimento, ou orienta o olhar, e o sinal emitido é captado e reduzido. Assim, através desse processo, a EEG cria grafias do pensamento, reduzidas e codificadas. Podemos, também, brevemente, equiparar

esse processo, com base em Latour e Woolgar – quando narram a inscrição literária no Instituto Salk – onde alguns aparelhos, como o de EEG no caso do DSPCom, produzem resultados de experimentos em forma escrita, do gráfico das oscilação das ondas cerebrais (1979, p. 44). Os sinais cerebrais são traduzidos em números para a compreensão e aprendizado da máquina. Além disso, tendo em vista todos os processos que estamos retomando, podemos entender que a IA é construída a partir de uma lógica de matematização de naturezas e realidades. “A determinação tecnológica não é o único espaço ideológico aberto pela reconceptualização que veem a máquina e o organismo como textos codificados, textos por meio dos quais nos engajamos no jogo de escrever e ler o mundo”. (HARAWAY, 2009. p. 42).

Em projetos de outros laboratórios, voltados principalmente para o mercado de consumo, percebemos uma redução e matematização de afetos, sensações e emoções. Romis, na entrevista para o Podcast Pão de Queijo, exemplifica a aplicação desse método no Twitter:

E hoje também, essa área de inteligência artificial pode ser estipulada para tentar estimar sentimentos das pessoas ... é uma coisa importante também. Então, imagina um sistema que, sei lá, você pega tweets [...] e tem um algoritmo que pega o texto, processa o texto, e através de exemplos que o algoritmo teve, ele consegue estimar... “Essa pessoa tá feliz, essa pessoa tá triste...” ... Isso existe, é uma análise de sentimentos. Então, imagina que em tempo real, ele pode mexer em conteúdos e ir tornando as pessoas cada vez mais revoltadas, ou torná-las cada vez mais felizes... E, quer dizer, isso numa eleição, por exemplo, pode fazer com que a pessoa no dia ali esteja feliz com o governo, esteja triste com o governo... isso é uma coisa muito perigosa!

Romis comenta o impacto que essas inteligências artificiais podem causar e da “opacidade” de seus algoritmos, que não permitem o acesso e a compreensão lógica desses códigos. O processo de construção dessa caixa-preta ocorre majoritariamente em corporações e empresas. Mas, observo em outros relatos de campo, que, a partir da complexidade das redes neurais com suas diversas camadas, os códigos tornam-se muitas vezes ilegíveis ou opacos.

9 Considerações finais

A partir da etnografia e do aporte teórico, podemos observar diversas perspectivas da IA e da tecnociência no contexto acadêmico. Para conclusão desse artigo, irei revisitar três aspectos abordados acima a fim de suscitar uma discussão mais didática. Retomarei a construção lógica da IA e da tecnociência, o impacto de seus produtos e os métodos para suas construções e desenvolvimentos.

Com o intuito de etnografar o processo de desenvolvimento e a mobilização de métodos de IA no DSPCom, observei que Romis não incorpora como objetivo o modelo hegemônico dos grupos que compõem a pesquisa universitária, como o de produção de tecnologia e inovação voltadas para o registro de patentes e o desenvolvimento de produtos direcionados diretamente ao mercado de consumo. Suas pesquisas objetivam a construção de tecnologias que possam se tornar ferramentas que retornem diretamente à sociedade, não se orientando somente pelas demandas de manutenção do mercado.

Tendo em vista as características principais dos produtos tecnocientíficos após a virada cibernética, a IA ocupa um espaço de destaque como produto promissor

para o desenvolvimento tecnocientífico e ferramenta para o mercado de consumo. A partir de sua capacidade de previsão, mapeamento de problemas, desenvolvimento de soluções e potencial de automação, a IA, entre outras possibilidades, torna-se “vantajosa” para o mercado na substituição de trabalho humano por trabalho maquínico, por exemplo.

Com o intuito de se distinguir em um grupo específico, de produção acadêmica para um legado científico, Romis e outros orientandos no laboratório destacam a existência de uma IA voltada para respostas das demandas do mercado, e outra que refletia mais questões de desenvolvimento cognitivo para a construção de uma inteligência maquínica[14]. Ou seja, uma IA que é produzida, inicialmente, somente enquanto objeto técnico, e outra, através do estudo cognitivo, como potencial de inteligência maquínica e de avanço tecnológico e humano.

Através de uma metáfora espacial, localizo a IA da ferramenta mercadológica em um polo oposto ao da IA desenvolvida como potencial de avanço da inteligência maquínica. Romis se localizaria entre esses dois pólos, utilizando os métodos e modelos do aprendizado de máquina para produção e suporte de demandas sociais, contribuindo teoricamente com sua potência de aprimoramento dos métodos.

Em todos os projetos é designado um objeto central – um problema a ser solucionado – e são coletados dados que o compõem e auxiliam na resolução da demanda. A coleta e manuseio dos dados, a identificação de padrões e a construção de parâmetros são partes essenciais para as bases de um projeto que aplica métodos de IA. E, a partir dos dados coletados para a pesquisa, a máquina – através

da dinâmica algorítmica –, pode aprender. Por meio dos parâmetros construídos, são reconhecidos padrões nos dados fazendo com que a máquina – a partir dos padrões –, aprenda e devolva uma resposta específica.

O modo de aprendizagem das máquinas e sobre as máquinas é uma questão a ser ressaltada. Na realização de um projeto que aplique métodos de IA, é necessário “um estudo do campo” que identifique problemas, colete dados que abrangem aspectos necessários para a resolução, identifique parâmetros e elabore possíveis soluções. Após esse processo, inicia-se o aprendizado da máquina – o modo como a máquina irá aprender a realizar uma função específica, por meio da relação com os dados, padrões e parâmetros escolhidos.

Podemos refletir até essa etapa, o desempenho da função que se espera de um engenheiro. Como dito por Romis, todo engenheiro necessita prever certos aspectos de seu projeto para que, por exemplo, numa construção civil um prédio não venha a cair. Se esperaria de um engenheiro, que constrói máquinas capazes de aprender, a consideração de possíveis desvios no projeto e a criação de soluções antes que se torne um imprevisto.

Apartir de alguns exemplos comentados em campo, percebo que o modo como se lida com dados, padrões e parâmetros nem sempre transparecem segurança. Romis dá exemplos nas entrevistas e no Podcast de vieses que algumas máquinas criam impactando negativamente grandes parcelas da sociedade. Ao mesmo tempo, existem também produtos que não retornam grandes problemas. O que percebo como necessário ressaltar, então, é a ausência no processo de aprendizagem de um método que auxilie no modo como se ensina ou “treine” as máquinas,

também, profissionais que sejam capacitados a avaliar os dados coletados. A Engenharia de Dados é uma área especializada, por exemplo, no aprimoramento da coleta e no estabelecimento de padrões e parâmetros nos dados.

O impacto das inteligências artificiais, principalmente as produzidas em grandes corporações, explicita também uma ausência de uma pedagogia específica para o ensino e treinamento de máquinas. No processo etnográfico, observo que os métodos de seleção de dados, parâmetros e padrões, por mais que tenham base estatística, ainda são muito abertos no que diz respeito a como irão se relacionar e responder ao usuário.

A necessidade percebida de um “estudo de campo” para o entendimento de problemas e a elaboração de soluções, e, a necessidade de previsibilidade de um engenheiro ou desenvolvedor de tecnologias como a IA – para que evite desvios e imprevistos que se tornem prejudiciais aos que recebem a tecnologia – diz respeito à compreensão de contextos, e não somente de conteúdos. Bateson (1998), retoma essa discussão e reafirma essas necessidades como uma premissa nas teorias da cibernética.

De especial interés al respecto es la relación entre el contexto y su contenido. Un fonema existe como tal sólo en combinación con otros fonemas que constituyen una palabra. La palabra es el contexto del fonema. Pero la palabra sólo existe como tal — sólo tiene “significado” — dentro del contexto de la elocución, la que sólo tiene sentido, a su vez, en una relación. La jerarquía de contextos dentro de contextos es universal en el aspecto comunicacional (o “émico”) de los fenómenos y lleva siempre al hombre de ciencia a buscar la explicación en unidades cada vez más amplias. En la física puede (quizá) ser verdad que la explicación de lo macroscópico deba buscarse en lo microscópico. En la cibernética suele ser verdad lo opuesto: sin contexto no hay comunicación.

(BATESON, 1998. p. 275).

Também pude perceber, como o modelo biológico e cognitivo de inteligência e aprendizagem ainda é usado como padrão a ser seguido na área. Alguns pesquisadores o negam como modelo, mas adotam a metáfora dos processos biológicos para a construção de um protótipo maquínico. Creio, na declaração de Romis, que pouco importa para parte da área se as máquinas superaram ou não os atributos do cérebro e de seus processos biológicos.

Para uma perspectiva mercadológica, por exemplo, observo que seja suficiente a eficiência na resolução de problemas. Porém, através de relatos e analogias feitas por Gudwin, pesquisadores no laboratório e Romis em suas explicações, observo que a comparação entre o cérebro e máquina ultrapassam as fronteiras de uma simples analogia. Para profissionais que desenvolvem e aprimoram métodos das inteligências artificiais, percebo que o cérebro e seus processos físico-químicos e biológicos são vistos como potência de ser em uma máquina.

El potencial es una de las formas de lo real, tan completamente como lo actual. Los potenciales de un sistema constituyen su poder de devenir sin degradarse; no son la simple virtualidad de los estados futuros, sino una realidad que los empuja a ser. El devenir no es la actualización de una virtualidad ni el resultado de un conflicto entre realidades actuales, sino la operación de un sistema que posee potenciales en su realidad: el devenir es la serie de acceso de estructuraciones de un sistema, o individuaciones sucesivas de un sistema. (SIMONDON, 2007. p.172).

Neste ponto, entrego a definição da perspectiva de virtual[15] e a abordagem sobre o futuro imaginado dentro

da área. Não só um futuro imaginado de maneira aleatória, mas no processo de construção e de definições da área e de projetos que são executados. As duas perspectivas de IA divididas em campo – mercadológica e cognitiva – fizeram-me observar que para a abordagem mercadológica, além de possível potência de reproduzir os processos biológicos do cérebro numa máquina, os métodos aplicados de IA se tornam um objeto técnico. Enquanto para as perspectivas do cognitivo – tendo como exemplo midiático as correntes filosóficas do transhumanismo e do singularismo – o que mais se ressalta é a máquina enquanto possível modelo de reprodução do cérebro humano. As mídias de divulgação, principalmente voltadas ao mercado, utilizam-se dessa perspectiva para florear os produtos da área, podendo reproduzir ainda mais um imaginário de uma máquina potencialmente inteligente a ponto de alcançar a capacidade cognitiva humana, ou até mesmo superá-la.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Email: mateusvicente97@gmail.com.

NOTAS

[1] Projeto de Iniciação Científica financiado pela FAEPEX/Unicamp, nº 2359/19. Orientado pela Professora Doutora Daniela Tonelli Manica (Lbjor/IEL/Unicamp).

[2] Inteligência Artificial.

[3] Professor e Doutor da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação da Unicamp e membro do DSPCom.

[4] Brain-computer interface.

[5] KOHS, G. AlphaGo. 2017.

[6] https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2018/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined.

[7] Fazendo-a ultrapassar a barreira da etnografia somente enquanto método.

[8] O período corresponde ao mandato de Jair Bolsonaro como presidente da República, o qual tomou posse em janeiro de 2019.

[9] <https://encontroctsunicamp.wordpress.com/>.

[10] Instituto de Tecnologia e Equidade.

[11] PODCAST. Pão de Queijo: Inteligência artificial, aprendizagem de máquina e implicações éticas e sociais. 2019. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/11587003/pao-de-queijo-0>>. Consultado: 20 de janeiro de 2020.

[12] Restaurante universitário da Unicamp.

[13] A Unicamp havia aumentado há pouco tempo o valor da refeição no restaurante universitário. Naquele momento, ocorriam movimentações políticas para a diminuição do valor.

[14] O termo que divide a IA do mercado e a cognitiva surgiu em campo como uma divisão feita por alguns membros do laboratório, inclusive Romis.

[15] Virtualidade. Potência de ser. O que pode estar por vir.

Referências Bibliográficas

BATESON, G. Pasos hacia una ecología de la mente. Buenos Aires, ARG: Lohlé-Lumen. 1998.

BRUNO, F; BENTES, A; FALTEY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: Mercado, ciência e modulação do comportamento. In: Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, RS: PUCRS. 2019.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: Conversações. São Paulo, SP: 34. 1992.

EVANGELISTA, R. A.; KANASHIRO, M. M. “Cibernética, internet e a nova política dos sistemas informacionais”. In: Giuseppe Cocco. (Org.). Gabinete Digital, análise de uma experiência. 1ed.: Corag – Imprensa oficial do Rio Grande do Sul, 2013.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu (5). Campinas, SP: Unicamp. 1995.

HARAWAY, D. O manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX In: Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte, MG: Autêntica. 2009.

IBÁÑEZ, T. La razón científica como dispositivo de dominación. In: Libre pensamiento. Madri: Confederación General del Trabajo. 2015/2016. nº 85.

JAMESON, F. Pós-modernismo: a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. São Paulo, SP: Ática. 1996.

KUCINSKI, B; KEHL, M. R; PINHEIRO, W; SANTOS, L. G. Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo. In: Socialismo em Discussão. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo. 2003.

KURZWEIL, R. Como criar uma mente: os segredos do pensamento humano. São Paulo, SP: Aleph. 2015.

LATOUR, B; WOOLGAR, S. Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro, RJ: Relume

Dumará. 1997. [1979].

LUZ, M. Impactos da tecnociência nos saberes, na cultura da vida e saúde. In: Forum Sociológico [online], 24, 2014. <<http://sociologico.revues.org/1007>>; DOI: 10.4000/sociologico.1007. Consultado: 21 de janeiro de 2020.

MCCARTHY, J; MINSKY, M; ROCHESTER, N; SHANNON, C. A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence. 1955. <<http://www-formal.stanford.edu/jmc/history/dartmouth/dartmouth.html>>. Consultado: 18 de janeiro de 2020.

MONTEIRO, M. Reconsiderando a etnografia da ciência e da tecnologia. Tecnociência na prática. In: Abordagens em ciência, tecnologia e sociedade. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC. 2014. p. 99.

SANTOS, L. G. Politizar as novas tecnologias. São Paulo, SP: 34. 2003.

SIMONDON, G. El modo de existencia de los objetos técnicos. Buenos Aires: Prometeo Libros. 2007.

STRATHERN, M. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo, SP: Cosac Naify. 2014.

ANSEIO PELA INOVAÇÃO EXISTENTE - A EFETIVIDADE DA PSICOLOGIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MEIO JUDICIÁRIO EM BELO HORIZONTE

DÉSIR D'INNOVATION EXISTANTE - L'EFFICACITÉ DE LA PSYCHOLOGIE ET DE L'ASSISTENCE SOCIALE DANS L'ENVIRONNEMENT JUDICIAIRE À BELO HORIZONTE

***Laura Silva Falcão**

Recebido em: 02/08/2020

Aceito em: 22/11/2020

Resumo

Como proposta de colocar em vigor medidas alternativas ao encarceramento, foi estabelecido o Projeto de Audiências de Custódia em Belo Horizonte, Minas Gerais. Uma das alternativas existentes é a liberdade provisória com comparecimento periódico às equipes multidisciplinares, que são compostas por psicólogos e assistentes sociais e fornecem acompanhamento psicossocial ao acautelado. Para entender o funcionamento dessas equipes, foram feitas entrevistas em seus profissionais, além de ter o suporte de dados oriundos da análise de casos de audiências de custódia realizadas nos anos 2015 e 2018 e, também, entrevistas com profissionais do Direito. A partir disso, foi possível perceber a maneira com que as equipes funcionam, a obrigatoriedade inerente nos atendimentos, os fatores que garantem o sucesso da medida cautelar e a falta de parceria entre as áreas do Direito e as áreas das equipes multidisciplinares.

Palavras-chave: Psicólogos, Assistentes sociais, Multidisciplinar, Medidas cautelares, Custódia.

Résumé

Comme une proposition de mettre en place des mesures alternatives à l'incarcération, le projet des Audiences de Garde a été établi à Belo Horizonte, Minas Gerais. L'une des alternatives existantes est la liberté provisoire avec présence périodique aux équipes multidisciplinaires, composées des psychologues et des travailleurs sociaux et qui fournissent un accueil psychosocial. Afin de comprendre le fonctionnement de ces équipes, des entretiens ont été réalisés avec leurs professionnels, en plus de s'appuyer sur des données des analyses des dossiers d'Audiences de Garde tenues dans les années 2015 et 2018, ainsi que des entretiens avec des professionnels du Droit. À partir de là, il a été possible de percevoir le mode de travail des équipes, l'obligation inhérente à l'assistance, les facteurs qui garantissent le succès de la mesure de précaution et le manque de partenariat entre les domaines du Droit et les domaines des équipes.

Mots clés: Psychologues, Travailleurs sociaux, Multidisciplinaire, Mesure de précaution, Garde.

1 Introdução

Como uma proposta de colocar em vigor medidas alternativas ao encarceramento, em agosto de 2015 foi estabelecido o Projeto de Audiências de Custódia na comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal

de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Tais audiências consistem em apresentar as pessoas presas em flagrante ao juiz em um período máximo de 24 horas após sua prisão. Nessa apresentação do preso, são ressaltadas as condições em que a abordagem foi efetuada, a manifestação do(a)

custodiado(a), assim como de um(a) Promotor(a) de Justiça e do(a) ou Defensor(a) Público(a) e, a partir dessa coleta de informações, será decidido sob quais circunstâncias a pessoa deverá aguardar seu julgamento. Poderá ser implementada a Prisão Preventiva ou a Liberdade Provisória e, complementar à essa Liberdade, podem ser aplicadas medidas cautelares adversas à prisão, sendo uma das opções, o acompanhamento de equipes multidisciplinares.

O principal objetivo das equipes multidisciplinares é oferecer assistência ao acautelado como parte da proposta de auxiliar o indivíduo na espera do processo penal utilizando, por exemplo, o acolhimento psicossocial para prevenir altos índices de reincidência criminal. Essas equipes são compostas por psicólogos e assistentes sociais que, por meio de atendimentos em uma certa regularidade (podem ser semanais, quinzenais, mensais, etc.), fornecem acompanhamento psicossocial ao acautelado.

Apesar do objetivo dessa medida cautelar ser o mesmo em todo Estado que a adota, o encaminhamento dos custodiados às equipes multidisciplinares é feito de diferentes maneiras nos diferentes estados brasileiros. De acordo com o site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão [1], por exemplo, todos autuados que passam pela Audiência de Custódia nesse Estado são direcionados ao atendimento com uma psicóloga ou assistente social. As equipes funcionam nesse contexto como uma ferramenta de desenho do perfil do acautelado para que seja feito o encaminhamento a serviços que se encaixem mais às necessidades de cada indivíduo e que seja de mais fácil acesso para tal. Já em Minas Gerais, não são todos os indivíduos que passam pela Custódia que possuem algum

tipo de contato com a assistência psicossocial.

Em terras mineiras, como afirmam os profissionais que trabalham nas equipes, as análises do juiz sobre o custodiado são utilizadas para a decisão de direcionamento às equipes ou não. Os custodiados que demonstram algum tipo de sofrimento mental ou indícios de dependência química, por exemplo, se encaixam no perfil adequado ao direcionamento às equipes multidisciplinares. Além disso, alguns ainda podem ser percebidos como necessitados de contato imediato com essa esfera, sendo assim encaminhados à psicólogos ou assistentes sociais plantonistas do Fórum.

Uma vez conduzidos ao acompanhamento psicossocial como medida cautelar, o direcionamento aos demais serviços ocorre quando, a partir do trabalho dos assistentes sociais e dos psicólogos, a melhor esfera de auxílio é definida. Em certos casos pode ser um abrigo, o CERSAM (Centro de Referência de Saúde Mental), ou até mesmo um curso profissionalizante.

Nesse artigo, tendo as equipes multidisciplinares de Belo Horizonte como objeto de estudo, buscou-se compreender a visão dos psicólogos e assistentes sociais quanto a potencialidade dessa medida cautelar surtir efeitos no seu acolhimento psicossocial perante os custodiados. Assim, foi dado início ao Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Minas Gerais nomeado como “Anseio pela inovação existente – a efetividade da psicologia e da assistência social no meio judiciário em Belo Horizonte”.

2 Metodologia

Essa pesquisa se insere no estágio junto ao CRISP

(Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública) no qual colaborei com a pesquisa “Inovação ou mais do mesmo? As audiências de custódia em Belo Horizonte”, a partir do financiamento da FAPEMIG (APQ 01744-17). A metodologia do estudo original contou com entrevistas feitas com operadores do Direito (promotores, defensores públicos e juízes). A partir de um roteiro semi estruturado foram propostos questionamentos acerca de vários fatores, dentre eles, as condições em que as audiências de custódia são feitas, a maneira com que o encaminhamento é efetuado e a relação do sistema judiciário com as equipes multidisciplinares. Além disso, essa pesquisa conta com duas bases de dados decorrentes do acompanhamento de 825 audiências de custódia realizadas nos anos de 2015/2016 (entre setembro de 2015 e março de 2016) e 380 em 2018 (de abril a junho), todas selecionadas arbitrariamente. A partir desses dados, foi possível traçar o perfil dos indivíduos que foram encaminhados para o acompanhamento multidisciplinar.

De forma complementar à essas análises, tendo em vista o objetivo desse projeto de iniciação científica, durante o mês de abril de 2019, foram feitas três visitas ao local de funcionamento das equipes de atendimento psicossocial na capital mineira reunidas na DFL (Diretoria de Atenção ao Flagranteado), localizado na Rua Além Paraíba, número 31, no bairro Lagoinha. Nesse período, cinco entrevistas semiestruturadas foram realizadas e gravadas nesse local, sendo três delas com psicólogos e duas com assistentes sociais que lá trabalham. Foram propostas perguntas sobre as equipes e as respostas contaram com a contribuição de funcionários não identificados, que foram referidos apenas por números aleatórios e pelo sexo de cada um.

3 Resultados e discussão

Na pesquisa realizada em Belo Horizonte, a percepção da função das equipes multidisciplinares, tanto pelos psicólogos e assistentes sociais, não destoou muito dentre os entrevistados, principalmente quanto à importância da contribuição e da complementariedade das duas profissões ali atuantes. Mesmo tendo um protocolo a ser seguido, cada área fornece algo único: a visão abrangente sobre o indivíduo oferecida pela psicologia, somada à praticidade da assistência social perante as ferramentas de suporte ao indivíduo que o Estado oferece, resulta em uma oportunidade de apoio ao custodiado.

Mesmo perante as diferenças das áreas de conhecimento inseridas na equipe multidisciplinar, é homogênea a percepção de que a combinação de acolhimento, escuta e encaminhamento oferecido por esse serviço, torna tal medida cautelar uma ferramenta fundamental perante a proposta de acolhida do indivíduo. A importância desse atendimento diferenciado aos custodiados é ainda mais exaltada quando são evidenciadas as condições em que esses indivíduos são submetidos pelo sistema prisional. Alguns entrevistados falam mais sobre essa realidade

Porque a pessoa que é presa, que tá enfrentando um processo judicial, ela precisa ser escutada. Porque muitas vezes na frente de um juiz ela não é ouvida porque existe a justiça, existe o processo, existe o advogado para falar por ela, (...). Eles trabalham no ponto de vista mais objetivo (...) Psicologia escuta sem reservas. (Entrevistado 1, homem).

4 Quem são os atendidos?

De forma complementar às análises do relatos, para que se compreendesse melhor a situação do flagranteados, foi considerado o levantamento das características dos indivíduos encaminhados aos atendimentos psicossociais nos anos de 2015/2016 (5,82% dos 825 casos) e no ano de 2018 (22,6% dos 380 casos). O que foi constatado é que a seleção realizada pelo trabalho dos juízes, defensores públicos e promotores foi modificada com o passar do tempo.

A primeira pesquisa realizada pelo CRISP em 2015 e 2016 ressaltou que os casos dos acautelados encaminhados às equipes multidisciplinares constavam uma baixa taxa de apreensão de drogas (12,5%), nenhum possuía algum tipo de antecedente criminal e mais da metade (58,3%) contaram com uma confissão do crime cometido. Já a segunda pesquisa feita em 2018, demonstra um cenário diferente: uma maior parcela de casos contaram com apreensão de drogas (38,37%), a ausência de antecedentes se tornou algo mais raro (apenas 34,9% dos acautelados eram primários) e a taxa de confissão reduziu muito (1,2% confessou o crime cometido).

Porém, apesar dessa mudança, há um perfil comum dentre os acautelados dessa medida cautelar que se mantém desde a implementação das equipes multidisciplinares: a maioria do público ainda é jovem, do sexo masculino e considerado não branco. Assim, apesar do passar do tempo, a mesma faixa populacional continua sendo afetada pelos crimes flagrados.

Essa contínua criminalização de uma parte da população já foi analisada por Kant de Lima em “Ensaio de Antropologia e Direito” (2008). De acordo com Kant de Lima, o autoritarismo somado à necessidade de controle

estatal perante os indesejáveis cria uma realidade perversa no contexto brasileiro mantida pela violência do sistema penitenciário. Assim, as hierarquias sociais são rigidamente mantidas de maneira que mantenha a desigualdade como princípio organizador da sociedade. Esse tratamento, visto pelo estudioso como “modelo de controle social repressivo e moralizante”, sustenta a homogeneidade perante o perfil dos indivíduos considerados criminais.

5 O que é o atendimento interdisciplinar?

Análises psicanalistas afirmam que a audição e o acolhimento são medidas fundamentais em meio à uma proposta de redução de índices de reincidência ao sistema carcerário, como ressaltado por Mizrahi (2017). Uma vez que o contexto brasileiro atual é marcado pela superlotação de prisões e instituições, essas seriam atitudes válidas de serem adotadas perante a população acautelada.

Autores como Kohut e Winnicott ressaltaram que as atitudes de um indivíduo dependem da constituição do seu self, sentimento complexo e conflitante da personalidade de alguém, definido pelos comportamentos gerais ou pela predisposição para se portar de determinada forma (FERREIRA, 1999). De acordo com essa teoria, a subjetividade de cada pessoa depende da relação de suas intenções perante o contexto que a rodeia. Portanto, expressando sua vitalidade e não a tendo atendida, há uma maior tendência de que esse tipo de expressão se torne agressiva.

Dentro do contexto carcerário, Mangabeira (2019) analisou as posturas dos indivíduos reclusos perante as diferentes situações nas quais são submetidas.

Seguindo a lógica de Kohut e Winnicott, o autor pontuou que as manifestações agressivas dos flagranteados são estreitamente atreladas ao ambiente que o cerca e à maneira com que a pessoa é vista. Portanto, a validação das posturas segregadoras e de reclusão propiciam a concretização de posturas que não são aprovadas socialmente.

A “cara de mau”, a atitude agressiva, os possíveis xingamentos e os demais comportamentos são menos efetivações para si, e sim construções para outrem, dentro de um limite de expectativa razoavelmente imposto desde a apreensão do sujeito, e que este próprio pode assumir publicamente ao tornar-se indiferente ao status negativo a ele associado (MANGABEIRA, 2019, p.10).

Nessa lógica, a existência de um ambiente relacional empático tem maior chance de garantir um conflito saudável entre as pulsões do indivíduo e definir, assim, um cidadão inserido à moralidade socialmente aplicada. Portanto, a fragilização de vínculos protetores (muitas vezes proporcionada pelo sistema judiciário, que não se apoia no processo de escuta) não favorece a construção da subjetividade do indivíduo com uma experiência de pertencimento. Esse raciocínio é evidenciado por um trecho de Winnicott em “A capacidade de estar só”: “A presença do outro, sua resposta afetiva, incluindo sua capacidade de reconhecer o que, dolorosamente, me falta, é a base de minha existência. Com ele posso até chegar a reconhecer certas faltas traumáticas, sem cair no abismo do desamparo” (WINNICOTT, 1988).

Assim, os encaminhamentos à reclusão ou ao acautelamento interferem na maneira com que essa expressão pulsional se dará a partir daquele momento. As visões sobre o sujeito como “bandido” que deve ser

segregado do meio social ou como indivíduo passível de contato com o Estado serão primordiais para as condutas futuras do flagranteado. “A prisão ou a liberdade operam como signos que confirmam ou redesigna a vida do sujeito, contudo sempre o classificando e configurando-o a partir do evento considerado dentro da sua arbitrariedade (...)” (MANGABEIRA, 2019).

Essa atenção à visão imposta a cada indivíduo é utilizada em algumas atuações do sistema judiciário hoje em dia. Em caso de crimes de violência doméstica no Brasil, consta na Lei Maria da Penha que devem ser oferecidos cursos, palestras e acompanhamentos psicoterápicos como maneiras de reabilitar e reeducar o agressor. Assim, são proporcionadas a essas pessoas possibilidades de mudanças e, portanto, podem não ser fadados ao descrédito e à designação com indivíduos insuficientes para o convívio em um meio social.

No caso das audiências de custódia, as equipes multidisciplinares oferecem uma maneira diferenciada de acolher o conflito entre pulsões do indivíduo que uma vez resultou em práticas infratoras. Tal forma de acolhimento pode favorecer uma reconstituição do indivíduo sobre sua própria personalidade e, assim, proporcionar uma reflexão maior sobre a expressão de vitalidade que um dia já teve e o levou à ingressão ao Sistema Carcerário. Pautadas nessa lógica, as equipes multidisciplinares foram criadas para que o acautelado recebesse atendimento de profissionais de psicologia e de assistência social. A complementaridade do acolhimento proporcionado por tais áreas, poderia fornecer uma ampla abrangência perante o oferecimento de novas possibilidades ao acautelado e, assim, o possível distanciamento das práticas infratoras.

Porém, com o passar do tempo a demanda foi aumentando e, com isso, o espaço foi se tornando insuficiente para suprir a necessidade dos atendimentos, assim como a quantidade de profissionais da equipe. Dessa forma, hoje os flagranteados têm contato com apenas um profissional, realidade que afeta a qualidade do acompanhamento psicossocial proposto pela medida cautelar.

Uma situação que ainda agrava essa realidade é a existência dos atendimentos sem demanda. Isso pode se dar por dois motivos. O primeiro consiste nas ocasiões em que a pessoa não tem o perfil mais adequado para atuação das equipes, portanto, não houve um discernimento adequado na análise do juiz no momento do encaminhamento pelo sistema judiciário.

Eles [profissionais do sistema judiciário] acham que [...] a equipe multidisciplinar vai conseguir resolver tudo. Mas tem essas pessoas que já tão resolvidas e não precisariam ser direcionadas para aqui. Qual a lógica do judiciário, eu não sei. (Entrevistado 2, mulher).

Como levantado pelo relatório “Implementação das Audiências de Custódia no Brasil: Análise de Experiências e Recomendações de Aprimoramento” feito pelo Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início do ano de 2016 os encaminhamentos aos acompanhamentos psicossociais no Brasil ainda eram considerados tímidos. Esse fato, de acordo com as percepções da autora Paula R. Ballesteros, poderia advir da falta de conhecimento necessário pelos operadores do Direito sobre as redes de atendimento.

De acordo com alguns relatos, essa é uma prática mais comum dentre os juízes plantonistas, que trabalham em fins de semana e feriados e que não possuem o devido contato com o trabalho das equipes. Os entrevistados reafirmaram as análises de Ballesteros (2016) de que, realmente, os plantonistas não possuem conhecimento do que consistem as equipes multidisciplinares e, por isso, fazem o encaminhamento inadequado.

O segundo motivo se resume aos casos de que a demanda já foi suprida, ou seja, não há mais a necessidade do contínuo comparecimento do indivíduo aos atendimentos. De acordo com os entrevistados, nessas situações é seguido o protocolo de comunicação ao juiz por meio de ofícios e requerimentos de suspensão da medida cautelar, porém, o retorno desses comunicados não ocorre de forma rápida e eficaz. Assim, uma porção dos acautelados que frequentam a DFL não deveria continuar tendo esse compromisso, mas, devido à demora de resposta dos operadores do sistema judiciário perante os requerimentos dos profissionais das equipes, essa obrigação é mantida. Alguns profissionais entrevistados se queixam sobre essa realidade

Já cansamos de pedir revogação nas varas (...) e a gente não tem notícias. Encaminha para a defensoria pública e também não tem notícia. No meu ponto de vista, essas pessoas já cumpriram a penalidade. Tenho caso aqui de quatros anos. (Entrevistado 3, mulher).

6 Os atendimentos: como ocorrem e como são vistos pelos profissionais das equipes?

Durante o trabalho de observação, foi possível constatar diferenças na maneira que cada atendente realiza seu acompanhamento, já que sua concretização depende

muito da visão de cada profissional. Há relatos destoantes entre os entrevistados sobre, por exemplo, manter a porta fechada ou aberta, acolher a família do custodiado ou não e, também, acerca da vertente abordada nos atendimentos - puramente social ou social acompanhada de clínica.

Dentro dessa concepção, há também a interferência da singularidade do custodiado perante o sucesso do processo de ressocialização de tal indivíduo. De acordo com relatos da maioria dos entrevistados, a excelência do atendimento depende muito da maneira que o acautelado vê essa medida cautelar: se não for o desejo do flagranteado ser auxiliado, esse processo não será concretizado da maneira adequada.

Eu não trabalho com essa ilusão que a maioria vai querer mudar. Tem toda uma estrutura por trás... O dinheiro do tráfico. Às vezes eles falam: 'Eu vou trabalhar para ganhar um salário mínimo? Se ali na biqueira em uma hora eu tiro isso.' (...) São pessoas que aprenderam isso... A família tá toda envolvida, como que você não vai crescer nisso? (...) (Entrevistado 3, mulher).

Alguns entrevistados usaram o termo “efeito formiguinha” para qualificar essa situação, ou seja, a excelência das equipes é vista como atingida quando se consegue auxiliar um indivíduo dentre o vasto público acompanhado. “(...) a gente trabalha com efeito formiguinha, né? Se a gente ajudar uma pessoa nosso trabalho já tá válido.” (Entrevistado 1, homem)

Essa realidade foi utilizada também para justificar os índices de reincidência e de descumprimento das medidas apontadas pelos juízes. De acordo com alguns entrevistados, não seguir o que foi implementado pelo sistema judiciário e não valorizar a oportunidade de

apoio que foi oferecida pelas equipes são decisões muito influenciadas pelo ambiente social em que o indivíduo foi criado e a realidade na qual foi inserido, por isso são índices complexos de serem aprimorados apenas pela ação das equipes.

Uma coisa que impacta muito na reincidência e a gente tá cansado de saber são as condições sociais. São precárias, né? (...) Entende como que teria que trabalhar estrutura de governo também? (...) Não tenho nem como te falar de reincidência, por que aí entra o desejo dele. A reincidência pode diminuir à medida que aquela pessoa escolha a opção ou valorize mais o caminho reto, vamos dizer. (...) Quando ele vê ali uma outra possibilidade de vida, com certeza ele não vai reincidir. (...) (Entrevistado 4, mulher).

Uma das sugestões apresentadas para aprimorar esse ponto foi a aproximação das equipes multidisciplinares perante a educação. Alguns estudiosos veem o acolhimento psicossocial como o oferecimento de uma nova perspectiva ao jovem inserido em uma situação de risco.

Alguns estudos (Branden, 1998; Garmezy & Masten, 1994) consideram que a presença de características individuais, tais como auto-estima positiva, autocontrole, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível; apoio afetivo na família, como coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte; e, apoio do meio ambiente externo, promovido por pessoas significativas, como escola, igreja, grupos de ajuda são importantes fatores de proteção para o desenvolvimento integral. (...) O senso de pertencimento juntamente com o de identidade psicossocial também tem sido identificado em outras pesquisas com jovens em situação de risco como fundamental fator de proteção (Amparo, Biasoli-Alves, & Cárdenas, 2004; Biasoli-Alves, Amparo, Cardenas, Bisinoto, & Santana, 2005) (AMPARO et al, 2007, p. 89).

A inserção da assistência social no meio educacional poderia dar início à chamada de educação comunitária, sendo mantida por encaminhamentos e acompanhamentos das comunidades. Assim, estratégias podem ser adotadas para lidar com grupos de pessoas a partir das características culturais, sociais e políticas de cada um. “[A educação comunitária é] (...) um campo teórico de princípios e hipóteses que pretendem enfrentar a realidade de pobreza e de pobreza extrema da América Latina. Permite explorar novas estratégias de ação educativa e cultural tendentes à transformação da realidade (...)” (SIRVENT, 1984, p. 36).

A psicologia, por sua vez, teria o papel fundamental de escuta e acolhimento dos jovens. Essa ferramenta auxiliaria na construção de um ambiente empático e acolhedor que, de acordo com Winnicott (1988), é um ponto importante para a constituição do self do indivíduo e, conseqüentemente, para a sua adequação ao meio social em que vive. Nessa lógica, o cuidado com a perspectiva mental dos adolescentes é extremamente importante perante a possibilidade de futura ingresso ao sistema judiciário, inclusive podendo ser recolhido ao cárcere provisoriamente.

A relação entre os acautelados e os profissionais das equipes se baseia em mais uma premissa: a noção de obrigatoriedade que pode ser transmitida aos flagranteados, uma vez que o comparecimento aos atendimentos é algo estabelecido pelo juiz e, se for descumprido, pode acarretar consequências negativas ao indivíduo, inclusive a decretação da prisão. Nessa lógica, foi proposto um questionamento aos assistentes sociais e psicólogos entrevistados sobre a obrigatoriedade dessa

medida. A maioria dos profissionais acredita que consiste em uma imposição já que, quando há o descumprimento, o acautelado pode ser penalizado por tal conduta, inclusive podendo ser recolhido ao cárcere provisoriamente.

Mas, por exemplo, quando ele [o juiz] dá alvará de soltura, ele dá que tem que comparecer à equipe psicossocial da DFL, é uma medida cautelar, é uma obrigação. Quando ele descumpra essa obrigação, ele cai em descumprimento e aí quando ele for julgado ele pode ter uma restrição de liberdade, um mandato de prisão, por exemplo. É uma obrigatoriedade. É uma condição que ele tá dando àquele acautelado em substituição da prisão e por isso foi liberado para ele o alvará de soltura, para que ele cumpra com aquelas obrigações. (Entrevistado 4, mulher).

Essa noção interfere diretamente na maneira com que o acautelado se posiciona perante a oportunidade de acompanhamento psicossocial. O mesmo ocorre com a visão do flagranteado sob o possível caráter punitivo intrínseco à essa medida cautelar.

7 O acompanhamento multidisciplinar é uma opção ao encarceramento provisório?

As decisões dos juízes, promotores e defensores públicos atuantes nas Audiências de Custódia em implementarem medidas cautelares não são condenações, mas sim, uma forma de substituir a prisão provisória até que seja dada a sentença final. Apesar disso, essas são implementações que se pautam em decisões judiciais e, por isso, carregam um caráter obrigatório muitas vezes assemelhado a um caráter punitivo. Sobre essa situação, foi proposto um questionamento aos profissionais e foi constatado um consentimento de que os atendimentos das

equipes multidisciplinares não consistem em uma forma de punição. São uma proposta de acolhimento perante as variadas formas punitivas existentes no sistema, sendo elas, por exemplo, a privação de liberdade e as tornozeleiras eletrônicas. “A assistência tem uma força natural, e tem que ser, de proteção. E a outra [tornozeleiras eletrônicas] tem uma força natural de repressão.” (Entrevistado 5, homem).

Graças a essa lógica, os profissionais das equipes afirmam a importância de atuar no processo de dissociação do ambiente das equipes com o ambiente do judiciário. Assim, os acautelados podem visualizar o atendimento psicossocial de acordo com a sua proposta: uma forma de acolhimento e que não se adequa ao contexto de repressão jurídico. Essa diferença de perspectiva é salientada por um dos entrevistados

(...) a pessoa que é presa, que tá enfrentando um processo judicial, ela precisa ser escutada. Porque muitas vezes, na frente de um juiz, ela não é ouvida porque existe a justiça, existe o processo, existe o advogado para falar por ela, (...). Eles trabalham no ponto de vista mais objetivo (...) o crime é uma figura social. Tem perguntas mais amplas a serem questionadas. (...) Psicologia escuta sem reservas. (Entrevistado 1, homem).

Tal atuação de desvinculamento da imagem dos psicólogos e assistentes sociais com a postura do juiz é colocada em prática perante o público considerado apto aos atendimentos psicossociais. É evidenciado que, na verdade, o acolhimento psicossocial é uma estratégia de ajudar os flagranteados a superar suas vulnerabilidades e, dessa forma, construir trajetórias distintas daquelas que culminaram na prática infratora e na audiência de custódia.

8 Dilemas e desafios do serviço

O desafio a respeito da dificuldade de comunicação entre as equipes multidisciplinares e o sistema judiciário foi levantado pelos psicólogos e assistentes sociais. Tal situação também foi ressaltada por trechos coletados de entrevistas feitas com promotores (as), juízes (as) e defensores (as) do sistema judiciário de Minas Gerais pelo Projeto de Pesquisa “Inovação ou mais do mesmo? As Audiências de Custódia no sistema de justiça de Belo Horizonte” do CRISP de monitoração das Audiências de Custódia. Os relatos evidenciam como alguns operadores do Direito não conhecem o funcionamento das equipes, apesar de direcionarem acautelados para essa ferramenta do Estado

Eu não conheço o trabalho, o nome eu acho interessante. O nome. Mas eu não conheço. (Operador do Direito 1, homem).

(...) eu não conheço essa equipe mesmo. Minha colega que trabalha lá de segunda a sexta que me deu essa dica, que falou que quando for morador de rua, que poderia pedir, que eles tão tentando fazer um trabalho sério e tal. (Operador do Direito 2, mulher).

Apesar desses fatos, a percepção dos profissionais das equipes é de que a medida cautelar é valorizada e reconhecida pelos profissionais do Sistema Judiciário de Belo Horizonte. Os psicólogos e assistentes sociais entrevistados, ressaltaram que o contato que possuem com juízes e promotores por meio de reuniões, cursos e pelos plantões semanais das equipes no Fórum é satisfatório. Tais plantões garantem que, por meio de uma escala, os funcionários das equipes se organizem de forma que haja

um profissional para receber e acolher os acautelados que os juízes julgam como necessitados de atendimento imediato.

A medida que a gente estreitou o laço com o judiciário permitiu a gente entender até onde eles podem ir, até onde a gente pode ir. E eles também entenderam isso, como que funcionava aqui dentro (...). (Entrevistado 2, mulher).

Essa diferença entre os relatos de operadores do Direito e profissionais da equipe pode ressaltar um desvinculamento maior do que se imagina entre essas áreas. Tal teoria pode ser sustentada ainda pelo fato de que, em alguns casos, foi perceptível a dificuldade de explicação pelos entrevistados sobre a lógica de funcionamento do sistema judiciário. Portanto, esse pode ser um ponto muito mais abrangente do que visto pelas interpretações dos psicólogos e assistentes sociais entrevistados.

A articulação entre as áreas do Sistema Judiciário deve ser mais valorizada, como salienta um entrevistado: “Isso aqui funciona. Basta se articular aí com os aparelhos do Estado, sem eles a gente não consegue. Aqui é tudo separado.” (Entrevistado 5, homem).

Tal realidade pode advir de um ponto recorrente ressaltado pelos profissionais: a mudança que as equipes sofreram desde sua criação. Quando as audiências de custódia foram implementadas em Belo Horizonte (no ano de 2015), o prédio em que essa medida cautelar funcionava (que condiz com o prédio atual) reunia também serviços do sistema de justiça, como juízes, promotores e defensores públicos. Como trabalhavam próximos fisicamente, a articulação estabelecida era diferente da vigente hoje.

Uma vez que as comunicações diretas ocorrem

em momentos específicos e não mais diariamente, um dos entrevistados analisou o quanto a burocracia aumentou e prejudicou a proposta de praticidade inclusa à lógica do acompanhamento psicossocial.

Imagina se tivesse a audiência de custódia aqui dentro como era há 4 anos atrás. Eu ia ali e conversava com o juiz. Eu levava o custodiado ali para conversar com a promotora. (...). (Entrevistado 5, homem).

Esse mesmo entrevistado avalia que isso se deu pela falta de sustentação do Estado perante a proposta de articulação entre as esferas: “A parte que o Estado deveria cumprir ele não visou, estão os parceiros foram desarticulando.” (Entrevistado 5, homem).

Esse distanciamento entre parceiros foi foco de crítica entre os entrevistados sob outro âmbito também. Os profissionais sentem muita falta de parcerias externas para que os encaminhamentos dos custodiados sejam feitos além de esferas estatais. Hoje, a equipe se restringe à possibilidade de direcionar os flagranteados interessados à uma modalidade de curso profissionalizante que, apesar de proporcionar ótimos resultados para aqueles que começam a estudar, não é o suficiente para suprir toda a demanda encaminhada às equipes.

O trabalho, uma vez visto como uma prática produtiva, proporciona uma condição digna ao indivíduo laboral

Adquire uma dimensão cidadã, o trabalho, na medida em que trabalhar depende diretamente da formação das penas, não apenas quanto aos aspectos técnicos, que tornam o homem meramente capaz de reproduzir coisas, mas também em relação aos aspectos sociais, formadores, que trazem ao ser humano uma capacitação crítica em relação

ao todo que o cerca, incluindo o trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p. 46).

Assim, a ocupação oferecida por parceiros do acolhimento psicossocial interfere na qualidade dos atendimentos, nas oportunidades dadas ao indivíduo para que a reincidência seja evitada e, sendo assim, no êxito das equipes multidisciplinares como medidas cautelares em Belo Horizonte.

Porém, a necessidade de mudança não se restringe a esse fator. Apesar de ter sofrido melhoras com o tempo, o sistema ainda não provê todas as adaptações perante as necessidades das equipes. Há uma evidente demanda de maior mão de obra no acompanhamento psicossocial, porém, além da limitação financeira definida pelo controle de gastos públicos, nem mesmo o espaço em que trabalham pode acomodar novos profissionais.

Essa é uma necessidade que requer maior atenção, uma vez que numerosos relatos das entrevistas exaltam o quanto um direcionamento adequado pode influenciar positivamente no progresso do indivíduo, principalmente quanto ao direcionamento ao mercado de trabalho. O seguinte trecho de uma das entrevistas feitas demonstra justamente o caráter modificador que o acompanhamento psicossocial e a impotência sentida pelos profissionais em oferecer mais aos acautelados

O que eu gostaria é que a gente tivesse parceria com empresas pra gente ter onde encaminhar para o trabalho. A gente vê assim, casos que a pessoa consegue trabalho com as empresas e as pessoas mudam de vida pelo trabalho. Às vezes, estão em cumprimento com a medida e conseguem trabalho e a gente vê uma possibilidade de mudança muito grande. (Entrevistado 3, mulher).

9 Conclusão

Por meio das ideias levantadas no âmbito da pesquisa “Inovação ou mais do mesmo? As Audiências de Custódia em Belo Horizonte” e pelas entrevistas efetuadas com profissionais das áreas de conhecimento envolvidas na medida cautelar em questão, é possível compreender a situação atual das equipes multidisciplinares. A partir disso foi analisado que, apesar dos profissionais inseridos em tal medida constatarem que os objetivos das equipes estão sendo alcançados, sua prática não está sendo feita da melhor maneira possível: as equipes ainda enfrentam a sua falta de ingressão total como aparato do Sistema Judiciário e o desconhecimento de alguns profissionais sobre seu funcionamento.

A reinserção do acautelado ao meio social e a prevenção à reincidência são os reais alvos de toda a articulação entre as áreas do Direito, da Psicologia e da Assistência Social. Porém, essas metas acabam sendo prejudicadas quando a prática multidisciplinar engloba apenas parte dos profissionais inseridos nesse sistema. Assim, é possível crer que a segregação entre as equipes que trabalham por um mesmo objetivo torna esse interesse comum mais distante de ser alcançado.

Além disso, essa medida não poderia garantir uma mudança na situação social sem o apoio de outras ferramentas estatais. Interferências diretas no modo de vida do cidadão, como um contato precoce com as áreas da Psicologia e da Assistência Social, poderiam auxiliar nesse processo. Essa base somada à maior assistência ao sistema multidisciplinar das equipes trariam melhorias eficazes para a população.

Portanto, como foi ressaltado, muitos profissionais do Direito vêem essa medida cautelar de uma forma que não cabe à realidade. Assim como existem os encaminhamentos incorretos, há também a imposição de um peso ao acolhimento psicossocial que tal acompanhamento não suporta sozinho. Nessa lógica, há a necessidade de intervenções externas para que o objetivo dessa medida cautelar seja alcançado.

Dessa forma, a lógica psicossocial perante o acolhimento das equipes e também outras ferramentas do Estado deve receber maior atenção como um aparato válido contra a superlotação dos institutos carcerários que, por sua vez, não possuem acesso ao acolhimento oferecido pelas equipes multidisciplinares. Portanto, enquanto todo o amplo contexto social não ser reestruturado perante as bases psicossociais existentes em várias ferramentas estatais, essa medida cautelar não se concretizará quanto ao seu potencial de reinserção social e, conseqüentemente, o Brasil não abandonará tão cedo seu posto de terceiro país com maior população carcerária do mundo (ISTOÉ, 2017).

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais Email: laurasfalcao@outlookcom.

NOTAS

[1] <https://tj-ma.jusbrasil.com.br/noticias/161979842/audiencia-de-custodia-e-realidade-no-judiciario-maranhense>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Mônica. O trabalho do Serviço Social na Educação: Democratizando as relações pela conquista da cidadania. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_educacao.pdf. Acesso em: 6 de nov. de 2019.

AMPARO, Deise et al. A Escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco: Perspectivas educacionais de jovens. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282321824006.pdf>. Acesso em: 6 de nov. de 2019.

Audiência de custódia é realidade no Judiciário maranhense. JusBrasil, 2015. Disponível em: <https://tj-ma.jusbrasil.com.br/noticias/161979842/audiencia-de-custodia-e-realidade-no-judiciario-maranhense>. Acesso em: 18 de mar. de 2020.

BALLESTEROS, Paula. Implementação das Audiências de Custódia no Brasil: análise de experiências e recomendações de aprimoramento. Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2016.

Cursos de responsabilização são oferecidos aos homens processados pela Lei Maria da Penha. 2014. Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/140495077/cursos-de-responsabilizacao-sao-oferecidos-aos-homens-processados-pela-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 13 de dez. de 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua brasileira. 3 ed.

KANT DE LIMA, Roberto. Ensaios de Antropologia e de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MANGABEIRA, Clark. Em um dia qualquer: violência, simpatia e carisma pelastramas das audiências de custódia em Cuiabá. Rio de Janeiro: Interseções, v. 21 n. 1, p. 129-146, abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/42306/29408>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

MIZRAHI, Beatriz. Winnicott, Kohut e a teoria da intersubjetividade: uma psicanálise do pertencimento frente à precariedade contemporânea dos vínculos. Rio de Janeiro, janeiro de 2017.

REVISTA ISTOÉ. População carcerária no Brasil já é a terceira maior do mundo. Disponível em: <https://istoe.com.br/populacao-carceraria-no-brasil-ja-e-terceira-maior-do-mundo/>. Acesso em: 08 de mar. de 2020.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte- americana. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4781280.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

SIRVENT, Maria Teresa. Educação Comunitária: a experiência do Espírito Santo. São Paulo, 1984.

ANTROPOLOGIA DOS MEDICAMENTOS: O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS NO BRASIL

ANTROPOLOGÍA DE LOS MEDICAMENTOS: EL ESTADO DEL ARTE DE LA INVESTIGACIÓN EN BRASIL

***Ana Cláudia Camargo**

Recebido em: 12/10/2020

Aceito em: 15/11/2020

Resumo

Este trabalho é uma revisão bibliográfica da produção antropológica brasileira sobre medicamentos nas últimas duas décadas, analisando as áreas de interesse dos autores e discutindo o próprio conceito de “medicamentos”. Foram analisados 25 artigos publicados em periódicos de “estrato superior” da avaliação Qualis da CAPES atualizados em 2019, além de dois periódicos interdisciplinares com foco em saúde. Embora sejam geralmente estudados pelas “hard sciences”, a antropologia nos lembra que os medicamentos se tratam de objetos cujo princípio não se dissocia do plano simbólico que perfaz a cultura. Os resultados encontrados sugerem que, embora ainda existam lacunas teóricas, parece haver no Brasil um número crescente de pesquisas sobre medicamentos.

Palavras-chave: Antropologia; Medicamentos; Revisão bibliográfica.

Resumen

Este trabajo es una revisión bibliográfica de la producción antropológica brasileña sobre medicamentos en las últimas dos décadas, analizando las áreas de interés de los autores y discutiendo el concepto mismo de “medicamentos”. Se analizaron veinticinco artículos publicados en las revistas de evaluación Qualis de CAPES actualizadas en 2019, además de dos revistas interdisciplinarias centradas en la salud. Aunque generalmente son estudiadas por las “ciencias duras”, la antropología nos recuerda que las medicinas son objetos cuyo principio no puede disociarse del plano simbólico que configura la cultura. Los resultados encontrados sugieren que, aunque todavía existen lagunas teóricas, parece haber un número creciente de investigaciones sobre medicamentos en Brasil.

Palabras-clave: Antropología; Medicamentos; Revisión bibliográfica.

1 Introdução

Esta revisão bibliográfica tem o objetivo de apresentar o que se tem produzido sobre medicamentos na antropologia brasileira nas últimas duas décadas, mapeando as áreas de atuação dos antropólogos focados neste tema e discutindo o próprio conceito de “medicamentos”. De acordo com Alice Desclaux (2006: 113), esses “produtos farmacêuticos industriais” têm sido uma preocupação

relativamente recente na história da disciplina, ganhando destaque na antropologia médica somente ao longo da década de 90.

Ao final de 2006, foi publicada no Brasil uma das primeiras contribuições de revisão de literatura diretamente focada na Antropologia dos Medicamentos (DESCLAUX, 2006). O texto originalmente foi recebido

pelo periódico em francês, mas sua tradução para português, feita pela Profa. Rejane Jacqueline de Queiroz Fialho Taillefer, foi um primeiro movimento favorável que tornou o tema mais acessível para o público brasileiro. O artigo carrega em seu título – “O Medicamento, um objeto de futuro na Antropologia da Saúde” – uma ideia promissora de inovação referente à temática, mas também da importância dos medicamentos enquanto campo de pesquisa antropológica. O trabalho conta com uma vasta apresentação bibliográfica do que se tinha produzido sobre o tema até então – ainda que sejam citados majoritariamente autores de tradição inglesa e francesa. Ao final do trabalho, Desclaux (2006) ressalta que

A contribuição que a antropologia brasileira poderá trazer para a análise destas questões será amplamente apreciada, porque os esforços dos atores do sistema de atendimento brasileiro em favor de acesso igualitário aos medicamentos são reconhecidos no plano internacional e os efeitos sociais e culturais desta política não foram totalmente descritos (2006: 126).

Passados seis anos deste apelo, em 2012, o Dossiê temático “Antropologia e Medicamentos” foi publicado na R@U, Revista de Antropologia Social dos Alunos PPGAS-UFSCar. Grande parte dos trabalhos que compuseram o dossiê, são derivações de apresentações feitas no Grupo de Trabalho “Antropologia e Medicamentos”, o primeiro com este tema no âmbito dos eventos da área, realizado na Reunião de Antropologia do Mercosul de 2011, em Curitiba [1]. O dossiê publicado na R@U era constituído por cinco artigos singulares e criativos, que continham desde pesquisa em contexto indígena (DIEHL e ALMEIDA, 2012), à relação humanos e não humanos

(SEGATA, 2012) e voltados à teoria antropológica (MANICA, 2012; MARRAS, 2012). Composto o dossiê, também havia uma revisão de literatura a respeito de medicamentos (CASTRO, 2012), na qual a autora apresenta um resgate de quatro principais abordagens teórico-metodológicas, pareando-as para comparar como cada uma trabalha a categoria medicamento. Seja a partir de uma perspectiva biográfica, econômica, processual ou ligada à antropologia da técnica, a antropóloga Rosana Castro nos ilumina acerca de possibilidades de análise das relações e representações dadas aos medicamentos em seus mais diversos contextos de pesquisa (CASTRO, 2012). Além dos cinco artigos originais, é publicada uma tradução de Pignarre, que mais uma vez nos aproxima de uma Antropologia da Saúde empreendida na França, e uma breve abertura escrita por Rogério Azize (2012). Nela, o autor reforça a necessidade do olhar qualitativo, social e reflexivo acerca dos significados colocados nos medicamentos, pílulas e remédios. Para o antropólogo, há um gap entre o tema e as áreas das ciências sociais e humanas, que muito têm a contribuir.

Assim, a urgência da Antropologia voltar sua atenção para a temática dos medicamentos se dá por diversos motivos, articulados de diferentes formas pelos autores citados acima. Opto por resumir e compilar alguns dos principais argumentos aqui: I) os medicamentos não devem ser apenas estudados pelas “hard sciences”, visto que também são repletos de significados sociais e culturais; II) a base terapêutica da medicina moderna é alopática e a centralidade dos fármacos nos processos de saúde e doença no Ocidente é inegável; III) processos de fluxo, globalização, mas também de economia, ciência

e ética podem ser discutidos a partir das pesquisas em medicamentos.

Desse modo, um balanço bibliográfico sobre o tema dos medicamentos na Antropologia tem tanto uma função descritiva do que se tem produzido nos últimos anos, apontando para as áreas de interesse dos pesquisadores que publicam no Brasil, mas também de indicar lacunas e hiatos que ainda merecem atenção. Em conjunto com estes trabalhos indicados acima, a presente pesquisa também pode servir como uma breve apresentação teórica das contribuições da Antropologia para interessados de outras áreas de conhecimento. Por fim, balanços bibliográficos não deixam de ser instrumentos que, ao resgatar a literatura sobre um tema específico, valorizam o que foi produzido, facilitam uma linha argumentativa cronológica, assim como (re)aquecem e enriquecem a discussão proposta.

2 Passos metodológicos para a busca bibliográfica

O presente artigo foi feito com base na avaliação Qualis da CAPES atualizada em 2019. Do documento, foram selecionados 40 periódicos de Antropologia latino-americanas considerados de “estrato superior”, ou seja, de classificação A1, A2 e B1. Posteriormente, também foram adicionadas duas revistas brasileiras interdisciplinares, sendo elas *Ciência & Saúde Coletiva* e *Saúde e Sociedade*. Essas duas revistas foram escolhidas por contarem com ampla contribuição de autores antropólogos. Isso foi necessário por conta da quantidade de trabalhos relativamente baixa encontrados nas revistas que têm a Antropologia como “área-mãe”. Por esse motivo, dessas duas últimas revistas, os textos foram selecionados sob

a condição de serem da Antropologia. Os textos foram buscados diretamente na página virtual de cada revista, e também na plataforma Scielo – para quem nela está – adotando os seguintes unitermos: “medicamento”, “remédio”, “droga”, “farmácia”, “fármaco”, “indústria farmacêutica”, “medicação”, “medicalização”. A depender da nacionalidade do periódico, a busca também era feita com os termos em espanhol e inglês.

A primeira dificuldade na busca foi de cunho conceitual. Ao buscar os unitermos citados, sobretudo a palavra “remédio”, eram encontrados textos sobre curas naturais, plantas, valor terapêutico da água, medicinas indígenas como Ayahuasca e Kambô, Ayurveda, entre outros. Para me ajudar nesse sentido, adotei como critério de seleção textos que tratassem de medicamentos seguindo a definição de “Pharmaceuticals” de GEEST (2018), que também discorreu brevemente sobre o problema

“Fármacos são substâncias fabricadas industrialmente para diagnosticar, tratar ou prevenir doenças ou regular a fertilidade. Eles são produzidos de várias formas, como comprimidos, cápsulas, pós, fluidos, sprays, vacinas e pomadas. O termo “remédios” é comumente usado como sinônimo de “fármacos”, mas há uma diferença significativa: o primeiro abrange substâncias corretivas em qualquer tradição médica, enquanto o segundo é restrito aos medicamentos produzidos industrialmente na tradição biomédica. O termo é, portanto, conveniente para excluir medicamentos não biomédicos, como ervas, amuletos, e objetos sagrados de discussões em antropologia médica, sem parecer excessivamente etnocêntrico.” (2018:1) (tradução livre da autora). [2]

Opto por utilizar a definição de “fármacos” dada por GEEST (2018) para compreender o que se entende por “medicamentos” na presente pesquisa. Feito este primeiro

recorte, também foi necessário avaliar quais os textos tinham os medicamentos como tema principal. Havia textos variados sobre envelhecimento, demência, interrupção da gestação, uso recreativo de drogas, infecções sexualmente transmissíveis e outros sobre a prática médica, mas também acerca da judicialização e análises mais amplas sobre o SUS. Visto que havia uma grande abrangência temática e por questões de viabilidade, estes foram retirados da lista, de forma que foram priorizados textos com enfoque nos medicamentos.

Após passar por diversas modificações – a lista crescia e decrescia constantemente – o documento bibliográfico final continha 25 textos. Esses trabalhos foram publicados nos seguintes periódicos: “Amazônica”, “Revista de Antropologia”, “Anuário Antropológico”, “Horizontes Antropológicos”, “Campos”, “Cadernos Pagu”, “Vibrant”, “Mana”, “Sociedade e Cultura”, “Ciência & Saúde Coletiva”, “Saúde e Sociedade”. A ideia inicial do trabalho era fazer uma revisão bibliográfica de textos publicados em revistas de toda a América Latina, de forma que revistas como “Antípoda”, “Revista Colombiana de Antropología”, “Panorámicas”, “Boletín Antropológico”, “Anales de Antropología”, entre outras, também foram pesquisadas. Nessas revistas, entretanto, nenhum dos textos encontrados se adequava ao conceito de medicamento discutido acima por GEEST (2018) e utilizado como critério na seleção deste artigo. A falta de textos publicados com essa temática em outros países é um dado interessante que será analisado com mais atenção no final deste trabalho.

Para organizar o artigo, os 25 artigos analisados foram divididos em três sessões, respeitando a ordem

cronológica de publicação: a primeira seção, que apresenta 5 artigos, publicados entre 2002 e 2008; a segunda seção, que apresenta 10 trabalhos, publicados entre 2011 e 2015 e, finalmente, a terceira seção, que apresenta 10 textos, publicados entre 2016 e 2019. Em seguida, faço um apanhado analítico das questões mais proeminentes nos trabalhos apresentados, tentando conectá-las à sua data de publicação, buscando lacunas e, sobretudo, agrupando-os em temáticas, de forma que seja possível pensar em tendências entre os estudos sobre medicamentos na antropologia no contexto aqui proposto.

3 Apresentação dos textos (2002 - 2008)

Stelio Marras (2002), antropólogo vinculado à Universidade de São Paulo (USP), publica na Revista Campos uma pesquisa teórica e bibliográfica fundamentada em autores internacionais como Bruno Latour, Philippe Pignarre e Michel Foucault. Com uma reflexão voltada inicialmente para os “nascimentos” dos medicamentos (os laboratórios), o autor lança questionamentos em relação à tradicional divisão entre natureza versus cultura neste contexto, colocando-a em outros termos: o da ciência versus placebo. O autor argumenta que a ciência ocidental, episteme da cosmologia moderna como um todo, é sustentada por meio de um pensamento biologizante, que opera colocando o ser humano, a doença, seus diagnósticos e suas causas nessa lógica naturalista. A indústria farmacêutica e o fabrico sintético da molécula medicamentosa, em suas mais diversas fases, estaria sustentada nessa mesma lógica ligada ao natural, clínico, científico, de “pureza laboratorial” (MARRAS, 2002).

O efeito placebo apareceria como um “fantasma a ser eliminado”, mas constantemente presente – afinal, tratando-se de seres humanos, não há como desvincular-se da cultura. O autor considera a eliminação de qualquer aspecto cultural o maior desafio da indústria médica, das ciências e dos cientistas (MARRAS, 2002). O objetivo é, na verdade, reduzir o medicamento aos elementos da natureza, biológicos, de forma que fossem controlados, organizados, previsíveis, objetificados e, principalmente, não subordinados à subjetividade. Testes “contra-placebo”, e “duplo-cego” são, para Marras, instrumentos da indústria científica para tentar eliminar qualquer aspecto subjetivo da molécula medicamentosa a ser lançada no mercado. Marras (2002) afirma que, mesmo com todos esses testes e instrumentos, a pureza química absoluta desses objetos segue contestável, visto que “nada é absorvido - nunca, por definição - sem antes ser simbolizado.” (2002: 125). O autor nos mostra como a cultura permanece presente, inclusive, quando se trata do comportamento desses compostos químicos.

Após essa publicação, há um primeiro interstício sobre este tema nas revistas aqui pesquisadas, visto que o próximo (VARGAS, 2006) só foi lançado após quatro anos. No artigo publicado pela Revista de Antropologia da USP, Eduardo Vargas (2006) questiona a própria distinção entre “drogas” e “fármacos”. O que o autor avalia é que ambos requerem uma preparação meticulosa no momento do consumo, sendo essa uma das semelhanças que torna impossível distingui-los enquanto objetos. O autor avalia que o “dispositivo das drogas” tem uma característica ambivalente: tanto drogas ilícitas ou fármacos possuem efeitos bioquímicos, mas o que os diferencia é um

consenso moral fabricado pela cultura. Vargas (2006) analisa a “onda”, ou seja, as sensações corporalmente experimentadas com o uso de químicos, como um evento fabricado, incontrolável e imprevisto entre os usuários. O paradoxo se encontra no fato de que o objetivo de “sair do eu” é voluntariamente construído pelo próprio sujeito, tornando-se um “jogo da alter-ação”, conceito que perpassa a alteridade, o transformar-se no Outro e o sair de si mesmo a partir do uso desses químicos. Segundo o autor, as diferenças entre as drogas terapêuticas e as drogas ilícitas são sociais – já que quando se trata de moléculas e efeitos orgânicos, não há juízo de valor. Os medicamentos aparecem de uma forma complexa: são comparáveis às drogas ilícitas em alguns sentidos, já que o que os difere é o agenciamento, de uma forma relacional – não necessariamente por suas propriedades, pelo indivíduo ou pelo organismo, mas por todo esse conjunto, concomitantemente real e construído.

Ao passo que os trabalhos de Marras (2002) e Vargas (2006) são referentes ao sentido dado aos medicamentos e drogas – seja pela indústria farmacêutica, por seus usuários ou pela sociedade – o texto publicado na revista Sociedade e Cultura por Lôbo (2008), explora de forma materialista como é o cotidiano fabril da indústria farmacêutica. A partir de entrevistas e depoimentos dados pelos trabalhadores, a autora analisa as relações de trabalho dentro dessa indústria, mostrando contradições e incoerências. A rígida rotina de trabalho enfrentada pelos funcionários, a cobrança e fiscalização extremas baseadas no conceito de qualidade exigido pelas normas da legislação sanitária e a oneração do trabalhador, isentando a responsabilidade da empresa sempre que possível, são

aspectos ressaltados pela autora (LÔBO, 2008).

A análise em relação aos medicamentos e à sua indústria aparece primeiramente em um caráter objetivo, baseado em seus âmbitos legais, econômicos e trabalhistas. Por outro lado, a autora entra em uma discussão sobre os procedimentos de controle e disciplinarização a que se sujeita o corpo do trabalhador: proibições estéticas baseadas em um ideal de suposta assepsia e controle sanitário, que acabam em uma negação do indivíduo, massificando-o e tornando-o inidentificável. Neste sentido, há uma aproximação entre a discussão que Marras (2002) propõe, visto que todas essas normas de controle, fiscalização e proibição não deixam de ser tentativas de eliminar o ser humano (enquanto indivíduo) do processo de criação desse químico, baseadas, no caso de Lôbo (2008), em critérios da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

No mesmo ano, João Biehl (2008) publica na Revista de Antropologia da USP um intenso relato da vida de Catarina Inês Gomes Moraes, paciente internada no Vita, instituição asilar que recolhe socialmente abandonados. Utilizando-se da narrativa de Catarina em sua descrição etnográfica, as experiências da interlocutora se mesclam entre o antes e depois da internação, enquanto mulher e enquanto paciente. O autor faz diversas análises, mas que pairam, sobretudo, acerca do aumento do uso indiscriminado de psicofármacos em camadas populares após a reforma psiquiátrica no Brasil. Conforme o antropólogo explica, os fármacos e a farmacêuticalização apareciam como objetos atribuídos no tratamento aos pobres das cidades, em um contexto de escassez de verbas públicas e de falta de política adequada de desinstitucionalização (BIEHL,

2008).

O autor aponta que há um tipo de “experimentalismo farmacológico” na prática médica, de forma que os medicamentos se encarregam da maior parte do trabalho terapêutico, acarretando em um paciente híbrido, com sintomas tanto tratados quanto causados pelo uso extensivo de psicofármacos. Para Biehl (2008), o capitalismo é um personagem central dessa história, já que “há uma ciência de fazer dinheiro na moléstia de Catarina” (2008: 435). Em um contexto no qual a família é a substituição de um Estado omissor, Catarina foi duplamente abandonada, com uma morte social sancionada por ambos. Por fim, o autor explica que os psicofármacos e psicotrópicos acabam funcionando como “tecnologias morais”, sendo mediadores do abandono social de Catarina. Sua potência enquanto tecnologia se desvela não só pelo valor de verdade científica que possuem, mas também por suas alterações químicas – muitas vezes irreversíveis (BIEHL, 2008).

No mesmo ano, Azize (2008) também faz uma publicação referente a psicotrópicos, mas se incube de analisar os discursos presentes na divulgação de “doenças e medicamentos do cérebro”. Na reflexão publicada no periódico Mana, o autor aponta o lugar de destaque ocupado pelo cérebro na contemporaneidade ocidental, não só em relação ao discurso biomédico, mas aparecendo na mídia e no discurso leigo com igual importância. O autor examina o discurso dos grupos farmacêuticos em propagandas de medicamentos para depressão e ansiedade. Ao defender que há, desde o fim do século XX, uma noção cada vez mais intensa de um “sujeito cerebral”, ou seja, o cérebro no centro da noção de pessoa, o autor argumenta que estão

sendo cada vez mais borradas as fronteiras entre cérebro, o órgão, e ideias menos materiais, como a mente (AZIZE, 2008).

Neste sentido, Azize (2008) alerta que um processo de construção social de doenças relacionadas ao sistema nervoso pode estar em curso nas últimas décadas, alicerçado nas concepções fisicalistas e biologizantes que levam à um reducionismo medicalizante de estados não necessariamente patológicos. Ao nos lembrar do crescimento disparado dos números de pessoas diagnosticadas com depressão e ansiedade nas últimas décadas, o autor discute como os medicamentos ansiolíticos e antidepressivos podem estar sendo utilizados mais como tecnologias de enhacement, ou seja, de melhoria de si, do que para, de fato, tratar de patologias. Esse processo leva à uma medicalização da própria vida, tornando características subjetivas mais propensas a serem tratadas como sintomas médicos (AZIZE, 2008).

O capitalismo, a indústria farmacêutica e a ideia dos medicamentos psicotrópicos como uma tecnologia moral aparecem nos artigos assinados por Biehl (2008) e Azize (2008). Em Azize (2008), os medicamentos possuem uma qualidade de panacéia, evidenciada pela busca dos consumidores das classes médias urbanas para remediar perturbações e ampliar características desejáveis, em um processo físico-moral de (re)construção de si. Já em Biehl (2008), aparecem como uma terapêutica padronizada nos tratamentos psiquiátricos destinados às classes populares, de forma que o processo de construção de si acontece não como uma opção do paciente, mas como uma resposta de um “experimentalismo médico” e um “automatismo-não regulados”. O fato de os medicamentos psicotrópicos

serem carro-chefe da terapêutica destinada aos pacientes internados, como Catarina, fabrica corpos híbridos, indivisíveis entre as barreiras dos efeitos farmacológicos e o indivíduo sendo tratado. Ambos os trabalhos permitem refletir sobre as subjetividades dos processos de saúde e adoecimento, de forma que os sintomas são tratados, co-criados e reforçados pelas terapêuticas farmacológicas. Estes artigos também convidam a analisar de que maneira o capitalismo e a indústria farmacêutica usam de discursos biologizantes para criar novos mercados consumidores, em tão distintos contextos e perspectivas.

4 Um segundo momento (2011 - 2015)

Em 2011, o periódico Horizontes Antropológicos publicou o dossiê “Ciência, poder e ética: implicações e desdobramentos antropológicos”. Nele, Adriana Petryna escreveu o artigo “Experimentalidade: Ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos” (PETRYNA, 2011). Por meio de uma “linguagem da crise” comum em epidemias ou países marginalizados, Petryna (2011) discute como as circunstâncias que determinam o permitido e o não-permitido, ao tratar de experimentações de medicamentos em seres humanos, tornam-se menos definidas. A autora diferencia a indústria farmacêutica da indústria de ensaios clínicos, ligada às organizações de pesquisa terceirizadas contratadas pelas companhias farmacêuticas para realizar seus estudos, geralmente em países menos desenvolvidos. A autora alerta, ainda, para os perigos da protocolização da judicialização de medicamentos no Brasil, que, combinada com uma frágil supervisão regulatória, pode ser uma estratégia conveniente

para o crescimento financeiro incomensurável do mercado farmacêutico. Assim, a autora mostra como a própria lógica de produção e experimentação de fármacos está ligada a discussões geopolíticas, econômicas e de relações de poder onipresentes no capitalismo (PETRYNA, 2011).

A antropóloga Fabíola Rohden participou do dossiê com um artigo sobre o que logo viria a ser um tema de interesse preponderante em sua trajetória acadêmica, a medicalização da sexualidade masculina (ROHDEN, 2011). O consumo de hormônios e o que se tem como uma “medicalização da sexualidade” são temas que tornaram-se constantes entre os artigos aqui analisados a partir deste momento. Ao apresentar o Distúrbio Androgênico do Envelhecimento Masculino (DAEM), análogo a andropausa masculina, a autora discute como esse “distúrbio” está diretamente relacionado a um novo modelo de envelhecimento masculino que privilegia a sexualidade, em meio à um discurso de valorização do corpo jovem, sadio e extremamente ativo. A autora mostra como a ciência e a indústria farmacêutica ligam-se diretamente à mídia e à propaganda no processo de construção de novas entidades consideradas como patológicas, “doenças”, descobertas concomitantemente com suas recém-lançadas “curas”, em formato de cápsulas, pílulas e injeções (ROHDEN, 2011).

No ano seguinte, Rohden (2012) publica na *Ciência & Saúde Coletiva* mais um texto vinculado à sua pesquisa de sexualidade com ênfase na masculinidade, “Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos”. Neste trabalho, a autora reflete sobre a medicalização da sexualidade masculina a partir do contraponto entre dois processos históricos: as campanhas brasileiras em torno da sífilis, no início do

século XX, que levaram à intervenção na sexualidade masculina e a atual medicalização dos homens via o foco na disfunção erétil. Rohden (2012) defende que processos de biomedicalização estão centrados em um surgimento de uma nova lógica de “regime de verdade” baseada na responsabilização individual. A estratégia para atrair homens para serviços de saúde vem como um discurso dos urologistas que não se restringe a enfatizar a doença, mas tratar a saúde como um bem, ao prometer o melhoramento dos processos de ereção.

No ano seguinte, Langdon, Fóller e Maluf (2012) publicam no *Anuário Antropológico* o artigo “Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais”, que consiste em uma revisão de literatura da antropologia da saúde nacional, analisando as produções e linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em Antropologia Social do Brasil. Os medicamentos não são proeminentes neste artigo. Mas ainda nesse ano, a antropóloga Soraya Fleischer, da Universidade de Brasília, publica na revista *Saúde e Sociedade* outro texto que leva protagonismo aos medicamentos (FLEISCHER, 2012). Neste artigo, a autora se propõe a investigar a “cultura dos medicamentos” presente em um bairro de Ceilândia, cidade situada na periferia do Distrito Federal, entre pessoas que conviviam com hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus (FLEISCHER, 2012). Os medicamentos foram identificados pela autora como um excelente “atalho etnográfico” (FLEISCHER, 2012) para iniciar conversas, despertar novas questões e descobrir outras camadas da vida de seus interlocutores.

No próximo ano, Bittencourt e Maluf (2013) publicam na revista *Mana* uma análise histórico-

conceitual em torno dos medicamentos antidepressivos a partir da investigação em um livro-texto de farmacologia. As autoras apresentam de que maneira os medicamentos antidepressivos foram apresentados desde a década de 40, percebendo as diferenças no discurso e elucidando como seu uso foi justificado pelo olhar da farmacologia. As autoras acentuam o caráter flexível das classificações nessa área, apresentando as opacidades do discurso médico ao referir-se de doenças psíquicas, retomando, a partir da análise histórica, seu caráter subjetivo – já discutido aqui em textos apresentados anteriormente.

O texto de Faro et. al (2013) publicado no mesmo ano na revista *Cadernos Pagu*, nos retoma discussões que circunscrevem gênero, medicamentos e sexualidade. No artigo, as autoras utilizam o material publicitário de quatro fármacos desenvolvidos para tratamento da “disfunção erétil” (DE) para analisar os discursos de marketing farmacêutico. As autoras analisam a construção discursiva nesses materiais inerente à consolidação da DE como um fenômeno fisiológico, um “problema médico” a ser “resolvido”, ou seja, uma demanda médica construída. Os medicamentos apareceriam como inéditas tecnologias biomédicas voltadas para a “solução” de novas “patologias”, evidenciando claramente a circularidade do processo de medicalização/biomedicalização. As autoras retomam o trabalho de Rohden (2011, 2012) ao enfatizar que processos biológicos normais do envelhecimento passaram a ser vistos como inaceitáveis, de forma que o corpo masculino passa a ser alvo de intervenções biomédicas. As autoras mostram que mesmo processos aparentemente fisiológicos, como a DE, também são construções históricas e culturais que criam normas e maneiras “corretas” de compreender o

corpo. A ciência, as moléculas e a cultura se unem em uma construção de masculinidade centrada na sexualidade, no não-envelhecimento e na eficácia, de forma que os medicamentos e o corpo se constroem como um híbrido do corpo-tecnologia, retomando a opaca fronteira entre natureza e cultura (FARO et al., 2013).

No mesmo ano, Menezes (2013) publica na *Revista Amazônica* um artigo sobre a transformação dos sentidos da esperança, analisando o processo histórico de como se tornou objeto de medicalização. O aparato biomédico e suas tecnologias passaram a reconfigurar e produzir esperança em relação à saúde e propor uma ideia de “morte com dignidade”, surgida no Ocidente a partir da segunda metade do século XX. No texto, a biomedicina aparece como uma instituição equiparada à religião, no que diz respeito à possibilidade de produzir esperança e prolongar a vida. Os medicamentos aparecem em conjunto com outras tecnologias biomédicas que permitem novas possibilidades de viver e conviver com quadros clínicos antes tidos como terminais (MENEZES, 2013).

No ano seguinte, Picceli e Diaz-Bermúdez (2014) analisam, em um artigo publicado na revista *Saúde e Sociedade (USP)*, o papel dos grupos de mútua ajuda entre pessoas vivendo com HIV/aids na adesão às terapias antirretrovirais. Nesses grupos, a dádiva e o dar-receber-retribuir é aparente para as autoras, ao perceberem que nas reuniões dos grupos, todos ensinam e todos aprendem. A dinâmica dos grupos, que se opõe ao modelo de saúde institucional reducionista e fragmentador, privilegia uma concepção holística daquele corpo, levando em conta experiências subjetivas do adoecer e fazendo com que a pessoa soropositiva não seja vista apenas como um

“tomador de medicamentos”.

Viégas et. al (2015) publicam o trabalho “Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia”, na Revista Ciência & Saúde Coletiva. Nele, as autoras refletem sobre a dimensão ética das pesquisas realizadas em escolas públicas brasileiras, tecendo críticas às visões organicistas e medicalizantes que, ao estabelecer padrões de normalidade baseados em critérios estritamente biológicos, produzem um estigma que reforça a exclusão escolar. As autoras destacam, ainda, que o acesso aos medicamentos não deve ser tido como um setor da economia – como é atualmente, pela indústria farmacêutica – mas por um direito social. Essa visão, segundo as autoras, evitaria uma medicalização excessiva durante a fase escolar.

5 Mais recentes (2016-2019)

No ano seguinte, Rohden e Alzuguir (2016) publicam um artigo na Cadernos Pagu, no qual analisam a promoção da ocitocina como artefato tecnológico vendido como revolucionário, ascendendo como “hormônio do prazer” e “hormônio do amor” em um contexto de aprimoramento do próprio corpo, como vimos em outros trabalhos anteriores (AZIZE, 2008; ROHDEN, 2011, 2012; FARO et al., 2013). Com publicidade e envolvimento de diversos atores, os tratamentos com ocitocina participam de um processo mais amplo baseado em um “império hormonal”. Nele, hormônios aparecem como aposta biomédica para explicar o desenvolvimento dos corpos, subjetividades e emoções. Os hormônios não são apenas causa de problemas ou doenças, mas passam a ser vendidos como soluções e possibilidades de aumentar

o próprio desempenho. As autoras concluem que, por mais que aparente ser um misto das fronteiras entre os sexos, há uma apresentação absolutamente dicotômica dos corpos e dos comportamentos esperados de homens e mulheres em virtude de uma lógica hormonal. Assim, há um grande peso atribuído às diferenças tidas como inatas, reafirmando-as constantemente.

Os tratamentos hormonais aparecem novamente no artigo de Manica e Nucci (2017) publicado no dossiê “Gênero e sexualidade, saberes e intervenções”, pelo periódico Horizontes Antropológicos. Neste trabalho, as autoras discutem como se deu o desenvolvimento de implantes hormonais subcutâneos no Brasil a partir da atuação do médico Elsimar Coutinho, apontado como maior responsável pela estabilização deste formato de terapêutica no país, com história marcada por controvérsias. Ainda que possuíssem características buscadas pelas usuárias de contraceptivos, como ação prolongada, essa tecnologia logo passou a ser problematizada por movimentos feministas. Como as autoras mostraram, em diversos casos esses artefatos tecnológicos foram colocados como forma de penalização em mulheres sob condição de cárcere ou como política violenta de controle de natalidade. No Brasil, a implantação de hormônios subcutâneos apareceu como uma tecnologia “moderna” e “sofisticada” da biomedicina, propagandeada como “natural” por ser um elemento encontrado no corpo feminino. As autoras discutem a oposição entre “natureza” e “cultura” em um emaranhado de questões de corpo, gênero, biomedicina, hormônios e política.

As articulações entre indústria farmacêutica e a sexualidade feminina como novo nicho de mercado

aparecem novamente no trabalho de Faro e Russo (2017), publicado no mesmo volume da revista Horizontes Antropológicos. As autoras analisam o discurso em torno do medicamento Intrinsa, adesivo de testosterona que promete um aumento no desejo sexual em mulheres. No artigo, foram identificadas três vias distintas utilizadas para aumentar o mercado consumidor para o medicamento citado, o retardamento do envelhecimento e a propaganda do corpo jovem e sexualmente ativo, a estratégia de desvinculação com a terapia de reposição hormonal com estrógenos e seus possíveis efeitos colaterais e sua vinculação ao bem estar e melhoramento corporal.

O tema continua em evidência na publicação de Rohden (2017) na revista Vibrant, na qual a autora entrevista uma dúzia de médicos para investigar como se dá, em seus consultórios, a prescrição hormonal de testosterona para tratar de problemas relacionados à sexualidade feminina. O fascínio pela juventude, a valorização da sexualidade e o retardamento dos primeiros sinais de envelhecimento aparecem como fatores importantes. A autora percebe que a maior parte dos médicos entrevistados têm uma concepção de gênero biologizante e binária, de forma que se relacionam argumentos evolucionistas para defender o uso (ou o não-uso) destes hormônios. Seus maiores efeitos colaterais, para os interlocutores, seriam na “virilização” de mulheres, como com crescimento indesejado de pelos no corpo, o engrossamento da voz, características que desafiam normas convencionais de gênero entre pessoas cisgêneras. No caso do tratamento de pessoas trans, estes podem justamente ser os efeitos buscados. Assim, a “dose ética” deve ser monitorada para que não transgrida as barreiras de gênero, vistas pelos médicos, em geral, como

binárias e evidentes pelos corpos. O uso de testosterona em mulheres cis poderia indicar uma pausa nessas barreiras de gênero, ainda que, no discurso e na prática de muitos dos médicos entrevistados, esses limites de gênero fossem constantemente reafirmados por meio do discurso embasado na biologia (ROHDEN, 2017).

No mesmo ano, Azize (2017) faz uma análise dos textos publicados no dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica”, publicado na Revista Saúde e Sociedade. Esse dossiê pretendeu chamar atenção às farmácias e drogarias brasileiras como um local essencial de pesquisa no cenário da saúde. Azize (2017) nos lembra que, no contexto de pesquisa sobre medicamentos, há nestes locais agentes comumente invisibilizados, como farmacêuticos, balconistas, representantes farmacêuticos, consumidores, entre outros. Investigar as regras, valores e costumes desses locais nos permite, segundo o antropólogo, conhecer melhor sobre a dispensação de medicamentos, a distribuição, o consumo e o caráter simbólico destes produtos, para além dos consultórios médicos e hospitais. O autor defende que deve ser dada maior visibilidade em termos de quantidade de pesquisas à categoria profissional de farmacêuticos atuantes na área, visto que, considerando o grande volume de drogarias no país, compreender as práticas e relações destes profissionais é indispensável para entender melhor as redes que permeiam os medicamentos.

Ainda em 2017, as repercussões do caso sobre a fosfoetanolamina sintética, muito noticiado em 2015, são exploradas por Castro e Almeida (2017) em um artigo publicado no Anuário Antropológico. Os autores narram como a substância teve as etapas que configuram a criação

de um medicamento questionadas, devido à urgência de tratamento no qual se encontravam pacientes com câncer em estado avançado. O caso gerou discussão: as autoridades governamentais defendiam que se completasse o “rito de passagem” por meio dos testes clínicos da Anvisa e também pelo procedimento-padrão internacional de criação de medicamentos, que deveria conferir segurança aos usuários. Os pacientes, entretanto, criticavam a demora com que os testes seriam desenvolvidos. O Estado e seus representantes institucionais, assim como cientistas e pacientes apareciam em disputa no cenário evidenciado pelo artigo. Questões sobre o processo ritual de uma substância adquirir o status de medicamento, assim como as complexidades de judicialização no Brasil e as disposições éticas de saúde e segurança destacam-se no texto (CASTRO e ALMEIDA, 2017).

O ano seguinte contou com três publicações relacionadas a medicamentos. A primeira é da autoria de Martinhago (2018) que, em publicação na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, analisa por meio de uma etnografia virtual os relatos de mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e medicadas com Ritalina. A autora compreende que, por meio de uma centralidade do cérebro nos discursos contemporâneos, como também trazido em Azize (2008), percalços normais da vida estão sendo cada vez mais patologizados e tratados com medicamentos, com o discurso de hormônios, química cerebral e outras “neuronarrativas” biomedicalizantes.

Franco (2018) publicou no periódico *Campos* um artigo no qual apresenta a faceta medicalizante dos manicômios judiciários, por meio de uma etnografia em

uma instituição no estado do Rio de Janeiro. A partir da história de Sérgio, apresentado ao longo do texto, o autor mostra como os “tratamentos compulsórios” prescritos no judiciário brasileiro são verdadeiras experimentações farmacológicas no corpo dos internados, defendidas por meio dos discursos dominantes de “medidas de segurança” (FRANCO, 2018). Assim, ainda para FRANCO (2018), quando o indivíduo consente em sujeitar-se ao tratamento farmacológico proposto nessas instituições, a noção de “periculosidade” em torno dessa pessoa é transformada, em um processo de criação de sujeito que deixa de ser “criminoso” para se tornar “doente mental”. Lógica análoga à conferida por Biehl (2008), em sua pesquisa com Catarina, em situação asilar.

No mesmo ano, Bastos, Ventura e Brandão (2018), publicaram na revista *Cadernos Pagu* um trabalho sobre o acesso aos contraceptivos de emergência em países em “desenvolvimento”, no âmbito do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência (ICEC). As autoras reforçam o caráter ambíguo do método do contraceptivo de emergência, podendo ser visto como tecnologia disciplinadora do corpo feminino, mas também como objeto de resistência e fonte de autonomia em termos de direitos reprodutivos. As autoras ressaltam que a sexualidade feminina aparece sempre na perspectiva do risco e em função da natalidade, não necessariamente do seu livre exercício, de forma autônoma.

Por fim, o trabalho de Pereira e Azize (2019) publicado na *Revista Saúde e Sociedade*, discute as concepções de corpo no campo da sexualidade e contracepção masculina. Com base na análise do discurso de uma ONG estadunidense, os autores mostram como o

raciocínio do “obstáculo fisiológico” foi construído para justificar a inexistência de um artefato masculino análogo ao anticoncepcional feminino, uma “pílula masculina”. Os autores trazem que a indústria farmacêutica não teria interesse em investir em um nicho que acredita não haver mercado consumidor, por isso, o que é propagandeado para o público leigo é que, diferentemente do processo de ovulação, a espermatogênese é “extremamente difícil” de ser evitada por meios hormonais. Dessa maneira, a medicalização anticoncepcional recai sobre corpos com útero. Os autores ressaltam como, no caso da sexualidade, acontece o oposto, com a venda de substâncias como Viagra, de público alvo masculino. Radicais diferenças entre a concepção de corpos femininos e masculinos vêm à tona e os autores relembram do lado cultural dos argumentos fisiológicos embasados em “natureza”.

6 Análise e discussão de dados

A seguir, apresento um pequeno “Mapa de literatura” que fiz inspirado na proposta de Diniz (2012), onde dividi os textos que serão analisados aqui em cinco eixos distintos, “Teoria antropológica”, “Gênero e sexualidade”, “Doenças de longa duração”, “Psicofármacos” e “Ciência, ética e indústria farmacêutica”. Esquemas visuais, como o “Mapa de literatura” sugerido pela autora, ajudam a categorizar e contextualizar as referências bibliográficas, sobretudo quando são numerosas

FIGURA I: Diagrama de autores, textos e suas datas de publicação [3]

Percebe-se que a maior parte dos textos encontrados são de temas de gênero e sexualidade. As discussões relacionadas a medicamentos e teoria antropológica e doenças de longa duração estão alinhadas em termos quantitativos. Psicofármacos e ciência, ética e indústria farmacêutica aparecem em quantidade razoável e praticamente equiparada. É importante ressaltar, porém, que a categoria “ciência, ética e indústria farmacêutica” é muito abrangente e engloba pesquisas realizadas em diversos locais: escola, manicômio judiciário, no Senado, em laboratório. Surpreendentemente, dos 25 artigos analisados, apenas uma pesquisa situou-se em laboratório, tratando diretamente da indústria farmacêutica (LÔBO, 2008). A maioria das pesquisas foi feita por meio da análise de discurso de documentos e notícias, ou de pesquisas bibliográficas teóricas. Também foram encontradas pesquisas feitas diretamente com consumidores e usuários, individualmente ou em seus grupos de apoio e uma única feita com médicos (ROHDEN, 2017). Nenhuma das pesquisas, entretanto, foi feita com profissionais farmacêuticos em drogarias, farmácias ou dispensadores de fármacos, o que nos chama atenção para a lacuna teórico-etnográfica descrita por Azize (2017).

A categoria de análise mais discutida entre os textos foi, visivelmente, a de gênero. Classe e raça apareceram nos meandros dos artigos, indissociáveis dos contextos pesquisados. O diálogo com as políticas públicas também foi bastante recorrente. Nenhum dos trabalhos apresentados trata de deficiência ou etnia. As análises etárias, quando apareceram, foram em cenários específicos, restritos às relações do envelhecer com questões de gênero e sexualidade, ou tratando-se de

infância, com diagnósticos de TDAH e hiperatividade. A grande quantidade de trabalhos sobre medicamentos que englobam discussões de gênero e sexualidade chamou atenção. Os textos, mesmo que variados, tinham uma característica de complementaridade: divisões binárias com ênfase naturalista acerca da compreensão de gênero eram críticas comuns dos autores e o marketing farmacêutico enquanto catalisador de vendas de medicamentos de forma diferenciada para homens e mulheres. No geral, os discursos sobre anticoncepção e natalidade eram a forma de medicar mulheres cis, enquanto discursos sobre sexualidade, virilidade e eficácia buscavam majoritariamente o público masculino cisgênero.

As referências bibliográficas que embasam os textos apresentados na primeira seção são hegemonicamente internacionais. A partir da segunda seção, iniciada com textos publicados em 2011, aparecem mais nomes nacionais, porém, estes constam em peso, de fato, só a partir dos textos da terceira seção, após o ano de 2016. Dessas primeiras referências internacionais encontradas na primeira seção, há autores como Bruno Latour, Philippe Pignarre e Michel Foucault, que são citados em praticamente todos os textos aqui discutidos. A origem francesa dos autores frequentemente postos nas referências bibliográficas dos textos em apreço nos dá uma ideia da linha teórica e argumentativa dos autores que compõem uma “Antropologia dos medicamentos” brasileira. Isso demonstra, ainda, a continuidade da influência francesa dentro da Antropologia da Saúde nacional, em concordância com o que indicaram Langdon, Fóller e Maluf (2012).

A partir de 2011, autores brasileiros também

passam a compor mais ostensivamente as referências bibliográficas da produção antropológica nacional. Rogério Azize, Fabíola Rohden e Sônia Maluf são exemplos de autores frequentemente citados entre os textos apresentados neste trabalho. Dessa forma, é possível perceber a temporalidade na qual nomes nacionais passam a se consolidar como referência em saúde e medicamentos, em suas áreas de interesse específicas – seja gênero e seus dispositivos, ou saúde mental, psicofármacos, políticas públicas de acesso à saúde. No currículo Lattes desses três autores, percebe-se que muitos dos artigos são publicados em revistas interdisciplinares com foco em gênero, como a *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos Feministas*, ou da saúde coletiva, como *Cadernos de Saúde Pública*, *Saúde & Sociedade* ou *Physis*. Há também publicações em periódicos da Filosofia, como a *Argumentos*, e *Psicologia*, como o uruguaio *Psicología, Conocimiento y Sociedad*. Dessa forma, é possível verificar que a Antropologia da Saúde empreendida no Brasil não se faz restrita à área das Ciências Sociais, ao menos no que diz respeito à publicação em periódicos. Há um esforço notável em dialogar com outras áreas da saúde, mas também das Humanidades: seja no campo da Filosofia, Psicologia, Farmácia ou História.

Um fator importante a ser discutido é o de só terem sido encontrados artigos sobre medicamentos, a partir do critério de definição dado por Geest (2018), em revistas brasileiras, por mais que também tenha sido criteriosamente pesquisado em revistas latino-americanas como um todo. Mesmo com uni-termos traduzidos para espanhol e inglês, os artigos sobre medicamentos encontrados em revistas mexicanas, argentinas, colombianas, venezuelanas, entre outras, eram focados em outros tipos de cura que não

condizem com a definição farmacológica e industrial buscada aqui. É possível que as palavras-chave escolhidas pelos autores não tenham o enfoque farmacológico e, dessa forma, muitos textos não tenham sido encontrados. Além disso, é relevante lembrar que um dos critérios utilizados na seleção de periódicos foi o de pertencerem ao “estrato superior” Qualis da CAPES, o que pode ter desatendido diversas produções relevantes. Porém, também é possível refletir que o papel crescente da Saúde Coletiva no Brasil nas últimas duas décadas – cujo aumento iniciou-se após a redemocratização do país (LANGDON, FÓLLER e MALUF, 2012) – seja um aspecto importante relacionado ao alto número de publicações nacionais encontradas sobre o tema.

A discrepância entre a quantidade de publicações brasileiras sobre medicamentos, em comparação com as buscas pouco profícuas empreendidas em revistas de outras regiões da América Latina, nos leva à algumas hipóteses: 1) o fato do Brasil ser o 6º maior mercado consumidor de medicamentos no mundo (GUIA DA FARMÁCIA, 2018) impactaria diretamente em nossa produção teórica sobre saúde; 2) o Brasil é o único país do mundo que conta com o Serviço Único de Saúde (SUS) como política de saúde integrada em solo nacional, e a alta procura por terapias farmacológicas pode estar relacionada a isto, mas também às políticas públicas de acesso a medicamentos empreendidas no país, como a lei que regula medicamentos genéricos (BRASIL, 1999) e o programa Farmácia Popular do Brasil (BRASIL, 2006), a política de quebra de patentes no caso da HIV/Aids, ou a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME); 3) por fim, como citado anteriormente, a relevância da

Saúde Coletiva enquanto campo de estudos que integra as Ciências Humanas e Sociais com as Ciências da Saúde, pode ter sido motivadora para que exista maior quantidade de pesquisas sobre medicamentos feitas no Brasil.

Sobre as ambiguidades de uma pharmaceuticalização da saúde no Brasil a partir do uso intenso de medicamentos e as consequências sociais dessa prática, Biehl (2008) reflete

A distribuição gratuita de medicamentos (que inclui psicotrópicos) é um componente importante das iniciativas que visam um sistema universal de saúde mais eficiente e econômico. Mas é também o vetor de uma crescente farmacoalização da saúde pública em detrimento de outras iniciativas preventivas e de infraestrutura. Produtos farmacêuticos tornaram-se uma ferramenta fundamental nas deliberações sobre quem vive e a que custo vive. (BIEHL, 2008: 440)

Essas três hipóteses estão diretamente relacionadas a um contexto mais amplo, tanto político, social, econômico e histórico do Brasil e região. Não é possível, portanto, desvincular uma hipótese da outra ou sequer encontrar uma única explicação que abranja o amplo fenômeno de tamanha notoriedade dos medicamentos no contexto de acesso à saúde no país.

7 Conclusão

Ainda que o Brasil seja um dos grandes mercados consumidores de medicamentos, cabe lembrar que a busca pela cura na indústria farmacêutica não é um fenômeno nacional, mas algo presente na cultura ocidental em geral. O consumo de medicamentos é a base da medicina moderna alopática e, como todo costume, é indissociável da época e do contexto político-econômico no qual vivemos. Diversas

facetas dos medicamentos foram exploradas nos artigos aqui apresentados: tanto a característica de operarem como “tecnologias morais” (BIEHL, 2008), ou o “dispositivo das drogas” (VARGAS, 2006) que diferencia a pretensão terapêutica da pretensão recreativa, seja a “linguagem da serotonina” (AZIZE, 2008) pelo qual são propagandeados os psicofármacos, os medicamentos são, de fato, potentes “atalhos etnográficos” (FLEISCHER, 2012) pelos quais podemos conhecer aspectos centrais da vida de quem se quer pesquisar. Há distintas regras, costumes, símbolos e significados impostos a esses objetos, conforme discutido de diferentes formas nos artigos apresentados aqui.

A medicalização da vida social e a patologização de características comuns ao corpo humano e seus ciclos biológicos foram características comuns que embasaram praticamente todos os textos apresentados. Assim como cura, os medicamentos podem aparecer como causadores de novas reações indesejadas, como efeitos colaterais e iatrogênicos. Servem, em muitos casos, para promover autonomia e bem-estar para o paciente e sua família, mas também podem ser utilizados como tecnologias de poder que vigiam, controlam e exercem autoridade sobre certos corpos.

Mas em diversos ambientes, em seus contextos mais amplos e distintos, os medicamentos apareceram como objetos atuantes em redes complexas e centrais. São objetos compostos por substâncias e químicas cujo princípio ativo biológico não se desvincula, nem por um momento, do plano simbólico que perfaz a cultura. No que diz respeito aos medicamentos e a produção antropológica brasileira, por mais que existam lacunas teóricas e locais ainda pouco pesquisados, parece haver um foco crescente

nestes pequenos objetos. Como trazido por Desclaux (2006) no início deste artigo, os medicamentos continuam um “objeto de futuro na Antropologia”, catalisadores das mais diversas ambiguidades e possibilidades a serem discutidas e pesquisadas.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

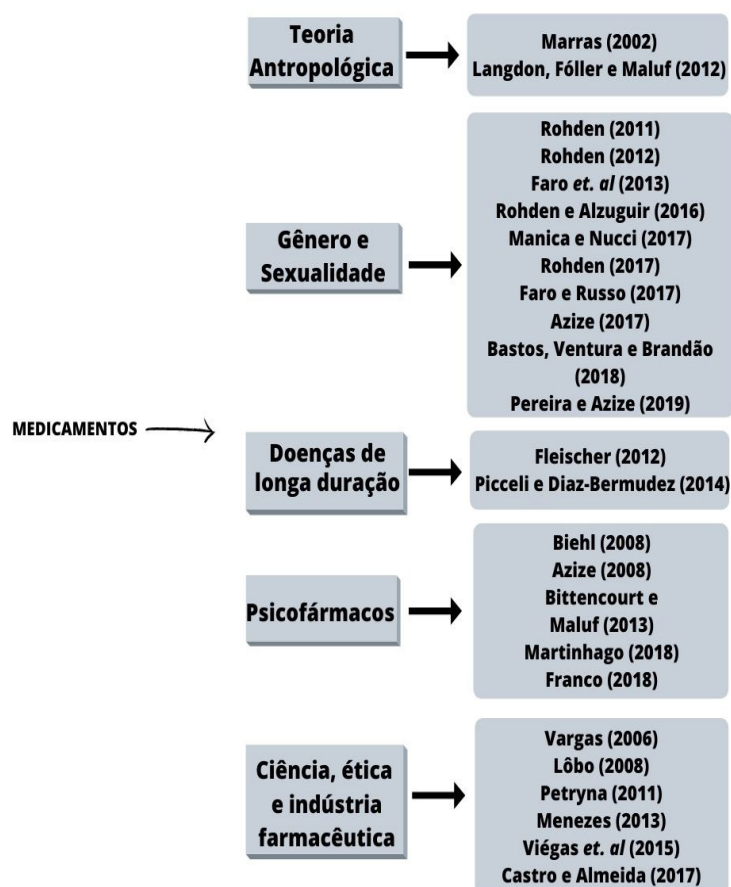
*Graduanda em Antropologia pela Universidade de Brasília E-mail: anaclaudiadecamargo@hotmail.com

NOTAS

[1] Grupo de Trabalho foi coordenado por Soraya Fleischer, Guido Korman e Rogério Azize.

[2] “Pharmaceuticals are industrially manufactured substances to diagnose, treat, or prevent disease or to regulate fertility. They are produced in various forms such as tablets, capsules, powders, fluids, sprays, vaccines, and ointments. The term “medicines” is commonly used as a synonym for “pharmaceuticals” but there is a significant difference: the former covers remedial substances in any medical tradition whereas the latter is restricted to the industrially produced medicines in the biomedical tradition. The term is therefore convenient for excluding non-biomedical medicines such as herbs, amulets, and sacred objects from discussions in medical anthropology, without sounding overly ethnocentric.” (GEEST, 2018:1).

[3] Figura I: Diagrama de autores, textos e suas datas de publicação. Fonte: elaboração da autora, 2020.



do cérebro. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 14, n. 1, p. 7-30, Apr. 2008 . Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Feb. 2020.

BASTOS, Luiza Lena; VENTURA, Miriam; BRANDÃO, Elaine Reis. Entre a biomedicina, a saúde pública e os direitos: um estudo sobre os argumentos do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência para promover o acesso aos contraceptivos de emergência em “países em desenvolvimento”. *Cad. Pagu*, Campinas , n. 53, e185309, 2018 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200501&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BIEHL, João. Antropologia do Devir: psicofármacos – abandono social – desejo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 51, N. 2, 2008.

BITTENCOURT, Silvia Cardoso; CAPONI, Sandra; MALUF, Sônia. Medicamentos antidepressivos: inserção na prática biomédica (1941 a 2006) a partir da divulgação em um livro-texto de farmacologia. *Mana*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, p. 219-247, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132013000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL, Portaria nº 491, de 09 de março de 2006. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/farmacia-popular/legislacao>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL, LEI 9.787/1999 (LEI ORDINÁRIA) 02/10/1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9787.html. Acesso em: 29/02/2020.

CASTRO, Rosana; ALMEIDA, Rafael. Testemunho, evidência e risco: reflexões sobre o caso da fosfoetanolamina sintética. *Anuário Antropológico* [Online], I | 2017.

Referências Bibliográficas

AZIZE, Rogério Lopes. Contracepções diversas: uma leitura crítica do dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica”. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 1156-1162, 2017.

_____. Antropologia e medicamentos: uma aproximação necessária. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.134-139, 2012.

_____. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos

Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1637>>
Acesso em: 26 fev 2020.

CASTRO, Rosana. Antropologia dos medicamentos: uma revisão teórico-metodológica. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.146-175, 2012.

DESCLAUX, Alice. O medicamento, um objeto de futuro na antropologia da saúde. *Revista Mediações*, Londrina, V. 11, N. 2, p. 113-130, Jul./Dez. 2006.

DIEHL, Eliana; ALMEIDA, Ledson. Medicamentos em contexto local indígena: A “farmácia caseira” Xokleng, Santa Catarina. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.189-206, 2012.

DINIZ, Debora. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres. 108 pp, 2012.

FARO, Livi et al. Homem com “H”: ideais de masculinidade (re)construídos no marketing farmacêutico. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 40, p. 287-321, June 2013.

FLEISCHER, Soraya. Uso e Circulação de Medicamentos em um Bairro Popular Urbano na Ceilândia, DF. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.2, p.410-423, 2012.

FRANCO, Túlio Maia. “O comprimido entra e o chip sai”: uma análise etnográfica da medicalização da periculosidade em um manicômio judiciário. *Campos - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 19, n. 2, jul. 2019. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/65096>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GEEST, van der Sjaak. Pharmaceuticals. In H. Callan (Ed.), *The International Encyclopedia of Anthropology* (Vol. 9). Hoboken, NJ: Wiley Blackwell. 2018.

Brasil é o sexto maior mercado farmacêutico do mundo. *GUIA DA FARMÁCIA*, 22 de junho de 2018. Disponível em: <[https://guiadafarmacia.com.br/materia/brasil-e-o-](https://guiadafarmacia.com.br/materia/brasil-e-o-sexto-maior-mercado-farmacutico-do-mundo/)

[sexto-maior-mercado-farmacutico-do-mundo/](https://guiadafarmacia.com.br/materia/brasil-e-o-sexto-maior-mercado-farmacutico-do-mundo/)>. Acesso em: 25 de ago. de 2020.

LANGDON, Esther; FOLLÉR, Maj-Lis; MALUF, Sônia. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. *Anuário Antropológico* [Online], I | 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/254> Acesso em: 27 fev. 2020.

LÔBO, Sônia. Das formas de controle e disciplinarização à resistência operária no cotidiano fabril: o trabalho na indústria farmacêutica. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez, p. 343 a 354, 2008.

MANICA, Daniela. A vida social dos medicamentos: etnografias e escolhas. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.176-188, 2012.

MANICA, Daniela; NUCCI, Marina. Sob a pele: Implantes subcutâneos, hormônios e gênero. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 93-129, jan./abr. 2017.

MARRAS, Stelio. Os medicamentos e seus ambientes: O local como condição para o universal. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.4, n.1, jan.-jun., p.235-246, 2012.

_____. Ratos e homens – e o efeito placebo: um reencontro da cultura no caminho da natureza. *Revista Campos* 2:117-133, 2002.

MARTINHAGO, Fernanda. TDAH e Ritalina: neuronarrativas em uma comunidade virtual da Rede Social Facebook. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 3327-3336, out. 2018.

MENEZES, Rachel. A medicalização da esperança: Reflexões em torno da vida, saúde/doença e morte. *Amazônica, Revista Antropológica (Online)* 5 (2): 478-498, 2013.

PEREIRA, Georgia Martins Carvalho; AZIZE, Rogerio Lopes. “O problema é a enorme produção de espermatozoides”: concepções de corpo no campo da contracepção masculina. *Saúde soc.*, São Paulo, v.28, n.2, p.147-159, 2019.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 127-160, jan./jun. 2011.

PICELLI, Isabelle; DIAZ-BERMUDEZ, Ximena Pamela. Será que esse remédio vai valer a pena mesmo? Estudo antropológico sobre a adesão às terapias antirretrovirais entre grupos de mútua ajuda de pessoas vivendo com HIV/ aids. *Saúde soc.*, São Paulo , v. 23, n. 2, p. 496-509, June 2014.

ROHDEN, Fabíola. Sexual desire, testosterone and biomedical interventions: managing female sexuality in “ethical doses”. in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, n.3., 2017.

_____. Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 17, n. 10, p. 2645-2654, Oct. 2012.

_____. “O homem é mesmo a sua testosterona”: promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 161-196, jan./jun. 2011.

ROHDEN, Fabíola; ALZUGUIR, Fernanda Vecchi. Desvendando sexos, produzindo gêneros e medicamentos: a promoção das descobertas científicas em torno da ocitocina. *Cad. Pagu*, Campinas, n.48, 2016.

SEGATA, Jean. Parecidos, o suficiente: Nós e os outros humanos, os animais de estimação. *Revista de Antropologia*

Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.4, n.1, jan.-jun., p.207-234, 2012.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alteração como evento. *Rev. Antropol.*, São Paulo , v. 49, n. 2, p. 581-623, 2006.

VIEGAS, Lygia de Sousa; HARAYAMA, Rui Massato; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro ,

“DO ALIMENTO, COMO QUE PLANTA, O QUE FAZ”: ETNOGRAFIA DE UMA COMUNIDADE DE AGRICULTURA EM SÃO CARLOS/ SP

“OF FOOD, AS HOW PLANT, WHAT IT DOES”: ETHNOGRAPHY OF A FARMING COMMUNITY IN SÃO CARLOS/ SP.

***Tainá Souza Santos**

Recebido em: 26/10/2020

Aceito em: 20/04/2021

Resumo

A proposta deste artigo é investigar as práticas de conhecimentos na Comunidade que Sustenta a Agricultura de São Carlos, a partir das falas da agricultora Dina. Esta análise é parte dos resultados de minha pesquisa de iniciação científica realizada entre agosto de 2019 a outubro de 2020. A partir das narrativas e descrições da interlocutora e dos trabalhos de campo pude relacionar o material etnográfico com as discussões antropológicas contemporâneas ligadas à ecologia e conhecimento. Por fim, busquei comparar como os procedimentos técnicos de Dina à produção agroecológica refletem-se na produção de escrita etnográfica.

Palavras-chave: Ecologia; Conhecimentos; Práticas; Agricultura.

Abstract

The purpose of this paper is to investigate the knowledge practices in the Community Supporting Agriculture of São Carlos, from the words of the farmer Dina. This review is part of the results of my scientific initiation research conducted from August 2019 to October 2020. From the narratives and descriptions of the interlocutor and the fieldwork I was able to relate the ethnographic material to contemporary anthropological discussions related to ecology and knowledge. Finally, I sought to compare how Dina's techniques to agroecological production are reflected in the production of ethnographic writing.

Key-words: Ecology; Knowledge; Practices; Agriculture.

1 Introdução: A CSA para além do imaginário

Encontrava-me agachada, quase sentada na terra entre as divisas de um canteiro e outro, enquanto colhia ramos de azedinha[1] junto a agricultora Dina. Estas seriam colhidas para irem nas cestas de produtos orgânicos no final da tarde. “A gente colhe agora bem cedo para as folhas estarem frescas durante o dia, porque se deixarmos elas aqui embaixo desse sol forte vão murchar[3]”, me

explicou. Iniciamos esse trabalho pouco antes das nove horas, logo quando chegamos no rancho, local comum de convivência entre os membros da comunidade, e onde geralmente encontramos a agricultora. Ali brevemente dialogamos, enquanto Dina contava sobre as atividades daquele dia.

Assim que a avistamos ela nos perguntou: “todo

mundo aqui tem uma faquinha? Um agricultor de verdade anda sempre com duas coisas nas mãos: uma faca pra cortar os pés de hortaliça na horta, e um caderno com caneta pra anotar como andam os cultivos”. E acrescentou: “Hoje vamos colher os itens das cestas, por isso é importante ter uma faca”. Nós, os bolsistas, nos entreolhamos rapidamente com uma feição um tanto constrangida, pois muitos haviam esquecido o caderno e a faca, outros sequer lembravam dessas recomendações dadas por Dina anteriormente.

Momentos antes da colheita, ela nos pediu para que procurássemos as facas pela cozinha do rancho e também na lavanderia (local próximo a horta onde os alimentos são lavados e limpos antes da entrega das cestas e das feiras livres). Enquanto procurávamos, ela se queixava da nossa falta de atenção para com as instruções já feitas quanto a rotina de trabalho no sítio e os utensílios necessários para uso do/a agricultor/a. Durante a busca, encontrei uma faca de serra sobre a mesa – na lavanderia – próximo às caixas de plástico ali empilhadas. Peguei a faca já guardando-a no bolso de minha calça, antes de descer rumo ao canteiro de azedinhas.

O breve relato acima descreve uma de minhas experiências de campo na Comunidade que Sustenta a Agricultura de São Carlos, durante o segundo semestre de 2018, enquanto trabalhei como bolsista de produção na CSA de São Carlos. Durante esse período pude acompanhar os processos de manejo agroecológico, as práticas e conhecimentos da agricultora Dina destinada ao cultivo de orgânicos. Com a vigência da Iniciação Científica financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em agosto de

2019 a outubro de 2020, essas experiências passaram a ser descritas no formato de relatos etnográficos, assim como entrevistas com a agricultora e curtos períodos de trabalhos de campo também foram realizados na comunidade. Escrever sobre as experiências da CSA São Carlos partiu de um convite de Dina feito a mim, e consentido também pelo restante dos membros associados naquele período.

A trajetória de Dina é marcada pelo trabalho no campo desde a sua infância com seus pais também agricultores, em uma pequena cidade no interior de Minas Gerais. O contato bastante presente com a agricultura quando criança, somado aos diversos cursos e eventos sobre agroecologia e agricultura orgânica que participou posteriormente teceram o leque de conhecimentos, experiências e práticas de cultivo direcionados ao ABIRÚ e em seguida, a CSA São Carlos. Segundo Dina, a CSA de São Carlos surgiu em 2014 em parceria com a ABIRÚ, grupo produtor de agricultura familiar orgânica, localizado no Sítio Centenário na cidade de São Carlos - SP.

Todos os associados a comunidade, sejam eles cotistas ou bolsistas, são responsáveis pela participação em reuniões, mutirões e demais eventos ofertados, tendo o compromisso de estarem inteirados aos acontecimentos da CSA, seja em campo (na horta), ou com as questões administrativas. Na narrativa de Dina, os cotistas são aqueles que investem financeiramente na produção, e a longo prazo garantem que parte dos gastos anuais sejam custeados, como o aluguel do sítio, salário de agricultores (quando necessário), energia elétrica etc. Já os membros bolsistas – estudantes da UFSCar, professores, moradores de São Carlos – dedicam quatro horas de trabalho semanalmente em troca da cesta, geralmente auxiliando

Dina na horta, com o cultivo de alimentos. Em troca de sua colaboração, recebem semanalmente uma cesta com os alimentos produzidos no sítio.

A ideia de uma agricultura sustentada por um coletivo de pessoas tem origem durante a década de 1970 no Japão, através dos modelos Teikei. ‘Teikei’ significa cooperação; e fundamenta-se em uma filosofia dinâmica de interações entre consumidores e produtores. Contudo, foi somente no ano de 1986 que a CSA (Community Supported Agriculture - CSA) surgiu nos Estados Unidos, a partir das experiências de dois agricultores biodinâmicos. Atualmente, as CSAs prosperam em inúmeros lugares do mundo, sendo a China cujo o número é um dos mais expressivos, sendo mais de 800 CSAs em todo o país (HITCHMAN, 2015). O Brasil, atualmente, conta com pouco mais de 150 comunidades[2].

O princípio geral deste modelo é estabelecer uma agricultura solidária entre produtores de alimentos orgânicos e consumidores, onde todos os custos para produção de alimentos são de responsabilidade coletiva, aproximando e produzindo vínculos entre aquele que produz e aquele que consome. A proposta é, ainda, se colocar à frente de um desenvolvimento sustentável, de uma nova forma de relações e vantagens para a terra, plantas, animais e o ser humano, em virtude de sua finalidade: o escoamento de produtos orgânicos.

Mesmo havendo um modelo padrão para a construção de CSAs, cada comunidade possui autonomia para organizar-se coletivamente a partir de suas demandas e especificidades. A comunidade de São Carlos, por exemplo, tinha uma enorme carência de agricultores/as para trabalhar no campo junto à Dina; foi a partir dessa

ausência que implementaram a possibilidade de associação ‘bolsista’. Como mencionado anteriormente, os bolsistas são aqueles que dedicam quatro horas de trabalho na comunidade em um dia da semana, já os cotistas financiam o cultivo de alimentos através da compra das cestas de orgânicos.

Na comunidade deixavam-me intrigada muitos comentários de Dina em reuniões e oficinas, assim como narrativas de demais membros. Uma em específico que me encaminhou à pesquisa foi a noção da CSA São Carlos ser “o além do imaginário”. O que seria na perspectiva de Dina a CSA enquanto “além do imaginário?!” No início do trabalho de campo mantive uma escuta atenta para seus conhecimentos, observando ainda a quantidade de habilidades, técnicas, interações e fazeres que são conduzidos por Dina para a finalidade do cultivo orgânico.

Nesse sentido, essa pesquisa etnografou práticas e conhecimentos relacionados à produção de alimentos dentro da comunidade, abarcando a heterogeneidade de fluxos entre seres humanos e não humanos, e de saberes que circulam na CSA de São Carlos (INGOLD, 2015). Tim Ingold contribui para essa discussão ao pensar os cruzamentos entre materiais-sujeitos-ambiente. No livro “Estar Vivo: Ensaio Sobre Movimento, Conhecimento e Descrição”, o antropólogo demonstra como “materiais heterogêneos, animados por forças de tensão e compreensão e com propriedades variáveis, misturam-se e fundem-se uns aos outros na geração de coisas” (p. 301). E acrescenta posteriormente: “o que as pessoas fazem com os materiais é segui-los, tecendo suas próprias linhas de devir, na textura do fluxo de materiais que compreende

o mundo da vida” (p. 308). Tais investigações ligadas às práticas e narrativas da agricultora encaminharam-me para discussões sobre conhecimento e ecologia a partir da Antropologia, que serão explorados adiante.

Este artigo, por fim, é parte dos resultados de minha pesquisa, em que produzi uma série de relatos etnográficos a partir das minhas experiências de campo e de entrevistas com a agricultora Dina, estruturada a partir das seguintes seções: “Introdução: CSA para além do imaginário”; “CSA São Carlos e a Prática Agroecológica”; “CSA São Carlos: Além da prática agroecológica”; “A união de todos os animais”; “O plantar da comunidade”; “O trabalho de Dina: De verdade e amor”; “Levar cestas e levar o conhecimento”; e, por fim “Desfecho: O plantar das palavras”.

Portanto, o foco deste trabalho não está relacionado às extensas discussões do campo da agroecologia ou da antropologia rural, mas em como as inúmeras trocas da CSA São Carlos abrem margem para pensar conhecimento e ecologia a partir de discussões antropológicas contemporâneas, assim como as narrativas e os procedimentos técnicos de Dina para o cultivo de alimentos levaram-me a refletir sobre os processos de escrita etnográfica.

2 CSA São Carlos e a prática Agroecológica

“Recentemente foi feita aí uma matéria, a Renata estava, que é a Gestão Ambiental que veio nos apoiar com alguns projetos. E quando eu vi isso, eu fiquei envergonhada porque era vários grupos que vieram pra fazer várias pesquisas, e um grupo ceis acredita que era o quê? Era

planejamento lá da horta. E eu tava correndo que nem uma louca, eles sentavam aqui na mesa e minha filha falava: “Mãe nois precisa d’ocê!” E eu vinha, e eu olhava pra ela e ficava enrolando. Eu só pensava isso: “tô perdendo meu tempo que não sei o quê.”

(Fala de Dina durante a apresentação da turma Ecologia da UNESP)

O relato que inicia essa seção refere-se às práticas e rotinas de Dina no processo de produção de alimentos. Essas experiências foram compartilhadas em algumas oficinas ministradas por ela aos domingos, com o propósito de instruir a comunidade sobre os grandiosos processos que envolvem cultivo, plantação e colheita. Na ocasião, Dina comentava sobre a dedicação que o ato de plantar exige. Em sua formulação ficou evidente o quanto se sentia perdendo tempo ao abandonar os cultivos na horta para responder às questões trazidas pelos pesquisadores. Pois, na prática, nos processos de semeadura e cultivo, ela descrevia como o manejo agroecológico e o cultivo de orgânicos exigia constante planejamento, atenção e paciência.

Para semear (prática que aprendíamos em oficinas) era preciso, primeiro, fazer um copinho (nome dado a um copo feito com jornal modelado em garrafas de spray). Em seguida, despeja-se terra dentro das sementeiras, com cuidado para que não vaze, nem o destrua. Nesse processo deve-se ‘afogar’ a terra para que ela não fique compactada. Por último, utiliza-se o dedo indicador, costumeiramente, para fazer um pequeno buraco onde serão depositadas as sementes.

Todo esse procedimento envolvia desde o cuidado com os substratos que eram misturados com a terra, até

o ato de pousar as sementes dentro dos copinhos. Em seguida, são regadas uma a uma com bastante água - como instruiu Dina, e levá-las para o berçário, para aguardar a germinação. As oficinas eram experiências de intensa troca de conhecimentos entre os membros da comunidade. Eram em meios as conversas, que Dina contava sobre a importância do cuidado com as plantas cultivadas, já que estas se transformariam em alimento para toda a CSA. Eram as energias depositadas nos processos de cultivo por cada um presente que as nutria, e as fazia crescer fortes e bonitas. Foram nesses contextos de oficina, principalmente, que a comunidade foi entrelaçando conhecimentos, através de formas singulares e ousadas de fazer agricultura.

É nesse sentido que cotidianamente em trabalhos no campo e em reuniões, que Dina incitou a reflexão junto aos membros sobre as vastas potencialidades da CSA São Carlos. Essas ideias, assim, promoveram não apenas a circulação de produtos orgânicos na comunidade e em redes mais amplas, como também fomentou reflexões sobre formas engenhosas e criativas para se construir coletivamente a comunidade. Como o perfil dos cotistas e bolsistas era muito diverso, abarcando biólogos, professores, engenheiros, estudantes, o que se observou nesses diálogos, de forma mais acentuada, são intercâmbios entre o campo científico e os conhecimentos da agricultora Dina.

3 CSA São Carlos: Além da prática agroecológica

Assim como muitas outras comunidades agroecológicas, esculpidas a partir de suas experiências e particularidades locais, a Comunidade que Sustenta a

Agricultura de São Carlos enquanto coletivo se colocou como outro exemplo às múltiplas construções possíveis de uma comunidade de agricultura orgânica familiar, a partir da vinculação de pessoas partindo de contextos variados.

Em um dos meus primeiros encontros com Dina enquanto bolsista, ela proferiu uma frase que sempre latejou minha mente desde o início desta pesquisa: “A CSA é o além do imaginário!”. Para a agricultora, as possibilidades de reinvenção da comunidade são infinitas. Essa ideia sempre a acompanha em seus processos criativos e inventivos durante as reuniões.

Ao longo dessa pesquisa explorei as redes e conexões que essa formulação podia dimensionar. São sentidos para além do que é material, palpável, prático mas que se evidenciou em maneiras de cuidar de plantas, de observar a lua, de se atentar as estações, a insetos como abelhas e co-agricultores. Através dessa análise, aproximei essas interações ao que Stengers descreveu como proposições cosmopolíticas: “o cosmos, tal qual ele figura neste termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes” (STENGERS, 2018: 447).

Tais interações englobam práticas, incluindo modos particulares de conhecer e experienciar o trabalho no campo. Desse modo, a proposta foi investigar as interações ecológicas na CSA - São Carlos nesse caráter amplo, observando o funcionamento e tecimento desse sistema abrangendo a terra, plantas, animais, seres humanos e não humanos, lua e constelações.

4 A UNIÃO DE TODOS OS

ANIMAIS

Há uma extensa cadeia de relações que abarcam a Comunidade que Sustenta a Agricultura de São Carlos, incluindo terra, plantas e animais em virtude de sua finalidade, que é a produção orgânica. As CSA's quanto modelo se colocam à frente de um desenvolvimento sustentável; de uma nova forma de relações e vantagens para todo o ambiente que a cerca. Tomado esse pressuposto de seu modelo conceitual, durante a entrevista no início de 2020, Dina relatou sobre as mesmas tessituras e em como elas estruturam a CSA São Carlos numa grande rede de interações interespecíficas: “como com todos os organismos vivos, as vidas humanas e modos de vida não podem ter lugar e ser descritos isoladamente. Como Anna Tsing observa, “A natureza humana [em todas as suas múltiplas formas] é uma relação interespecies (VAN DOOREN, KIRKSEY e MÜNSTER, 2016: 2)”. Tal cadeia de relações, apesar de particulares (e baseada nas interações entre seres de cada comunidade), direcionam um dos princípios gerais das CSA's, que é a de promover um desenvolvimento alicerçado pela responsabilidade ambiental coletiva.

Durante meu período como bolsista, enquanto arrancávamos tiriricas (um tipo de erva daninha), Dina nos contou sobre essas correlações em busca de uma integração com os ciclos lunares e os processos ecológicos da terra e das plantas, na contribuição à frente de uma agricultura orgânica. De uma nova forma de relações e afetos que construam vantagens para todos esses seres e ciclos, que enxerga como dentro de uma cadeia sistêmica, que interagem e se influenciam mutuamente. Esta narrativa se aproxima de argumentações feitas por VAN DOOREN,

KIRKSEY e MÜNSTER (2016),

Estes contextos maiores não são meros ambientes no sentido de um fundo homogêneo e estático para um sujeito focal. Pelo contrário, são complexas “ecologias de si mesmas”, dinâmicas que são continuamente moldados e remodelados, ativados - mesmo que nem sempre intencionalmente - através da partilha de “significados, interesses e afetos (p. 9 tradução livre).

Tais significados são estendidos quando a agricultora refere-se às energias que depositamos nos alimentos no momento do plantio, e aos ciclos lunares que também influenciam diretamente os cultivos. Para ela é elementar segui-los se almeja uma boa colheita. São essas interações que dão sabor ao alimento, que os fazem crescer fortes e bonitos.

Em 2019, uma turma de Ecologia da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) fez uma visita à CSA. Renata, professora responsável pelo curso e também membra da CSA São Carlos, fez comentários conectando práticas ecológicas humanas e agro ecossistêmicas como um possível campo de atuação e pesquisa aos ecólogos em formação. Em suas observações, Renata ampliou as Comunidades que Sustentam a Agricultura para além de sua dimensão territorial.

“[...]eu acho que aqui é um espaço que tem muitas oportunidades. Porque não só com a agricultura orgânica, mas tem desde recuperação de nascente, tem várias problemáticas aqui no entorno da propriedade. A gente tem uma área pra restaurar nascente, pra reflorestar”. (Fala da Professora Renata, grifos adicionados)

Tais comentários posicionam a CSA São Carlos em interação com o entorno que a cerca. Nessa perspectiva,

esse sistema de interações envolvendo nascentes e florestas, podem ser auxiliados na interação ambiental e social da comunidade. Naquele dia um comentário de Dina marcou-me: “a CSA é a união de pessoas. De todos os animais”. Para a agricultora, pensar ‘ecologia’ é pensar na comunidade como um todo: envolvendo gatos, cachorros, couves, chuchus – toda a horta – inclusive o viveiro de mudas. Tanto ‘comunidade’ quanto ‘ecologia’, para a agricultora, carregam um significado afetivo de proximidade e união. Quando Dina faz referência a todos os animais ela os evoca enxergando-os quanto pertencentes à família CSA; enquanto integrantes tão importantes quanto os bolsistas e cotistas que trabalham e/ou financiam a comunidade. Estes cruzamentos vinculam-se às noções de relações multiespécies, de crescentes discussões na Antropologia contemporânea, que propõe ver, precisamente, “as multidões de agentes vivos que se envolvem uns aos outros através de relações enredadas (VAN DOOREN, KIRKSEY e MÜNSTER 2016: 9)”.

Assim, é diante das vivas trocas durante nossa entrevista, e das diversas conversas informais que tive com Dina, como aos sábados na Feira de Orgânicos da cidade, em suas aparições repentinas em minha casa e nas experiências de trabalho no e de campo, que observo noções trabalhadas por Dina que não se restringem à agroecologia. Com todo trabalho na horta e a produção de sentidos que procura alimentar à comunidade sua intenção, para além da produção de orgânicos em si, é a de consolidar práticas que envolvem noções como verdade e amor. Através de suas práticas agroecológicas, realiza um trabalho feito com amor, que quer o bem do próximo. Todas as suas descrições levam a construção de uma

comunidade que irradie sentidos, produza verdades para cada um e uma que a compõe, transformando sua relação com a alimentação, as pessoas, os animais e a terra. Dessa forma, com o plantar das sementes, Dina planta também a própria comunidade.

5 O PLANTAR DA COMUNIDADE

“Porque se eu vendesse só cesta, eu visava só lucro, dinheiro; não tinha amor, não tinha verdade.” (Entrevista com Dina, 12 de janeiro de 2020)

Muitos caracterizam a CSA São Carlos como um espaço de aprendizagens onde Dina é tida como professora. Para ela, tais trocas são vistas como investimento: “eu invisto tempo nessas pessoas de verdade, porque isso é amor”, diz. O conhecimento, para ela, é tido como uma sede que permeia dentro de si; “eu preciso levar” [o conhecimento], comentou Dina.

Para Dina, as trocas são costumeiramente valorosas, seja “investindo em mãos ou investindo financeiramente”, como ela diz. Essas possibilidades de troca caracterizam o trabalho de verdade para um e cada uma da comunidade, porque como colocou Dina, se [você] gosta de fazer, faz sentido. Sejam pelas trocas de conhecimento, trocas de sementes, trocas de alimentos orgânicos, trocas de experiências ou troca de saberes. As mais diversas produções de sentido dado pelos membros da comunidade demarcam as verdades ao pertencer-se a CSA São Carlos. Essas trocas além do imaginário são evidenciadas na própria noção de comunidade descrito por Dina

“As pessoas não entendem que você financia a

comunidade, que o tempo da terra é outro. Eu falo: ‘ô fulano, você quer sair da comunidade? Mas então o que que eu faço com a abobrinha que eu plantei pra você há três/ quatro meses atrás?’”

(Fala de Dina durante a visita da turma de Ecologia, em agosto de 2019)

É através deste comentário que direciono a presente reflexão para a próxima ramificação que sustenta a CSA São Carlos: às descrições e produções de sentido do que Dina entende por “comunidade”. Dina frequentemente se refere às práticas de plantio da mesma maneira que se refere à comunidade. Para o processo de plantio e cultivo há uma série de etapas que agregam-se em cadeia. Inicialmente, Dina verifica o calendário biodinâmico exposto no rancho para toda a comunidade. O calendário biodinâmico tem como fundamento as fases lunares aplicadas à agricultura, assim sabe-se qual o dia mais favorável para a germinação de determinada hortaliça/ leguminosa/ raiz através dos ciclos lunares. Após a fase germinativa, as pequenas mudas deslocam-se do berçário e são destinadas ao viveiro de mudas, para em seguida, serem plantadas nos canteiros. De modo similar a comunidade também exige cuidados diários, tempo e paciência. Assim, observa-se que as interações ecológicas entre terra, plantas, animais, lua e o ser humano para que a produção orgânica se efetue engloba práticas, incluindo modos diferentes de conhecer e experienciar o trabalho no campo, pragmaticamente. É possível aproximar as narrativas de Dina a noção de Ecologia das Práticas (2003), da filósofa Isabelle Stengers. Para a filósofa, ecologia das práticas refere-se a como seres humanos e não humanos são indissociáveis de um “meio”/ ambiente. Assim, nesta categoria de análise, compreende-

se que as Comunidades que Sustentam a Agricultura são um complexo sistema de interações e relações entre seres. Para Dina, a comunidade é um pilar para a maneira que a CSA São Carlos opera. A agricultora frisou durante os trabalhos no campo a importância de se atentar a todos os seres que nos rodeiam; às energias despendidas no cuidado para com os alimentos enquanto são cultivados, pois eles nutrirão – para além de alimentar, toda a vida da comunidade.

Dina é quem acompanha os bolsistas e os instrui em seus trabalhos diários no campo. Possui um olhar atencioso e detalhista ao observar as habilidades de cada um, assim os direciona para atividades em que o desempenho ao realizá-lo envolva aptidões e desejos pessoais, reverberando, assim, em relações de trabalho mais satisfatórias para todo o coletivo. Procura engajá-los em “um trabalho que faça sentido”, como relatou Dina em nossa conversa entrevista[4].

Como o processo de produção de semear a comunidade também exige cuidado. Para semear (prática que aprendíamos em oficinas) é preciso, primeiro, fazer um copinho, colocar terra dentro dele com cuidado para que não vaze, nem o destrua. Em seguida, deve-se “afogar” a terra para que ela não fique compactada. Depois usamos o dedo indicador, costumeiramente, para abrímos um espaço onde serão colocadas as sementes e, por fim, a cobrimos com mais terra. Todo esse processo envolvia desde cuidados com a terra, os substratos que eram importantes de serem colocados, até o momento de pousar as sementes nas sementeiras, regá-las uma a uma com bastante água, e guardá-las no berçário até que o pequeno broto crescesse.

Todo o envolvimento e engajamento da própria comunidade se assemelha como as sementes em processo de germinação descrito acima durante as oficinas: “é necessário tempo, nutrição, paciência; aos poucos vai cativando. Olha, você é importante pra comunidade. Olha do que você é capaz de fazer. Olha quantas habilidades”. É comum durante a rotina de trabalho de Dina esse olhar cuidadoso e minucioso a cada membro, em que procura ressaltar sua importância para o trabalho coletivo, observando possíveis aptidões e construindo uma noção de pertencimento à comunidade. Essas concepções se assemelham a ideia de fluxo e peregrinação de pessoas, seres e objetos, em que os agenciamentos se dão através dos encontros (INGOLD, 2015). Nos termos de Ingold

Ao invés de supor que as pessoas apliquem os seus conhecimentos na prática, estaríamos mais inclinados dizer que elas conhecem por meio da sua prática (INGOLD & KURTILLA, 200:191-192) - isto é, através de um envolvimento contínuo, na percepção e na ação, com os constituintes do seu ambiente (INGOLD, 2015: 226).

A agricultora tece alinhamentos possíveis para que cada “peça” se agregue, realizando o trabalho no campo, bem como também nas demais frentes, formando uma grande rede. Somado as bases construídas em que a comunidade se abastece e nutre, Dina acrescentou ainda que “a CSA precisa de muita compreensão, paciência, respeito, cuidado, sinceridade”, pois um processo lento e gradual acontece por parte dos próprios membros, principalmente os recém-associados, em relação a produções de sentido; ao comprometimento e responsabilidade para com ela e todo o coletivo. Tais aspectos do cuidado enfatizam o estar

junto como o papel da CSA.

6 O TRABALHO DE DINA: DE VERDADE E AMOR

“Eu faço um trabalho de verdade. Um trabalho de amor. Um trabalho que eu gosto de fazer. Eu gosto de ensinar, de plantar... Isso faz sentido pra mim. Isso me cativa dentro da CSA.” (Entrevista com Dina, 12 de janeiro de 2020)

Durante a rotina de trabalho, Dina investe tempo junto aos bolsistas ensinando-os as técnicas de cultivo orgânico, e o manejo agroecológico da terra. Em uma ocasião em particular, enquanto fazíamos uma grande colheita de alfaces que seriam entregues às escolas municipais da cidade, Dina nos instruíla pacientemente, agachando nos pés de alface, nos mostrando o local correto a ser cortado, situado próximo ao talo enraizado na terra. Mantendo o talo na terra a alface poderá brotar novamente. Ao longo do processo, afirmou para que a retirássemos os maços da hortalíça com bastante cuidado. Para além dos ensinamentos práticos do plantio, o trabalho de Dina envolve também a organização da própria comunidade, estruturar seus pilares, produzir a engrenagem. Organizar permite, como ela diz, bombar a comunidade no sentido de verdade.

Nessa mesma entrevista Dina traçou uma narrativa histórica sobre a CSA São Carlos, contando que o ano de 2018 foi preciso estruturar pilares, como mesmo caracterizou a agricultora, um deles foi o da organização. Ao observar as habilidades situantes (INGOLD, 2015) de cada integrante da CSA, e agregá-la ao ecossistema da

comunidade, Dina inova e cria possibilidades singulares e de interação coletiva. É audacioso o quanto consegue, a partir dessas observações, tecer alinhamentos possíveis à comunidade para que cada peça se agregue como uma engrenagem.

É importante resgatar tal noção, pois elas delineiam algumas premissas bastante importantes que guiaram discussões em reuniões e assembleias nas quais estive presente entre o segundo semestre de 2018 e também em 2019. Esses diálogos foram cruciais para que a CSA reconhecesse e firmasse bases de sustentação. Era recorrente, durante os trabalhos no campo, a agricultora ressaltar em meio aos nossos diálogos a importância de se trazer organização. Nos dizia: “esse é o ano da organização. Precisamos organizar para depois bombar a comunidade”.

Depois de um período semeando o que seria essa organização, além de ir de encontro aos membros que a fariam, foi somente no final de 2018, em uma reunião onde Dina e Lírio apresentaram à CSA um modelo para organizar as relações e parcerias que envolviam a comunidade. Haviam, inclusive, filmado as explicações como uma forma de registro documental e audiovisual. “A CSA precisa de estrutura e muita organização”, frisou ao longo daquele ano e também em dado momento da conversa-entrevista. Naquela reunião em 2018, enquanto se alegrava com as exclamações da bolsista, Dina comentava também sobre o dom de Lírio para organizar e explicar as articulações de ideias. Essa era sua habilidade, que a agricultora muito ressaltou, já que não conseguiria, sozinha, construir tais encadeamentos. As atenções de Dina para as aptidões de cada membro “desdobra-se não em lugares, mas ao longo de caminhos. Prosseguindo ao longo do caminho, cada

habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro (INGOLD, 2015: 217)”.

Em decorrência dos pilares estruturados em anos anteriores, Dina e um grupo de cotistas pensaram no planejamento de plantio para o ano de 2020. Contou-me que haviam se encontrado no início de janeiro para estruturar junto ao calendário biodinâmico os itens que seriam entregues nas cestas. O planejamento anual era um dos maiores sonhos e objetivos de Dina na comunidade. Através do engajamento e ação coletiva, foi possível fornecer a cada membro o calendário anual de itens que comporiam as cestas a serem entregues naquele ano, além de criar um sistema de registro online com as informações de cada integrante, e o que desejariam receber em sua cesta. Havia uma frente de trabalho (um grupo de pessoas) destinada apenas para gerenciar tais planilhas, e os demais documentos relacionados ao planejamento de plantio para este ano.

Tais organizações e planos mencionados possibilitaram que a CSA São Carlos consolidasse um grupo ‘gestor’ das demandas administrativas e operacionais da comunidade, para que assim houvesse mais transparência sobre os recursos financeiros e também das parcerias estabelecidas. Este grupo, além de desempenhar um “trabalho de verdade, um trabalho que faça sentido [para si]”, possibilitou que Dina se dedicasse em suas práticas de cultivo e em sua relação com as trocas de conhecimento junto a comunidade retirando, assim, um pouco da sobrecarga que essas demais ocupações a demandavam. Tal organização permitiu a Dina dedicar-se a uma atividade muito cara para ela: levar o conhecimento.

7 Levar cestas e levar o conhecimento

Aos sábados pela manhã, após uma semana intensa de trabalho entre germinações, plantios e colheita de alimentos, Dina acorda antes do nascer do sol para organizar as barracas, cestas, maquinário para a produção de pastéis, alimentos que serão vendidos na Feira de Orgânicos da cidade. Dina junto a sua filha Jhosy e alguns bolsistas, geralmente, montam a barraca da Abirú/ CSA São Carlos para o escoamento dos produtos. Estas são circunstâncias em que Dina ensina aos consumidores sobre plantas alimentícias não convencionais (as PANC's), e sobre as propriedades dos alimentos à saúde.

A feira reúne agricultores familiares, assentamentos e comerciantes de produtos orgânicos da cidade. Numa dessas ocasiões, em janeiro de 2020, a vi trabalhando na barraca de pastel, estava atendendo alguns clientes. Decidi, então, ir ao seu encontro para cumprimentá-la. Dina aproveitou a oportunidade e me perguntou como caminhava o andamento da pesquisa, disse-lhe que estava em um período de observação e análise dos materiais coletados. E que havia elementos em suas falas que me deixavam bastante curiosa, como o que ela se referia a conhecimento para escrita de um livro. Ela me explicou, ali mesmo durante as vendas de pastel que neste livro caberia todo tipo de conhecimento. A conversa profunda na barraca resumia muito das técnicas de Dina, sua sensibilidade cotidiana. Levar conhecimento para ela era cotidiano, assim como levar as cestas e pastéis para a feira. Como apontou INGOLD (2015: 227), “da perspectiva de um processo complexo, ao contrário, movimento é

conhecimento”. Do mesmo modo, Dina traz à comunidade seus conhecimentos cotidianamente através de suas práticas.

De maneira similar, também em nossa conversa entrevista, agricultora comentou sobre o levar do conhecimento de conhecimento através da seguinte metáfora: “imagine-se em uma região onde tem leite as pamparras, ninguém nessa região sabe fazer queijo, mas você sabe. Então, você pode chegar lá e dizer: Ó, vamos fazer uma troca? Eu sei fazer o queijo”. Tal metáfora sintetiza a importância para Dina em buscar e trocar conhecimentos. Assim, Dina altera suas frases de poesia quase intangível, com metáforas cotidianas e palpáveis.

“Muitas vezes as pessoas não sabem porque não buscam o conhecimento. Então, quando ela se respeita, tem interesse, ela começa a correr atrás. Conhecimento, nossa. Eu nem sei como faz um queijo, mas adoraria saber. Eu não tenho leite, não tenho gado, mas adoraria saber fazer o queijo.” (Entrevista com Dina, 12 de janeiro de 2020).

Logo após seu comentário sobre a produção de queijos, Dina me disse: “O conhecimento transforma o mundo!”, se referindo a potência de tais trocas, e se conectando ao seu desejo em ofertar cursos/ oficinas na CSA, preparando apostilas e organizando pequenas turmas. Algo parecido ocorreu no projeto intitulado ‘Acampamento de Férias da CSA São Carlos’, no final de 2018. A proposta desse acampamento era trocar estadia e trabalho no sítio pelas experiências de produção orgânica e saberes de manejo agroecológico junto a agricultora. Os acampamentos agregaram pessoas dos mais diversos contextos: mochileiros, estudantes, professores,

pesquisadores. Dessa forma, seja em nossas conversas, em práticas cotidianas de cultivo ou em acampamentos, Dina tinha em vista a potência das trocas de conhecimento.

Em um dado momento da conversa-entrevista ela diz: “mostrar pras pessoas na transformação o que é o verdadeiro amor”. Ao chegarmos no sítio, Dina nos recebia com um sorriso radiante, envolvia as pessoas em seu abraço caloroso num gesto afetivo para nos receber. Em sua rotina de cuidados e trabalhos na comunidade, que Dina praticava o verdadeiro amor. Para ela, isso significa também transformação.

Assim, o conhecimento sobre o qual fala Dina a acompanha seja nas feiras, nos plantios ou nas assembleias e reuniões. Como ela mesma ensinou, o seu trabalho faz sentido para si e por isso leva conhecimento a outros, seja ensinando manejos de produção orgânica agroecológica, seja o plantar do conhecimento que transforma o mundo.

8 DESFECHO: O PLANTAR DAS PALAVRAS

“Então, o livro que eu fosse escrever falaria disso, do verdadeiro amor e do conhecimento. Porque o verdadeiro amor é você levar o conhecimento pras pessoas, é o que é [a] importância. Transforma o mundo o conhecimento.” (Entrevista com Dina, 12 de janeiro de 2020)

Esta navegação é fundamentalmente uma questão de ética e política. É a esta questão que nos dirigimos agora: como é que diferentes práticas de conhecimento - diferentes modos de imersão atenta - trazem mundos diferentes à existência? (VAN DOOREN, KIRKSEY e MÜNSTER, 2016: 12).

O processo de escrita proposta a mim por Dina

levou-me a refletir que o ‘plantar a comunidade’ associa-se ao processo de plantar o próprio texto etnográfico. Proponho pensar, por fim, a relação entre os processos técnicos de Dina com a agricultura e os procedimentos técnicos antropológicos, a partir da retomada de noções trazidos pela agricultora envolvendo o tempo e o cuidado. Tomando tais práticas em paralelo, ambos envolvem paciência, abarcando habilidades para produzir aquilo que se gosta de fazer – no meu caso, particularmente. Tais plantações carregam sentidos individuais que se costuram a sentidos outros. No caso, essas possíveis habilidades reverberaram na produção escrita desta pesquisa junto a Dina na CSA São Carlos.

Retomo um questionamento que acompanhou-me ao longo da pesquisa sobre a possível escrita de um livro: “Dina, se você fosse escrever um livro, sobre o que ele seria?” Ela me respondeu que seria “um livro sobre o verdadeiro amor, e que trouxesse conhecimento”. Na ocasião, Dina se lembrou de Ana Maria Primavesi, pesquisadora, precursora de estudos e publicações na área da Agroecologia no país. Era recorrente em seus comentários no sítio de como Primavesi tornou-se uma forte inspiração em sua vida, pois para Dina, ela foi uma importante referência em escrituras sobre o verdadeiro amor trazendo conhecimento. Durante sua fala, me relatou também sobre o seu então recente falecimento, e de que não tinha ciência que ainda estava viva; rapidamente exclamou: “Tá vendo como que é a falta de informação e conhecimento”!

Como visto ao longo das seções deste artigo, a noção de verdade, para Dina, se caracteriza em formas de experienciar, conhecer e entrar em contato com

aquilo e aqueles que se relaciona. Pertencer a CSA envolve comprometer-se com as germinações de algumas verdades comuns, colhendo outras verdades que se dão através do encontro de si mesmo, pelo verdadeiro amor, e, reconhecendo, ao mesmo tempo, naquilo em que se está investindo. É do encontro com as diferenças entre os demais membros que se constrói conjuntamente a comunidade, produzindo sentidos e técnicas para o auxílio dos plantios.

Todas essas experiências, falas e práticas de cultivo de Dina ecoaram em minhas reflexões sobre o próprio fazer antropológico. Em uma visita em 2019, por exemplo, Dina contou: “aqui a minha horta é um grande laboratório”. Seu laboratório é um vasto campo – literalmente – de experimentações e possibilidades, assim como as folhas em branco foram desde o início da pesquisa para mim. Dina em seu grande laboratório chamado Sítio Centenário – localização da CSA – onde compartilhamos saberes, curiosidades, e principalmente, uma sede comum pelo conhecimento e em suas formas de explorá-lo e trocá-lo, cada uma habitando lugares (ou mundos): ela em sua horta, eu posteriormente junto ao texto.

Partindo de minhas experimentações com a escrita descritiva e acadêmica inspirada em práticas de Dina, ou o que aqui nomeio como o ‘plantar das palavras’ observo que, assim como o plantar de alimentos, ambas as práticas demandam tempo. É preciso madurar certas habilidades ao se deslocar do campo para o texto. Este movimento é similar aquele momento em que me debruçava nas atividades na horta com cuidado, paciência e atenção. Plantar as palavras no papel envolve também um regar cotidiano, assim como regávamos as mudas no berçário e no viveiro de mudas para que elas crescessem. Os processos

técnicos da escrita etnográfica e antropológica me deslocaram para tal comparação. Enquanto plantávamos, Dina contava que o “tomate-cereja dá trabalho, é delicado e exige muito cuidado e dedicação no plantar”. Enquanto uma experimentação etnográfica algo muito parecido ocorreu na escrita deste texto. Esse experimento, tendo como inspiração aqueles ensinados no laboratório de Dina, exige paciência, cuidado, trabalho constante e uma atenção às palavras plantadas no papel.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos Email: tainas.santos@hotmail.com

NOTAS

[1] As azedinhas são uma espécie de planta alimentícia não convencional (PANC). Tal nome indica o seu sabor amargo e azedo.

[2] Informações retiradas no site CSA Brasil. Acesso em 22/06/2020.

[3] As metáforas e transcrições de falas de Dina estarão evidenciadas entre aspas. As palavras grafadas em itálico remetem as expressões e descrições da interlocutora durante as entrevistas e pesquisa de campo. Expressões de demais interlocutores também estão grafados em itálico.

[4] A noção de conversa-entrevista emergiu a partir das colocações de Dina quanto as entrevistas, que eram lidas por ela como longas conversas.

Referências Bibliográficas

HITCHMAN, Judith. Agricultura Sustentada pela Comunidade: Um Modelo que Prospera na China. Agriculturas, [S. l.], Junho 2015. Disponível em:

http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Agriculturas_V12N2_Artigo4.pdf. Acesso em: 29 out. 2020.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. 1ªED. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 392 p.

STENGERS, Isabelle. *Cosmopolitiques I*. Paris: La Découvert, 2003.

_____.A proposição Cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 442464, abr. 2018.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. *Multispecies Studies: Cultivating Arts of Attentiveness*. *Environmental Humanities* 8, no. 1 (2016): 1-23. doi:10.1215/22011919-3527695.

